



SERVIÇO SOCIAL E MARXISMO:
TENDÊNCIAS DA FORMAÇÃO GRADUADA NA PUCRS
(1982 - 1996)

LUCIANA DO NASCIMENTO DA SILVA

Porto Alegre
Setembro de 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PPG – POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL



SERVIÇO SOCIAL E MARXISMO:

Tendências da formação graduada na PUCRS

(1982 - 1996)

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Thaísa Teixeira Closs, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Porto Alegre

Setembro de 2021.

RESUMO

O tema da presente contextualização versa sobre a influência do marxismo na história da Escola de Serviço Social de Porto Alegre (PUC-RS) na formação da graduação no período entre 1982 e 1996. Objetiva o resgate da memória histórica do Serviço Social por meio de análise da pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e de campo por meio de entrevistas realizadas com assistentes sociais docentes, a fim de dar visibilidade à história da profissão e seus Fundamentos. O escopo do estudo foi compreender a história da sociedade e da profissão projetando o futuro com o aporte da Teoria Social Crítica de Marx. A escolha dessa teoria deve-se ao fato de se reconhecer sua contribuição para a análise do real concreto, em suas múltiplas determinações, uma vez que o método é materializado nas particularidades, o qual é movimentado pelas mediações entre a totalidade social e as singularidades. O parâmetro quantitativo de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) do Serviço Social, localizados no acervo histórico da PUCRS e datados do período de 1982 até 1996, corresponde a 615 volumes. A partir das etapas constituídas de critérios de inclusão e exclusão da pesquisa, do total de 615 TCC's atenderam aos critérios de inclusão respectivamente: 205, 86, 55 e 8 TCC's. O estudo pode ser caracterizado como do tipo misto, uma vez que articulou dados quantitativos e qualitativos, atribuindo relevância a ambos, o que também caracteriza o método dialético crítico. A metodologia contemplou no processo de análise, além dos TCC's, com entrevistas realizadas com quatro docentes da PUC-RS e pesquisa das 475 publicações da Revista Serviço Social de 1982 até 1996, dos volumes 8º até 52º. Resultados, o adensamento da teoria de orientação crítica da formação do Serviço Social vai ser constituída lentamente a partir da renovação do quadro docente; com a interlocução das Diretrizes de 1996 na Graduação e na Pós-graduação; com o engajamento dos docentes nas entidades representativas da categoria; e com a participação ativa do Movimento Estudantil. Evidencia a superação teórica e crítica do Currículo de 1982 na PUCRS, bem como a tendência da fenomenologia vai gradativamente perdendo espaço, deixando de ser a corrente hegemônica. Conclusão, evidencia-se um legado para novas pesquisas e estudos em torno das expressões e tendências hegemônicas da formação. Isso significa, retomar a pesquisa buscando novos diálogos com os docentes; aprofundar as análises bibliográfica e documental na tentativa de compreender os debates, as referências e as obras dos 410 dos de 615 TCC's, ou seja, dos 66,66% do total TCC's que não atenderam aos critérios de inclusão por não apresentarem orientação crítica, o que demarca o predomínio de tendências não marxistas na formação no Currículo de 1982.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social. História do Serviço Social. História do Serviço Social no Rio Grande do Sul. Marxismo. Formação em Serviço Social. Currículo da Formação em Serviço Social de 1982.

ABSTRACT

The present thesis concerns the Marxism influence on the Social Service School of Porto Alegre (PUC) in the graduation education during the period of 1982 and 1996. It aims at the rescue and historical memory of Social Service through analysis of documentary research, bibliographic review and the interviews conducted with faculty social assistants in order to provide visibility to the history of the profession and problematize its fundamentals. The research's intent was to take back and understand the society and profession history by projecting the future with the contribution of Marx's Critical Social Theory. Choice of this theory is due to the fact that acknowledge its contribution to the analysis of tangible reality, in its many determinations, since the method is realized in the particularities, which is moved by the mediations between the social totality and the singularities. The quantitative reference of materials found in the historical archive of PUCRS is constituted at the time of the collection of 615 volumes of Course Conclusion Thesis (TCC's) of Social Service, dated from 1982 to 1996. Of the 615 Thesis, they satisfied in their stages the sample inclusion requirements - 205, 86, 55 and 8 Thesis. The study can be characterized as a mixed type, since it articulated quantitative and qualitative data, attributing relevance to both, which also characterizes the critical dialectical method. The methodology contemplated in the analysis process, besides the Thesis', interviews with four PUC-RS professors and analysis of the 475 publications of Revista Serviço Social from 1982 to 1996, from the 8th to the 52nd volumes. The progress presented so far allows us to conclude that the critical theory of Social Service education will be slowly developed through the renewal of the teaching staff; with the dialogue of the 1996 Guidelines at the Undergraduate and Graduate Course levels; with the commitment of the teachers in the representative entities of the category; and with the active participation of the Student Community. As a result, the 1982 Curriculum at PUCRS is questioned and theoretically and critically overcome, and the phenomenological orientation gradually loses space, ceasing to be the hegemonic current. Therefore, it is possible to demarcate the predominance of non-Marxist tendencies in education in the 1982 Curriculum. What is a legacy for new research and studies around the hegemonic expressions and tendencies of the education. This means, to resume the research aiming at new dialogues with the professors; to intensify the bibliographic analysis and the documental analysis in an attempt to understand the debates, the references and the texts of the 410 out of 615 Thesis, that is, of the 66.66% of the total thesis that did not attend the inclusion criteria because they did not provide a critical orientation.

Keywords: Fundamentals of Social Service. History of Social Service. History of Social Service in Rio Grande do Sul. Marxism. Training in Social Service. 1982 Social Service Training Curriculum.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1 -** Quantitativo de Trabalhos de Conclusão de Curso da PUCRS de 1982 até 1996
- QUADRO 2 -** Sistematização das Categorias de Referência
- QUADRO 3 -** Base Quantitativa da Pesquisa (TCC's de 1982 a 1996)
- QUADRO 4 -** Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 a 1996: Formação e Ensino
- QUADRO 5 -** Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 até 1996: Subcategorias - Formação e Ensino
- QUADRO 6 -** Trabalhos de Conclusão de Curso com referência às obras de Marx e Engels de 1982 a 1996
- QUADRO 7 -** A produção do curso de mestrado em Serviço Social
- QUADRO 8 -** Assistentes Sociais referidas nos Trabalhos da terceira etapa da pesquisa
- QUADRO 9 -** Espaço sócio-ocupacional dos estágios das alunas dos Trabalhos da terceira etapa da pesquisa
- QUADRO 10 -** Sistematização das Categorias de Referência
- QUADRO 11 -** Categoria: Serviço Social
- QUADRO 12 -** Categoria: Política Social
- QUADRO 13 -** Categoria: Educação e Filosofia
- QUADRO 14 -** Categoria: Marxismo Clássico
- QUADRO 15 -** Categoria: Intérpretes do Marxismo

QUADRO 16 - Categoria: Temática do Marxismo

QUADRO 17 - Categoria: Marx e Engels

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
AI-2	Ato Institucional N.º 2
AI-5	Ato Institucional N.º 5
ALAETS	Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social
CELATS	Centro Latino-Americano de Trabalho Social
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DCE	Diretório Central de Estudantes
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
FEBEM	Fundação Estadual de Bem Estar do Menor
FMI	Fundo Monetário Internacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação

MFPA	Movimento Feminino Pela Anistia
ORM-Polop	Organização Revolucionária Marxista - Político Operária
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RS	Rio Grande do Sul
SASPA	Sindicato dos Assistentes Sociais de Porto Alegre
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCMG	Universidade Católica de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CONTEXTO DA REALIDADE BRASILEIRA E DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 1982 ATÉ 1996	24
1.1 DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA	33
1.2 DESDOBRAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA REALIDADE BRASILEIRA E DO RIO GRANDE DO SUL	50
1.3 SERVIÇO SOCIAL NOS DESDOBRAMENTOS DO CONTEXTO BRASILEIRO E DO RIO GRANDE DO SUL	61
2. SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	80
2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	94
2.2 INTERLOCUÇÃO DO MARXISMO NOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL	120
2.3 TENDÊNCIAS NO SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DO MARXISMO NA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA PUCRS	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICES	217

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação é produto de investigação realizada a partir do Programa de Pós-Graduação de Políticas Sociais e Serviço Social da UFRGS, na Linha de Pesquisa Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional. O trabalho tem por objetivo apresentar contribuições ao debate que permeia a influência do marxismo na história da Escola de Serviço Social de Porto Alegre (PUCRS) na formação da graduação no período entre 1982 e 1996, a fim de dar visibilidade à história da profissão e seus Fundamentos.

O tema apresentado para estudo é o debate dos Fundamentos do Serviço Social. Tais fundamentos são expressos na história e na formação dos/das assistentes sociais. A relação dos fundamentos históricos e metodológicos da profissão é adensada no movimento de formulação do Currículo Mínimo de 1982 a partir da ABESS e também na sua revisão, originando a construção coletiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Vinculando-se, assim, à história do país e do Rio Grande do Sul. Desse modo, seus pressupostos estão calcados no contexto do processo de transição da ditadura civil-militar à redemocratização, bem como da estruturação do neoliberalismo na sociedade brasileira e da consolidação do projeto ético-político de orientação crítica do Serviço Social.

A pesquisa privilegiou a Escola de Serviço Social de Porto Alegre¹, considerando sua relevância histórica no RS, no cenário nacional e latino-americano, a qual constitui o terceiro curso de graduação de Serviço Social do Brasil (1945), depois de São Paulo (1936) e Rio de Janeiro (1937), e por ser a primeira do Rio Grande do Sul e a quarta do Brasil, a possibilitar a pós-graduação (1977) para a área de Serviço Social.

A retomada dos estudos históricos da profissão tem como pressuposto que “o currículo de 1982 é um marco na tentativa de rompimento com o Serviço Social conservador, pois questiona e supera teórica e criticamente a metodologia de Caso, Grupo e Comunidade, hegemônica na profissão na época.” (TEIXEIRA, 2019, p.68). Dessa maneira, a dissertação se articula com a fragilidade das pesquisas que

¹ A Escola de Serviço Social da PUCRS emerge em 1945 e no decorrer das décadas passou por diversos processos sendo denominada na atualidade de Escola de Humanidades.

tratam de memória e das transformações do Serviço Social, no passado e no presente. Conforme já sinalizado por Iamamoto, um desafio para o Serviço Social consiste em “aprofundar a pesquisa sobre as vertentes teórico-metodológicas que têm marcado presença no debate profissional a partir do período 1980-90.” (IAMAMOTO, 2014, p.634). Por esta razão, a pesquisa parte de escassas produções que abordam as especificidades do tema no RS, tendo como marco inaugural no debate da profissão e base para este trabalho a tese da Prof.^a Dr.^a Leonia Capaverde Bulla, de 1992, intitulada: *Serviço Social, Educação e Práxis: tendências teóricas e metodológicas*.

A preocupação com o resgate histórico da profissão tem sido objeto de investigações recentes, tal como a realizada mediante o projeto coordenado pela professora Thaisa Closs, intitulado: *Fundamentos e memória histórica do Serviço Social: particularidades da profissão no Rio Grande do Sul* (CLOSS, 2018), o qual foi desenvolvido de forma articulada à rede internacional de pesquisa sobre o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, cujos produtos estão sistematizados em recente publicação de Marilda Villela Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos (2021). O referido projeto foi organizado em três períodos históricos: a primeira baliza temporal abarca as décadas de 1945 a 1964; o segundo momento corresponde ao período de 1965 a 1984; enquanto a terceira etapa compreende os anos de 1985 a 1996. Em consonância com as demandas da profissão, a presente dissertação, com orientação da Professora Doutora Thaisa Closs, tem o intuito de adensar o debate acerca da terceira etapa da pesquisa histórica em curso. Isto se traduz no desafio de construir uma pesquisa voltada para a apreensão do Serviço Social no movimento da história, recuperando a memória da profissão.

A abordagem teórico-metodológica orientada pelo método dialético-crítico subsidia a intencionalidade do objeto analisado, isso porque “a contribuição da obra marxiana tem sido reconhecida pela categoria, na medida em que envolve elementos que podem ser mediados para a efetivação de processos de análise e intervenção.” (PRATES, 2012, p.117). O método, do mesmo modo, pretende “reconhece o caráter político da pesquisa social como construção coletiva que parte da realidade dos sujeitos mediando processos de desenvolvimento através da reflexão.” (PRATES, 2005, p.13). Nesse horizonte, a pesquisa social possibilita compreender “os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de

sua produção simbólica.” (MINAYO, 2010, p.47). O método é materializado nas particularidades, o qual é movimentado pelas mediações entre a totalidade social e as singularidades.

O escopo do estudo foi retomar e compreender a história da sociedade e da profissão projetando o futuro com o aporte da Teoria Social Crítica de Marx. Orientado pelo movimento dialético, antecipa-se que as análises não se esgotam nesta dissertação e colocam-se enquanto síntese inacabada que exige sucessivas interpretações, aproximações e afastamentos para novos retornos ao tema. Nessa perspectiva, o *problema de pesquisa* consistiu em: Como se deu a influência do marxismo na história da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, na formação da graduação da PUCRS, no período entre 1982 e 1996, na época do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares? Assim, com a proposta de adensar a análise e as tendências já postas em evidência ao Serviço Social é que esta dissertação ganha direção. Para isso, conta com as *questões norteadoras* que consistiram em: a) Quais as determinações históricas que influenciaram a interlocução do marxismo na Escola de Serviço Social de Porto Alegre, no período de 1982 a 1996? b) De que modo se expressou o marxismo na formação graduada na Escola de Serviço Social da PUCRS, no mesmo período? c) Qual a compreensão dos docentes sobre a relevância do marxismo na formação, considerando as tendências curriculares do período?

A metodologia utilizada parte de um estudo de tipo misto, articulada na análise histórica das determinações e conexões dos processos de formação curricular da profissão no recorte de tempo já apresentado. A estratégia para a coleta de dados objetivou o resgate e a memória histórica do Serviço Social por meio de análise da pesquisa documental, revisão bibliográfica e das entrevistas realizadas com assistentes sociais docentes e discentes. No que se refere à análise da pesquisa documental, essa ocorreu no acervo histórico da Escola de Porto Alegre, com ênfase para os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) do período supracitado. Já no primeiro contato com o acervo histórico da PUCRS, percebeu-se a importância de organizar os documentos dispostos em diversos armários, os quais nos aguardavam para contar, por meio de muita linguagem documentada, a memória de uma profissão, e também a relação destes sujeitos, Assistentes Sociais, com o seu tempo histórico. Atualmente, o acervo histórico da área de Serviço Social fica localizado no Campus da PUCRS, no prédio 9 da Escola de Humanidades, no

segundo andar, sala 206. O espaço leva o nome da Assistente Social Lúcia Castilhos, em homenagem à diretora da Escola de Serviço Social entre o final da década de 1950 e início dos anos 1960, a primeira mulher a exercer cargo diretivo na PUCRS. O acesso ao acervo ocorreu mediante autorização e pela generosidade do Prof. Dr. Francisco Kern, coordenador do curso de Graduação em Serviço Social da instituição.

O parâmetro quantitativo de materiais localizados no acervo histórico partiu da nota quatro, página 387, da tese da Prof.^a Dr.^a Leonia Capaverde Bulla². A autora (1992) informa que o total de formandos entre 1948 até o primeiro semestre de 1991 corresponde a 1.186, respectivamente 51 homens e 1.135 mulheres, o que aponta para um predomínio feminino de assistentes sociais na Faculdade de Serviço Social da PUCRS desde a sua origem. Os dados quantitativos apontados por Bulla (1992) também direcionaram para uma amostra de 401 trabalhos, entre os anos de 1982 até o primeiro semestre de 1991, igualmente localizados no acervo histórico da PUCRS. Neste processo de desocultamento do real, a intencionalidade da pesquisa no acervo histórico voltou-se para a possibilidade de aproximação e análise dos TCC's no período estudado. Além disso, a análise dos dados dos documentos seguiu o “Roteiro de Análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social (1982 - 1996)” (APÊNDICE A).

As atividades no acervo tiveram início no ano de 2019 com a organização dos TCC's, quando os documentos foram retirados dos armários e organizados por décadas e depois por ano. O próximo passo consistiu em registrar em planilha as principais informações: quantidade de TCC's, atribuição de ordem numérica ao TCC, título do trabalho, autor/a, orientador/a, nota/grau. Nesse processo, foi possível constatar a existência de mais de um exemplar do mesmo TCC, trabalhos realizados em dupla, TCC em que o estudante foi reprovado. A seleção dos trabalhos planilhados nesse momento tiveram por critérios: pertencer aos anos analisados de 1982 até 1996 e não apresentarem duplicidade. Após sucessivas aproximações, realizadas entre os anos de 2019 e 2021, de inúmeras lavagens de mãos sujas pelos documentos empoeirados, dos braços cansados de deslocar cuidadosamente cada trabalho, chegou-se ao final dessa etapa. No levantamento

² BULLA, Leonia C. **Serviço Social, Educação e Práxis: tendências teóricas e metodológicas**. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

de dados realizado foi possível, portanto, verificar que o acervo é constituído atualmente de 615 volumes de Trabalhos de Conclusão de Curso do Serviço Social, datados do período de 1982 até 1996, uma média de 43 por ano no percurso dos 14 anos. A seguir são comparados os dados sistematizados dos TCC's a partir da tese de referência com os documentos localizados no Acervo Histórico da PUCRS.

QUADRO 1 – Quantitativo de Trabalhos de Conclusão de Curso da PUCRS de 1982 até 1996.

Quantitativo de Trabalhos de Conclusão de Curso da PUCRS de 1982 até 1996																
	Total	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
BULLA (1992)	401	47	55	46	59	49	48	27	35	30	5	0	0	0	0	0
Acervo (2021)	615	45	58	48	57	48	51	29	36	30	46	33	34	38	28	34

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações obtidas em Bulla (1992, p.387) e da sistematização da pesquisa no Acervo Histórico da PUCRS entre os anos de 2019 e 2021 (2021).

É possível perceber uma diferença entre a quantidade de trabalhos listados na Tese e os localizados recentemente no acervo histórico. Existem alguns fatores para isso: primeiramente, a Tese apresenta informações até o primeiro semestre do ano de 1991, enquanto a presente pesquisa se estende até 1996; em segundo, a Tese considera o quantitativo de alunos/as e nesta pesquisa o referenciamento é por trabalho; em terceiro, há possibilidade de o trabalho de algum/a aluno/a não ter sido localizado ou de não constar no acervo; já quarto fator diz respeito à possibilidade de reprovação, pois, por vezes, alguns trabalhos não apresentavam nota/grau sendo, dessa forma, incluídos na planilha para análise. Assim, alcançou-se o dado quantitativo de 615 TCC's para posterior composição da amostra da pesquisa.

A etapa seguinte, de análise da pesquisa documental, teve por determinante o prosseguimento da pesquisa da professora orientadora. Os critérios de inclusão e exclusão apresentam uma continuidade da amostra da pesquisa em andamento. Isso significa que foram analisadas as referências teóricas dos 615 TCC's a fim de identificar os/as autores/as e as obras balizadoras de cada trabalho. Neste mapeamento inicial, a seleção dos materiais foi construída a partir das informações obtidas no conjunto da obra e de suas referências. Portanto, o quantitativo inicial da amostra equivale a 615 TCC's. Desses, 205 volumes permanecem na amostra e

410 TCC's não correspondem aos critérios da pesquisa.

No mapeamento seguinte retoma-se a análise das referências dos 205 TCC's. Isso significa que nesta segunda etapa da análise foram incluídos na amostra: as citações de referências de autores/as latino-americanos/as próximos da vertente de orientação crítica do Serviço Social e do marxismo; autores/as brasileiros/as com referências próximos à vertente de orientação crítica do Serviço Social e ao Marxismo; autores/as marxistas que não são do Serviço Social; livros da editora Cortez dos anos 80, cujas obras apresentam o debate crítico da profissão e/ou da sociedade. Foram excluídos da amostra as obras que marcam as tendências já referenciadas por Netto (2011): fenomenologia, reatualização do conservadorismo e modernizadora; além das obras do CBCISS; os/as autores/as da vertente clássica do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade e autores/as internacionais não relacionados ao Movimento de Reconceituação. Assim, dos 205 TCC's, a partir dos critérios de inclusão e exclusão, chega-se à exclusão de 119 TCC's e de uma seleção de 86 obras.

É possível demarcar o predomínio de tendências não marxistas na formação. Todavia, nosso objetivo de investigação corresponde à sistematização e à análise dos trabalhos que apresentam a tendência do debate dialético-crítico da profissão. Para tanto, uma nova revisão foi realizada. Nesta etapa, cuja amostra era composta de 86 TCC's, realizou-se o cruzamento das informações das referências, ou seja – ainda que todos/as estivessem concluindo uma formação em Serviço Social – foi feito o cruzamento das referências entre as obras do Serviço Social e as outras obras apontadas no trabalho. Foi constatado que todos os trabalhos apresentam referências de obras do Serviço Social, todavia, era preciso investigar com maior precisão as obras com tendência de orientação crítica e do campo do marxismo. Com este propósito de apurar as referências selecionadas para a amostra, fez-se o registro em planilha de Excel de uma lista composta por autores/as conhecidos/as no campo da tendência de orientação crítica. Neste processo de captura do conhecimento dos autores do Serviço Social e do Marxismo, retomou-se a pesquisa bibliográfica dos livros: NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*; NETTO, José Paulo. *KARL MARX: uma biografia*; GUERRA, Yolanda (et al). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. A escolha de tais obras deu-se pela relevância dos sujeitos na militância social e pela consistência travada no debate da profissão e/ou do

Marxismo. Dessa forma, a partir dos critérios de inclusão e exclusão dos 86 TCC's analisados, teve-se a exclusão de 31 trabalhos e foi possível alcançar a amostra quantitativa de 55 TCC's.

Neste processo investigativo da pesquisa, além do registro das informações já mencionadas para a amostra de 55 TCC's, foram incluídas na planilha o registro das seguintes informações: espaço sócio-ocupacional no qual o/a aluno/a realizou o estágio e escreveu o TCC, a temática na qual o trabalho esteve vinculado e o número de referências utilizados no TCC. Quanto ao registro do/a orientador/a e/ou supervisor/a de estágio, percebeu-se que nem todos os Trabalhos apresentavam esta informação e nomenclatura. Quando apontados, são registrados em diferentes localizações no TCC: agradecimentos, dedicatórias, apresentação ou na conclusão. Além disso, a Política Nacional de Estágio foi construída em 2010 após os anos da baliza histórica estudada, sendo, portanto, frágil ou inexistente a concepção de tríade. Isso significa que os trabalhos analisados apresentam confluência entre supervisor/a e orientador/a. Ainda sobre a caracterização geral dos TCC's, conforme já mencionado anteriormente, nem todos os trabalhos apresentam grau/nota. Todavia, até o ano de 1991, é possível identificar com mais frequência a informação descrita nos trabalhos, já a ausência do registro de grau/nota no trabalho parece ter deixado de ser uma prática de 1992 até 1996.

Em relação ao quantitativo de referências citadas, da amostra dos 55 TCC's, destaca-se que foram planilhados e analisadas 1.389 referências. Para a análise das referências, primeiramente, cada uma foi registrada em planilha Excel, contendo as seguintes informações: autor/a; título da obra; ano e número do TCC. Nesse momento, o objetivo foi investigar as obras das 1.389 referências citadas. A conclusão a que se chega é que o quantitativo de 1.389 referências, citadas nos 55 TCC's selecionados na amostra da pesquisa, são compostas de 691 obras, algumas dessas obras de um/a autor/a aparecem apenas uma vez e outras obras de autores/as apresentam repetição. Neste mapeamento não nos detemos no quantitativo de autores/as que aparecem. O objetivo central foi mapear as obras com maior incidência. O aprofundamento dos autores com maior incidência pode ser uma análise interessante para futuras pesquisas, de novos discentes, inclusive.

Após obter a informação de 691 obras para as 1.389 referências, o próximo passo consistiu na categorização de tais obras. Isso significa que nesse momento foram adotadas as seguintes categorias de análise para as 691 obras mapeadas:

Serviço Social; Política Social; Marx e Engels; Marxismo Clássico; Intérpretes do Marxismo; Temáticas do Marxismo; Educação e Filosofia; e Outros. As categorias foram construídas a partir da totalidade das referências apresentadas e do objeto de análise. Isso significa que a categorização e o tratamento das informações do acervo ocorreu por meio de roteiros de análise, com utilização de técnica de análise documental, a qual mostra-se relevante uma vez que “os documentos expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrição de fatos...” (PRATES; PRATES, 2009, p.115). Em termos de síntese desse percurso, o quadro a seguir apresenta o movimento da categorização das 691 obras.

QUADRO 2 – Sistematização das Categorias de Referência.

Sistematização das Categorias de Referência		
Categoria	N.º de Obras	N.º de Referências
Outros	340	671
Serviço Social	187	381
Política Social	66	112
Educação e Filosofia	32	84
Temática do Marxismo	27	49
Intérpretes do Marxismo	17	56
Marxismo Clássico	14	24
Marx e Engels	08	12
Total	691	1.389

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização da análise dos 55 TCC's selecionados no Acervo Histórico da PUCRS (2021).

Conforme quadro acima, a categoria “Outros” aparece em primeiro lugar, apresentando 340 obras, as quais estão representadas em 671 referências. Nessa categoria são agregadas as referências de: dicionários; documentos religiosos; literatura; leis; portarias; regimentos; cartilhas; documentos; notas de diferentes veículos de comunicação; diário de campo (envolvendo as temáticas específicas dos espaços sócio-ocupacionais, por exemplo: criança, adolescente, mulheres, idosos, educação, empresa, sexualidade, etc.) e as referências de metodologia de pesquisa

e temáticas de pesquisa. Dessa maneira, o debate que será adensado e problematizado nesta dissertação envolve as demais categorias sinalizadas no quadro acima: Serviço Social, Política Social; Marx e Engels; Marxismo Clássico; Intérpretes do Marxismo; Temáticas do Marxismo; Educação e Filosofia.

A categoria Serviço Social aparece em segundo lugar com 187 obras, as quais se desdobram em 381 referências. Em terceiro lugar está a categoria Política Social, com 66 obras citadas em 112 referências. Já em quarto lugar, a categoria Educação e Filosofia aparece com 32 obras e 84 referências. O tema central da pesquisa, que envolve as tendências do marxismo na formação, está construído em quatro categorias. A categoria Temáticas do Marxismo é constatada em 27 obras e 49 referências. Enquanto a categoria Intérpretes do Marxismo está construída em 17 obras e 56 referências. A categoria Marxismo Clássico é composta por 14 obras e 24 referências. Por fim, a última categoria é Marx e Engels com 08 obras e 12 referências. Uma vez realizada a categorização das 691 obras, foi possível mapear as principais referências utilizadas nos TCC's da amostra. As obras de maior incidência serão apresentadas e contextualizadas no percurso desta dissertação.

Com o intuito de visualização do conjunto das informações que envolvem o processo de construção da análise documental, retoma-se e apresenta-se no quadro abaixo os dados obtidos no delineamento da amostra.

QUADRO 3 - Base Quantitativa da Pesquisa (TCC's de 1982 até 1996).

Base Quantitativa da Pesquisa (TCC's de 1982 até 1996)						
Ano	BULLA (1992)	Acervo (2021)	1º Análise (2021)	2º Análise (2021)	3º Análise (2021)	4º Análise (2021)
1982	47	45	14	6	4	0
1983	55	58	10	4	3	3
1984	46	48	16	8	6	1
1985	59	57	14	5	3	0
1986	49	48	17	4	3	0
1987	48	51	14	7	3	1
1988	27	29	10	5	4	0
1989	35	36	16	5	3	0
1990	30	30	10	3	2	1
1991	5	46	11	7	6	2
1992	0	33	11	9	4	1
1993	0	34	9	5	2	0
1994	0	38	22	6	4	2
1995	0	28	11	3	3	0
1996	0	34	20	14	5	0
Total	401	615	205	85	55	08

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações obtidas na Tese de Bulla (1992, p.387) e pela sistematização da pesquisa no Acervo Histórico da PUC-RS entre os anos de 2019 e 2021 (2021).

Compreende-se até aqui que a amostra qualitativa é subsidiada pela análise quantitativa do processo de pesquisa realizado. O percurso de aproximação com todos os TCC's, localizados de 1982 até 1996, foi fundamental para se chegar ao quantitativo da amostra. De mesmo modo, a análise qualitativa não seria possível na integralidade sem o desdobramento das etapas anteriores. Para sustentar a aproximação com a temática da formação em Serviço Social no currículo de 1982, outras etapas de pesquisa bibliográfica e de entrevistas constituem esta dissertação.

A pesquisa bibliográfica foi importante nesta pesquisa pois, conforme Lima e

Mioto (2007, p.40), “possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.”. Dessa forma, para a revisão bibliográfica, o processo metodológico contou com consulta na base de dados da Revista científica Serviço Social e Sociedade, publicada entre 1982 a 1996. A revista em questão é pertinente por ser um canal de divulgação em nível nacional dos conteúdos pesquisados e debatidos entre a categoria profissional desde 1979.

O levantamento de dados realizado nos sumários da Revista Serviço Social e Sociedade permite evidenciar que entre os anos de 1982 até 1996, dos volumes 8º até 52º, a revista publicou o equivalente a 475 publicações, dos quais 36 artigos fazem referência à temática da formação e do ensino em Serviço Social. Observa-se, pelo exposto, que a produção sobre a formação e o ensino em Serviço Social é escassa, representando menos de 7,57% do total da produção publicada na Revista.

QUADRO 4 – Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 até 1996: Formação e Ensino.

Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 até 1996: Formação e Ensino											
ANO	1982	1984	1985	1986	1987	1989	1990	1991	1994	1995	1996
Nº de Artigo	1	12	1	1	1	3	3	1	4	3	6

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização dos artigos da Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 até 1996 (2021).

Os dados do quadro acima foram obtidos a partir da elaboração de planilha e do processo de seleção das publicações dos artigos dos descritores identificados, dentre esses, o de formação e ensino em Serviço Social. Constata-se na planilha acima que nos anos de 1983, 1988, 1992 e 1993 não foram publicados artigos na Revista Serviço Social e Sociedade com a temática de formação e ensino em Serviço Social. É possível identificar na planilha, também, os anos em que aparece a temática da formação e ensino em Serviço Social, bem como o quantitativo de 36 artigos dispostos em 11 anos. A partir destes 36 artigos identificados com a temática em questão neste levantamento, foi possível construir subcategorias com base no nome dos títulos dos artigos os quais são apresentados abaixo.

**QUADRO 5 – Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 até 1996: Subcategorias -
Formação e Ensino**

Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 até 1996: Subcategorias da Formação e Ensino		
Subcategorias	Artigo	Agrupados
Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996	5	
Supervisão	3	6
Estágio	3	
Experiências dos cursos de Serviço Social	3	9
Ensino no Serviço Social	3	
Docência em Serviço Social	1	
Pesquisa e formação profissional	2	
Pesquisa sobre a formação profissional	2	9
Disciplina de Metodologia - currículo de 1982	2	
Disciplina de História - currículo de 1982	1	
Filosofia na formação - currículo de 1982	2	
Política e proteção social na formação	2	
Universidade e Ensino Superior	2	
América Latina e formação profissional	2	
Outros temas	3	
Total:	36	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização dos artigos da Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 até 1996 (2021).

A pesquisa de campo realizada posteriormente, e por vezes concomitantemente à produção histórica escrita, foram realizadas através de entrevistas com Assistentes Sociais docentes e discentes, que aceitaram participar do estudo e que compartilharam suas vivências acerca do período estudado. Conforme Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa realizada por meio das entrevistas oportuniza trabalhar de forma ampla as experiências sociais dos sujeitos, reconhecendo sua singularidade do mesmo modo que as articula ao contexto e à totalidade social. Utiliza-se a concepção de sujeito coletivo, tendo em vista que as

peças participantes da pesquisa constituem referência grupal, expressando, com isso, as vivências de um determinado segmento social. A partir da pesquisa qualitativa e da oralidade, desvenda-se tanto o caráter subjetivo como o social da memória, tendo por direção o passado enquanto questão a ser recuperada, problematizada, explicada e desvendada no presente. As entrevistas foram desenvolvidas a partir de Roteiros (APÊNDICE B), construídos conforme os dados obtidos na pesquisa documental e elaborados a partir de pressupostos teóricos da história oral temática (MEIHY; HOLANDA, 2017). No desenvolver da realização das entrevistas, foi adotado também o procedimento metodológico da construção de rede de história oral, processo em que a seleção dos sujeitos participantes ocorre através de indicações dos participantes do estudo, dando vazão aos argumentos e às memórias de dado grupo no que tange à temática alvo de estudo, tomando por referência a realização de entrevista marco zero, como ponto de partida da investigação em história oral temática (MEIHY; HOLANDA, 2017).

Considera-se, assim, os gêneros de história oral enquanto: oral de vida, tradição oral, testemunhal, e história oral temática, a qual terá aplicabilidade para a presente pesquisa. Na História Oral Temática existe uma interferência do pesquisador, isso porque existe um tema de comum interesse. Neste horizonte, existiu um objeto para a entrevista e por sua condução, algo do qual se almeja ouvir a opinião, as experiências e a posição do/a entrevistado/a, mesmo que isso possa destoar da posição da pesquisadora. Nesse sentido, na fala com o/a entrevistado/a prevalece a busca pelo cuidado contínuo durante o diálogo, com respeito por sua subjetividade, de mesmo modo sem realizar interrupções bruscas na sua fala. Para a realização de tais objetivos é indiscutível uma base teórica e metodológica para dar suporte a estas importantes particularidades (BONI, 2013), motivo pelo qual é comum a utilização do recurso de roteiros e de questionários que delimitam os temas a serem abordados durante a entrevista.

Salienta-se que as entrevistas foram realizadas após autorização do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (APÊNDICE C), e considerando a prerrogativa de garantia do bem-estar e o sigilo no seu desenvolvimento. Além disso, o contexto de pandemia de COVID-19 impôs o distanciamento social. Dessa forma, as entrevistas foram registradas em formato on-line por meio de gravação de áudio e vídeo, possibilitando um amplo acervo de informações, e também foram transformadas em dados textuais, mediante transcrição.

Embora se compreenda que os aspectos éticos sejam transversais e compreendam todo o projeto, salienta-se a busca pela sua aplicação através da valorização dos sujeitos, da sua experiência social e, sobretudo, da sua escolha consciente e autônoma no processo de participação do estudo. A pesquisa foi respaldada na Resolução 510/2016, a qual considera que “pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes.” (BRASIL, 2016). Além disso, como já mencionado, esta dissertação se articula a um projeto de pesquisa mais amplo, o qual encontra-se aprovado no comitê de ética e pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS. Dessa forma, foi enviado um adendo ao respectivo comitê que obteve aprovação, autorizando a ampliação da amostra de entrevistas.

As pessoas identificadas e selecionadas para as entrevistas partiram da análise da documentação histórica disponível no acervo público da PUCRS. O convite para os docentes Assistentes Sociais, ocorreu mediante contato telefônico e e-mail, obtidos através dos/das docentes da PUCRS e da UFRGS. Os depoimentos foram obtidos por entrevistas realizadas com quatro Assistentes Sociais docentes da PUCRS que vivenciaram o contexto pesquisado e que concordaram em participar da pesquisa, com um total de sete entrevistas realizadas na pesquisa.

Com o intuito de apreender suas memórias sobre o Serviço Social, o método dialético-crítico e a respeito da realidade social, os momentos de diálogos foram mediados pelo que foi construído a partir da análise dos documentos analisados. Foi utilizada a técnica de triangulação na coleta de dados da pesquisa, pois esta “parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social.” (TRIVIÑOS, 1987, p.138). Assim, a análise dos TCC’s, da revisão bibliográfica e das entrevistas realizadas com Assistentes Sociais docentes, sobretudo, possibilitou esta técnica de triangulação que “tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo.” (TRIVIÑOS, 1987, p.138). É importante salientar, também, que Triviños mostra-se fundamental nos estudos de orientação marxista. Dessa forma, a exposição do produto da investigação será disposto em dois capítulos, os quais são um todo articulado pelo mesmo debate.

No primeiro capítulo será apresentado o contexto da realidade Brasileira e do Serviço Social no período de 1982 até 1996, o qual apresenta relevância para o debate dos fundamentos considerando as diretrizes curriculares de 1996. O objetivo, neste momento, é retomar a história do Brasil e do Rio Grande do Sul em seus processos sócio-históricos, para adentrarmos posteriormente nos desdobramentos que envolvem a movimentação histórica dos/as profissionais em Serviço Social. Pontua-se que este é um recorte inicial e parcial da história, o qual novas pesquisas e adensamentos construirão novas sínteses.

O debate que segue no segundo capítulo, de mesmo modo, é uma síntese provisória da temática que envolve as tendências da formação profissional em Serviço Social. Nesta etapa, retomam-se os Fundamentos do Serviço Social a partir da história para melhor compreender a interlocução com o marxismo, debate que se baliza na continuidade à reflexão das tendências postas ao Serviço Social e às expressões do marxismo na Escola de Serviço Social da PUCRS.

Quanto aos desdobramentos desse contexto, para a devolução dos dados da pesquisa, intenciona-se a produção de artigo a ser publicado em revista científica. Almeja-se, além disso, construir outras formas de publicação dos resultados, tendo em vista o investimento público na pesquisa e a possibilidade de subsidiar o acesso à informação e ao estímulo de novas pesquisas no tema.

1. CONTEXTO DA REALIDADE BRASILEIRA E DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 1982 ATÉ 1996

O objetivo deste primeiro capítulo é debater o contexto da realidade brasileira e do Serviço Social em suas particularidades em paralelo à história do Rio Grande do Sul. O recorte de 1982 a 1996 demarca o novo currículo da formação, uma baliza temporal permeada de estruturas e conjunturas internacionais, nacionais e regionais – motivo pelo qual torna-se imprescindível realizar o debate em torno de seus antecedentes sócio-históricos e políticos. É nesta direção que o primeiro subcapítulo, determinações sócio-históricas da ditadura civil-militar no processo de abertura democrática, situa brevemente as barreiras impostas pela ditadura-civil militar de 1964 à 1985, considerando os movimentos de resistência, da Campanha da Legalidade, dos esforços coletivos em torno da luta pela Anistia e as determinações que envolvem as alternativas de protestos nas ruas e na institucionalidade, com a formação político-partidária e com o fim do bipartidarismo.

Já no segundo subcapítulo, desdobramentos sócio-históricos da realidade brasileira e do Rio Grande do Sul, retomam-se as rupturas e as permanências da realidade nacional e regional. Para isso, pontuam-se os desdobramentos da nova constituinte, conjuntamente ao debate da instauração dos novos partidos políticos e recuperam-se os primeiros passos sociais da democracia representativa, o percurso colocado na legalidade da nova constituição cidadã ao direito à Seguridade Social e da Proteção Social pública. Este itinerário, exposto no primeiro e segundo subcapítulos, explica e se conecta à trajetória do Serviço Social, já no terceiro subcapítulo, Serviço Social nos desdobramentos do contexto brasileiro e do Rio Grande do Sul. Os fios condutores desta profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, são circunscritos às tendências às quais os/as assistentes sociais se filiam na sociedade e no interior do Serviço Social.

No cenário histórico nacional da época ecoam as tendências: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura (NETTO, 2011), considerando ainda no Rio Grande do Sul a vertente do Reformismo Reconceituador (CLOSS; MACHADO; ZACARIAS, 2018). O aprofundamento dos

propósitos das vertentes de orientação crítica são contextualizados no marco das ditaduras latino-americanas pelo Movimento de Reconceituação. A construção crítica da análise da sociedade e da profissão adentra as organizações institucionais da categoria através do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), da Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETS) e da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)³. De mesmo modo, os/as assistentes sociais apresentam acúmulos e começam a disputar a linha de frente no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais e no I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS). Na universidade, o protagonismo se constrói no percurso dos sujeitos da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) com o movimento do “Método BH”. Já o retrato das particularidades estabelecidas na formação profissional do Serviço Social na PUCRS são sinalizadas neste capítulo e aprofundadas no capítulo seguinte.

Conforme apontado na introdução deste trabalho, realizaram-se aproximações sistemáticas no acervo histórico do Serviço Social da PUCRS, com o intuito de resgatar a influência do marxismo na história da Escola de Serviço Social de Porto Alegre na formação da graduação da PUCRS, no período entre 1982 e 1996. A amostra inicial consistia em 712 Trabalhos de Conclusão de Curso. Com as sucessivas aproximações, chega-se à análise qualitativa de 55 TCC's com citações de referências ao Serviço Social de orientação crítica e das Ciências Sociais, com identificação de oito TCC's que apresentam referência direta às obras de Marx e Engels.

Para a sistematização das informações dos oito TCC's, serviu-se de um Roteiro de Análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social (1982 - 1996), composto pelos seguintes tópicos de investigação: 1- Identificação do documento; 2- Análise da realidade; 3- Análise da profissão; 4- Marx e Engels; 5- Referências; 6- Análise geral do TCC e 7- Outras observações. Os itens 3 a 7 serão debatidos no capítulo seguinte da dissertação. Todavia, parte do item 1 e o conjunto das informações do item 2 serão incluídos no debate que segue neste capítulo. Isso significa que, com a sistematização das informações, a “identificação dos documentos” permite apontar que os TCC's da amostra correspondem em

³ As instituições serão referidas, a partir deste momento, por suas siglas.

numeração conforme os seus respectivos anos: 122 (1984), 288 (1987), 391 (1990), 399 (1991), 415 (1991), 469 (1992), 562 (1994) e 572 (1994). Pelo exposto, evidencia-se ainda a escassez da influência marxiana, não tendo sido localizado nenhum TCC com referência direta às amostras de Marx e Engels nos anos de: 1982, 1983, 1985, 1986, 1988, 1989, 1993 e 1995. É nesta direção que o quadro abaixo apresenta os TCC's da amostra segundo o ano e dá visibilidade, possivelmente pela primeira vez na história do Serviço Social gaúcho, ao nome das alunas e ao título dos TCC's com referência direta às obras de Marx e Engels.

QUADRO 6 – TCC's com referência às obras de Marx e Engels de 1982 até 1996.

Trabalhos de Conclusão de Curso com referência às obras de Marx e Engels de 1982 até 1996		
Ano	Aluna	Título do Trabalhos de Conclusão de Curso
1984	Lígia Maria Sica da Rocha	Relato de uma experiência prática em que os conflitos são postos à tona
1987	Eva Luisa da Silva	O processo de participação como indicador de possíveis transformações nas relações Empregados / Empregador
1990	Idilia Fernandes	Qualidade profissional: uma busca no “fazer” cotidiano
1991	Tatiana Medeff Kappel	Aprendizagem: o caminho percorrido para a construção do “EU” profissional
1991	Angela Fraga	O Serviço Social frente às novas perspectivas da relação entre Homem e Trabalho – Um estudo exploratório
1992	Maria Helena Fagundes	O Serviço Social e as políticas de saúde: o enfrentamento das questões sociais dos pacientes tuberculosos numa Unidade Sanitária
1994	Clarence L. Varone da Rocha	O trabalho policial: seu caráter patogênico e a laborterapia como atividade estruturadora
1994	Ruthe Correa da Costa Schnorr	O Serviço Social e a saúde do trabalhador contextualizada numa práxis empresarial

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da sistematização da pesquisa no Acervo Histórico da PUCRS entre 2019 e 2021 (2021).

Nesta etapa, de contextualização da realidade brasileira e do Serviço Social, serão incluídos na exposição do debate trechos dos TCC's das alunas em conclusão da formação em Serviço Social referidas no quadro acima. Sinaliza-se para a utilização da palavra alunas, no feminino, tendo em vista que, nesta amostra, todos os Trabalhos foram desenvolvidos por mulheres. Adensa-se, assim, os

argumentos obtidos no Roteiro de Análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social (1982 - 1996), a partir da sistematização do item “2- Análise da realidade”. Este item investiga a forma de exposição e compreensão dos seguintes aspectos: análise de totalidade (local, regional, país e internacional); percepções da realidade (histórica, cultural, política, social e econômica); mundo do trabalho; concepções de Estado e das Políticas Sociais; e o debate em torno da Questão Social, desigualdades, população e resistências.

Neste horizonte, a sistematização das informações da pesquisa permite concluir que a concepção de história e a forma de apreensão e debate dos contextos sócio-históricos se diferenciam em cada TCC. Dos oito TCC's, três realizam o debate a partir da política pública do campo sócio-ocupacional do estágio, são eles: os TCC's de n.º 562, 469 e 288. Já dois TCC's trazem a história a partir do debate do contexto do capitalismo, os de n.º 572 e 391. Enquanto isso, no TCC de n.º 415, predomina a perspectiva do trabalho, das relações de classes no interior do capitalismo. Em um dos TCC's, o de n.º 399, a história é abordada a partir da passagem de uma consciência ingênua para a consciência crítica no debate do aprendizado da formação profissional. Outro TCC, o de n.º: 122, apresenta organograma institucional, localiza o espaço sócio-ocupacional e apresenta os sujeitos, mas não desenvolve contextualização histórica.

Ainda sobre a abordagem histórica, é possível analisar que mesmo os trabalhos os quais ampliam a reflexão sobre o contexto social, ainda assim são frágeis no debate sobre as relações entre as instâncias macro e microsocial, ou seja, entre o relato da experiência de estágio e o debate histórico realizado. Por vezes, a contextualização da história é descritiva, ou a leitura do contexto que está prescrito pouco nos indica.

Sobre a história do Brasil, pontua-se que o contexto histórico da ditadura é o que mais aparece, em cinco de oito dos TCC's, com forte caracterização quanto ao governo autoritário que restringe as liberdades civis e políticas. Sobre este contexto, um ano antes de findar legalmente a ditadura no primeiro TCC analisado, de 1984, denuncia-se as violações de direitos humanos e a ausência de participação social:

[...] a consciência amordaçada e reprimida dos brasileiros, sobreviventes dos vinte anos de ditadura, sem perspectiva de participação no processo de decisões do país, explorados e oprimidos por uma minoria que não hesitou em matar e torturar os que dissessem ou possivelmente viessem a dizer não ao aprisionamento dos seres humanos, a morte lenta de suas

potencialidades latentes, a sua transformação cada vez mais plena em mercadoria, a uma juventude sem revolta – os revoltados desapareciam –, com uma “abertura” oriunda da pressão civil mas com a hegemonia da burguesia que rebocava os demais. Há alguns anos atrás começamos a gritar a necessidade de conscientização e participação evidenciando essa trágica lacuna da nossa história. (TCC 122, 1984, p.9-10).

Este Trabalho apresenta crítica ao sistema repressivo. Todavia, em um dos Trabalhos analisados, por exemplo, existe um contraponto a esta percepção. O trabalho em questão faz uma defesa ao aparelhamento da Polícia para a execução das investigações. Para ela: “A Polícia Civil necessita urgentemente de recursos em número significativo, uma polícia forte, aparelhada e bem formada, que investigue a tudo e a todos sem distinção.” (TCC 562, 1994, p.19-20). E complementa que, no trabalho desenvolvido junto aos policiais, estes relatam que o trabalho mudou após a CF/88, ou seja, “os policiais sentiram maior dificuldade no desempenho do seu trabalho logo após a Constituição.” (TCC 562, 1994, p.58). Chama a atenção que no trabalho não problematiza-se a relação entre Estado e polícia, e também não traz ao debate a relação do trabalho policial junto ao Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e ao Departamento de Operação Policial e Social (DOPS).

A discussão que segue no primeiro capítulo desta dissertação assume uma posição a respeito dos significados da ditadura e de suas expressões na correlação das classes sociais em disputa. Estes processos históricos, do movimento de anistia à abertura democrática, foram pouco problematizados no Currículo de 1982 da formação em Serviço Social. A relação por outro lado com as políticas públicas, como aponta um/uma dos/das docentes entrevistados/entrevistadas, já se fazia presente no adensamento do debate da Constituição Federal.

Nós estudamos a Constituição Federal, foi importante a base teórica que tivemos. Estudávamos a Constituição na sua relação a garantia dos direitos, voltado para a área da Política de Assistência Social. O debate político da Constituição, enquanto movimento histórico e de atravessamentos com a ditadura, não fizemos. Não debatemos com consistência a ditadura e o processo de Anistia. Nenhum desses movimentos. Passamos por estes temas de forma superficial. (Docente 3, 2021).

Quando, ao longo da pesquisa, reporta-se à análise em torno da história do Rio Grande do Sul, apenas um, de oito Trabalhos, apresenta este debate. Assim, no TCC de n.º 469, realiza-se a defesa da saúde enquanto direito de todos e previsto no Art. 241 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 1989. A história de

Porto Alegre se constrói a partir da vivência nos espaços-ocupacionais. Já, a história da saúde ganha destaque, com debate em três dos oito TCC's, a exemplo do TCC n.º 572, que relaciona a saúde ao trabalho no sistema capitalista: "...quando existe saúde, esta é vendida ao capital, no momento em que esta saúde não se fizer mais presente em nosso corpo, também somos retirados do mercado de trabalho sem alternativas e sem fazer valer os direitos de sobrevivência." (TCC 572, 1994, p.86). Além disso, sob a perspectiva do debate das instituições de saúde e/ou do processo saúde-doença, evidencia-se em alguma medida a política de saúde no município.

A realidade das comunidades, as associações de moradores e as pautas de reivindicações comunitárias são apresentadas em dois de oito TCC's; por exemplo, o TCC 391 que apresenta a forma de organização e as prioridades deliberadas pelos moradores do território onde realizou o estágio:

As pessoas presentes na reunião discutiram o assunto e o consenso geral foi que consideraram possível construir uma creche, mesmo nestas condições, pois, se organizando poderão responder pela manutenção, conseguir doações, unindo esforços conseguirão realizar esta obra, se a LBA ajudar na construção. (TCC 391, 1990, p.58).

Na mesma quantidade, dois TCC's debatem a precariedade do trabalho nas empresas e os direitos trabalhistas, com eventuais sinalizações ao contexto do município de Porto Alegre.

Rigidez no horário "fazer sem parar como máquinas"; perda de direitos; folga; péssimas condições de trabalho a exemplo: de cadeiras desconfortáveis, teto em precárias condições, assoalho irregular, poeira, gás, estas reclamações partem de empregados que trabalham há anos na Empresa. (TCC 572, 1994, p.82).

O conteúdo do TCC, denuncia a exploração e a precariedade do processo de trabalho. Já em um de oito TCC's, pontua-se as reivindicações das mulheres mães. Esta pauta, a respeito da necessidade de creches para as mulheres mães trabalharem, é constatada em três de oito TCC's. A exemplo do TCC de n.º 122, que traz a realidade das trabalhadoras de uma creche ao desvelar o desrespeito à carga-horária de trabalho e às dinâmicas das relações constituídas entre os sujeitos:

Eram contratadas para trabalharem 6 horas por dia, as cumpriam das 08h às 10h diárias, e não tinham sequer intervalo de 1h para o almoço...Junto a isso colocamos o valor do trabalho humano, evidenciamos que sem o trabalho da cozinha a creche, por mais técnicos que tivessem no seu quadro, não funcionaria. Todas as nossas conversas foram no sentido dos

seus direitos trabalhistas serem garantidos e na valorização do trabalho da cozinha. (TCC 122, 1984, p.35).

Os argumentos em torno do mundo do trabalho, das denúncias às formas de exploração do trabalho no capitalismo e da divisão social do trabalho, mostram-se presentes em cinco TCC's. Por exemplo, o TCC de n.º 391, em que o valor da força produtiva do trabalho é posta no debate: "O produto da força de trabalho do operário, é comprado pelo capitalista para ser vendido com lucro. Neste caso, o lucro é consequência do fato do operário receber um salário menor em relação à mercadoria produzida por ele." (TCC 391, 1990, p.14). Já em dois, de oito documentos, o mundo do trabalho não ganha a tônica das reflexões. No entanto, em um TCC o trabalho ganha uma dimensão tanto subjetiva quanto objetiva. Nessa perspectiva, o texto desenvolve os argumentos com referência teórica de Freud, e sinaliza que "... Freud sugere que o trabalho pode propiciar o uso das inclinações do indivíduo e dos impulsos instintivos, desde que possa ser livremente escolhido."(TCC 562, 1994, p.45). Neste mesmo texto também faz referência a Marx e argumenta que "... para Freud o trabalho para o homem é a maneira de estar ligado ao meio social, ou seja, à sociedade, de sentir-se vivo e útil, enquanto para Marx, o trabalho é colocado no sentido de ser vital, vinculado à consciência e à objetivação do ser humano, livre e consciente, que pode criar." (TCC 562, 1994, p.46). A presença de Freud e Marx no mesmo TCC convoca para o debate do ecletismo e do pluralismo presente na formação em Serviço Social, motivo pelo qual é adensado neste primeiro capítulo da dissertação.

O debate do Estado encontra-se presente nos oito TCC's da amostra. Em três, o Estado vincula-se à ideia do Direito. No TCC de n.º 572, o debate do Estado se relaciona à manutenção do poder e à subordinação dos trabalhadores aos interesses econômicos e políticos do Estado, o que explicita o dever do Estado e o direito dos cidadãos. No TCC n.º 288, a sociedade é contextualizada nos marcos dos antagonismos de classes. Os argumentos são complementados com o debate da ideologia, o qual serve de impeditivo para a revolta e para a aceitação das leis enquanto justas e boas. Neste TCC, a dominação de uma classe é substituída pela ideia de interesse geral, na concepção de Estado. Ao mesmo tempo, esta dominação de uma classe por meio das leis é substituída pela representação dessas leis como legítimas, justas e válidas para todos. Assim:

Se o Estado e o Direito fossem percebidos na sua realidade como instrumentos para o exercício consentido da violência, ambos não seriam respeitados e as classes dominadas se revoltariam...A ideologia substitui a realidade do estado pela idéia⁴ de Estado, ou seja, a dominação de uma classe é substituída pela idéia de interesse geral. Do mesmo modo, substitui a relação do Direito pela idéia do Direito, ou seja, a dominação de uma classe por meio das leis é substituída pela representação dessas leis como legítimas, justas e válidas para todos. (TCC 288, 1987, p.26).

Por fim, o TCC de n.º399 denuncia os limites do Estado e da política pública. Neste TCC, é problematizado as concepções de concessão e direito, nas condições de miséria em que o povo vive e que o Estado não supre.

A princípio, achava que isto era reflexo da acomodação de um povo que espera as soluções prontas do governo. Aos poucos, fui ligando fatos e ligando pontos, e fui assimilando que, na realidade, os recursos que a LBA presta são pagos pela própria condição de miséria em que o povo vive e que o Estado não supre. (TCC 399, 1991, p.48).

Em dois TCC's, os de n.º 415 e 562, o Estado é relacionado ao paternalismo. Nesse sentido, um dos TCC's apresenta a queda do paternalismo do Estado e vincula esta perspectiva ao fortalecimento dos sindicatos, dos movimentos grevistas e dos avanços constitucionais e, também, da liberação das importações que acompanham a competitividade. No outro TCC, o Estado apresenta-se enquanto guardião e paternalista, que cria políticas compensatórias e de exclusão das classes subalternas:

O Estado apresenta-se também, como guardião e paternalista, através de políticas como estratégias de evitar conflitos sociais. Estas políticas, nada mais são que políticas compensatórias e de exclusão da classe subalternizada, ao acesso dos bens de consumo e serviços oferecidos à sociedade como saúde, educação, habitação, lazer, etc. (TCC, 562, p.20-21, 1994).

Neste TCC, o Estado é um instituto fundamental da sociedade, ao regular e criar mecanismos de controle, ao mesmo tempo que serve para evitar crises econômicas. Já em dois, de oito TCC's, o Estado é vinculado à política social. No TCC de n.º 122, apreende-se pelo reconhecimento do Brasil enquanto país capitalista, marcado por desigualdades sociais e, dessa forma, o Estado se volta a atender às demandas dos mais explorados. Ou no TCC de n.º 391, pela necessidade de mobilização coletiva em prol da ampliação das políticas de Estado, em que aparece no Trabalho a seguinte descrição: "Um fator relevante é que as políticas assistenciais se ampliam à medida que a população se mobiliza e ameaça

⁴ Ressalta-se que se manteve a grafia original de algumas palavras. Após a Reforma Ortográfica de 2009, "ideia" não é mais acentuada.

a preponderância do Estado.” (TCC 391, 1990, p.34). A constatação das desigualdades sociais e a perspectiva de um Estado de bem-estar social encontra-se presente no TCC de n.º 469, com o seguinte relato: “sendo o mesmo um país capitalista, possui um sistema exploratório e com profundas desigualdades sociais, onde o Estado se volta a prestar assistência aos menos favorecidos e mais explorados.” (TCC 469, 1992, p.62).

A Política Social é debatida em seis TCC’s, os de n.º 122, 288, 469, 391, 562 e 572, com forte referenciamento aos benefícios assistenciais. Além disso, não consta em dois TCC’s, os de n.º 399 e 415. Já mencionado anteriormente, em dois TCC’s a Política Social permeia a concepção de Estado. Ela revela-se insuficiente em um TCC, ao servir para suprir algumas carências que o salário não é capaz de cobrir. Enquanto isso, em um TCC, a Política Social ganha uma conotação corporativista, em contrapartida ao princípio de universalização ao direito à saúde. Ao mesmo tempo, é pontuada enquanto direito inalienável de todos. Em outro TCC, a política social é concebida na relação entre as classes sociais, ao assumir o papel de minimizar os desequilíbrios sociais.

O conteúdo sobre Questão Social enquanto conceito não aparece em nenhum TCC da amostra, embora apareça o termo. Do mesmo modo, as expressões da Questão Social, as desigualdades, a caracterização da população e suas formas de resistência mostram-se descontinuadas. As pautas identitárias que envolvem os marcadores de exclusão como o racismo, a orientação sexual, a identidade de gênero, a etnia, a idade, entre tantas outras, não aparecem nos TCC’s da amostra. A organização das mulheres é pontuada em dois TCC’s, os de n.º 122 e 391, sendo presente a sinalização do machismo nas relações de gênero nos dois Trabalhos, porém sem aprofundamento no tema.

Em três TCC’s, os de n.º 469, 572 e 399, são, por vezes, listadas ou sinalizadas as vulnerabilidades presentes na população do campo de estágio. Já em dois TCC, os de n.º 562 e 122, existe o relato da experiência de estágio, sem articulação entre a análise do espaço sócio-ocupacional e as situações vividas pela população atendida. Já em dois TCC’s, os de n.º 415 e o de n.º 288, ambos apresentam um relato argumentativo a respeito do capitalismo, e da divisão social do trabalho. Todavia, são frágeis os resultados das desigualdades na vida material dos sujeitos. A pauperização, em um destes, é referida numa crescente e relaciona-se à classe média, como pode ser lido abaixo:

[...] no Brasil, percebemos a crescente pauperização da classe média, porém a sociedade moderna introduziu outros fenômenos como os gerentes e tecnocratas que, não sendo proprietários dos meios de produção, possuem dose forte de controle sobre eles. Em alguns casos, sequer poderíamos chamá-los de pequena burguesia, mas até mesmo de burgueses. Do mesmo modo, existem salários que permitem a acumulação de capital e onde os traços de mais-valia praticamente desaparecem. (TCC 288, 1987, p.23).

Os movimentos comunitários e suas necessidades aparecem em um TCC da amostra. Com destaque para o mutirão, no TCC de n.º 391, enquanto alternativa coletiva de construção de um espaço comunitário, assim sendo, “[...] questionamos sobre o mutirão de construção, se é possível conseguir pessoal para fazer a creche, os participantes da reunião garantiram que sim.” (TCC 391, 1990, p.64).

Por fim, o texto que segue visa dialogar sobre as análises da realidade inseridas nos TCC’s, no contexto das determinações sócio-históricas da ditadura civil-militar no processo de abertura democrática do país.

1.1 DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA

O final da década de 1970 e início da década de 1980 no Brasil foi acompanhado de uma série de transformações, essencialmente pelo processo de redemocratização do país após os tempos de ditadura, vigente entre 1964 e 1985. No Brasil, a ditadura ocorreu por meio de um golpe civil-militar, em um cenário internacional de regimes autoritários, orquestrado no país pela Doutrina de Segurança Nacional, através da burguesia e dos oficiais militares da Escola Superior de Guerra. O golpe, dessa forma, será nomeado de “civil-militar” por contar com forte atuação dos militares, mas também de setores acadêmicos que suavizam o contexto por suas compreensões “ditabranda” (SODRÉ, 2010), além de empresários, tecnoempresários e a tecnoburocracia (SILVA, 2014).

Com a hegemonia da burguesia, foram publicados pela ditadura civil-militar 17 atos institucionais, os quais resultaram no fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas dos Estados. Foram realizadas cassações de mandatos legislativos e intervenção presidencial nos estados e municípios, além da instituição da censura prévia dos meios de comunicação e da restrição das liberdades civis, políticas e sociais de indivíduos e coletivos. No campo político

institucional, a derrota do pluripartidarismo ocorreu com a extinção dos partidos criados em 1945, por meio do Ato Institucional n.º2, de 1965, e de sua regulamentação pelo Ato Institucional n.º4, de 1966. Contexto este agravado em 1968 pelo Ato Institucional n.º5, o qual tornou ilegais as reuniões políticas não autorizadas pelo Estado, além de tornar frequentes as práticas de toques de recolher. Salienta-se também que, entre 1966 e 1982, os governadores foram eleitos de forma indireta, enquanto os presidentes eram escolhidos pelos militares, sendo os seus nomes, de 1964 até 1989, eleitos pelo Congresso Nacional. Dessa forma, na aparência, o poder legislativo – Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais – e as eleições encobriram suas limitadas influências, uma vez que o poder era operado predominantemente pelos militares.

As particularidades da ditadura civil-militar no RS podem ser analisadas na historiografia a partir de três importantes aspectos (BARBOSA; FERNANDES; LOPES; PADRÓS, 2009). A primeira, relaciona-se à tradição trabalhista através da forte presença e liderança de Leonel Brizola e a contribuição às Reformas de Base do governo de João Goulart pela incidência do projeto desenvolvimentista-nacionalista. A segunda, segue o movimento da posição assumida pelos dirigentes acima, demarcada durante a Campanha da Legalidade, a partir da renúncia de Jânio Quadros e quando foram deflagradas as estratégias golpistas em 1961. Já a terceira, relaciona-se à posição territorial do RS, a qual desencadeou, não necessariamente de modo conjunto, algumas dinâmicas, por se tratar de estado fronteiro à Argentina e ao Uruguai. Isso significa, primeiramente, que no espaço platino o RS ocupa uma base de posição e projeção da influência nacional brasileira.

Segundo, vinculada a percepção geopolítica de fronteiras nacionais ameaçadas tanto pela mútua rivalidade e desconfiança da Argentina, quanto pela presença de “ameaçadoras” forças subversivas nacionais ou estrangeiras (com conseqüente militarização da região e a conformação dela como área de segurança nacional); terceiro, pela configuração do território estadual como corredor para o trânsito da resistência (“pombos-correios” de Brizola, esquemas para retirar ou reintroduzir perseguidos políticos) e da repressão; quarto, o reconhecimento do Uruguai, país vizinho, virou santuário preferencial do exílio brasileiro entre 1964-1968, enquanto que o Rio Grande do Sul tornou-se uma área acessada por organizações perseguidas naquele país e na Argentina desde o final dos anos 1960 e durante a década de 1970 - o que deu especial conotação ao estado dentro da lógica da Segurança Nacional; finalmente, o Rio Grande do Sul foi alvo especial da ação da Operação Condor contra cidadãos uruguaios e argentinos. (BARBOSA; FERNANDES; LOPES; PADRÓS, 2009, p.25-26).

A Doutrina de Segurança Nacional significava os interesses políticos, sociais e, principalmente, econômicos dos Estados Unidos na América Latina. Pautava-se na “contenção ao comunismo”, cuja materialização ocorre por meio da criação da operação Condor, que visava conter as “fronteiras ideológicas” e o “inimigo interno”, compreendido pelos sujeitos de seu país e os exilados em outros territórios do Cone Sul (FERNANDES, 2013). Já a frágil redemocratização veio “marcada pelo processo de transição negociado do regime militar para um governo civil de caráter liberal, submerso numa crise econômica mundial profunda, sem precedentes no pós-guerra, com consequente repercussão na economia brasileira.” (SILVA, 2011, p.68-69).

No contexto histórico de crise do milagre econômico brasileiro, descontentamentos começam a ser esboçados por setores da classe média, os quais eram aliados ao regime e contribuíram para a sua sustentação. No período, demarcam-se também os conflitos econômico-sociais, tais como a concentração de renda e da propriedade no primeiro terço dos anos 1980, e o alarmante crescimento da dívida externa em 1984. Os desdobramentos da crise econômica são denunciados no TCC 415, de 1991, em que a autora diz: “a partir de 81, traz consigo a elevação da taxa de desemprego, mudanças nas leis salariais e a insegurança e as dificuldades que se somam, que resultam num enfraquecimento da capacidade de organização e mobilização de operários.” (TCC 415, 1991, p.46).

Os sujeitos dos partidos de oposição ao Regime e a sociedade civil tinham um grande desafio pelo caminho, uma vez que “o informe do Banco Mundial, de 1979, revela que 10% dos mais ricos, no Brasil, dispunham de mais de 50% da renda, enquanto que os 40% mais pobres detinham apenas 7%, o que coloca o Brasil como campeão de concentração de renda.” (SILVA, 1984). Assim, além da derrota da ditadura ocorrer de forma gradual, os conflitos econômico-sociais acirram as disputas de lutas de classes.

Toda a movimentação da sociedade brasileira, de 1964 à reunião do Colégio Eleitoral em 1984, não resulta apenas dos projetos e iniciativas do poder ditatorial: é produto daquilo que alguns estudiosos chamaram de *dialética entre Estado (ditatorial) e a sociedade civil*. Esta dialética, entretanto, também ela, só se torna inteligível quando levamos em conta os conflitos econômico-sociais que se expressam nos enfrentamentos políticos - vale dizer, quando consideramos as *lutas de classes* que estes últimos exprimem. (NETTO, 2014, p.259-260).

Portanto, “a situação de crise atingiu também diferentes frações da burguesia, que passaram a disputar espaços de poder e avançaram no sentido de fortalecer suas instituições de classe e de exigir maior participação nas decisões políticas.” (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009, p.36). Os reflexos deste descontentamento no RS são evidenciados nas eleições de 1974, em que o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) apresenta votação expressiva em seus candidatos, fazendo a maioria das cadeiras na Assembleia Legislativa, além de eleger um senador (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009).

A construção dos processos de luta pela redemocratização do país se fizeram presentes, com proximidades e diferenças, em todo o território nacional, o que revela o caráter heterogêneo na transição democrática do Brasil. Conforme aponta Padrós e Gasparotto (2009, p.39), “a luta em torno da Anistia desenvolveu-se inicialmente a partir do surgimento do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), em 1975, formado por mães e familiares de presos políticos, exilados e desaparecidos”. O primeiro núcleo do MFPA foi criado em São Paulo, por Therezinha de Godoy Zerbini⁵ – assistente social paulista, enquanto o segundo teve origem em Porto Alegre e contou com o protagonismo de Lígia Peres e Mila Cauduro, além do engajamento de várias outras mulheres, “algumas delas tinham laços de parentesco com Brizola. Boa parte delas tinha relação com o antigo PTB e proximidade ou filiação ao MDB.” (RODEGHERO, 2009, p. 97).

Para Lígia Peres (2009, p.101), o MFPA pode ser caracterizado enquanto o “primeiro movimento legalmente organizado contra a ditadura militar”. Parte-se da premissa que Dilma Rousseff teve participação direta na formação do MFPA de Porto Alegre. Isso porque Lígia Peres, ao comentar o encontro com Dilma em sua casa, diz: “Dilma me propôs a organização de um núcleo feminino para lutar pela anistia no Rio Grande do Sul. Até então, o MFPA só existia em São Paulo. Atendia, assim, a um pedido de Therezinha, que buscava expandir essa luta” (PERES, 2009, p.103). E Dilma Rousseff convivera com Therezinha Zerbini no cárcere em São Paulo, quando ambas estiveram nas garras do sistema repressivo (PERES, 2009).

⁵ Em depoimento, Therezinha Godoy Zerbini manifesta a relevância do Estado de direito, dos Direitos Humanos e a necessidade de anistia na perspectiva de que: “Para nos voltarmos ao Estado de Direito, o primeiro passo de uma abertura democrática consequente tem que ser uma Anistia ampla e geral a todos os que foram atingidos pelos atos de exceção”. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=4020630987957932>. Acesso em: 13.jun.2020.

O grupo no RS contou com a participação de aproximadamente 50 mulheres e teve apoio de diferentes sujeitos e entidades, assim como o Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCE-UFRGS), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Igreja Católica e pessoas que individualmente contribuíram com trabalho ou recursos pessoais (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009) e (PERES, 2009). Destaca-se como a OAB participou na defesa de presos políticos e denunciou prisões arbitrárias e como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) combateu a censura (IAMAMOTO, 2019). Além disso, o sequestro dos militantes uruguaios Lilián Celiberti e Universino Rodríguez Días esteve entre as pautas de luta do movimento pela Anistia do RS, em 1978, pois o caso revelou a teia repressiva de colaboração entre as ditaduras latino-americanas, conhecida como Operação Condor.

Nesse horizonte, o MFPA organizou a campanha para coleta de assinaturas do abaixo-assinado, sob a bandeira de luta nacional pela Anistia “Ampla, Geral e Irrestrita”. O documento de coleta de assinaturas pautava o direito de os/as exilados/as retornarem à sua pátria e denunciava as injustiças cometidas. Assim, “fomos às portas de supermercados, às igrejas, sindicatos, buscando adesões. Praticamente metade das 12 mil assinaturas entregues ao general Golbery foram obtidas no Rio Grande do Sul. Nossas companheiras estavam na linha de frente.” (PERES, 2009, p.104).

A versão final do Projeto pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita foi entregue em 15 de junho de 1979, e em 22 de junho é dado o início da Greve de Fome Nacional dos Presos Políticos. O dia 14 de agosto é marcado pelo Dia Nacional de Luta. No mesmo ano é decretada a Lei da Anistia n.º 6.683/79, aprovada em 13/06 e em 22/08, e sancionada pelo presidente João Baptista Figueiredo no Congresso Nacional, após acirrada aprovação de 206 votos contra 201, em meio a uma série de modificações e de negociações com setores da oposição, em 28/08/1979. Recorda-se que no RS, em 9 de agosto de 1979, começa a Vigília pela Anistia em frente à Catedral Metropolitana da capital. No dia seguinte, a pedido de Dom Vicente Scherer, tem-se a intervenção da Brigada Militar, a qual remove os cartazes de luta colocados na frente da Catedral e ocorre a expulsão dos militantes presentes.

No decorrer da votação do Projeto pela Anistia ocorre ainda a denúncia no Congresso Nacional da localização do corpo do militante político Luiz Eurico Tejera

Lisbôa, em São Paulo, no cemitério de Perus. Luiz Eurico Tejera Lisbôa, foi “o primeiro desaparecido político a ser encontrado no Brasil. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Luiz Eurico foi assassinado em 1972, e enterrado sob o nome de Nelson Bueno.” (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009, p.41). Em 2 de setembro de 1982, seus restos mortais são trasladados para Porto Alegre e, após cerimônia de homenagem na Assembleia Legislativa do RS, são enterrados. Suzana Lisbôa, companheira de luta e esposa de Luiz Eurico, tem sido até hoje uma referência no Brasil e no RS na luta dos familiares de mortos e desaparecidos pela ditadura.

A Anistia, dessa forma, ainda que com barreiras, representou a conquista de uma luta na qual as mulheres estiveram na vanguarda e permitiu o retorno ao país de certo contingente de lutadores e lutadoras, cujos vínculos de assistentes sociais com esse movimento ainda necessitam ser desvendados pela pesquisa em fundamentos históricos do Serviço Social. Estiveram presentes, em 20 de outubro de 1979, 100 mil pessoas no Rio de Janeiro para recepcionar a chegada de quem voltava do exílio, entre estes Luís Carlos Prestes. Em 6 setembro de 1979 retorna do exílio Leonel de Moura Brizola; no dia 15, o ex-governador Miguel Arraes e o ex-deputado Márcio Moreira Alves e no dia 16, o “irmão do Henfil”, o sociólogo Betinho. Já os últimos presos políticos do RS a serem libertados foram Antônio e José, os irmãos Losada em 13 de junho de 1979.

Ainda em 1979, em Porto Alegre, no Largo da Prefeitura, em 27 de junho, ocorreu a manifestação em homenagem aos cidadãos mortos e desaparecidos pela ditadura. Na Assembleia Legislativa do RS, em 12 de março, é lançada a Campanha pela Libertação de Flávio Koutizii, o qual retorna ao Brasil em 22 de agosto de 1984. Juntamente com Carlos Marighella, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Mário Alves, entre outros, Flávio Koutizii participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR, após expulsão de parte dos membros do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Além disso, após batalha judicial, em outubro foram reempossados os vereadores Glênio Peres e Marcos Klassmann. Os dois emedebistas, embora contemplados na Lei da Anistia, foram impedidos inicialmente de tomar posse dos seus cargos. Já em 1980, tem-se a libertação e o retorno de Flávia Inês Schilling ao estado, seu pai foi Paulo Schilling, assessor do ex-governador Leonel Brizola. Flávia Schilling foi militante do grupo Tupamaro do Uruguai, tendo um importante protagonismo no movimento de oposição ao regime

pela formação da Frente Ampla. Atenta-se desse contexto os seus avanços, mas igualmente as suas lacunas, pois:

Apesar de representar um avanço político efetivo, beneficiando cerca de cinco mil brasileiros, entre presos políticos, banidos, exilados e pessoas atingidas por Atos Institucionais, era restrita e parcial: não atingia condenados a atentados e sequestros, não concedia liberdade imediata aos presos condenados pela Lei de Segurança Nacional e não permitia que ex-integrantes das Forças Armadas, expurgados por crimes políticos, reassumirem suas funções. Além disso, a lei criava um dispositivo que beneficiava os integrantes do aparato repressivo, eliminando as chances de denúncia, investigação e punição dos militares envolvidos em crimes de tortura. (PADRÓS; GASPARETTO, 2009, p.41).

Aglutinam-se ainda, desse período, diferentes grupos de esquerda e de movimentos sociais, entre eles parte do movimento da Igreja Católica, representada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, “cuja ala mais progressista e sensível é a “Teologia da Libertação” — forte aliada na defesa dos direitos humanos e na denúncia da violência de Estado junto aos presos políticos.” (IAMAMOTO, 2019, p.441-442). Demarca-se o papel e a presença assumida pelas Comunidades Eclesiais de Base junto aos marginalizados, “nas periferias, nas favelas, junto aos migrantes, aos camponeses e assalariados rurais, aos detentos, negros, índios e trabalhadores urbanos.” (IAMAMOTO, 2019, p.442). Todavia, a Teologia da Libertação, assim como as Comunidades Eclesiais de Base, tem como antecedentes a organização Ação Popular, demarcando um quadro de ruptura no seio da Igreja católica brasileira.

Concomitante às frações de oposição ao regime ditatorial, o Concílio Vaticano II teve um papel significativo ao aproximar a Igreja dos espaços da sociedade. Além disso, a instabilidade de organização dos militares na condução do Estado vai abrir uma possibilidade de um novo fôlego para as lutas do proletariado. Ainda que não se tenha a intenção de esgotar a análise da dinâmica política e da movimentação dos partidos políticos, salienta-se a complexidade do contexto histórico e de suas lideranças. Assim, compactua-se da percepção de Netto (2014, p.262), ao inferir que o processo de democratização do Brasil viu-se tão truncado que deixou de ser uma “transição e converteu-se num processo de transação, coroando mais uma conciliação política que reiterou, na história brasileira, a velha e nefasta solução da urgência de transformações estruturais pela via das saídas ‘pelo alto’”.

As relações contraditórias entre Estado e sociedade civil, no processo de redemocratização do país, expressam-se na anistia inconclusa e parcial, que

permite o retorno de muitos militantes do exílio mas, ao mesmo tempo, nega-se a um processo mais amplo de discussão da memória e de reparação das violações de direitos humanos. Esse processo inviabiliza o acesso total aos arquivos da ditadura, ao esclarecimento das mortes e da localização de tantos sujeitos desaparecidos, sem que haja a responsabilização das instituições e de quem conduziu o terrorismo de Estado. Isso significa que, no Brasil pós-ditadura, demarca-se o silêncio oficial, no qual “as Instituições do Estado, boa parte dos setores políticos e empresariais, as Forças Armadas e importantes segmentos da economia internacional e da política externa norte-americana têm conspirado fortemente contra o lembrar.” (BARBOSA; FERNANDES; LOPES, 2009, p.28).

O fim do bipartidarismo, da extinção do MDB e ARENA, ocorre meses depois da Lei de Anistia, contexto no qual se dá o retorno de figuras de expressão no cenário nacional pré-64. Somente em 01 de janeiro de 1979 é publicado o Ato Revogatório do AI-5. Nesse ínterim, em 29 de novembro de 1979 há a aprovação do Projeto de Reforma Partidária e em 20 de dezembro, o então presidente João Batista Figueiredo sanciona a Lei n.º 6.767.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos trata, entre outros pontos, do funcionamento e da extinção dos partidos políticos e apresenta os critérios de organização e condições de manutenção para as novas organizações partidárias, além da obrigatoriedade da “nova sigla” com inclusão da palavra Partido. A nova Lei apresentava exigências e seu cumprimento junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no prazo de um ano. Os requisitos necessários para o registro dos novos partidos consistia em: uma Comissão Diretora Nacional Provisória com no mínimo 7 e no máximo 11 membros; pelo menos nove Comissões Regionais, em estados diferentes, apontadas pela Comissão Nacional Provisória; uma lista mínima com 101 fundadores do Partido e a publicação do seu manifesto de lançamento na imprensa oficial e seu estatuto e programa deveriam ser apresentados ao TSE. Todavia, nesse período, alguns setores do regime militar ainda se faziam presentes com seus métodos intimidatórios contra a oposição.

Para Mucinhato (2015, p.74), a estratégia do governo Figueiredo e de seus principais estrategistas políticos, Petrônio Portella, Ministro da Justiça, e Golbery do Couto e Silva, Ministro-chefe do Gabinete Civil, consistia em “criar um sistema partidário que contivesse cinco partidos no máximo, dividindo a oposição e mantendo os governistas reunidos em uma só sigla.” Era esperado, portanto, um

pluripartidarismo moderado, no qual o Regime almejava criar também um partido de centro que respondesse a uma “oposição confiável”, ou seja, seria útil tanto nas eleições em nível federal, para compor com o partido do governo, como em nível estadual, ao fragmentar as forças de oposição. Como resultado das estratégias do Regime, surgiram seis novos partidos políticos: o Partido Democrático Social (PDS), popularmente conhecido pelo jargão “Arenão”, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Progressista (PP), os dois Partidos Trabalhistas Brasileiro o (PTB) varguista, que vence a disputa pela sigla e o (PTB) brizolista, posteriormente chamado de Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), imprevisto pelos articuladores do Regime.

No movimento de abertura democrática, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estava na clandestinidade durante a ditadura militar, teve alguns de seus militantes de volta ao Brasil para rearticular a organização política e reconquistar a legalidade perdida em 1947. O PCB configura o partido mais antigo em exercício no país. No entanto, existem tendências políticas que sinalizam que, no final da década de 1950, o partido passou por uma profunda crise devido às denúncias de sua política internacional, da direção política assumida na União Soviética e dos crimes orquestrados por Stalin. Nesses desdobramentos, ocorre a cisão no PCB e a fundação do PCdoB – com o “racha” em 1962, o primeiro passa a ser referido como Partido Comunista “brasileiro”, enquanto o segundo se denomina de Partido Comunista do “Brasil”, com os mesmos símbolos e a identificação enquanto partido marxista-leninista. Aponta-se que é nesse contexto de fragilidade do PCdoB e de dificuldades do PCB que são dadas as condições de influências críticas no âmbito da Juventude Universitária Católica que impulsionaram a criação da Ação Popular.

No processo ainda de transição do bipartidarismo para o pluripartidarismo, ocorreu uma transferência de políticos do MDB para o PDS, ala dos “adesistas”, importante contingente para o PP, ala dos “moderados”, e tiveram ainda os que migraram para o PT. Os partidos, assim, com maior força no Congresso passam a ser o PDS, o PMDB e o PP, o que demonstra o caráter de continuidade institucional. O PDS apresenta fundação em 31 de janeiro de 1980, com o objetivo de suceder a Aliança Renovadora Nacional (Arena). No RS, vários dos mandatos a governador do Estado estiveram vinculados à direção político partidária da Arena. Encontrava-se no poder, antes do fim do bipartidarismo, Euclides Triches, com

mandato de 15 de março de 1971 até 15 de março de 1975, posteriormente a legenda segue sendo da Arena com Sinval Guazzelli (15/03/1975 até 15/03/1979).

Em 15 de março de 1979, toma posse no governo do estado do RS, José Augusto Amaral de Souza (1979 até 1983). Ele pertenceu no início de sua militância ao Partido Social Democrático (PSD), ao qual retornou com a extinção do bipartidarismo. Em retrospectiva, Souza, em 1952, foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE. Em 1962, foi deputado estadual do RS pelo PSD e, posteriormente, pela Arena assumiu a vice-liderança da bancada na Assembleia do estado, sendo eleito deputado federal em 1966 e reeleito em 1970. Ernesto Geisel, em 1978, o elegeu para suceder o então governador Sinval Guazzelli.

Conforme aponta Bauer (2006), José Augusto Amaral de Souza foi o responsável por ordenar a queima dos registros dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul – DOPS/RS, órgão extinto em 25 de maio de 1982. Dois dias depois, em uma olaria da Brigada Militar, os documentos são incinerados na região metropolitana de Porto Alegre. O DOPS/RS representou as instituições autoritárias do regime de segurança nacional da ditadura militar, foi o espaço de práticas de terror, violações de direitos humanos e torturas seguidas de morte.

Retomando a Reforma partidária, salienta-se que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi criado em 24 de março de 1966, a partir do bipartidarismo, e sua refundação como PMDB ocorreu em 08 de fevereiro de 1980, quando ingressou junto ao TSE para obtenção do Registro Provisório. No entanto, em 15 de fevereiro de 1980, o TSE publica a resolução n.º10.785, regulamentando a Lei Orgânica dos partidos políticos, o qual contém 178 artigos a serem cumpridos; nesse contexto, o TSE arquiva o pedido do PMDB, sob a alegação de ausência de documentos. Posteriormente, o PMDB recorre, entregando nova documentação, e assim obteve deferido seu registro partidário provisório pelo TSE, em 06 de maio de 1980, tornando-se o primeiro partido dentro das novas regras em vigor. Destaca-se ainda, “o fortalecimento de correntes liberais conservadoras, a partir da fundação do PMDB, que comportava figuras tanto do então MDB como da Arena.” (ZACARIAS, 2017, p.115). Vale lembrar que este partido, em 1984, lança a candidatura à presidência da república de Ulysses Guimarães e, posteriormente, José Sarney é o candidato a vice-presidente na chapa com Tancredo Neves.

A oficialização do PP ocorre em 20 de dezembro de 1979, pelo “Manifesto de Fundação”. Todavia, sua extinção ocorre após o anúncio da Reforma Eleitoral conhecida como “Pacote de Novembro”, quando o TSE, em 02 de março de 1982, reconhece seu movimento de incorporação ao PMDB. Mucinharo (2015) anuncia que o PP incorporava tanto políticos que haviam pertencido ao MDB quando da Arena, na Câmara dos Deputados; 59% de sua bancada era composta por ex-emedebistas e 41% ex-arenistas; já a relação paritária 50% para cada se dá na bancado ao Senado, ou seja, apresentava uma composição equilibrada, onde procurava ocupar uma posição político-ideológico de centro, à direita do PMDB e à esquerda do PDS. O principal articulador do PP foi Tancredo Neves, constituindo forte base eleitoral em Minas Gerais. No RS seu representante foi Sinval Guazzelli, como já referido, ex-governador do estado.

Por sua vez, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) constitui fundação em 17 de junho de 1979 e teve entre suas lideranças políticas Leonel Brizola. O PDT emerge com o intuito de reavivar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), composto pelos quadros políticos de Getúlio Vargas e João Goulart. Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi instituído em 15 de maio de 1945, com princípios do trabalhismo e pela defesa de Getúlio Vargas. Em seu Programa e Estatuto demarca-se a sua diferenciação com os partidos comunistas e socialistas. De mesmo modo, expressa uma posição de conciliação ao fazer simultaneamente a defesa do trabalhador e do empregador.

Alguns desses partidos são constituídos a partir de dissidências do MDB, o que se explica em parte pela existência de diferentes grupos nas bancadas do MDB, ou seja, “existiam dois grupos identificados pela imprensa da época: a maioria moderada e uma minoria mais ousada e inquieta, o Grupo Autêntico.” (COELHO, 2009, p.145). Além disso, “um grupo de pouco mais de meia dúzia de deputados de primeiro mandato logo se sentiu com necessidade de espaço no Grupo Autêntico e daí surgiu um subgrupo: os neo-autênticos.” (COELHO, 2009, p.145).

Diferentemente dos demais partidos apresentados até aqui, o PT ^{deve} sua formação ao forte caráter externo ao Parlamento. Apresenta fundação em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo, no contexto histórico de reconfiguração da cena política nacional, de possibilidade de formação política, de manifestação dos movimentos sociais e de luta entre as classes sociais antagônicas. Contudo, salienta-se sua formação por um conjunto de sujeitos de diferentes frentes de luta

pelo país e que convergiam pela necessidade de construção de um partido da classe trabalhadora, o qual já demarcava sua posição na criação em 24 de janeiro de 1979, com a “Tese de Santo André-Lins”. Tendências políticas tendem a caracterizar o PT por sua marca anticapitalista e que emerge das “necessidades objetivas” para se consolidar a partir dos movimentos grevistas de 1978 e 1979, do qual fazia parte o quadro político mais emblemático do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, líder sindical.

Na contramão que resiste, eclodem as manifestações de massa. Contra a exploração da fábrica, o proletariado expressa sua indignação em 13 de março de 1979, com a Greve dos Metalúrgicos, no ABC Paulista, movimento que sofre intervenção do Governo nos sindicatos dois dias depois de seu início, até oficialmente 15 de maio, quando ocorre o fim da intervenção e a reintegração das antigas diretorias. A efervescência do movimento contestatório dos metalúrgicos perdura e em setembro entram em greve no Rio de Janeiro 300 mil trabalhadores da categoria. No ano seguinte, no dia 1º Abril, sob a liderança de Lula, retomam-se as greves do ABC Paulista. Lula e outros dirigentes sindicais são presos e processados, por meio da ofensiva do governo, que, ao fim da greve, não atende nenhuma das reivindicações propostas pelos trabalhadores. Nesse contexto, em 20 de maio, as lideranças sindicais são soltas, entre elas, também Lula, com absolvição em 02 de setembro de 1981.

Enquanto isso, no RS, destaca-se, em 03 de abril de 1979, a assembleia geral dos professores estaduais e, dois dias depois, o início da greve do magistério público. Entre as reivindicações da categoria, tem-se a pauta do aumento salarial de 70%, o piso de três salários mínimos e a nomeação dos aprovados em concursos. Nesse contexto, ainda acontece, em maio de 1979, a paralisação dos bancários, com novas mobilizações em agosto e, em 04 de setembro de 1979, instaura-se a Greve dos Bancários. A greve era motivada pela pauta de luta do aumento salarial e a manutenção da carga-horária, com início em Porto Alegre e se expandindo pelo interior. A liderança sindical da categoria era Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários, e, em decorrência das manifestações, é preso em 06 de setembro. Do mesmo modo, o membro do Comando de Greve, Felipe da Costa Nogueira. Em 13 de agosto de 1979 teve início a paralisação das obras da Vila Restinga; um mês depois, em 28 de outubro de 1979, ocorreu a greve da Construção Civil de Porto Alegre. Além da mobilização regional, de 03 a 06 de setembro de 1979, dos

trabalhadores das indústrias do vestuário e da construção civil (PADRÓS; GASPARETTO, 2009).

Os professores decretaram greve a partir de abril de 1979, exigindo 70% de aumento e piso de três salários mínimos. Suas reivindicações contaram com a solidariedade de inúmeras entidades representativas de trabalhadores e estudantes. No caso dos bancários, estes iniciaram uma paralisação em março de 1979. Em agosto surgiram novas mobilizações, que acabaram levando o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, a intervir no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Nesta ocasião, foram presos o então presidente do Sindicato dos Bancários, Olívio Dutra e Felipe da Costa Nogueira, membro do Comando de Greve. (GASPARETTO; PADRÓS, 2009, p.43).

Enquanto isso, o Movimento estudantil realiza em 30 de maio de 1979 o XXXI Congresso da UNE, em Salvador, reunindo milhares de estudantes de diferentes localidades do país. Villaverde (2009) relata que, durante o evento, as luzes se apagaram e sem equipamento de som o presidente do DCE, Jornalista Ruy César, teve que improvisar uma mensagem à plateia em forma de jogral. Villaverde relata que, mais tarde, César teria anunciado como os participantes do evento sentiram-se unidos com uma esperança de vitória e que, ao fim do encontro, sairiam com a UNE reorganizada. Isso porque, diz ele: “naquele momento a gente conquistou a unidade da plenária e não havia mais disputas entre os participantes, os militantes e as tendências que tinham produzido umas 15 cartas de princípios.” (VILLAVERDE, 2009, p.173). Os antecedentes da reorganização do movimento, para Vechia (2011), formam-se a partir do ano de 1978, contexto no qual são reativados os espaços de luta do movimento estudantil – Centros Acadêmicos, DCEs, UEEs e a Comissão Pró-UNE – e ocorre as articulações para a realização do Congresso de Reconstrução da UNE.

No contexto de aglutinação estudantil, em 28 de maio de 1979, na capital gaúcha, realizou-se o 1º Encontro Estadual de Estudantes, estavam presentes os DCEs da UFRGS, PUCRS, UCS, UFPel (DCE Livre) e Unisinos, contou-se também com alguns DAs. Na continuidade, em 1980, os alunos do Colégio Estadual Júlio de Castilhos (Julinho) entram em greve. A luta estudantil sofre um contra-ataque em 1984 com a Brigada Militar agredindo os estudantes da escola. No mesmo ano, os sujeitos da universidade também se mobilizam, e na UFRGS entram em greve e instauram o Comitê Gaúcho pela Universidade Pública.

A comunidade artística também manifestou protesto nesse período. Na capital gaúcha, em 1977, é lançado o “Ói Nós Aqui Traveiz, “grupo teatral que

unifica arte com política, e “desde o seu início, unia tanto pessoas que vinham do ativismo político dentro da universidade como jovens artistas descontentes com o panorama teatral brasileiro e gaúcho naquele momento.” (FLORES, 2009, p.186). E a conexão platina apresenta continuidades no movimento reivindicatório artístico. Na Assembleia Legislativa do Estado do RS, foi apresentado o Show da dupla de música popular e contestatória uruguaia Los Olimareños. Todavia, nenhum movimento contestatório ao Regime estava imune à repressão, e, em abril de 1980, explode uma bomba de gás lacrimogêneo no Gigantinho, durante o show da cantora argentina Mercedes Sosa. A repressão apresenta continuidades, em abril de 1981 um carro explode no estacionamento do Pavilhão Riocentro, durante o show de música organizado em homenagem ao Dia do Trabalhador, no Rio de Janeiro. O atentado frustrado resulta na morte do sargento Guilherme Pereira do Rosário e o capitão Wilson Luis Chaves Machado é ferido. Já em 1982, o filme escrito e dirigido por Roberto Farias, “Pra Frente, Brasil”, é censurado por expor denúncias da prática de tortura no país. A película ganha notoriedade internacional sendo premiada no Festival de Berlim, em 1983.

Além dos movimentos de categoria, destaca-se a experiência da cooperativa de jornalistas Coojornal, a qual buscava construir alternativas à esquerda no mercado jornalístico estadual. A Coojornal funcionou de 1974 a 1983, com publicações mensais de editorial composto por linha política e histórica, do cenário nacional, regional e com significativa identidade latino-americana e platina. Desse modo, “o Coojornal foi abrindo espaço e assumindo um caráter contestatório, recuperando protagonistas da realidade gaúcha e brasileira que estavam excluídos dos espaços midiáticos tradicionais.” (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009, p.38). Em 1980, com base na Lei de Segurança Nacional, são processados os jornalistas Osmar Trindade, Rafael Guimaraens, Elmar Bones e Rosvita Saueressig. Na resistência, em junho do mesmo ano, é criada a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa RS, a qual é presidida pelo Deputado Antenor Ferrari (PMDB). Vale recordar que, em 1983, a CCDH desenvolve a Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional.

Nesse processo de luta, entre avanços e recuos reivindicatórios, destaca-se o protagonismo e o surgimento de novas lideranças nacionais e regionais. Essas novas lideranças problematizam o direcionamento do movimento sindical. Nesse movimento, em 1981, desencadeou-se a 1ª Conferência das Classes Trabalhistas,

em São Paulo. A necessidade de organização de um organismo sindical nacional, que se aglutina à classe trabalhadora, fez nascer em 28 de agosto de 1983, em nível nacional, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tal debate é retratado em um dos documentos analisados:

As conquistas dos trabalhadores até 1979 podem ser assim resumidas: avanços em relação à liberdade e autonomia sindical, eleições diretas em todos os níveis da organização, estabilidade no emprego (funcionalismo público), extinção gradativa da contribuição sindical e reversão da parcela destinada ao Estado, critérios mais abrangentes de filiação e, finalmente, a criação da CUT - Central Única dos Trabalhadores, totalmente independente do governo. (TCC 415, 1991, p.44).

No Rio Grande do Sul, a CUT-RS é fundada no ano seguinte, a partir do contexto nacional. Nesse processo de movimentações históricas, diversificam as greves e ocupações, no campo e na cidade, e os trabalhadores travam embates no movimento sindical com patrões e governos, pelas comissões de fábrica. Pereira (2008) traça uma diferenciação entre o “velho” e o “novo” sindicalismo. O “velho” sindicalismo se configura pelas relações da era Vargas, já o “novo” sindicalismo, ainda que encontre divergência de tempos de duração variadas entre os autores, apresenta em seu discurso uma ruptura com o passado pela disputa da rearticulação da oposição ao regime.

Neste sentido, a historiografia concede especial importância ao surgimento do “novo sindicalismo”, um momento de crescimento das lutas dos trabalhadores, de redefinição de identidades operárias, de reelaboração das práticas e discursos sindicais. Tendo como marco principal a grande greve de maio, ocorrida no ABC paulista, esta “nova” forma de luta e reivindicação dos trabalhadores foi fundamental para a trajetória posterior da esquerda brasileira, por ter lançado as bases para a organização do Partido dos Trabalhadores (PT), constituído em 1979, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983. (PEREIRA, 2008, p.10).

Evidenciam-se ainda os embates no meio rural e a luta pela reforma agrária, dando origem em 04 de janeiro de 1984, em diferentes estados do Brasil, ao Movimento Sem Terra. No ano seguinte é realizado, em 30 de janeiro, o 1º Congresso Nacional do MST. No RS, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra incide em mudanças estratégicas na forma de acampamento, quando a localização geográfica buscou dar visibilidade pública ao contexto e ao modo de vida da população sem-terra. O Acampamento Encruzilhada Natalino foi o primeiro a instaurar famílias, com barracas de lona, na margem da estrada. Conforme consta, os acampamentos anteriores “eram montados em fazendas ou estradas,

distantes dos centros urbanos e de difícil acesso. Após uma organização provisória, entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981 o acampamento evoluiu para uma organização social estruturada.” (MST, 2014).

No processo de abertura democrática, em novembro de 1980, entre a nova legislação partidária e o início dos trabalhos parlamentares, a Câmara Federal reabriu em 1º de março, pela primeira vez em sua história, sem a presença de partidos políticos. Isso porque, “o Congresso possuía apenas “blocos parlamentares”, com vários deputados sem vínculo a nenhum partido político, aguardando que eles obtivessem seu registro definitivo a fim de optar a qual sigla iriam se filiar.” (MUCINHATO, 2015, p.65). Todavia, ainda em 1979, a Presidência da República envia ao Congresso uma proposta de Emenda Constitucional que restaura as eleições diretas para governador, em 1982, assim como ocorre a extinção dos senadores eleitos indiretamente – popularmente chamados de biônicos.

A pauta em torno das eleições municipais torna-se conflituosa no Congresso, visto que a Emenda Constitucional apresentada pelo Deputado Anísio Teixeira prorroga o mandato dos prefeitos e vereadores em exercício por mais dois anos. As eleições que deveriam ocorrer em 1980, portanto, são adiadas para 1982, causando concomitância de eleições estaduais e municipais. Com o pacote de reformas eleitorais para 1982 estipulando a proibição de coligações, o “voto vinculado”, o eleitor fica, assim, limitado a escolher somente candidatos do mesmo partido político, e também existia a possibilidade de renúncia do candidato mediante renúncia do partido. As eleições municipais em Porto Alegre, em 1980, são suspensas pelo Tribunal Superior Eleitoral em razão do não cumprimento do prazo de apresentação do registro de novos partidos.

Nas eleições estaduais do RS em 1982, ano de eleições direta para governador, a Arena permanece, mas com nova roupagem, ou seja, Jair Soares assume o governo do Estado (15/03/1983 até 15/03/1987) com o PDS, vencendo as eleições com 34,10% dos votos. Pedro Simon (PMDB), fica em segundo lugar, com 22.643 votos atrás. Além destes, concorrem os candidatos do PDT, Alceu Collares, e do PT, Olívio Dutra. Como já referido, a proibição de coligações fragmenta e enfraquece a possibilidade de articulação da oposição, nesse sentido, o PDT começa a desencadear disputas pelo escopo ocupado pelo PMDB. O resultado é a vitória do partido de situação no estado do Rio Grande do Sul. Para o Senado,

Paulo Brossard (PMDB) perde as eleições para Carlos Chiarelli (PDS). Além disso, observa-se que a Arena se mantém como partido de situação também na prefeitura da capital, com Telmo Thompson Flores (31/03/1969 até 08/04/1975) e com Guilherme Socias Villela (08/04/1975 até 08/04/1983).

Em nível nacional, diante da última face da ditadura civil-militar, toma posse, em 15 de março, João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). Nas ruas, a população organiza-se em diversos pontos do país no movimento das “Diretas Já”, em 1983 e 1984, com o slogan “eu quero votar para presidente”, o qual simboliza a necessidade do processo de abertura política. Nesses eventos, tornaram-se protagonistas diferentes sujeitos, militantes e políticos de organizações e tendências diversas.

No Congresso Nacional, em 02 de março de 1983, o deputado Dante de Oliveira (PMDB) apresenta emenda que estabelece eleições diretas para Presidência da República. Já em Porto Alegre, realizaram-se comícios pró-diretas e calcula-se que aproximadamente duzentas mil pessoas tenham se envolvido e participado das ações. A “Caminhada Democrática” é organizada em direção ao centro da capital, em janeiro de 1984, nela estiveram presentes lideranças políticas, entre elas, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Pedro Simon, cantores como Martinho da Vila, Kleiton e Kledir, e atores como Raul Cortez e Ruth Escobar (PADRÓS; GASPAROTTO,2009). No Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1984, o “Comício das Já” agrega a participação de 500 mil pessoas, três dias depois ocorre em Porto Alegre o Comício pelas Diretas. Após mais três dias, ocorre a manifestação em São Paulo pela aprovação da emenda de Dante de Oliveira. Os meios de comunicação, televisão e rádio, são proibidos pelo Governo de realizar a transmissão da presente emenda, a qual, em 25 de abril, é rejeitada no Congresso Nacional.

O desejo de votar para presidente esbarrou, no entanto, no Congresso Nacional - a Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para Presidente da República, foi derrubada, apesar de ter recebido a maioria dos votos a favor. A votação - 298 votos a favor e 65 contra - não atingia o quórum de dois terços necessários para efetivar uma alteração constitucional. Logo após a derrota da emenda no Congresso, foi realizado em Porto Alegre um “enterro simbólico” dos deputados gaúchos que haviam votado contra a emenda, organizado por um grupo jovem ligado ao PMDB e outras forças de oposição. (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009, p.45).

Por meio de eleições indiretas e de conciliações políticas, Tancredo Neves, ex-PP e então PMDB, é eleito em 15 de janeiro de 1985, para iniciar a “Nova

República”, pelo Colégio Eleitoral, com 480 votos. Em 15 de fevereiro, Tancredo Neves tomaria posse, após 21 anos de ditadura militar, no entanto, em decorrência de doença, é hospitalizado e falece em 21 de abril. Com sua morte, o protagonismo da cena política acabará sendo de seu vice, José Sarney (ex-Arena e fundador da Frente Liberal), que assume a presidência do país (15/03/1985-1990). Dessa forma, saía do poder o último general-presidente; e iniciava-se, assim, um contexto mais marcado por continuidades do que por rupturas (PADRÓS; GASPAROTTO, 2009). Para Oliveira (2018), o sistema partidário no processo de transição para a democracia (1979-1989) no RS pode ser compreendido em duas fases:

A primeira é um momento de transição, de saída do bipartidarismo, que compreende o processo de redemocratização: as Diretas Já, a eleição indireta do Presidente em 1985, a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, as eleições estaduais de 1982 e 1986, a eleição direta para a Presidência da República, em 1989. A segunda fase ocorre após essa marca, com um sistema partidário que não responde às tensões de saída do bipartidarismo. (OLIVEIRA, 2018, p.112).

É neste movimento de continuidades do novo rearranjo sócio-político, portanto, que se articulam os processos na direção da constituinte.

1.2 DESDOBRAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA REALIDADE BRASILEIRA E DO RIO GRANDE DO SUL

O fio condutor dessa história que segue é a contradição, a qual não ignora as forças vigentes da conjuntura nacional e internacional, já que “a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial.” (IANNI, 2002, p.207). Ianni (2002) direciona o posicionamento para as metamorfoses do capitalismo global resultantes na desterritorialização das forças produtivas, com base em novos pólos de poder e a partir, também, de novas bases de tecnologias a recriar a divisão internacional do trabalho e a mundialização dos mercados. Dessa forma, as estruturas globais de poder incidem sobre o campo – que passa a ser industrializado e urbanizado – e a integração econômica dos blocos geográficos estabelecem formas de interferência na administração da dívida interna e externa. Essas induzem em escala mundial medidas postas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (ou Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento, BIRD) e pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, posteriormente transformado em Organização Mundial do Comércio (IANNI, 2002).

Para Faleiros (2009, p.187), “as reformas neoliberais têm propósitos e mecanismos semelhantes em todo o mundo, embora, em cada país, haja reações e arranjos diferentes.” O argumento do assistente social consiste na premissa de que o neoliberalismo apresenta o propósito de alterar a

estruturação do sistema de bem-estar social com a diminuição do papel do Estado, e, principalmente, da garantia de direitos sociais, e a inserção dos dispositivos de manutenção da força de trabalho nos mecanismos lucrativos do mercado. (FALEIROS, 2009, p.187).

Defende-se aqui a posição de que o Brasil foi afetado pelas reformas e pelos impactos da contracorrente internacional do neoliberalismo, mas não viveu, mesmo com a constituição cidadã, o Estado de Bem-Estar Social. O Brasil apresenta-se retardatário na constituição dos direitos sociais.

Compreendendo Estados fortes na intervenção econômica, assim como na oferta de políticas de proteção social à classe trabalhadora, o Welfare State concentrou-se somente nos países de capitalismo mais desenvolvido. Submetida ao modelo de capitalismo dependente, sujeita à dominação imperialista dos países centrais, a América Latina apresentava um quadro de acumulação concentrada de capital, favorecendo centralmente suas elites burguesas, mantendo por outro lado uma ampla parte da população em condições de pobreza extrema. (ZACARIAS, 2017, p.96).

O percurso do processo de transição da ditadura civil-militar à abertura democrática compreende questões de cunho econômico, político, social e cultural. Não são fatos isolados de momentos pontuais, mas processos contraditórios que se arrastam no tempo e encadeiam diversos acontecimentos diferentes. Desse modo, “são fenômenos complexos, que conjugam questões de diversas ordens postas pelas mudanças políticas quando desencadeadas.”(QUINALHA, 2013, p.179). Diante disso, é válida a diferenciação entre liberalismo e democracia. Isso significa que “nem toda e qualquer iniciativa de distensão representa uma busca real de democracia política.” (QUINALHA, 2013, p.181).

Para Quinalha (2013), a liberalização vai ser constituída no processo inicial da transição. Nesse percurso, são postas liberdades de expressão, organização e participação, as quais redefinem a extensão de direitos. No entanto, são liberdades parciais e restritas. Para manter o *status quo*, a liberalização opera nas institucionalidades política e jurídica sem que, no entanto, “o regime autoritário diminui o nível de repressão e passa a tolerar um determinado grau de expressão

política da oposição, desde que dentro de limites previamente estabelecidos.” (QUINALHA, 2013, p.181). Portanto,

A liberalização, dessa maneira, tem por traço principal o seu alcance limitado do ponto de vista da abertura de um regime autoritário. Representa, sem dúvida, uma melhora relativa das condições de vida e do grau de liberdade, mas não altera a natureza do regime. Por sua vez, a democratização é um momento mais avançado e expressivo do ponto de vista da garantia de direitos e de liberdades públicas comparativamente à liberalização, por demandar uma efetiva transformação do próprio regime político autoritário. (QUINALHA, 2013, p.184).

A democracia desejada rompe as barreiras da representatividade eleitoral, cujo voto constitui um instrumento de poder. Em uma sociedade marcada por desigualdades, os interesses sociais coletivos se metamorfoseiam no capital privado de um conjunto mínimo da população. Nesse horizonte, o conteúdo de um TCC destaca que “contra os reacionários foi bem mais fácil de lutar, são roupas velhas, mas contra os democráticos formais sempre é mais difícil.” (TCC 122, 1984, p.88). Isso porque, ainda que a liberalização seja limitada, qual a real possibilidade da democracia participativa, com protagonismo das pessoas envolvidas enquanto cidadãos, se retomarmos a formação sócio-histórica do Brasil?

Essa perspectiva constitui desafio, uma vez que por muitos séculos no Brasil foi sustentada uma cultura de subalternidade, marcada pela obediência e submissão da população; uma cultura política colonialista, coronelista, clientelista, paternalista e machista, em que os pobres, mulheres, analfabetos e trabalhadores em geral não tinham o direitos de manifestar sua opinião e, muito menos, de contribuir nos rumos da organização do país. (MACHADO, 2012, p.42).

No Brasil, os marcadores de exclusão ferem a dignidade humana, do nível subjetivo à materialidade da vida, todavia, “as desigualdades sociais, provocadas pelas contradições entre as classes, revelam a luta de classes que, como afirma Marx, tem sido a sua história, a história da humanidade.” (TCC 288, 1987, p.24). No TCC pontua-se uma problemática significativa da luta de classes que se intensifica e se reconfigura com a Revolução Industrial. Essa, como pontua o, outro registro constituiu historicamente as bases para a propriedade privada dos meios de produção, rearticulando as contradições de classes a partir do sistema econômico capitalista.

Um importante fato que influenciou a introdução do capitalismo, enquanto sistema econômico, foi a Revolução Industrial. Esta ocorreu na Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, e se caracteriza pela introdução do coque (resíduo de destilação do carvão mineral) na indústria metalúrgica e pelo uso da máquina a vapor na mineração, laminação, indústria têxtil e transporte. (TCC 415, 1991, p.20).

Na continuidade da análise registrada, sobre os desdobramentos da revolução industrial, é apontado que “essa acumulação de capital pelas grandes metrópoles passou a ser feita diretamente naqueles países através da instalação das multinacionais que realizavam a apropriação local do excedente econômico.” (TCC 415, 1991, p.21). As mudanças tecnológicas favoreceram a indústria automobilística, facilitando, com isso, a ampliação dos produtos manufaturados em escalas geopolíticas significativas, reconfigurando as dimensões de exploração pelas relações constituídas entre capital e trabalho. No contexto do Brasil, um dos Trabalhos refere que até 1929, “a cultura do café ocupava lugar prioritário na atividade econômica do país, com interesses voltados para o comércio externo.” (TCC 415, 1991, p.24). Isso significa que a produção local de mercadorias era de baixa industrialização e voltava-se para a produção externa através de commodities agrícolas.

As classes concentradoras de renda que produziam, no Brasil, os hábitos de consumo dos países desenvolvidos tiveram, na indústria recém criada, seu novo fornecedor. Isto justifica a pequena ou inexistente relação entre o início da industrialização e os benefícios para a classe trabalhadora, uma vez que a origem da industrialização ficou caracterizada como um meio de atender à demanda das classes sociais que objetivavam reproduzir, no Brasil, a sociedade de consumo dos países desenvolvidos e não como um processo produtivo que reduz os custos dos bens produzidos e consumidos pela sociedade. (TCC 415, 1991, p.25).

O processo de industrialização do país, como bem sinaliza o TCC 415, assume caráter significativo em 1930, quando a economia começa a sofrer grandes transformações. Nos governos de Getúlio Vargas o apoio à industrialização ganha ênfase. A entrada de capital estrangeiro e a perspectiva de modernização do país ganharam o tom no governo de Juscelino Kubistchek, com a construção de Brasília e o endividamento externo, que seguiu com a política dos militares após o golpe de 1964. A lacuna está em aberto até hoje na política econômica do país, tendo em vista a ausência de auditoria histórica da dívida pública e da preponderância de sua manutenção.

Salienta-se que o movimento na direção da Constituinte foi permeado por condições não favoráveis. Para Florestan Fernandes (2014, p.162), algumas dessas circunstâncias “provêm da sociedade civil, a qual, dominada por categorias sociais privilegiadas e dirigidas pelas elites de classes burguesas conservadoras, a sociedade civil deteriorou o processo constituinte de duas maneiras”. Ou seja:

A primeira porque determinou a composição da maioria parlamentar. Dados os tipos de partidos políticos que possuímos, a vigência de uma “transição

democrática”, que é uma transição conservadora, e o peso econômico das classes dominantes nos processos eleitorais, tal sociedade civil só podia gerar uma maioria parlamentar de “centro-direita” A segunda, porque ela dispõe de uma capacidade de pressão tentacular. Ela define e impõe, como moeda corrente, o que entende como natureza “pacífica” e “moderada” do povo brasileiro. E, acima das contingências, manipula todas as instituições-chaves, da escola, da Igreja e da empresa ao Estado. (FERNANDES, 2014, p.162).

Para Fernandes (2014), existiu uma tentativa de conciliação entre a “modernização conservadora” e os “interesses estabelecidos pela ordem existente”, no contexto sócio-histórico da Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, em sua forma de organização “a estrutura que foi programada, das subcomissões, fazia prever uma fragmentação das correntes inovadoras e o fortalecimento concomitante dos ‘moderados’.” (FERNANDES, 2014, p.163). Nesse cenário, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, expressa o movimento de resistência da sociedade civil, pela garantia de direitos assegurados legalmente, marco da emancipação política brasileira. Ao mesmo tempo, expressa sua insuficiência ao não adentrar na real alteração das classes sociais em disputa.

Da correlação de forças dos projetos societários em disputa abriu-se uma brecha para alicerçar a formação da política pública brasileira. Houve a inserção das pautas do campo dos direitos sociais, individuais e coletivos, e da responsabilidade estatal, no âmbito das garantias de cidadania, tendo enquanto produto a Seguridade Social e da Proteção Social Pública. Estando presente no capítulo II (Da Seguridade Social), Seção I (Disposições Gerais), no artigo 194: “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988), enquanto a assistência social apresenta-se no artigo 230 “será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.” (BRASIL, 1988).

O Estado ampliado, caracterizado por Gramsci enquanto o “conjunto formado pela sociedade civil e pela sociedade política” (PEREIRA, 2011, p.158), historicamente no Brasil tem atendido os interesses não dos diferentes grupos sociais, mas de uma minoria que detém o monopólio do capital na sociedade civil, ao mesmo tempo em que assume a hegemonia dos aparelhos coercitivos do Estado. Portanto, a direção e o consenso tem sido, ainda que com conflitos, mais presente entre a burguesia do que a grande parcela da sociedade que vive e sente a exclusão. Isso explica, em parte, a primeira eleição direta para presidente da

República ocorrida em 1989 que elegeu Fernando Collor de Mello, um ano após a Constituição Federal promover o pleito. Ele foi eleito com a legenda do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), criado em 02 de fevereiro de 1989, no mesmo ano em que lança a candidatura à presidência. Na aparência da plataforma de governo, Fernando Collor apresentava o apelo do discurso de combate aos marajás, o que na essência encobria a política de ampliação do mercado e a redução do Estado. O então presidente, “pelo esquema de corrupção que adotou, *sofreu o impeachment* pelo Congresso Nacional em 1992. Promoveu uma abertura econômica, acelerou o processo de privatização que vinha sendo feito por Sarney e demitiu 65.000 funcionários.” (FALEIROS, 2009, p.206).

Nesse contexto, o governo do Estado permanece com o PMDB, com Sinval Guazzelli (02/04/1990 até 15/03/1991), que assumiu o mandato após Pedro Simon renunciar ao cargo para concorrer ao senado. Já em Porto Alegre se inicia em 1989 as primeiras experiências do Orçamento Participativo (OP) da cidade. À frente deste processo se destaca o período das prefeituras do PT, com Olívio Dutra (01/01/1989 até 01/01/1993), Tarso Genro (01/01/1993 até 01/01/1997 e segue com Raul Pont (01/01/1997 até 01/01/2001). A democracia representativa, como afirma um dos Trabalhos, é um anseio que alimenta a esperança de dias mais dignos. No entanto, ainda que possam ocorrer avanços, o parlamento tem sido composto majoritariamente por sujeitos que representam a burguesia, demarcando-o enquanto uma instituição burguesa.

Democracia é um anseio latente nas massas laboriosas, mas muitas vezes apagada, desviado pelos seus representantes e temida por estes. Estamos conscientes que o parlamento é uma instituição burguesa, como também, que os partidos políticos de nosso país se diferenciam muito pouco na questão da qualificação do ato de opor-se. (TCC 01, 1984, p.40).

Na conjuntura nacional, diante do processo de impugnação de mandato após o impeachment de Fernando Collor, assumiu a presidência Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1995), que segue no mandato presidencial até as eleições de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Enquanto isso, em Porto Alegre, nas eleições de 1998, a vitória de Olívio Dutra é demarcada no segundo turno com 50,78% dos votos válidos, inaugurando um novo modo de interação entre o poder executivo e a sociedade civil, na esteira dos acúmulos de sua gestão anterior em Porto Alegre em 1989. Destaca-se nesse contexto, iniciativas como o orçamento participativo na perspectiva de

democratização da gestão pública. Esse novo modelo de relação é reflexo e fruto de processos de organização anteriores no âmbito nacional, e as “Associações de Moradores de Favelas ou Associações Comunitárias na luta por melhorias de condições de vida nos bairros e favelas, pressionam o poder público” (IAMAMOTO, 2019, p. 442). Na percepção descrita em um dos Trabalhos existiram, também, fragilidades em alguns processos de representação coletiva, onde algumas lideranças comunitárias não envolviam o coletivo de moradores do território.

Existem muitos ‘líderes’ comunitários que não representam na verdade a maioria dos comunitários. O que acontece, muito frequentemente, são pessoas que se auto intitulam líderes e formam um pequeno grupo, a diretoria (às vezes o trabalho é individual) e daí deliberam como bem lhes aprouver em ‘benefício’ da comunidade. Raramente acontece a realização de assembleia geral ou de encontros onde os comunitários participem e opinem. (TCC 391, 1990, p.54).

A utilização dos recursos públicos pela inversão da lógica dos direitos sociais para fins eleitorais demonstra como essa prática acontece com frequência entre algumas lideranças comunitárias. Valeria, nessa perspectiva, garantir aos sujeitos desta fala, a possibilidade de retomar suas posições político-ideológicas, suas vivências e seus interesses com o trabalho comunitário, tendo em vista a fragilidade das experiências comunitárias. Ao mesmo tempo, são, por vezes, os mesmos sujeitos que assumem o engajamento das pautas comunitárias e se colocam na construção dos partidos e das disputas parlamentares.

Observamos que a maioria dos ‘líderes’ comunitários trabalhavam como ‘cabo eleitoral’ ou como candidatos a vereadores, aproveitando o espaço comunitário para fazerem campanha política, utilizando-se de recursos dos órgãos públicos. Muitos tickets de leite foram trocados por alguns votos. (TCC 391, 1990, p.53-54).

Em nível nacional, Itamar buscou dar visibilidade à política de Assistência Social. Embora prevista legalmente, ela torna-se direito social não contributivo somente no final de 1993, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Houve complementação posterior em 1998 da Política Nacional de Assistência Social e, em 1997 e 1998, das Normas Operacionais Básicas, mas foi somente em 2005 que se constituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A LOAS representa o reconhecimento institucional do poder estatal público da Questão Social brasileira “ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de

acessos a serviços sociais e com a participação da população.” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p.56). Além disso,

As explicações para essa lentidão são encontradas no fato de que seu processo de implantação vai ocorrer em uma conjuntura adversa e paradoxal, na qual se evidencia a profunda incompatibilidade entre ajustes estruturais da economia e investimentos sociais do Estado. Incompatibilidade esta legitimada pelo discurso e pela sociabilidade engendrados no âmbito do ideário neoliberal, que reconhecendo o dever moral do socorro aos pobres não reconhece seus direitos. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p.56).

A partir desse contexto nacional, infere-se a pouca relevância do executivo à Política de Assistência Social no RS nesse período, bem como da dificuldade de compreensão desta política enquanto direito. Isso se relaciona com os dados obtidos em sua pesquisa, nas lacunas de investimentos, onde o financiamento representa um problema a ser superado. Como bem é advertido em um TCC, historicamente, a Política de Assistência Social tem se constituído de forma a manter as desigualdades sociais, ao não realizar a redistribuição justa dos bens socialmente produzidos (TCC 572, 1994). Isso porque:

Historicamente, a Assistência vem se dando numa linha paternalista, o que dificulta à população desfavorecida buscar e decidir a respeito de seus interesses e de se manifestar contra as discriminações econômicas e sociais impostas pelo sistema capitalista. (TCC 391, 1990, p.81).

A Assistência Social se constrói lentamente enquanto política de Estado, sendo historicamente demarcada enquanto política de governo. Assim, o acesso aos parques Programas de instituições foi atribuído aos representantes governamentais, passando por alterações frequentes, a depender da concepção e execução de perspectiva de política pública durante cada gestão do poder Executivo. De mesmo modo, cria-se uma cultura social vinculada à meritocracia, a qual deslegitima as expressões da Questão Social.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) teve um papel significativo na história da política de assistência no Brasil. Este órgão assistencial foi fundado com o objetivo de auxiliar as famílias cujos filhos foram enviados à guerra. Assim, “a história da FLBA está intimamente ligada à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.” (TCC 391, 1990, p.31). Entre as suas atribuições, “de um modo geral, a instituição FLBA, atende a usuários com características específicas, tais como: precárias condições de alimentação, higiene, vestuário, lazer, difícil situação sócio-econômica, psicológica e emocional.” (TCC 391, 1990, p.33). Tendo enquanto recursos ofertados, “a FLBA fornece órteses, próteses, autorização para retirar

remédios gratuitos em farmácias conveniadas e neste setor faz-se um estudo familiar e social de idosos que precisam ser internados em asilos.” (TCC 391, 1990, p.35). No mesmo Trabalho ainda se conclui que “a assistência que se dá aos pobres é uma forma de mostrar o lado ‘bom’ de um sistema que na verdade mascara suas selvagens contradições.” (TCC 391, 1990, p.39). Em outro TCC, o de n.º 399, o texto adquire novas percepções no percurso da formação, e a noção de comodismo social é problematizada na relação de insuficiência do Estado no atendimento às demandas sociais.

Ainda que reconheça o percurso desde a LBA, a conquista da Assistência Social enquanto direito do cidadão e de responsabilidade do Estado é demarcada enquanto política pública focalista desenvolvida na concepção de Estado mínimo e de política pública restritiva de direitos. Isso porque, em um país marcado por desigualdades sócio-territoriais e de disparidades socioeconômicas, a Assistência não pode se restringir a determinados segmentos sociais mais vulneráveis, mas sim a quem dela necessitar numa perspectiva de universalidade.

Por sua vez, na capilaridade das forças sociais, o Sistema Único de Saúde (SUS), na construção do texto constitucional, “inspira-se nas proposições defendidas durante vários anos pelo movimento sanitário, embora não tenha sido possível atender todas as demandas quando elas se confrontavam com interesses empresariais ou de setores do próprio governo.” (BRAVO, 2001, p.11). Para Bravo (2001), entre 1974 e 1979, a política social buscava canalizar as reivindicações e pressões populares, operando pela busca do enfrentamento da Questão Social. Nos desdobramentos da década de 1980, a saúde passa a assumir dimensão política, vinculada à democracia, a partir da constituição do engajamento de novos sujeitos sociais, sendo esses:

os profissionais de saúde, representados pelas suas entidades, que ultrapassaram o corporativismo, defendendo questões mais gerais como a melhoria da situação saúde e o fortalecimento do setor público; o movimento sanitário, tendo o Centro Brasileiro de Estudo de Saúde (CEBES) como veículo de difusão e ampliação do debate em torno da Saúde e Democracia e elaboração de contra-propostas; os partidos políticos de oposição, que começaram a colocar nos seus programas a temática e viabilizaram debates no Congresso para discussão da política do setor e os movimentos sociais urbanos, que realizaram eventos em articulação com outras entidades da sociedade civil. (BRAVO, 2001, p.8-9).

Diante das contradições postas, em um cenário de avanços legais na política de saúde, pelos princípios doutrinários de universalidade, equidade e integralidade

nos serviços e ações de saúde, uma aluna descreve em seu TCC de 1992 que somente em 1989 “é promulgada a Constituição do estado do Rio Grande do Sul, que delimita a política de saúde do estado a qual ressalta-se que: ‘a saúde é direito de todos e dever do Estado e do Município, através de sua promoção, proteção e recuperação (art.241)’.” (TCC 469, 1992, p.19). Todavia, percebe-se a prevalência em 1992 do “sucateamento da saúde onde o doente é obrigado a buscar recurso, diante a precariedade do atendimento das redes de assistência de saúde, por falta de recursos humanos e material (medicação, etc.) por falta de repasse de verbas por parte do Governo Federal.” (TCC 469, 1992, p.63). No decorrer dos processos de luta, o direito à saúde pública obteve avanços no que tange seus princípios de operacionalização, os quais dizem respeito à descentralização dos serviços, à regionalização e hierarquização da rede de atenção e participação social, ao mesmo tempo em que se reconhecem:

As condições de saúde de um povo dependem em grande parte do Modelo de desenvolvimento econômico a que essa população está submetida. Da reforma agrária e maior produção e distribuição de alimentos, da distribuição de renda e melhoria nas condições de vida, da política de habitação, saneamento, transporte, educação enfim, da reforma tributária, é que surgem as condições para que a saúde seja uma verdadeira conquista popular. (TCC 469, 1992, p.21).

No tripé da Seguridade Social no Brasil, promulgada na CF/88, a Previdência Social se institucionalizou com caráter contributivo, tornando seletivo o acesso aos benefícios. Retoma-se o resgate histórico, realizado por uma aluna em seu TCC, no qual se refere à política prestada aos trabalhadores/as:

Permitimo-nos enfocar a partir do ano de 1974, onde o ‘Ministério da Previdência e Assistência Social’ (MPAS) assume o comando e controle da área assistencial no país. Em 1977, através da Lei N.º 6.429, de 1º de setembro, foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), subordinado ao MPAS. Esta nova diretriz, contudo, alterou profundamente a estrutura previdenciária, passando a distribuir as suas ações por muitas entidades, entre elas, o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, o Instituto de Administração da Previdência Social - IAPAS, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS -, destacados do antigo INPS, e a Legião Brasileira de Assistência - LBA. Sofrendo mudanças, frequentemente o referido sistema se ajustava ao Programa de governo. Assim, hoje o INPS passou a ser o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social. (TCC 572, 1994, p.63).

Para Boschetti (2003, p.72), mediante contribuição, “o princípio da uniformidade e da equivalência dos benefícios garante a unificação dos regimes urbanos e rurais no âmbito do regime geral da previdência.” Assim, os mesmos benefícios passam a ser de direito dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores

urbanos. Todavia, este princípio não foi aplicado aos trabalhadores do setor público e do setor privado, perpetuando forte diferenciação entre essas categorias. Além disso, apesar das indicações de integração das ações, pelo exposto, evidencia-se as debilidades da Seguridade Social.

Os avanços e mobilizações populares, entretanto, não se deram de forma homogênea. Popularmente denominada a Década Perdida, no período dos anos 80, como já mencionado, ocorreram perdas econômicas e também foram desencadeadas mazelas na qualidade de vida da massa de trabalhadores, formais e informais, que geram a riqueza do país. Desse contexto, materializa-se:

[...]aumento dos índices de criminalidade, poluição, doenças infantis e epidemias, com a estagnação e declínio da taxa de analfabetismo, com o aumento do número de desempregados, dos sem terra e sem teto, de assassinatos de crianças, adolescentes, líderes rurais etc. (GOHN, 1992, p.57).

Gohn (1992), de mesmo modo, informa as perdas dos índices de crescimento, da produtividade agrícola e industrial e da competitividade tecnológica. Quando aborda a questão da educação, ela aponta para diferentes demandas educacionais na sociedade, sinalizando sua articulação com o conjunto dos problemas de ordem estrutural. As áreas nas quais buscava-se resposta ou seu enfrentamento corresponde, para a autora em:

Educação ambiental. Educação sobre patrimônio histórico cultural. Educação para cidadania. Educação sanitária e de saúde pública. Educação popular. Educação de menores e adolescentes. educação de minorias étnicas: índios. Educação contra discriminações: sexo, idade, cor, nacionalidade. Educação para deficientes. Educação para trânsito e de convivências em locais públicos. Educação contra o uso de drogas. Educação sexual. Educação contra o uso de violência e pela segurança pública. Educação para geração de novas tecnologias. (GOHN, 1992, p.59).

No campo da educação escolar, as demandas voltam-se desde a educação infantil (creches e pré-escolas), passam pelo ensino de 1º e 2º grau (atuais ensino fundamental e médio), as pautas da Universidade, até as reivindicações de novas leis educacionais do ensino e das demandas do ensino noturno (GOHN, 1992).

A Constituição Federal (1988), portanto, expressa avanços significativos. Ainda assim, as lutas de classes que se estabelecem no pós-ditadura apresentam desafios, tanto no que tange à disputa de concepções sociais, quanto aos seus rebatimentos para a construção e direção do Serviço Social, tendo em vista o giro conservador neoliberal após 1988. Nessa conjuntura, a produção da vida social será determinada pelos novos desafios econômicos e políticos da ascensão do

neoliberalismo mundial, tornando complexo o panorama da busca pela emancipação humana.

1.3 SERVIÇO SOCIAL NOS DESDOBRAMENTOS DO CONTEXTO BRASILEIRO E DO RIO GRANDE DO SUL

A aproximação do Serviço Social com o marxismo vai ocorrer justamente no contexto de imposições de barreiras, individuais e coletivas, para o engajamento reivindicatório de uma sociedade mais justa. Sobre isso, Silva (2007, p.283) relata que “os primeiros contatos entre o Serviço Social e a tradição marxista ocorreram ao longo do “processo de reconceituação”, ou seja, a partir de um movimento de cunho latino-americano, de caráter necessariamente sincrético e multifacetado.” Assim, a geração dos grupos de vertentes de orientação crítica, formados por “estudantes e profissionais já formados em Serviço Social, a partir da segunda metade dos anos 60 do século XX, estabeleceram seus primeiros contatos com o marxismo através dos movimentos sociais e da resistência à ditadura militar.” (SILVA, 2007, p.283).

Deste contexto, no período de vigência do terrorismo de Estado foi instituído, a partir do Decreto-Lei 994 de 15 de maio de 1962, o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), com o objetivo de realizar a normatização e a fiscalização da profissão. Ao RS correspondeu a 10ª Região, que abrange também Santa Catarina e Paraná. As primeiras reuniões para a construção do CRAS 10ª Região ocorreram na Faculdade de Serviço Social da PUCRS e sua oficialização ocorreu em 26 de novembro de 1963, na sede do Sindicato dos Assistentes Sociais de Porto Alegre (SASPA).

Já em 1965, inicia-se em Porto Alegre, na Escola de Serviço Social da PUCRS, o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, com a internacionalização do debate da categoria pelos sujeitos da “Geração 65”. Entre suas pautas, estava em vista o questionamento ao Serviço Social tradicional e à influência norte-americana na profissão. Assim:

Esse movimento desencadeia-se no I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina, em 1965, em Porto Alegre (RS), primeiro marco público da busca de um Serviço Social latino-americano. Denuncia-se a importação de parâmetros profissionais, o capitalismo dependente e o imperialismo norte-americano, num contexto político-cultural marcado pela vitória dos revolucionários da Sierra Maestra

sobre Havana, das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica com o Concílio Ecumênico do papa João XXIII e da Teologia da Libertação. Esse primeiro seminário desdobrou-se em seis outros subsequentes, contribuindo para a maior organicidade do Serviço Social no continente: em Montevideu, Uruguai (1966), em Concepción, Chile (1969), em Cochabamba, Bolívia (1970), e novamente em Porto Alegre, Brasil (1972). (IAMAMOTO, 2019, p.443).

A correlação de forças, postas aos sujeitos no Movimento de Reconceituação, desencadeia construções e reelaborações, das quais “os Seminários provocaram sucessivas rupturas e adesões que privilegiaram o olhar para a realidade concreta da América Latina sob uma ótica particular, sem abonar o que lhe é próprio nas diferentes latitudes.” (GOIN, 2016, p.113).

Subjacentes a isso, revelaram-se protagonistas que exerceram indispensáveis contribuições nesse processo que alicerçou, como pano de fundo, a posição político-ideológica do Serviço Social frente às amarras imperialistas interpostas no desenvolvimento periférico latino-americano: Seno Cornely, Natalio Kisnermann, Ezequiel Ander Egg e Herman Kruse constituem, dentre outras, representações da vanguarda profissional na apreensão das implicações políticas do trabalho do Assistente Social, polarizadas pela luta de classes, da mesma forma que figura uma filiação teórico-metodológica que exprime a mudança das estruturas que oprimem ‘o homem de ser homem’. (GOIN, 2016, p.113).

Como mencionado anteriormente, o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social ocorreu na PUCRS entre os dias 10 e 15 de maio de 1965. Estes Seminários constituíram um importante espaço político no contexto regional. Sobre isso, um/uma dos/das docentes entrevistados/entrevistadas cita o reflexo das problematizações para o trabalho profissional e menciona a participação dos estudantes de Serviço Social nos Seminários.

Os encontros Latino-Americanos foram fundamentais, eles permitiram muitas reflexões significativas, possibilitaram, inclusive, a revisão dos currículos da formação. Um exemplo do impacto dos debates promovidos nos encontros Latino-Americanos ocorreu no meu fazer profissional. Eu estava inserida na política de saúde mental, realizando as discussões em torno desta pauta. Neste sentido, a partir de uma leitura marxiana, altera-se a compreensão de família, do paciente, da saúde mental. Ocorrem mudanças nas intervenções a partir destes processos. Isso ocorreu com muitos estudantes e profissionais do Serviço Social. Começamos a realizar discussões, a participar dos encontros. Recordo desses encontros, com a participação de todos/todas os/as colegas da minha turma. Vimos coletivamente participar do Seminário, estávamos todos os dias. Os encontros permitem também o acesso a novas bibliografias Latino-Americanas. Naquele período era muito difícil acessar as bibliografias. Fazíamos o registro das bibliografias em fitas K7, com gravações seguidas de degravações das fitas K7. (Docente 4, 2021).

O evento contou com a participação de 415 delegados, desses 385 brasileiros e 30 dos países fronteiriços – 26 uruguayos e 04 argentinos (GOIN,

2016). Nele se destacou a atuação do professor e coordenador Seno Antônio Cornely, presente também no II Seminário de 1966, em Montevideu (Uruguai). Cornely se envolveu no eixo de debate da Política do Serviço Social no Desenvolvimentismo (GOIN, 2016), além de participação representativa nos debates dos demais seminários. O retorno do Seminário a Porto Alegre ocorreu em 1972, no VI Seminário Latino-Americano, o qual

demarcou a abertura de “novos tempos brasileiros”. O pleno auge da Ditadura Militar, sob a presidência do General Médici, assentava as bases de condução do evento e a impossibilidade de avançar nas deliberações dos IV e V Seminários: A Reflexão Crítica Sobre a Intervenção Profissional, objetivo proposto, não teve êxito. Para as delegações, o evento constituir-se-ia como o fechamento de um ciclo histórico (de Porto Alegre a Porto Alegre) para a profissão reconceituada. O repúdio ao visível atravanco levou à manifestação documental das delegações de língua espanhola e do Grupo do ECRO, que fizeram questão de marcar a postura tecnocrática e asséptica do encontro, estimulada pelo cenário autocrático implantado, ao mesmo tempo em que se levantaram rumores sobre qual seria o futuro dos Seminários e, sobretudo, do próprio Movimento de Reconceituação na América Latina. (GOIN, 2016, p.113).

Percebe-se que a Escola de Serviço Social da PUCRS esteve envolvida com os Seminários Latino-Americanos. Alguns docentes, profissionais e estudantes de seu tempo, frente à conjuntura política instaurada no continente, participaram direta e indiretamente dos Seminários. Assim, os sujeitos contaram com o apoio direto da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, do Sindicato dos Assistentes Sociais, do Conselho Regional de Assistentes Sociais e do Diretório Acadêmico, e com o respaldo da Secretaria do Trabalho e Habitação (CORNELY, 2002). Closs, Machado e Zacarias (2019) destacam o protagonismo de Seno Antônio Cornely nesse processo latino-americano, e o denominam “mentor intelectual e articulador político”, pontuando que:

Esse docente, com ampla atuação nas áreas de Desenvolvimento de Comunidade e de planejamento participativo, integrou a chamada “Geração de 1965”, que foi composta inicialmente por colegas brasileiros, argentinos e uruguaios. Cornely legou à profissão uma contribuição significativa e continuada na articulação latino-americana, seja no âmbito de sua participação sistemática seminários realizados em diferentes países na década posterior (1965-1975), como também na sua atuação na Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETS). (CLOSS; MACHADO; ZACARIA, 2019, p.45).

Para Montañó (2009), o Movimento de Reconceituação latino-americano da profissão se caracteriza enquanto aquele da “unidade na diversidade” e materializa-se através de ações internacionais de grupos da Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETS) e do Centro

Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS). De acordo com Bravo (2009), a ALAETS foi criada com o intuito de organizar a categoria nas suas pautas internas e externas junto à sociedade civil. Enquanto isso, o CELATS integrou a frente de renovação crítica da profissão no debate acadêmico. Entende-se que o Movimento de Reconceituação representou uma estratégia de revisão crítica da profissão articuladas às lutas sociais continentais. Para Santos (2007), as relações que se estabeleceram entre o CELATS e a ALAETS comportaram tensões entre ambas as organizações:

Não somente porque o Centro foi criado como uma espécie de depositário dos princípios e fundamentos de um Serviço Social que queria renovar-se teórica e praticamente - e que estava identificando com esta agremiação ao nível continental -, mas também pelo fato de que o CELATS teve como base de fundação sua clara e estatutária à ALAETS, como o “seu” centro acadêmico...Os diretivos da ALAETS insistiam em fazer do CELATS o ente executor de suas políticas. O CELATS, por outro lado, sobretudo o Diretor, os Coordenadores Acadêmicos e os Investigadores (que, na prática, funcionavam como um verdadeiro colegiado), queria conformar uma instituição acadêmica que fosse mais transcendente no apoio a todos os profissionais. (SANTOS, 2007, p.170).

Além das inquietações das disputas políticas, para lamamoto (2005) existiam expressões predominantes desta conjuntura que se articulam concomitantemente à política desenvolvimentista e que somente na década de 1970 problematiza, de forma mais sistemática, a profissão por intermédio da análise marxista. Demarcam-se, assim, perspectivas distintas para a identidade do Serviço Social, considerando-se que no Brasil o processo de renovação da profissão foi conduzido por três tendências: a modernizadora, a de reatualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura (NETTO, 2011). A partir de pesquisa histórica recente, identificou-se, a partir do da particularidade da profissão no Rio Grande do Sul, uma quarta tendência, denominada de Reformismo Reconceituador (CLOSS; MACHADO; ZACARIAS, 2018).

De acordo com Netto (2011), a perspectiva modernizadora se caracteriza pela intrínseca relação com as propostas capitalistas, ao seguir o fluxo modernizador das décadas anteriores e por balizar-se no referencial estrutural-funcionalista norte-americano. A reatualização do conservadorismo, por sua vez, diz respeito à retomada teórico-metodológica do conservadorismo presente historicamente na profissão, ao mesmo tempo em que se opõe às correntes positivista e marxista, devido à sua aproximação com a fenomenologia, incluindo a valorização de abordagens psicológicas e do ecletismo abstrato. A perspectiva de intenção de

ruptura se revela como oposição ao Serviço Social “tradicional” ao realizar uma análise de totalidade, por meio da aproximação com o marxismo, e de busca de rompimento com a tradição positivista e do reformismo conservador, assim tencionando conferir uma nova direção teórico-metodológica e ideológica para a profissão (NETTO, 2011). A particularidade do RS pode ser observada, entre outros aspectos, no mapeamento de Closs; Machado e Zacarias (2018), quando sustentam a tese dos antecedentes da Reconceituação latino-americana no RS. Esses

evidenciam a constituição de uma matriz de renovação profissional que é produto da incidência do nacionalismo anti-imperialista e da educação popular no Serviço Social, impulsionando a politização do exercício e da formação profissional. (CLOSS; MACHADO; ZACARIAS, 2019, p.2).

A conclusão de Closs; Machado e Zacarias (2018) é da incidência de duas tendências na Escola de Serviço Social da PUCRS, entre os anos de 1955 e 1965: a Estrutural Participativa e a Pedagógica Cultural. As duas tendências representam as particularidades da Escola de Serviço Social da PUCRS, as quais, no período de vigência do AI-5 e do terrorismo de Estado, defrontaram-se com barreiras e culminaram com a tendência de Reformismo Reconceituador, ao sugerir a inclusão no quadro geral de tendências do contexto nacional, apresentado pelo indispensável e até recentemente único estudo de tendências elaborado por Netto (2011). O Reformismo Reconceituador, portanto, configura-se enquanto uma proposta de mudanças das bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, com base progressista, e embasado na concepção macroestrutural do desenvolvimento econômico latino-americano e no exercício profissional politizador-militante (CLOSS; MACHADO; ZACARIAS, 2019).

Simultaneamente a essa tendência, as permanências, as bases conservadoras presentes nas ações profissionais no RS são observadas na análise do TCC de 1984, quando a aluna afirma que, mesmo diante de uma formulação nova e mais realista, de sustentação teórica para o Serviço Social latino-americano, por meio do Movimento de Reconceituação, “o Serviço Social continua atendendo ‘casos’, realizando visitas, adaptando indivíduos, realizando grupos terapêuticos, enfim [sic], continua utilizando os princípios de bom relacionamento de BYESTECK e as técnicas de tratamento de FLORENCE ROLLIS.” (TCC 01, 1984, p.33). Complementa a problematização pontuando as lacunas postas até mesmo nos cursos ofertados, onde se sobressai os conteúdos que capacitam tecnicamente,

dando suporte para responder às demandas emergentes do mercado empregador, mas não possibilita refletir acerca da sociedade e dos movimentos de totalidade.

Continua a negar na prática as contradições, evitamos o conflito e tentamos sob todas as formas adaptar os indivíduos aos sistema. É claro que há modernização nessa forma de adaptação. Os assistentes sociais têm se preparado muito com Cursos variados de “Administração de benefícios”, “Preparação para a aposentadoria”, “Tratamento para o alcoolismo [sic]”, “Relações humanas no trabalho” etc. Entretanto, vemos muito pouco a análise da realidade social em todos esses temas ou, então, uma análise parcial, segmentada, que não permite visualizar a totalidade. (TCC 01, 1984, p.33).

Na contramão à luta de direção crítica da profissão, encontrava-se, entre 1965 a 1975, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), o qual se configurava enquanto uma instituição extrauniversitária voltada a atender as demandas conservadoras do Estado (BRAVO, 2009). Na resistência a essa tendência, aglutina-se a perspectiva latino-americana de reconceituação, mencionada anteriormente, tendo como personagem representativa dessa tendência a assistente social Leila Lima Santos, destacando-se também o seu protagonismo no CELATS.

Maio e Reis (2018) relatam que coube ao CELATS promover a prática investigativa no Serviço Social, tendo em vista a frágil tradição de pesquisa na área. Essa apresentava lacunas no arcabouço de conhecimentos especializados. Dessa forma, o objetivo geral do CELATS consistia em “alcançar um conhecimento científico da realidade em sua relevância para o Serviço Social.” (MAIO; REIS, 2007, p.6). Segundo Leila Lima Santos, correspondia em níveis mais específico:

Conhecer as necessidades dos setores populares, reorientando, assim, a ação do assistente social; analisar o Serviço Social, sua história, sua organização, seu desenvolvimento na América Latina. (SANTOS, 2007, p.6).

Para atingir tais objetivos, organizou-se um projeto de investigação sobre a História do Trabalho Social na América Latina, pesquisa coordenada pelo sociólogo peruano Manuel Manrique Castro, contando com a participação do peruano Alejandrino Maguiña Larco, do brasileiro Raul de Carvalho, e em 1978 – a convite de Leila Lima Santos, então diretora do CELATS – ingressa Marilda Villela lamamoto. O produto dessa pesquisa no Brasil deu origem ao livro *Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação teórico-metodológica*, publicado em 1982. Destaca-se que, o primeiro estudo voltado a uma pesquisa da história da profissão sob as bases da história da sociedade brasileira emergiu do processo que

“coincidiu com a mudança na formação profissional, visto que houve uma reformulação do currículo mínimo proposto pela então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), atualmente ABEPSS, em 1979 e aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) em 1982.” (MAIO; REIS, 2018, p.14-15). O novo currículo de 1982, como será visto posteriormente, agrega a disciplina de “História do Serviço Social”, a qual teve por base o estudo do livro supracitado. A ABESS foi constituída em 1946, uma década após a implementação e o funcionamento da primeira Escola de Serviço Social do Brasil, a da PUC-SP. Nesse contexto, é salientado em seu TCC de 1990 a relação intrínseca que se estabelece entre as movimentações históricas do Serviço Social e os desdobramentos constitutivos da ABESS:

A ABESS esteve presente nos diferentes momentos históricos do Serviço Social, passou pela influência católica, à reconceituação e atualmente reflete o momento histórico que vivemos também na profissão, que é a preocupação com movimentos sociais, a compreensão das contradições da sociedade e do movimento dinâmico da realidade. (TCC 391, 1990, p.27).

A relação das coordenações da instituição da PUCRS com a ABESS demonstrava ser protocolar. Isso porque existia o cumprimento das obrigações financeiras sem o adensamento da linha política, sem participação orgânica do corpo docente. No relato de um/uma dos/das docentes entrevistados/entrevistadas evidencia-se a sustentação da posição assumida, a qual era divergente das orientações demarcadas pela ABESS, naquele período.

A Faculdade da PUCRS sempre fez questão de cumprir com seus compromissos financeiros com a ABESS [...] Participamos das atividades da ABESS quando se fazia necessário. Em muitos momentos fui solicitada para representar a Faculdade. Recordo que existia uma diferença na linha de debate, no qual o debate promovido através da ABEPSS não foi aderido pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Alguns docentes realizavam algumas tentativas mas, normalmente, tinham dois ou três docentes escalados para participar, e a Universidade fazia questão de manter o seu compromisso financeiro com a entidade. Nunca houve essa discussão política de ‘não vamos pagar porque eles tem outra linha’. Não, ao contrário, pagava-se. Mas, quanto às posições da ABESS, não se acatava, a direção política trazida não era incorporada, em determinado momento não se acatava. (Docente 4, 2021).

Este contexto de ausência de participação sistemática do corpo docente na linha política dos debates da formação em Serviço Social foi acompanhada, também, no movimento de formulação das Diretrizes de 1982. Isso significa que foram poucos os professores que participaram das oficinas. Conforme relato em entrevista, de um/uma dos/das docentes, “pouquíssimos, neste momento não

consigo precisar o quantitativo. Recordo que a participação era esporádica, não tínhamos um trabalho constante e consistente.” (Docente 4, 2021).

Considera-se que “o CELATS conformou um importante e articulador núcleo pensante, que contribuía para o debate conectado com as principais tendências da época e que colaborou para dar direção ao pensamento das unidades de ensino de Serviço Social.” (SANTOS, 2007, p.169). Tem-se, nesse percurso, a produção teórico-acadêmica do pensamento da época pelos sujeitos ligados ao CELATS organicamente, entre esses: Marilda V. Iamamoto, José P. Netto, Alejandrino Maguiã, Jorge Parodi, Ivan De Gregori, Diego Palma, Manuel Manrique, Carlos Urrutia, Walter Tesch, Roberto Rodriguez, entre outros (SANTOS, 2007). Destaca-se ainda a publicação das articulações e dos debates elaborados na América Latina por meio da revista *Acción Crítica* e das editoras argentinas Humanitas e ECRO. No Brasil, a vinculação se deu por meio da Editora Cortez (SANTOS, 2007).

A experiência, denominada de “Método BH”, da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), será significativa para aproximar a categoria. Essa experiência constitui a intenção de ruptura, na perspectiva de renovação do Serviço Social. Para Batistoni (2017), embora sejam pouco conhecidos os documentos produzidos entre 1971 e 1976, no contexto do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), a escola de Serviço Social de Belo Horizonte compunha o bloco de oposição à Ditadura Civil-Militar, tendo dificuldades de articular-se internamente no país. Sua visibilidade é expressa no meio acadêmico-profissional latino-americano.

O Método BH é construído por sujeitos concretos, onde se destaca o protagonismo das lideranças docentes de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga. Soma-se a elas o novo corpo docente constituído de profissionais de diferentes áreas (história, filosofia, ciências políticas e jornalismo). Os personagens do Método BH tiveram diferentes influências, dentre as quais as percepções do filósofo e teólogo jesuíta Pe. Henrique Vaz de Lima, que estudava a filosofia hegeliana e marxista. Soma-se a isso a ala progressista da Igreja Católica, representada pelos militantes da Juventude Universitária Católica, a qual deu origem a Ação Popular. Também existiu a Organização Revolucionária Marxista - Político Operária (ORM-Polop) (BATISTONI, 2017).

A experiência dos sujeitos assistentes sociais docentes esteve ligada às “práticas do Serviço Social rural, de educação popular, vinculadas ao Movimento de

Educação de Base, orientada pela pedagogia de Paulo Freire, e de práticas institucionais de Desenvolvimento de Comunidade.” (BATISTONI, 2017, p.142). Os sujeitos desse contexto almejaram potencializar mudanças na formação, subsidiados pelo objetivo de inclusão das análises das Ciências Sociais e da problematização da prática interventiva, sob bases teóricas dos debates da reconceitualização latino-americana e da aproximação com os princípios filosóficos da educação de Paulo Freire, o qual mantinha aproximação com a Teologia da Libertação (CLOSS, 2017).

Gustavo Gutierrez, em 1972, elaborou o nome *Teologia da Libertação*, o qual “admite que as bases se encontram na prática e nas reflexões dos cristãos leigos e brasileiros sob a influência de dom Hélder, nos anos 60.” (MURARO, 2000, p.187). Muraro (2000), na época editora-chefe da Editora Vozes, explica que, entre 1967 e 1968, vendiam-se centenas de milhares de exemplares de materiais na linha religiosa, com explicações políticas da Bíblia para os oprimidos. Desse contexto, surge a figura de Carlos Mesters, desencadeador dos Círculos Bíblicos que tiveram importância para solidificar as comunidades de base no Brasil, até ser “esmagada pelo Vaticano em meados dos anos 80.” (MURARO, 2000, p.193).

A relação entre o Serviço Social e a Igreja Católica já não era novidade nesse contexto. O novo constitui-se no trabalho social e político nas comunidades, o qual adquire estreita vinculação e influência dos cristãos de esquerda, por uma linha baseada no pensamento freireano – particularmente no Nordeste – a partir de 1962 (OLIVEIRA, 2013). Em depoimento⁶, Paulo Freire revela a sua posição acerca da transcendentalidade e do Marxismo. Ele informa que seu vínculo com a crença na transcendentalidade não se dicotomiza com a mundanidade. A partir da realidade dura dos camponeses com a qual Freire tinha contato direto e pela “negação do seu ser como gente” é que o encontro com Marx foi estabelecido, ou seja, foi a partir da realidade material que Freire remete-se a Marx, sem deixar de acreditar em “Cristo nas esquinas das próprias favelas”. O envolvimento de Freire com as lutas mais amplas, em especial no campo da educação, pode ser percebida em sua participação no Movimento de Cultura Popular do Recife e na coordenação do Programa Nacional de Alfabetização do governo João Goulart. Freire foi destituído do cargo pelo Regime Repressivo dos agentes do golpe civil-militar de 64, e

⁶ Depoimento de Paulo Freire intitulado “Paulo Freire e a Teologia da Libertação”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OsLHMA3EU0k>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

amargou 72 dias na cadeia, depois seguiu 16 anos em exílio (SOUZA, 2001). Lá, Freire escreve, em 1968, o livro *Pedagogia do Oprimido*, o qual deixa evidente a sua posição com a questão da humanização, que pressupõe reconhecer a desumanização como uma realidade histórica (OLIVEIRA, 2013) e, assim, reconhece as desigualdades sociais e comunga com a classe social oprimida novos modos de pensar a educação. Neste horizonte, a obra de Freire constitui incidência em diversas instâncias sociais, adentrando tanto os grupos católicos como os diferentes níveis educacionais do país, como evidencia o depoimento obtido na pesquisa:

Houve, certamente, muita influência de Paulo Freire entre os docentes da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Ele foi um pensador importante no país. Paulo Freire mobilizou muito os grupos católicos que, assim como a Educação, foram influenciados por ele. Freire apresentava uma linha crítica, o qual buscava referências no marxismo, na filosofia, na fenomenologia, para os fundamentos da crítica realizada da realidade e para ação que deveria ser feita. (Docente 1, 2021).

Aliada à dinâmica sociopolítica, a proposta do projeto profissional de intenção de ruptura do Método BH se conjuga com as possibilidades reais disponibilizadas na instituição de ensino. A elaboração teórica para a reestruturação curricular da formação, bem como as aproximações com os projetos de extensão e dos campos de estágio, foi acompanhada na experiência mineira por “uma instituição universitária com condições relativamente favoráveis, pela presença de forças progressistas da hierarquia católica, oferecendo aos docentes e discentes um espaço de resistência intelectual e política.” (BATISTONI, 2017, p.141-142). Além disso, expandiu-se a experiência para outras cidades e instituições. Salienta-se, contudo, que:

No viés da tradição marxista que a Escola de Belo Horizonte incorporou, encontra-se suas debilidades e equívocos, o que a comprometeu, ainda mais considerando o destaque do rigor e consistência com que formulou o seu projeto de formação e exercício. Esse balanço crítico não desconsidera a importância teórica e ideológica dessa mesma incorporação, realizada em condições não favoráveis, mas abrindo os horizontes ideopolíticos no processo de renovação do Serviço Social no Brasil. (BATISTONI, 2017, p. 145-146).

Isso significa tecer a crítica à experiência de Belo Horizonte dentro de uma perspectiva na qual estavam inseridos. Portanto, ainda que seja articulada uma nova proposta acadêmico-profissional com objetivos delineados a partir de uma análise da sociedade brasileira, salienta-se que não “dispõe de condições críticas para dar o salto necessário para responder ao avanço das lutas pelos direitos

sociais e políticos, não apresentava ainda os pressupostos teóricos críticos para sustentar uma autorrenovação.” (BATISTONI, 2017, p.145-146).

A formulação teórico-metodológica da categoria vai expressar uma interlocução com o marxismo, embora apresentasse pouca profundidade. O financiamento do CELATS “constitui as bases para a realização de investigações e debates que marcarão decisivamente a consolidação da vertente de ruptura.” (CLOSS, 2017, p.72). Então:

Cabe também o destaque para a participação ativa do CELATS na constituição do primeiro mestrado da área na América Latina em 1978, na Universidade Nacional de Honduras, na articulação de publicações através das editoras Ecro, Humanitas, Cortez e na Revista *Acción Crítica* e, ainda, em debates prévios aos III CBAS. (CLOSS, 2017, p.72).

Conforme um das docentes da PUCRS entrevistadas, essas consistiam as referências editoriais do período. Sobre isso, esclarece, também, que na década de 1970, o Serviço Social possuía pouca bibliografia, no Brasil. Destaca-se que havia “muita bibliografia traduzida do inglês que utilizamos. Contávamos com os livros do CBCISS [...] Havia a linha que era da América- Latina, principalmente as obras publicadas pela Editora Humanitas. Muitas referências bibliográficas procediam do México.” (Docente 1, 2021).

Eu estou vendo alguns livros em minha biblioteca. Eu vi que tenho alguns exemplares da Revista *Acción Crítica*, das *Obras escolhidas* de Marx, tem várias obras de Marx. Então nós já tínhamos, na época (1970/80) alguma bibliografia. A Revista *Acción Crítica* publicava muito as obra marxistas. Eu possuía muitos livros da Editora Humanitas. Esse livro, aqui, é o “Desafio ao Serviço Social”, de 1975. O livro debate a crise da Reconceituação. Apresenta artigos de Norberto Alayón, de Seno Cornely e outros. Seno escreve um artigo rememorando toda essa questão da Reconceituação. Consta, também, do livro um artigo da Leila Lima Santos e outro de Paulo Netto. (Docente 2, 2021).

A escassez da produção teórica de conteúdo crítico, no Serviço Social brasileiro, vai sendo gradativamente modificada na década de 1980 e ser adensada na década seguinte, inclusive pelo avanço da pós-graduação, o que se identifica em depoimento obtido na pesquisa: “a produção teve início na década de 1990 [...] Até lá tínhamos e usávamos muitas referências das áreas da Sociologia e da Economia.” (Docente 4, 2021).

Retomando ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), este ocorreu no final da década de 1970 e expressou a organização político-profissional de intenção de ruptura com o conservadorismo (BRAVO, 2009). Antes disso, o acúmulo do debate da categoria, junto à produção científica no início da mesma

década, colaborou para a introdução do Programa de Pós-Graduação em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro, nas instituições das Pontifícias Universidades Católicas. Entende-se com isso que a potência do “Congresso da Virada”, de 1979, deve ser compreendida nos desdobramentos impulsionados pela conjuntura nacional e pela sensibilização da categoria. Engendra-se nesse período de vigor das lutas sociais a articulação da categoria aos sindicatos. O III Encontro Nacional de Entidades Sindicais desencadeia a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), na qual o encaminhamento vai consistir na sua propagação. Dessa maneira,

a reação dos assistentes sociais se iniciou no âmbito sindical, ocorrendo em diversos estados do Brasil um processo de revitalização de antigas associações profissionais e sindicatos, com a conquista por profissionais progressistas para a direção das entidades, antes sob o poder de grupos progressistas e reacionários, bem como a criação de novos sindicatos. (BRAVO, 2009, p.686).

O Congresso da Virada será a expressão do engajamento político dos sujeitos que fomentam a disputa e o fortalecimento do CFAS e CRAS, o que acontece com organização prévia e direção política. Agrega-se a isso o posicionamento das entidades sindicais. Elas “enfrentam o legalismo, a burocratização e o conservadorismo político e confrontam orientações oficiais do CFAS-Cras, sintonizadas com o governo ditatorial.” (IAMAMOTO, 2019, p.447). Considera-se que,

Esse congresso é um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica, ao associar-se aos interesses e necessidades dos trabalhadores em luta pela democracia. Contestam-se propostas exógenas à realidade latino-americana e anuncia-se “a virada” dos compromissos políticos com as classes dominantes e o poder político, que presidiram a institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Esse Congresso foi a primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos assistentes sociais contra a ditadura militar-empresarial e o poder de classe que a sustentou. (IAMAMOTO, 2019, p.44).

O engajamento da categoria de assistentes sociais do RS no III CBAS pode ser percebida pela posição política publicada no site do Conselho Regional de Serviço Social do RS - CRESS 10º Região, onde consta a informação do registro de atas de reuniões atestando que o Conselho comprometeu-se com a organização da categoria, promovendo o Encontro Regional Preparatório para o III CBAS, o qual contou com a exposição de trabalhos e conferências. Após o Congresso da Virada, o CRESS/RS emitiu uma moção de apoio, pontuando seu posicionamento no otimismo político divulgado à categoria, e diz:

O III CBAS será um marco histórico na vida dos profissionais de Serviço Social [...] Qualquer poeta, capaz de penetrar os mistérios da condição humana e suas aberrantes contradições, teria consciência de estar vivendo um período de introdução à democracia e de respirar o ar puro da liberdade [...] As correntes ideológicas mais radicais vieram à tona com a força avassaladora comum ao rompimento de um estado de repressão. (CRAS informa n.º28)⁷.

No entanto, questiona-se em que medida a categoria no RS assimilou o tempo presente e as orientações de engajamento às transformações? Em 1979, o CELATS promove um encontro de capacitação continuada em nível nacional. Antecedem a esse período os Seminários de Teorização do Serviço Social promovidos pelo CBCISS. Ainda em 1979, tem-se a revisão da formação pela ABESS e a ampliação do contingente dos sujeitos políticos, ou seja, a concepção de participação se modifica pela convergência de docentes e discentes, resultado da incorporação do movimento estudantil (BRAVO, 2009). Portanto, o Congresso da Virada expressa o conjunto desses desdobramentos, dos quais direcionam os sujeitos ativos para a articulação política do CENEAS e a produção de seu documento crítico. Além disso, instaura-se uma disputa pela condução do congresso, através do enfrentamento de uma perspectiva conservadora feita pelos docentes vinculados à ABESS e estudantes (CLOSS, 2017). Demarca-se, nesse momento, a politização da categoria, configurando-se, assim, na década de 1980, em um novo cenário.

A conjuntura sociopolítica desse período é um vetor fundamental destas mudanças, marcadas, sobretudo, pela reinserção da classe trabalhadora no cenário político brasileiro, pelas lutas em torno da redemocratização da sociedade e pela ampliação de direitos, na qual a construção de um novo padrão de Seguridade Social tem um impacto preponderante no horizonte ético-político e nos espaços sócio-ocupacionais dessa profissão. (CLOSS, 2017, p.76).

O acúmulo da participação política no engajamento social e nas disputas da categoria vai direcionar em 1981 ao aprofundamento teórico-metodológico crítico por meio da instauração do curso de doutorado na PUC-SP e no seu movimento de interlocução com as outras áreas (CLOSS, 2017). Ainda em 1981, emerge o primeiro curso de especialização de políticas sociais na área. No ano seguinte, o currículo mínimo de 1982 demonstra a maturidade de parte da categoria ao buscar agregar o pensamento marxista enquanto explicação das desigualdades e consequentemente redirecionar a atuação profissional, ainda que com fragilidades.

⁷ Matéria publicada no site do Conselho Regional do Serviço Social 10º Região (CRESS). Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/conselho/cress-10-regiao>. Acesso em: 2 ago. 2021.

Nas instâncias organizativas, a nova gestão eleita em 1983 do CFAS/CRAS assume “(...) na sua plataforma o compromisso com as classes populares e como principais metas a democratização da entidade, a revisão do projeto de regulamentação da profissão e a elaboração de um novo Código de Ética.” (BRAVO, 2009, p.691).

É no movimento de participação política que se encontra o engajamento de uma parcela da categoria em sua busca constante por respostas às desigualdades sociais através da ação coletiva. As conquistas são passos largos para uma sociedade até então impedida de pautar as suas reivindicações. Em meio a repressão às manifestações de liberdades políticas, gesta-se o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na cidade de Londrina, no Paraná, em 1978. Ele teve por tema: *O Serviço Social e a Realidade Brasileira* e contou com a participação de pessoas de 24 escolas. Informações obtidas no relato histórico da ENESS inferem que

é a partir deste encontro que se inaugura a possibilidade de unificarem-se as lutas, de debater a profissão, a universidade” e ainda “foi também a partir deste evento que se verificou a necessidade de discutir a formação profissional, mais diretamente a reformulação do currículo do curso de Serviço Social.(ENESSO, 2014, p.1-2).

No memorial descritivo do Docente Sérgio Antônio Carlos para a promoção a professor titular na UFRGS, o qual foi presidente do Diretório Acadêmico na gestão 1970/71, encontram-se memórias sobre as articulações estudantis e da aproximação com o Método BH.

(...) O Seminário de Atualização de Metodologia de Serviço Social foi realizado de 13 a 15 de novembro de 1971 em Florianópolis, que teve como uma das conferencistas a Professora Consuelo Quiroga e sua monitora Marilda Soares Vilela, então estudante de Serviço Social. O conteúdo desse Seminário foi a experiência de ensino-aprendizagem que estava sendo desenvolvida em Belo Horizonte, rompendo não só com os paradigmas de formação, mas também de prática profissional do Serviço Social. Essa metodologia proposta, mais tarde, ficou conhecida como Método Belo Horizonte, ou Método BH. (CARLOS, 2014, p.12).

Em depoimento obtido na pesquisa, um/uma dos/das docentes entrevistados/entrevistadas relata que a realização do Seminário, todavia, foi precedida de articulações e resistências, tendo em vista a exclusão dos estudantes nas entidades do Serviço Social naquele período. Além disso, indicou-se a aproximação do Método BH com o Sul do país.

Ocorreu uma reunião da ABESS em Florianópolis. Entre outras pessoas estavam presentes os/as Assistentes Sociais de Belo Horizonte, os quais foram expor o Método que estavam experimentando e que tempos depois se tornou o conhecido Método-BH. Os estudantes de Florianópolis queriam

e tentaram através de diversas estratégias participar do encontro, sendo negado pela direção da faculdade e pela direção da ABESS. O argumento utilizado para a negativa referia-se tratar de uma atividade inadequada para estudantes. A ideia que passava nas entrelinhas, era que os estudantes poderiam ser influenciados com conteúdos inadequados para a sua formação. E o que os estudantes fizeram? Eles resolveram organizar um Seminário. A coordenação do curso de Serviço Social autoriza o encontro. Recordo que o encontro ocorreu no espaço físico do curso, no colégio das Irmãs da sede localizada no centro, o qual não era no campus de Trindade. Entre as pessoas convidadas estava a Quiroga, enquanto professora, e a Marilda, que era uma das monitoras da Quiroga nessa experiência do Método. Nesta ocasião, elas expuseram com detalhes toda a crítica da visão tripartite do Serviço Social e a perspectiva de uma forma integradora de abordagem. E claro que tinha algumas aproximações com as posições que conhecia via Notburga Reckziegel de Assistentes Sociais da Argentina e do Uruguai. (Docente 1, 2021).

Constata-se no depoimento que existiam algumas aproximações entre a experiência do Método de BH e as posições dos países do Sul da América Latina. No relato deste/desta, evidencia-se a abordagem metodológica das assistentes sociais de Belo Horizonte e ao mesmo tempo se expõe as fragilidades do currículo da PUCRS.

E como elas fizeram: a partir de um trabalho conjunto com profissionais da sociologia, da economia, da Ciência Política para começar a pensar uma abordagem que fosse integrada da formação e que não fosse partida também em disciplinas [...] O grupo que foi para Santa Catarina era composto de pessoas com embasamento crítico, e os estudantes de Santa Catarina eram vinculados ao Diretório Acadêmico [...] A Escola de Serviço Social de Florianópolis tinha muitas qualidades interessantes, se comparado ao projeto pedagógico da PUCRS que estava vinculado ainda a uma tradição católica. Estudávamos em Política Social encíclicas papais, este era o conteúdo inicial da disciplina. Tive esta disciplina de Políticas Sociais com a Nara Rodrigues, e com ela estudamos *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Annum*. (Docente 1, 2021).

A dimensão política da profissão vai sendo demarcada dentro e fora dos espaços institucionais no movimento estudantil, a partir da inserção e organização dos espaços coletivos de luta no movimento estudantil universitário na União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como os processos que abrangem as transformações da formação profissional. Os sujeitos que compunham o movimento estudantil estiveram conectados às exigências históricas de seu tempo, e construíram elos entre a universidade e a realidade social material e cultural, compondo lado a lado com a realização de grandes manifestações e passeatas. Os sujeitos, acadêmicos de Serviço Social no RS, estiveram presentes nos processos organizativos da ENESS, sediando em 1984 a VII edição do Encontro Nacional, na PUCRS, com o tema: *“Relações de poder do Serviço Social na sociedade capitalista”*.

Nos desdobramentos dos processos em curso, no campo da organização político-sindical, a deliberação da categoria atualmente segue sendo a orientação do Conjunto CFESS/CRESS e vai ser pautada na recomendação da Central Única dos Trabalhadores, a qual sinaliza a sindicalização por ramo de atividade. Constata-se que a direção da profissão caminha em conjunto com o “novo” sindicalismo que emerge pelas greves de 1978, ao apresentar o intuito de promover mudanças na cultura sindical e na política do país e promover novas práticas, mecanismos e instituições.

Em evento realizado pelo CFESS e pelo CRESS - RJ, a assistente social Maria do Socorro Cabral (2012)⁸ realiza o resgate histórico da organização política sindical da categoria no país, sob os parâmetros do novo sindicalismo. Ela aponta que o engajamento dos profissionais através da prática de desenvolvimento de assembleias, trabalhos e campanhas, pode prescindir do imposto sindical, e complementa que a entrega do manifesto da categoria no Congresso da Virada encarregou-se de promover essa ruptura. Salienta-se que essa tendência, também para as demais categorias, ganha reforço ao movimento das oposições sindicais com o intuito de constituir nova central sindical classista, com autonomia relativa à direção política em relação ao estado e ao patronato.

Antunes e Silva (2015) complementa a reflexão para a análise posterior dos processos pontuando que nas práticas cotidianas do sindicalismo brasileiro, de modo geral, ainda que não exclusivamente, a tendência de confronto foi se metamorfoseando e aderindo a um novo pragmatismo sindical negocial, em que, na correlação de forças do confronto, cedia espaço para as parcerias, as negociações e o incentivo aos pactos sindicais. Assim sendo, “o movimento sindical urbano e rural reage ao controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, defende a revogação da política de controle salarial e o reconhecimento do direito de greve, a autonomia sindical e as negociações coletivas.” (IAMAMOTO, 2019, p.442).

Já na organização acadêmico-científica, em 1981, surge o novo estatuto da ABESS e o debate dos docentes e discentes em torno das pautas para a formulação e instauração do currículo de 1982. Surge também a formulação teórico-metodológica, por meio dos Cadernos da ABESS, lançados pela editora

⁸ Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical, realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e pelo CRESS - RJ. Matéria publicada no site do CFESS com o título: *Pela Unidade da Classe Trabalhadora: autônoma, livre e classista*, em 01/11/2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/869>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Cortez. No entanto, ocorrem embates no interior da categoria os quais visavam “efetivar a articulação em graduação e pós-graduação e privilegiar pesquisa como elemento central da formação, questões que foram adensadas nas diretrizes curriculares formuladas nos anos de 1990.” (CLOSS, 2017, p.84).

Entre 1993 e 1996, evidenciam-se os esforços da categoria para a implementação das diretrizes curriculares. Para Yazbek; Martinelli e Raichelis (2008), a síntese do projeto ético político profissional construído pelo conjunto da categoria, então, configura-se: na luta pela ruptura com conservadorismo, no pensamento e na ação profissional; no avanço teórico-metodológico advindos da pós-graduação; pelo debate em torno da formação e da reforma curricular; pelo adensamento crítico da categoria em torno dos processos históricos e suas mediações com a totalidade; pela postura investigativa de adensamento da formação histórica e processos sociais do país; pela concatenação do significado social da profissão; pela compreensão dos desafios frente ao mercado de trabalho; pela materialização do trabalho profissional frente às competências e atribuições preconizadas na legislação da categoria; pela materialização da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662, de 7/6/93) e o Código de Ética de 1993. À luz destes processos, estiveram na vanguarda na PUCRS alguns/algumas de seus/suas docentes, como evidencia o depoimento obtido na pesquisa:

O desligamento da FEBEM ocorreu quando era da direção técnica da instituição. Acredito que em 1986, por orientação do PMDB, muitos profissionais foram demitidos, não apenas eu, muitos. Naquele período tive engajamento e envolvimento com as pautas da instituição. Porque, quando se trabalha em uma instituição como a FEBEM, o/a Assistente Social se envolve com as pautas de classe. Recebi convites para participar das atividades do CRAS, para as discussões da entidade e para compor o debate com outras categorias profissionais. Desta forma começou meu envolvimento. Concomitante ao contexto da minha demissão ocorreu uma nova eleição do CRAS. E o que aconteceu? Fui eleito/eleita pela categoria por ser de outra cidade, por não participar da entidade de forma consistente. Participei de várias atividades nacionais e de assembleias. Estive na assembleia da ANAS quando a categoria pauta e decide a questão Sindical. Compus nos encontros enquanto delegada, eu participava dos movimentos da categoria.[...] Quando fomos eleitos para o CRAS iniciamos um trabalho junto à categoria. Recordo de compor os debates em torno das discussões que a categoria estava fazendo a respeito do Código de Ética, da Lei de Regulamentação da Profissão, participei destes processos da profissão. Estive presente nas assembleias que problematizam a pauta do Código de Ética, que discutiram a Lei de Regulamentação, e esses debates foram sendo aprimorados. (Docente 4, 2021).

Entende-se, pelo exposto até aqui, que esses movimentos da categoria são significativos para se compreender como a profissão reagiu em tempos de ditadura e de abertura democrática, como construiu processos de renovação que foram essenciais para os avanços identificados no Serviço Social na atualidade, em especial no que tange à perspectiva crítica. No próximo capítulo, aprofunda-se o debate da interlocução do Marxismo na conjuntura do Brasil e do Rio Grande do Sul, e, em particular, junto ao Serviço Social.

2. SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Para a discussão deste capítulo, incorporam-se as considerações tecidas a partir do debate do Serviço Social e da Formação Profissional, tendo em vista que no primeiro item deste subcapítulo, educação superior e formação profissional em Serviço Social, contextualizam-se alguns pontos a respeito da educação superior no país e de suas ressonâncias para a formação em Serviço Social. Ainda nesse momento da redação, discutem-se o currículo mínimo de 1982 e as Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996, considerando suas continuidades e rupturas, seus avanços e seus desafios.

Enquanto isso, o segundo subcapítulo, interlocução do marxismo nos fundamentos do Serviço Social, almeja retratar a trajetória do marxismo no contexto da formação em Serviço Social. Para isso, reporta-se à pesquisa bibliográfica sobre a produção de conhecimento dos/das assistentes sociais, considerando o debate realizado por José Paulo Netto, na obra *Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no pós-64* (2011). Além disso, inclui-se a este debate alguns pressupostos do debate dos Fundamentos do Serviço Social, a partir da perspectiva de orientação crítica.

Por fim, o terceiro subcapítulo, tendências no Serviço Social e as expressões do marxismo na Escola de Serviço Social da PUCRS, tem o intuito de apresentar as tendências do Marxismo no âmbito do ensino em Serviço Social da PUCRS. Nesse ponto, adensam-se as categorias de análise da amostra da pesquisa e apresentam-se as reflexões em torno das referências teóricas utilizadas na graduação. Soma-se a isso, o debate sobre a percepção das alunas em torno do currículo de formação e das vivências nos campos sócio-ocupacionais de estágio, abstraídas da parte final do Roteiro de Análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social (1982 - 1996), no que tange a Análise da Profissão.

Em relação à parte inicial do roteiro que trata da Análise da Profissão, constatam-se que dos oito TCC's analisados, em quatro deles (n.º 122, 399, 469 e 562) as alunas não contextualizam a historicidade do Serviço Social, já, em outros quatro, tal debate encontra-se presente – nos TCC's de n.º 288, 391, 415 e 572. No TCC de n.º 572, por exemplo, encontra-se a relação da historicidade da profissão

com o campo sócio-ocupacional, referente às empresas. Enquanto isso, no TCC n.º 415, o trato histórico do Serviço Social está vinculado à sua trajetória internacional, aliado ao contexto socioeconômico do movimento de industrialização, em Londres.

O aparecimento dos bairros pobres e o baixo nível de condições de seus habitantes faz com que em Londres se funde a Charity Organization Society, a COS (Sociedade para a Organização da Caridade) com o propósito de prestar assistência aos antigos por risco de vida, surgindo assim a Assistência Social, como uma forma de ajuda destinada a reparar os defeitos do industrialismo crescente. (TCC 415, 1991, p.53).

Conforme sinaliza o TCC, a Assistência Social emerge do conflito entre capital e trabalho. A partir de uma demanda de intervenção da Sociedade para a Organização da Caridade, com objetivo de amenizar a exploração da força de trabalho e o adoecimento do trabalhador, é que esse processo se desenvolve.

A partir do sucesso das ações da COS de Londres outra foi criada nos Estados Unidos. Na Europa, a primeira Escola de Serviço Social se cria em 1899. Na COS americana, Jane Adams e Mary Richmond estão entre as iniciadoras do movimento e em 1898 fundam a Escola de Filantropia Aplicada para formação de Assistentes Sociais. Jane Addams foi a precursora em trabalhos residentes em um bairro industrial. Neste bairro instalou creches para mães operárias, uma oficina para treinamento profissional e recursos para lazer, além de participar nas lutas contra exploração do trabalho de menores. (TCC 415, 1991, p.53).

A primeira escola de Serviço Social apresenta suas origens na Europa, enquanto a segunda tem origem nos Estados Unidos, com as pioneiras Jane Addams e Mary Richmond. O envolvimento com a instalação de creches para mães operárias, mostra-se presente no trabalho de Jane Addams, bem como evidencia-se nos TCC analisados este engajamento das alunas em seus projetos de estágios. Para Pereira (2019), a concepção da profissão trazida pelas autoras, nos Estados Unidos, foi largamente difundida enquanto processo de racionalização da caridade e de organização da ajuda. Já, no Brasil, essa tendência foi reproduzida, posteriormente, pela assistente social Balbina Ottoni Vieira.

A chamada Escola Diagnóstica de Serviço Social surge com Mary Richmond e com o objetivo de determinar causas para atender o indivíduo, fazendo parte até hoje do referencial técnico de qualquer assistente social. Gordon Hamilton introduz o reforço a escola funcionalista, com base na neutralidade dos valores e prestação de serviços dos instituidores. (TCC 415, 1991, p.53).

A perspectiva funcionalista de Gordon Hamilton também aparece no TCC 391, em que a aluna apresenta os seus desdobramentos no cenário nacional. Assim, “tinha-se a ação do Serviço Social fragmentada no caso, grupo e comunidade, onde o trabalho com o indivíduo se dá isoladamente do seu contexto,

ou seja fora da classe social.” (TCC 391, 1990, p.26). Este debate é complementado por outra aluna no TCC de n.º 288, quando aponta: “O Serviço Social nasceu servindo aos interesses da sociedade capitalista e continua servindo em qualquer instituição, seja de caráter assistencial público ou privado, seja numa empresa pública ou privada.” (TCC 288, 1987, p.33).

Esta pauta, das origens do Serviço Social Brasileiro, mostra-se com maior aprofundamento no TCC 391, com o resgate da relação da profissão com a reforma social da Igreja Católica, ou seja, “o Serviço Social no Brasil é fruto da ação desenvolvida pela Igreja no campo social'. Esta profissão surgiu atrelada ao projeto de reforma social da Igreja Católica, sob forte influência do Neotomismo.” (TCC 391, 1990, p.24). A aluna complementa ao relatar que a filosofia de Santo Tomás de Aquino pressupõe uma visão do homem ideal, universal e a-histórico. Dessa forma,

o pensamento Neotomista não questiona a ordem vigente, busca uma reforma da sociedade, um melhoramento da realidade, com a manutenção da ordem do Estado. Sob esta perspectiva o Serviço Social brasileiro desenvolveu e justificou sua visão inicial da realidade. (TCC 391, 1990, p. 24).

Além disso, em dois TCC's são datadas as primeiras escolas de graduação em Serviço Social do Brasil. Todavia, não se evidencia a escola de Porto Alegre, a qual se configura na terceira escola do Brasil.

Em 1936, foi criada a primeira escola de Serviço Social em São Paulo, que nasceu do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). A finalidade deste centro de estudos era a difusão da doutrina social da Igreja, portanto, a diretriz e a formação desta escola de Serviço Social se deu nesta linha. Em 1937, surgiu a segunda escola de Serviço Social, no Rio de Janeiro, que tem sua base na doutrina social da Igreja. A formação moral e doutrinária era o ponto essencial para a primeira fase do Serviço Social. (TCC 391, 1990, p.25).

A informação aparece assim no segundo TCC:

No Brasil, a primeira Escola de Serviço Social foi criada em São Paulo, em 1936, pelo Centro de Estudos e Ação Social. Essa escola nasce com a perspectiva histórica de adequação e sem a participação ou chamamento da população, agindo, então, através de atitudes paternalistas, aumentando a submissão e dependência da classe dominante. (TCC 415, 1991, p.55)

A emergência da formação em Serviço Social, então, vincula-se ao Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Na processualidade histórica, na década de 40 do século passado, como já referido, ocorre a influência norte-americana com o pressuposto teórico do funcionalismo, a qual caracterizou, no Serviço Social “uma fase de maior preocupação com o aspecto técnico, onde algumas técnicas para o agir profissional, foram importadas dos Estados Unidos.” (TCC 391, 1990, p.25-26).

O Movimento de Reconceituação da profissão é abordado por duas alunas, nos TCC's 288 e 391. Porém, para uma aluna, na década de 1960 as teorias estabelecidas ao Serviço Social objetivavam o interesse de desenvolvimento com Comunidades, ou seja, “nos anos 60, como decorrência das teorias sociológicas e com interesse de desenvolvimento, é colocado o Serviço Social com Comunidades.” (TCC 415, 1991, p.53-54). Já, em outros dois TCC's, a década de 1960 é contextualizada no marco do Movimento de Reconceituação, conforme os exemplos abaixo:

No início da década de 60, ocorre o chamado movimento de reconceituação do Serviço Social, onde o grupo de Assistentes Sociais questionou a validade da teoria do Serviço Social face à realidade latino-americana. Estes profissionais procuraram novos conceitos para adequar o Serviço Social à realidade de um país subdesenvolvido e dependente. Na verdade não há um questionamento profundo sobre as estruturas e as contradições sociais. Existiam apenas alguns profissionais que perceberam dialeticamente os conflitos estruturais da sociedade. (TCC 391, 1990, p.28-29).

Apesar da tentativa do Movimento de Reconceituação de uma formulação nova e mais realista, de sustentação teórica para o Serviço Social latino-americano, o Serviço Social continua atendendo “casos”, realizando visitas, adaptando indivíduos, realizando grupos terapêuticos, enfim, continua utilizando os princípios de bom relacionamento de BYESTECK e as técnicas de tratamento de FLORENCE ROLLIS. (TCC 288, 198, p.33).

A reflexão histórica do Movimento de Reconceituação foi trazida no capítulo anterior. Ainda que apresente um significativo movimento de aproximação com o marxismo, de mesmo modo, reconhece-se os limites postos para a renovação da profissão. Para uma aluna, na correlação de forças políticas, a maioria dos/as assistentes sociais estavam de acordo com a ordem vigente, buscavam melhorar a situação, numa posição de integração e não de transformação, o que se relaciona com a hegemonia da vertente da modernização conservadora, como já discutido por Netto (2011), em seu livro *Ditadura e Serviço Social*. Portanto, o documento base do encontro de Araxá de 1967, Seminário de teorização do Serviço Social: “se fez dentro de uma perspectiva liberal. Poucos Assistentes Sociais se preocuparam em ver a dimensão histórica contraditória e a aplicação de um método dialético ao método profissional.” (TCC 391, 1990, p.29).

Em relação às atribuições privativas do trabalho dos profissionais em Serviço Social, em nenhum dos oito TCC 's esse debate é demarcado. A problematização em torno das reflexões que envolvem a concepção de Serviço Social aparecem em quatro TCC's, não apresentando uma definição de profissão nos TCC's de n.º 288,

415, 562 e 572. A aluna do TCC de n.º 399 realiza uma avaliação moral da profissão ao relacionar o estilo de vida e o comportamento individual da profissional ao seu objeto de ação profissional:

Uma das características de nossa profissão está no estilo de vida (comportamento) de cada um. É algo que transcende, porque é incorporado em todos os momentos da vida. Isto se deve ao fato de ter como principal instrumento de trabalho eu mesma e como foco principal de meu trabalho a pessoa. (TCC 399, 1991, p.31).

Trata-se, nessa citação, de uma identidade construída para a profissão, por seu caráter individual, subjetivo, de “eu mesma e como foco principal”, que se distancia do referencial teórico marxista na análise da profissão, embora seja essa a base adotada no trabalho. Já no TCC 469, na concepção da aluna, o/a profissional do Serviço Social realiza a intermediação entre os sujeitos e o espaço sócio-ocupacional, ou seja, “o Serviço Social é o elo entre o usuário e a Instituição.” (TCC 469, 1992, p.32). Além disso, para outra aluna, no TCC de n.º 122, o/a assistente social apresenta-se enquanto agente de conflito na direção social da transformação. Neste mesmo TCC, a aluna apresenta elementos reflexivos onde a práxis e a intervenção política na realidade social constituem elementos que configuram a concepção da profissão.

Atribuímos a nossa análise e práxis, neste trabalho, a nossa opção por uma determinada visão de Serviço Social, que coloca o assistente social, como agente de conflito, na busca por uma transformação social. Visão essa, que não desvincula a nossa postura profissional, da nossa intervenção política no contexto social. (TCC 122, 1984, p.90).

Embora não fique evidente no que consiste a noção de “agente de conflito”, que pode indicar uma postura voltada para a explicitação das contradições sociais, essa noção apresenta um avanço em relação às abordagens profissionais pautadas na perspectiva de ajustamento social.

Para outra aluna, a posição assumida no TCC de n.º 391 demonstra que a concepção de Serviço Social se modificou no decorrer da formação e das vivências apreendidas. Inicialmente, ao fazer a escolha pela formação em Serviço Social, a aluna pretendia qualificar a relação de ajuda, ou seja, pautava-se numa identidade de profissão voltada para a caridade. No entanto, com a compreensão das contradições sociais, postas nas relações desiguais da sociedade, sua concepção de profissão foi se alterando.

A princípio escolhemos a profissão Serviço Social, pois pretendemos qualificar a relação de ajuda que estabelecemos com as pessoas, visto que, vínhamos de uma formação religiosa, onde consideramos importante

auxiliar estas de alguma maneira. O que nos faltava, no entanto, era a compreensão das contradições sociais e a relação que há entre o povo que 'sofre e precisa de ajuda' e o contexto social, onde se dão relações desiguais. (TCC 391, 1990, p.11).

Nesse contexto, a aluna pontua que os/as profissionais assistentes sociais devem “perceber a realidade, refletir sobre ela e definir seu posicionamento em relação a essa. O Assistente Social, tanto quanto a população, está inserido em uma sociedade onde, dialeticamente, existe a mudança e a estagnação.” (TCC 391, 1990, p.16). Desse modo, observa-se que algumas categorias do método dialético-crítico apresentam-se relacionadas à concepção da profissão – práxis, dialética, contradição e transformação social – ao mesmo tempo, revelam-se debates ecléticos ou inexistentes em parte dos TCC's, tendo em vista a dificuldade assumida de identificar o objeto de intervenção e as expressões da Questão Social no trabalho do/da assistente social.

Para muitas pessoas não está claro o que é Serviço Social e nós do Serviço Social, por vezes não sabemos o que somos profissionalmente. Encontrar a identidade profissional é uma busca na qual muitas vezes nos perdemos, em meio a conflitos e incertezas oriundos das controvérsias entre teoria e prática (saber-fazer). (TCC 391, 1990, p.47).

Na continuidade, conforme a análise dos TCC's, constata-se que a palavra trabalho se encontra relacionada ao trabalho na sociedade capitalista e, até mesmo, ao trabalho desenvolvido pelas pessoas nos seus campos sócio-ocupacionais. No entanto, o trabalho por vezes vincula-se à concepção de ação profissional. Como exemplo, no TCC de n.º 469, a aluna debate o trabalho, a ação profissional, no seu campo de estágio, isto é, “a ação profissional do Assistente Social tem como referência básica as origens do problema de saúde, a questão do direito à saúde, prestação de serviços e avaliação da população acerca destes serviços.” (TCC 469, 1992, p.31). E, do mesmo modo, o TCC de n.º 391 que concebe o trabalho do/da assistente social enquanto ação profissional. Neste TCC, a aluna reporta-se ao compromisso profissional com as estratégias sociais coletivas da população assistida. Assim, “a ação profissional, enquanto mediação deve-se dar de forma coletiva, ou seja, a compreensão, das contradições sociais e o compromisso com a população. O compromisso com a população diz respeito ao projeto de sociedade de cada profissional.” (TCC 391, 1990, p.15).

Outro conceito que se desvela nos trabalhos diz respeito à concepção dos sujeitos atendidos, na relação atribuída enquanto cliente, presente em quatro de oito

TCC's. No TCC 399, a aluna relaciona o termo cliente à intermediação estabelecida entre a instituição e os sujeitos atendidos, assim afirmando: “neste momento é que o meu trabalho tornou-se importante, na medida em que passei a ser o elo de ligação entre o sentimento e a compreensão do mesmo de nosso cliente.” (TCC 399, 1991, p.61).

Em outro trabalho, por vezes, utiliza-se o termo “cliente” e em outros o termo cidadão na combinação entre o acesso à informação e acesso aos direitos nas relações de trabalho, e comenta: “o confronto com a situação de baixo salário e a exploração do trabalho, frente à situação da doença foi nos ensinando a refletir sobre a realidade do nosso cliente e nos posicionamos, junto aos mesmos, com relação aos direitos que possuem como cidadãos.” (TCC 469, 1992, p.43). Já no TCC 562, a aluna demarca a diferenciação de concepção estabelecida ao trabalhador/a, para os/as assistentes sociais e para o empregador. Dessa forma, “o cliente do Serviço Social não é o mesmo cliente da instituição, mesmo se tratando da mesma pessoa. O nosso compromisso é primeiramente com a profissão.” (TCC 562, 1994, p.22).

No TCC de n.º 399, a aluna realiza uma crítica ao comportamento ativista no trabalho dos/das assistentes sociais, e relata que sua preocupação era a de não incorrer “no erro de fazer as coisas sem saber os objetivos. Poderia ser o princípio do ativismo e da improvisação.” (TCC 399, 1991, p.42). Evidencia-se, nesse argumento, uma fragilidade quanto ao objeto de intervenção profissional, contudo não fica aparente se o ativismo mencionado se refere à ausência de planejamento do trabalho ou da discordância com determinada direção social do trabalho profissional.

Ainda sobre o trabalho dos/das assistentes sociais, identifica-se que em sete TCC's demarca-se o comprometimento das alunas com a população atendida. De mesmo modo, o trabalho de n.º 572, que não explicita a implicação com os sujeitos, contextualiza a autonomia relativa estabelecida nas relações de trabalho do Serviço Social e aponta que “ao Serviço Social, cabe a avaliação social que é desenvolvida visando à capacidade atual e potencial do empregado, para se integrar ao trabalho e à sociedade em geral.” (TCC 572, 1994, p.64). Essa pauta, quanto à autonomia do trabalho, também aparece no TCC 288, na relação com o Serviço Social na empresa:

Sendo o profissional de Serviço Social contratado pela empresa, como, então, desenvolver um trabalho social comprometido com a transformação social e com as necessidades do trabalhador, uma vez que este comprometimento possa implicar oposição aos objetivos da própria empresa? (TCC 288, 1987, p.11).

Percebe-se no TCC de n.º 122 a perspectiva dos/das assistentes sociais como pertencentes à classe trabalhadora na construção coletiva com os sujeitos de uma nova ordem societária. Dessa maneira, a aluna informa que: “identificamos com eles na perspectiva de futuro, ou seja, de uma sociedade sem dominados e sem dominadores, na postura profissional de nos colocarmos enquanto classe trabalhadora.” (TCC 122, 1984, p.89). Para esta aluna, existe um conhecimento apreendido nas comunidades que precisa ser apropriado pelos/as assistentes sociais, assim dizendo: “não se poderia tomar nenhuma atitude isolada e sem respaldo político. Era hora de juntar forças, buscar o apoio dos parlamentares. Nós víamos isso pelo acompanhamento das lutas populares.” (TCC 122, 1984, p.24). Já no TCC 391, a categoria Mediação aparece na relação com a categoria Contradição no trabalho profissional. Isso significa, para a aluna, que

a ação profissional, enquanto mediação, deve-se dar de forma coletiva, ou seja, a compreensão, das contradições sociais e o compromisso com a população. O compromisso com a população diz respeito ao projeto de sociedade de cada profissional. (TCC 391, 1990, p.15).

Além disso, o compromisso social da profissão aliada à perspectiva do engajamento político junto aos movimentos sociais e comunitários, às instâncias parlamentares e aos espaços de organização da categoria, são demarcadas nos TCC's de n.º 469 e 562, como é possível ver abaixo, na sequência:

A prática institucional do Serviço Social na área da saúde é articulada aos Movimentos Sociais das associações de moradores e a CLIS (Conselho Local Institucional de Saúde) e também os Recursos Sociais, existentes, a igreja, Pastoral da Saúde, Clube de Mães e escolas. (TCC 469, 1992, p.31).

É fundamental que o Assistente Social tenha o conhecimento da política, da finalidade e objetivos da Instituição na qual está inserida a sua prática. A leitura crítica da organização é imprescindível como meio de uma maior visualização e compreensão do espaço de atuação do profissional, ou seja, as possibilidades e limites que esta impõe para o desenvolvimento das ações profissionais. (TCC 562, 1994, p.21).

Nesse contexto, no debate da profissão no âmbito da divisão social e técnica do trabalho, uma das alunas sinaliza a emergência de novas demandas arranjadas no trabalho dos/das assistentes sociais:

Como se percebe, a profissão tem seu desenvolvimento marcado, por um lado, pela ideologia assistencial, e, por outro lado, por uma tentativa constante de aperfeiçoamento de suas práticas de intervenção, buscando

atender às novas exigências sociais, assumindo então um papel mais direto e explícito na divisão social do trabalho. (TCC 415, 1991, p.64).

A formação em Serviço Social tem pouca expressão no discurso apresentado nos trabalhos analisados. O processo de aprendizagem é o tema do trabalho 399, logo, consiste em maior implicação no que tange a esse item de análise. No TCC 122, a aluna busca informar o direcionamento do trabalho profissional, apresentando os limites da formação e das potencialidades do engajamento em diferentes instâncias de lutas, para a real transformação da sociedade.

Nossa intervenção não se fundamenta somente nas contribuições teóricas adquiridas no decorrer do nosso curso, mas principalmente a uma posição ideológica convergente com a nossa prática política no social. Prática esta, que se dá quando atuamos em vilas populares - associação de moradores, na luta por melhores condições no local de moradia, na nossa entidade (CEFAL) da Assembleia Legislativa - e uma militância político-partidária com perspectiva de mudança do sistema político. (TCC 122, 1984, p.89).

Enquanto isso, as fronteiras entre a institucionalidade da Educação Superior e a dimensão ética e política do trabalho em Serviço Social se mostram presentes nos TCC de n.º 391 e 288. Dessa forma, para uma aluna “a atuação deverá transcender à instituição e direcionar-se o nível dos movimentos sociais e suas conseqüentes políticas que devem agir em consonância com as reais reivindicações e interesses da população.” (TCC 391, 1990, p.35). Já em outro TCC, a aluna problematiza “se a Universidade é um aparelho ideológico do Estado, conseqüentemente não podemos esperar muito dela. Podemos esperar, isto sim, um comprometimento maior dos profissionais que detém determinado saber e que constituem as Faculdades de Serviço Social.” (TCC 288, 1987, p.35).

O movimento de alteração de uma consciência ingênua para uma consciência crítica aparece nos trabalhos relacionados à formação em Serviço Social. A aluna do TCC 391 relata a respeito da “consciência ingênua que tínhamos da realidade, conforme nos diz Souza (1987), não nos permitia chegar à raiz dos problemas, percebíamos apenas de forma superficial as questões sociais, sem uma relação mais totalizante da realidade.” (TCC 391, 1990, p.12). Além disso, a abordagem no plural revela uma dificuldade de apreensão da Questão Social. Outra aluna complementa, informando que “a questão da falta de consciência crítica no processo de busca profissional não é um fator isolado, mas, sim, decorrente de uma estrutura educacional cultural alienante, proveniente do sistema capitalista.” (TCC

399, 1991, p.10). Por fim, ela aponta que “aos poucos, fui me dando conta de que o que realmente me faltava era conscientização...” (TCC 399, 1991, p.25).

O debate em torno da instituição de ensino e do corpo docente encontra-se presente em dois TCC's, os de n.º 399 e 415. No TCC 399, a aluna pontua a prerrogativa do Social vinculada à formação. Ela afirma que “na busca do seu eu profissional, a consciência de seu papel social está presente de forma clara e objetiva. Por isso infere-se que a Faculdade de Serviço Social tem sua peculiaridade, ou seja, voltada especificamente para o social.” (TCC 399, 1991, p.13). Além disso, ela complementa que “ao cursar a Faculdade de Serviço Social, percebi, no perfil de seus estudantes, uma característica básica: apesar de serem provenientes de um sistema alienante, procuram na sua prática reverter esta situação.” (TCC 399, 1991, p.13).

A supervisão docente é retratada enquanto algo importante no processo de formação, em que a aluna diz entender como “a supervisão pedagógica é o ponto alto de nossa Faculdade. É nela que busco o significado de minha formação profissional. Ela se dá através do questionamento das minhas ações enquanto executo as atribuições que me são designadas.” (TCC 399, 1991, p.52). Já para outra aluna, essa aponta fragilidades no processo de ensino e aprendizagem. Para ela, “parece um sentimento de carência quanto a referenciais específicos da área organizacional nos recursos de graduação, conduzindo os profissionais a se instrumentalizar através das vivências, das trocas interdisciplinares e da busca individual de novos conhecimentos.” (TCC 415, 1991 p.82).

Na continuidade da visibilidade das informações do roteiro de entrevista, no item da análise da profissão, na perspectiva da análise dos estágios, apenas um TCC estabelece a relação da disponibilidade de convênios entre a instituição de ensino da PUCRS com os campo sócio-ocupacionais. A aluna do TCC 469 apresenta a criação de convênios com as instituições COTRIJUI, em 1976, e com o SESI, em 1978, entidades interessadas em contar com os serviços comunitários. Assim, “com a implantação da Residência e a necessária captação de recursos para o pagamento das respectivas bolsas, a Secretaria da Saúde através do Centro Médico realiza convênio com a COTRIJUI (1976) e mais tarde com o SESI (1978).” (TCC 469, 1992, p.30).

Quanto à supervisão de estágio, de campo ou acadêmica, em três TCC's esse debate aparece. Em dois deles, as alunas sinalizam divergências de

concepção de profissão com as supervisoras de campo e uma aluna aponta a fragilidade teórica para o trabalho com a comunidade. Dessa forma, uma aluna relata: “desdobramos nossas atividades no Centro Social Quatro, direcionando igualmente nossos esforços para o trabalho em comunidade, apesar de pouco respaldo teórico e de insuficiente supervisão técnica.” (TCC 391, 1990, p.40). Para outra, “existiu um equívoco de identidade profissional quando procurei nas Assistentes Sociais uma espécie de modelo profissional que Rudio classifica como pessoas-critérios ou pessoas significativas.” (TCC 399, 1991, p.27). Já para outra aluna, as implicações postas no campo sócio-ocupacional foram dialogadas juntamente com a supervisora acadêmica. Assim, para ela, “o desafio de continuarmos foi trabalhado juntamente com nossa supervisora acadêmica.” (TCC 572, 1994, p.66).

A dimensão ético-política do trabalho profissional foi abstraída de três trabalhos. No TCC 572, a aluna traz a necessidade do cuidado com o sigilo, ao sinalizar: “percebemos que, neste local, também não havia sigilo pela falta de vidros, permitindo a escuta de uma sala ao lado, onde funciona a administrativa.” (TCC 572, 1994, p.80). Em outro TCC, o de n.º 572, o acesso à informação e a construção de estratégias é pontuado. Segundo a aluna:

Anteriormente, a divulgação da presença do estagiário de Serviço Social na área se dava sob a forma de cronograma nos murais. Mudamos essa estratégia e passamos a nos apresentar a cada empregado informando diretamente sobre a nossa chegada no serviço; isso oportunizou uma maior proximidade, confiança e estabeleceu-se um elo entre o trabalhador e a estagiária. (TCC 572, 1994, p.80).

A preocupação com a participação coletiva se faz presente no TCC de n.º 391 onde a aluna propõe, em contraponto às ações individuais, realizar uma assembleia. Assim sendo, ela comenta “proveitei a oportunidade para sugerir que se faça uma assembleia geral, convocando todos os moradores e assim divulgar o trabalho do clube de mães, da associação e explicar que o CEDECO, é para todos, todos devem participar.” (TCC 391, 1990, p.70). A aluna do TCC de n.º 399, por sua vez, problematiza as atribuições e competências do trabalho profissional na relação com a identidade atribuída ao Serviço Social. Nesse sentido, comenta:

É importante ressaltar que nesta avaliação deveriam ser colocadas todas as percepções em relação às creches, a fim de manter a LBA informada sobre a situação das mesmas, tais como organização, higiene e outros aspectos relevantes. Sentia-me como uma fiscal, o que procurei compensar, na medida em que não busquei apenas a constatação das situações negativas apresentadas, mas viabilizar soluções junto à

instituição, ou através da execução de uma prática profissional enquanto estagiária, propondo mudanças das situações-problema detectadas. (TCC 399, 1991, p.16).

No campo das resistências às demandas estabelecidas transversalmente aos fundamentos da profissão, coloca-se uma dimensão teórico-metodológica. Uma vez que os gestores e coordenadores dos campos de estágios solicitaram uma determinada atividade não condizente ao trabalho profissional, uma aluna percebeu tal desvinculação às suas atribuições e construiu, a partir dessa possibilidade, um modo de afirmar o seu trabalho enquanto assistente social:

A chefia do setor procurando orientar alguma atividade para as estagiárias do Serviço Social, sugeriu que ajudássemos na elaboração de uma peça infantil sobre saúde... Apesar de percebermos que esta não é uma atividade propriamente de nossa área, aceitamos a sugestão, acreditando na possibilidade de, através deste contato com a coordenação da Sala Infantil, e assim conseguirmos algum campo de atuação em nossa área. (TCC 391, 1990, p.85).

A proposta de rompimento com a lógica assistencialista para uma proposição educativa se faz presente no TCC de n.º 391. Em um encontro no campo sócio-ocupacional, “discutimos sobre a importância de realizarmos um trabalho menos assistencial e mais educacional, pois a carência em termos educativos é muito grande.” (TCC 391, 1990, p.35). Já, em outros dois trabalhos, os de n.º 122 e 399, demarca-se o referencial eclético, uma vez que se busca realizar atividades de caráter subjetivo através de “um grupo terapêutico é um tratamento que permite realizar o grupo como um todo e, por conseguinte, a realização de seus membros, facilitando a estes aprimorarem-se no funcionamento social e a defrontarem-se mais eficientemente com seus problemas pessoais e na relação com outras pessoas.” (TCC 562, 1994, p.77).

Nesse horizonte, a dimensão técnico-operativa materializou-se no TCC de n.º 391, por meio de “observações no ambiente de trabalho, leitura de material, conhecendo os programas e as divisões da instituição e acompanhando uma Assistente Social que foi designada para ser nossa supervisora.” (TCC 391, 1990, p.35). A aluna do TCC de n.º 399 tinha o intuito de, durante as visitas institucionais realizadas às creches conveniadas com a LBA, “detectar as deficiências que as creches vivenciavam, a fim de encaminhar solicitações de ajuda concreta de recursos à instituição.” (TCC 399, 1991, p.16).

Enquanto isso, os Projetos de estágio discente caminharam em diferentes direções. Para a aluna do TCC de n.º 572, o objetivo foi a formação de um grupo,

com vista a possibilitar o acesso à informação sobre o trabalho dos assistentes sociais aos trabalhadores da empresa. Ou seja, “o Projeto, em questão, baseia-se exclusivamente nos plantões e visitas às áreas operacionais, pretendendo atingir o maior número de empregados e conseqüentemente proporcionar um maior conhecimento da atuação do Serviço Social na Empresa.” (TCC 572, 1994, p.61). A aluna do TCC de n.º 469, em seu projeto, pontua o abandono dos pacientes em relação ao tratamento. Assim, “nossa preocupação era conseguir um manejo adequado de acompanhamento deste paciente, para que conseguissem completar o tratamento, já que é muito frequente alta por abandono.” (TCC 469, 1992, p.42). Todavia, esta aluna não coloca a possibilidade de dar voz aos pacientes em seu Projeto. Em outro trabalho, a aluna retoma a proposta do Projeto a fim de contemplar as necessidades do campo sócio-ocupacional. Por conta disso,

começamos a perceber que o projeto de estágio... era muito teórico e pouco prático, estava servindo mais para justificar a presença do estagiário na instituição do que para o cotidiano do campo de estágio. Sendo assim, repensamos o projeto para adequá-lo à necessidade cotidiana do trabalho. (TCC 391, 1990, p.85).

Reflexões em torno dos objetivos do estágio também se revelam em outro trabalho, em que a aluna pontua:

passsei a interrogar-me constantemente sobre o que a condição de estagiário significou para o meu aprendizado, ou ainda uma sensação de vazio quando percebo que a minha ação como estagiária pode estar apenas vinculada a um mercado de trabalho não remunerado. (TCC 399, 1991, p.41).

Por fim, o debate em torno do currículo da formação em Serviço Social não se mostra presente em seis de oito TCC's. Isso significa que nos TCC's de n.º 122, 288, 415, 469, 562, 572, o currículo da formação não ganha a direção das reflexões, sendo uma problematização presente em apenas dois trabalhos, os TCC's de n.º 391 e 399. Em um trabalho, a aluna chama a atenção para a relevância teórica da formação, resgatando a vinculação histórica da profissão com os princípios da caridade, e afirma que as “teorias que explicam a realidade à luz das contradições sociais transformaram nossa forma de perceber o mundo e também o conceito de ajuda.” (TCC 391, 1990, p.12).

A outra aluna, por sua vez, aponta o descompasso entre a formação proposta pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS na relação com a realidade posta, e diz: “Entendo que a Faculdade de Serviço Social tem como tarefa propiciar a aprendizagem e a formação profissional do aluno. Ela só será capaz de realizar este

papel se estiver ajustada com o tempo histórico e com as necessidades da sociedade.” (TCC 399, 1991, p.35).

Ambas alunas sinalizam as fragilidades do currículo na relação entre os conteúdos teóricos e a prática vivenciada. Para uma aluna,

o primeiro fator a ser considerado é o próprio Currículo da Faculdade. Ele é apresentado como embasamento teórico para os primeiros estágios. As disciplinas de Serviço Social, no entanto, voltadas especificamente a métodos e técnicas da profissão, deixam de fora conteúdos que teriam uma aplicabilidade na ação direta com a clientela. (TCC 399, 1991, p.33).

A mesma aluna complementa que:

estas disciplinas, em seu conteúdo programático, não ajudam o estudante a ter uma visão crítica da realidade institucional, oportunizando uma prática alienada e uma maior reprodução dos sistemas de manipulação nos campos de estágio. (TCC 399, 1991, p.33).

Já, para outra aluna, ao realizar a análise do currículo da formação, ela também questiona os conteúdos propostos para a formação e a realidade social na qual se deparam no campo sócio-ocupacional, e sinaliza que “durante algum tempo, a falta de uma diretriz para o trabalho significou uma dificuldade em nossa prática” (TCC 391, 1990, p.43) e complementa: “concluímos que o nosso respaldo teórico é frágil e que teremos que refletir muito sobre estas questões, para escolher a melhor maneira de agir.” (TCC 391, 1990, p.47). As indagações foram postas diante do confronto com o campo sócio-ocupacional em que a teoria apreendida não conduzia o trabalho a ser realizado. Assim, comenta a aluna:

percebemos que nos falta orientação por uma diretriz norteadora, não sabemos bem o que pretendemos com tal visita, com as perguntas que fazíamos, não está bem claro qual a sequência do nosso trabalho. Nosso objetivo é estabelecer uma relação de ajuda, de apoio ao trabalho da creche e da comunidade, mas como fazê-lo? (TCC 391, 1990, p.40).

Em um trabalho, a aluna apresenta as lacunas da formação e as relaciona às possíveis causas de adoecimento do estudante. Para a aluna,

essa questão fica evidenciada quando se chega ao campo de estágio (primeiro) sem conhecimentos de projetos, sobre funcionamento institucional, dentre outros, podendo levar o aluno a passar por sentimentos de ansiedade, insegurança e medo em suas ações junto ao cliente e à instituição. (TCC 399, 1991, p.35).

Essa mesma aluna aponta algumas estratégias para o enfrentamento das lacunas estabelecidas no currículo da formação. Segundo ela, “para tanto, me parece que deveriam ser propiciados estudos que despertassem para a realidade crítica, vinculados à profissão nos primeiros níveis do curso.” (TCC 399, 1991, p.34). Outro ponto de debate, conforme a aluna, é a problematização a respeito da carga

horária do currículo e afirma que “a carga horária exigida pelo currículo normal, segundo entendo, não está de acordo com a realidade social da maioria dos alunos universitários.” (TCC 399, 1991, p.36). No entanto, não se identifica, na sua produção textual, as reais implicações dos questionamentos postos.

Por fim, com o intuito de aprofundar este debate no próximo item, apresentam-se algumas reflexões sobre a educação superior no Brasil e a formação profissional em Serviço Social.

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

A educação no Brasil passou por diversas mudanças, sendo gradual a expansão e a institucionalização do ensino superior. O Estado militar da ditadura instaurada orquestrou a reordenação da educação nacional a partir de pactuações entre os sujeitos do Ministério da Educação (MEC) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Assim, “os Acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos.” (CUNHA; GÓES, 1994, p.33). Para Paschoal (2010), o ensino superior no país passou por diversas transformações, seus impactos são determinados a partir da reforma universitária de 1968, em que a educação se projeta de forma a atender às exigências do sistema capitalista para o mercado de trabalho. Por conseguinte, a reforma universitária foi precedida de assessoria para a modernização da administração universitária, a partir do Acordo MEC-USAID de 30 de junho de 1966.

Por um lado, durante a década de 1970, pela extensão e intensidade do poder da ditadura civil-militar, são estabelecidas barreiras de diferentes ordens, o que “levou a riscar o debate teórico-prático do Marxismo como possibilidade a ser contemplada na formação profissional no Serviço Social e em toda a Universidade brasileira.” (QUIROGA, 1991, p.84). Por outro, fruto dos processos reais e contraditórios, nem sempre vinculados às leituras e discussões marxistas, tem-se o movimento de crítica “característico das ciências sociais, processo que coloca em xeque a própria concepção de ciência, constituída sob o signo da ciência pura,

autônoma e neutra” (QUIROGA, 1991, p.85-86), estabelecendo, assim, novos paradigmas às ciências humano-sociais.

No contexto de redemocratização, Netto (1986) sinaliza que a universidade no Brasil passou por uma terrível crise e, frente ao declínio do projeto ditatorial, a tendência modernizadora no Serviço Social, mesmo com suas formulações elaboradas, perde ressonância no debate profissional. Entende-se com isso que a universidade sofre efeitos deletérios do quadro de crise, e as respostas para essa resolução devem ser encontradas no movimento social, mais precisamente no movimento das classes sociais (NETTO, 1986). Ainda que a universidade não possa contornar a crise, da qual ela é sujeito partícipe, são inevitáveis as suas repercussões para a profissão. Dessa conjuntura, advém-se igualmente a privatização do ensino superior brasileiro, ao se constatar que, em 1963, 70% das vagas do ensino superior oficial eram oriundas do ensino gratuito, já na década de 1980 ocorre uma inversão, 70% das vagas de nível superior estão associadas às escolas particulares (SILVA, 1984).

Netto (1986) aponta duas dimensões das expressões da crise universitária para o Serviço Social. Para o autor, a dimensão direta ocorre fora dos muros universitários, opera-se enquanto exigências da sociedade para o Serviço Social. Já a dimensão indireta corresponde às demandas residuais que não aparecem claramente enquanto demanda conjuntural, mas se expressam enquanto demandas sociais. Não obstante, as particularidades da formação profissional potencializam algumas peculiaridades, as quais problematizam não apenas a funcionalidade da universidade, mas a sua própria existência. De mesmo modo, não se restringe ao questionamento de seus objetivos, contudo, acerca da própria função social dessa instituição. A crise, portanto, não é apenas das instituições, mas também do fazer profissional (NETTO, 1986). Para alguns cientistas políticos, as conjunturas de crises dificultam a organização e a luta da classe trabalhadora, uma vez que são alteradas as suas condições de vida e de trabalho, ainda que se tenham marcantes movimentos de resistência da classe trabalhadora.

Ao retroceder-se um pouco mais, pontua-se que o processo histórico de constituição da graduação de Serviço Social brasileiro se baliza na década de 1930, com os primeiros cursos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Já o Serviço Social no Rio Grande do Sul foi instaurado na década de quarenta, e sofreu influência de assistentes sociais já formados nos centros pioneiros (BULLA, 1994). Tanto aqui no

estado, como nas outras instituições pioneiras, “cabia aos novos profissionais a árdua tarefa de criar obras sociais, de que o meio era carente, organizar e racionalizar a assistência, batalhar pelo reconhecimento da profissão e tratar da educação dos novos profissionais.” (BULLA, 1994, p.679). Bulla (2003) aponta que os processos que desencadeiam a institucionalização do Serviço Social brasileiro como profissão estão relacionados às dinâmicas dos efeitos políticos, sociais e populistas do governo de Getúlio Vargas, e destaca em ordem cronológica os elementos conjunturais:

Em 1939, receberam a devida regulamentação a Justiça do Trabalho e a Legislação Sindical, mecanismos que já constavam da Constituição, desde 1937. Em 1940, foram decretados o Imposto Sindical, o Salário Mínimo e o Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Em 1942, foi criada por Decreto-lei a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que serviria como órgão de colaboração junto ao Estado, para cuidar dos Serviços de Assistência Social. Ainda em 1942, foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1946, foram fundados mais dois órgãos importantes para o atendimento dos trabalhadores: o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC). (BULLA, 2003, p.6-7).

Fruto desta conjuntura, a Escola de Serviço Social (ESS) de Porto Alegre é fundada na PUCRS. Em 1945, é implantada a graduação de Serviço Social, a qual será a precursora, também na região Sul, a constituir-se como espaço de formação de assistentes sociais. Para Cornelly (2002, p.15), as duas primeiras décadas de execução “foram fundamentais para consolidar a Escola e integrá-la plenamente, com status de Faculdade, no corpo da Pontifícia Universidade Católica, a qual igualmente se afirmou e expandiu neste período como uma das mais prestigiadas Universidades privadas do Brasil.” Além disso, decorre desse período a influência da Igreja Católica na Escola de Serviço Social de Porto Alegre:

Constatou-se, assim, que as instituições educacionais da Igreja, em especial as universidades, foram significativas na formação das elites cristãs que passaram a exercer a função de intelectuais orgânicos, tanto para aprofundar e divulgar a visão de mundo da Igreja Católica, como para combater o agnosticismo e outras ideologias, vistas como ameaça à ordem social cristã. (BULLA, 1994, p.679).

Isso decorre, inclusive, da estreita relação entre o governo Vargas e a Igreja Católica (BULLA, 2003). Os/as Assistentes sociais formados pela PUCRS ocuparam inicialmente os espaços sócio-ocupacionais vinculados às instituições públicas e particulares, “assim preparados, os leigos cristãos também poderiam servir como intelectuais orgânicos do Estado, para exercer funções conectivas e diretivas, além

de apoiar as suas concepções políticas e de trabalhar pela harmonia e pela paz social.” (BULLA, 1994, p.679). A ampliação do campo de trabalho profissional foi acompanhado de elementos históricos conjunturais, dos quais têm-se “a implantação dos órgãos centrais e regionais da previdência social e a reorganização dos serviços de saúde, educação, habitação e assistência.” (BULLA, 2003, p.2).

A formação no currículo em Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, conforme aponta depoimento obtido na pesquisa, era organizado por departamentos na PUC-RS.

Na época, existiam departamentos que tratavam de assuntos referentes às disciplinas básicas: o Departamento de Serviço Social de Casos, o Departamento de Serviço Social de Grupo e o Departamento de Serviço Social de Comunidade. A Professora Elza Helm era a Diretora da Faculdade de Serviço Social. (Docente 2, 2021).

A partir do depoimento obtido por meio de um/uma dos/das docentes (Docente 2, 2021), este/esta refere que Elza Helm era Professora de Serviço Social de Comunidade, a docente Notburga Rosa Reckziegel do Serviço Social de Grupo. Junto com ela trabalhava o docente Sílvio e a docente Eunice Portilho era do Serviço Social de Caso. Posteriormente, no mesmo departamento, tem-se a presença da docente Lia Lazaroni. Por sua vez, o docente Seno Cornely ministrava a disciplina do Serviço Social de Desenvolvimento de Comunidade. Em outro relato obtido (Docente 1, 2021), identificou-se que o professor Seno levava os alunos para conhecer a experiência da cooperativa de Ijuí, como parte das atividades formativas de sua disciplina, no contexto da ditadura civil-militar:

Vale lembrar as barreiras para o trabalho com Desenvolvimento de Comunidade, “era perigoso”. Para vivenciarmos uma experiência de Desenvolvimento de Comunidade, o professor Seno levou a turma para conhecer a Cooperativa UniJuí. Conhecemos a proposta de um Frei da UniJuí, com a cooperativa, a qual era considerada um modelo de desenvolvimento de comunidade. Em Porto Alegre não ocorriam experiências de Desenvolvimento de Comunidade. (Docente 1, 2021).

Closs, Machado e Zacarias (2018) trazem à tona o contexto da época, ao analisarem 94 trabalhos de conclusão de curso (TCC) da Escola de Serviço Social da PUCRS, entre os anos de 1945 até 1953. Constatam que, dentre os 94 TCC's, a predominância (59 de 94) pauta-se na abordagem de Serviço Social de Caso, com intervenção junto à infância e família e área hospitalar. Seguido de Serviço Social de Grupo (12 de 94), com destaque para a área da educação. Sinalizam para emergência das primeiras experiências de Grupo-Desenvolvimento de Comunidade (4 de 94). Por fim, o Desenvolvimento de Comunidade (6 de 94), as quais se

concentram na experiência junto ao SESI e nas missões de extensões rurais. No mapeamento das autoras, registrou-se também o debate estabelecido no TCC da posteriormente diretora da Escola, Notburga Reckziegel, em 1963-1964, em que “retrata o esforço em atribuir uma cientificidade à profissão, através do uso de técnicas de trabalho que poderiam promover uma desvinculação do trabalho realizado por leigos, sem perder de vista o projeto católico.” (CLOSS, MACHADO e ZACARIAS, 2018, p.6).

Entre os inúmeros profissionais formados pela ESS da PUCRS nesse período, pontua-se que Seno Cornelly, mencionado anteriormente, formou-se em 1952 por essa escola, desenvolvendo a temática da Organização de Comunidade em seu TCC, o qual foi constituído por sua experiência nas comunidades pesqueiras gaúchas. Além disso, destaca-se:

A sua trajetória profissional passa pela liderança na criação do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul em 1958. Também atuou como gestor no Departamento de Assistência Social (DEPAS) no governo de Leonel Brizola, impulsionando os seminários comunitários e profissionais com enfoque nacional-desenvolvimentista. A partir de 1960, observa-se a emergência de um movimento de contestação do papel político e econômico imperialista exercido principalmente pelos Estados Unidos, que se espraiou pelo Rio Grande do Sul, tanto entre a sociedade civil organizada, como entre o próprio governo do Estado, sob a liderança de Leonel Brizola. Por influência desse novo momento no âmbito político gaúcho, a postura e o pensamento de Seno Cornelly redireciona-se para acompanhar esses processos, mudança demonstrada através da sua defesa radical das reformas de base nacionais e do projeto de governo liderado por Brizola. (CLOSS, SCHEFFER e ZACARIA, 2019, p.51-52).

Enfatiza-se ainda que o referencial teórico e as propostas iniciais do Serviço Social brasileiro “tinham como fundamentos os princípios filosóficos e cristãos, aliados às experiências de ação social francesa e belgas” (BULLA, 2003, p.8), todavia, a partir de 1940 “os novos profissionais procuram um aprimoramento técnico e metodológico, tendo como fundamento as Ciências Sociais e, com elas, a visão funcionalista americana passou para o brasileiro.” (BULLA, 2003, p.8). A influência norte-americana decorre da difusão dos pressupostos dos métodos de caso e grupo e na continuidade da proposta de Desenvolvimento de Comunidade. Dessa forma, “o Serviço Social de Caso ou Casework orienta-se pelas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação centrava-se na personalidade do cliente.” (ANDRADE, 2008, p.280). Por essa perspectiva, a intervenção profissional não é pautada pelos modos e as condições de vida dos sujeitos, mas seguem a direção da compreensão do problema psicossocial ou do

seu diagnóstico, na qual, em última instância, desenvolve-se com a finalidade de estabilizar ou melhorar a situação do cliente quanto à adaptação ou ajustamento social (ANDRADE, 2008).

O Serviço Social de Grupo também apresenta características de ajustamento para um “correto funcionamento social”, cujo problema não está na sociedade e sim nos sujeitos. Dessa forma:

O Serviço Social de Grupo era utilizado em uma perspectiva educativa, na medida em que procurava fortalecer a personalidade individual, através da ênfase dada à capacidade de lideranças, à tomada de decisão e ao aspecto psicossocial. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o Serviço Social de Grupo ajudava os indivíduos a se autodesenvolverem e a se ajustarem aos valores e normas vigentes no contexto social em que estavam inseridos. (ANDRADE, 2008, p.282).

Andrade (2008) sinaliza a aproximação do Serviço Social de Grupo às teorias da Psicologia Social, da Pedagogia e da Sociologia de Durkheim, Weber e Simmel, por exemplo. Também cita que os “autores de maior influência que se dedicam ao Serviço Social de Grupo são: Grace Coyle, Gertrude Wilson, Gladys Ryland, entre outros, mas principalmente Gisela Konopka, Robert Vinter, e no início da década de 1970, Natálio Kisnermam.” (ANDRADE, 2008, p.282).

Enquanto isso, o Desenvolvimento de Comunidade (DC), inicialmente denominado de organização de comunidade, abarca as tendências estratégicas do capitalismo americano, o qual adere à política desenvolvimentista do ensino. Por isso:

Essa política enfatizava a aceleração econômica, incentivada pela industrialização e modernização capitaneada pelos Estados Unidos. Ao Serviço Social caberia contribuir para o aprimoramento do ser humano, mesmo que o país convivesse com a existência de setores subdesenvolvidos. O DC foi uma estratégia lançada para atingir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica americana (capitalista), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partindo do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo julgava ser preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista. (ANDRADE, 2008, p.283-284).

Pelo exposto até aqui, evidencia-se a necessidade de transformações em torno da formação profissional do Serviço Social, uma vez que nela ecoava “a ideologia que marcou o período inicial da ditadura de 1964 a 1967, o qual expressava a preocupação com a cientificidade profissional, caracterizada pelo metodologismo que marcava as profissões de natureza interventiva.” (PASCHOAL, 2010, p.93). O ensino da pós-graduação, por sua vez, emerge do período de vigência da Doutrina de Segurança Nacional, com a aprovação dos primeiros cursos

de mestrado no país, autorizados pelo Conselho Federal de Educação em 1970, por meio do Parecer 242/70. A pós-graduação do Serviço Social emerge dos processos que visam responder à política nacional das universidades do país. Portanto:

Não foi por acaso que os programas de pós-graduação strictu sensu em serviço social se organizaram no Brasil, na década de 70, como uma das primeiras áreas a responder à política nacional de modernização das Universidades brasileiras iniciada na década anterior: estava em jogo aí o seu acesso a um estatuto no mundo acadêmico que o levava a investir com força na formação científica não apenas de seus professores mas também de um corpo de pesquisadores que contribuíssem para a construção de conhecimentos, com legitimidade científica, área. (BAPTISTA, RODRIGUES, 1992 apud PASCHOAL, 2010, p.112-113).

O território de instituição do ensino da pós-graduação em Serviço Social teve por origem as Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1972. Em seguida, em 1976, é inaugurada a pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1978 e 1979, respectivamente, emerge a pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal de Pernambuco. Já a PUCRS, em 1977, estabelece protagonismo na graduação e na pós-graduação na região Sul, com o mestrado em Serviço Social, acolhendo também demandas de outros estados brasileiros e de países do Cone Sul, ao funcionar como um centro de formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores (ARAUJO; BULLA; FERNANDES; KERN, 1996). Na PUCRS, por meio de Ana Augusta Almeida e Creusa Capalbo, a tendência da fenomenologia alicerçou o mestrado em Serviço Social. A interlocução da fenomenologia de Ana Augusta Almeida construiu-se, principalmente, através da docente Lúcia Castilho.

A Professora Anna Augusta de Almeida foi convidada para dar um curso na pós-graduação em Serviço Social, aberto aos professores da Faculdade. Um dos professores teria que dar fenomenologia, ninguém se sentia preparado para lecionar essa disciplina. Tanto o marxismo como o positivismo já eram estudados na sociologia e havia bibliografia disponível para os professores se prepararem para o ensino dessas disciplinas. Não se tinha conhecimento suficiente da fenomenologia, pois ela surgia como algo novo. A Anna Augusta havia construído um método, denominado Metodologia dialógica. No curso, foram debatidos vários autores da filosofia, relacionados com a Fenomenologia. A Professora Lúcia era uma pessoa que tinha grande conhecimento de Filosofia, então ela ajudava os demais professores, trazendo para a discussão o pensamento de Husserl, de Jaspers, de Ladrière e de outros autores. A Lúcia, com seus conhecimentos, ajudava os professores a se prepararem para a disciplina de fenomenologia. As ideias circulavam e os alunos da pós-graduação começaram a estudar a temática com maior profundidade, porque a pós-graduação exigia. E os professores que iriam assumir a disciplina de

Fenomenologia foram se preparando, através da pós-graduação. (Docente 2, 2021).

Pelo exposto, percebe-se que o ponto de partida do curso de Serviço Social se encontra imerso aos contextos socioeconômicos e como tal sofre as repercussões de seus ditames. É válido relacionar a conjuntura social com as particularidades da formação da profissão, cujo modelo de pós-graduação brasileiro teve por referência o modelo norte-americano. No entanto, como já referido nos capítulos anteriores, inicia-se na América Latina a internacionalização do debate da categoria com vista ao questionamento do Serviço Social tradicional e da influência norte-americana na profissão, através do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, ocorrido em Porto Alegre. Salientam-se os desdobramentos do Seminário, cujas discussões em nível nacional repercutiram em torno de um novo currículo da formação somente no contexto da distensão política da ditadura em que já se estabelecia a articulação de segmentos profissionais vinculados à tendência de intenção de ruptura Assim:

Iniciam-se, a nível nacional, as discussões sobre o currículo pelos docentes e discentes, sob a coordenação de suas associações. A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social- ABESS provoca uma discussão ampla e participa da XIX Convenção Nacional, em Piracicaba, em 1975, aprofundando essa questão na XX Convenção Nacional, em Belo Horizonte, em 1977, quando se decidiu elaborar a proposta de um novo currículo mínimo que foi aprovado em 1979, na XXI Convenção Nacional em Natal, tendo sido ainda tema em Vitória, em 1981, sob o tema “A Formação Profissional do Serviço Social no Brasil. (SILVA, 1984, p.50).

Nesse ínterim, Iamamoto (2018) pontua que as unidades de ensino aglutinaram-se em quatro importantes lócus de preocupações na Reconceituação, contribuindo para as mudanças na formação no país, no contexto referido de distensão política e articulação, que culminará no processo de “Virada”, realizado no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979. Como destaca a autora (2018), a primeira preocupação vincula-se ao diálogo com as ciências sociais, políticas e econômicas, tendo em vista as preocupações de dependência no desenvolvimento latino-americano com os países centrais. A segunda se articula com a necessidade de elaboração de um projeto profissional abrangente, envolto em critérios teórico-metodológicos e prático-interventivos, respaldado nas lutas e nos movimentos sociais latino-americanas e nacionais. A terceira se refere à construção de um estatuto científico ao Serviço Social, o qual esteja atento aos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias. A quarta se concentra na

importância da politização da ação profissional pela busca da “transformação social” (IAMAMOTO, 2018).

O salto para a materialização do Currículo Mínimo que superasse o ensino pautado nas metodologias do Serviço Social tradicional ocorreu com a aprovação pelo Conselho Federal de Educação, em 5 de agosto de 1982, por meio do Parecer 197/80. Para parte da categoria, o currículo de 1982 compõe a pauta política dos sujeitos que naquele período se apresentaram enquanto parte do processo de luta de segmentos, os quais mobilizaram esforços por transformações na sociedade e na formação profissional, processo diretamente relacionado com a disputa de hegemonia no âmbito da profissão, nos marcos da vertente de intenção de ruptura. Ainda sobre isso, o dispositivo do Conselho Federal da Educação fixa os mínimos de conteúdos e de duração do curso de Serviço Social, o qual contou com carga horária de 2700 horas e foi subdividido em duas áreas, Básica e Profissional, conforme disposto no Parecer n.º 412/82, com homologação da Resolução n.º 6, de 23 de setembro de 1982.

Art. 1.º O currículo mínimo do Serviço Social é constituído das seguintes matérias: a) Área Básica: Filosofia; Sociologia; Psicologia; Economia; Antropologia; Formação Social, Econômica e Política do Brasil; Direito e Legislação Social. b) Área Profissional: Teoria do Serviço Social; Metodologia do Serviço Social; História do Serviço Social; Desenvolvimento da Comunidade; Política Social; Administração em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social; Planejamento Social. (BRASIL, 1982).

A referida resolução caracteriza o ciclo básico enquanto eixo que possibilitará conduzir conhecimento ao aluno do contexto social brasileiro, e ainda “das organizações que expressam a ordem institucional da Sociedade e possibilitam a formação do Assistente Social bem como a realidade da clientela em suas relações de sociais de trabalho, cidadania e cultura.” (BRASIL, 1982). A disciplina de Sociologia da PUCRS conferia um caráter eclético ao currículo mínimo do Serviço Social, ou seja, “na disciplina de Sociologia se discutia muito todas as linhas de pensamento, se discutia Filosofia, Marxismo, Positivismo, mas, principalmente, Marxismo e Positivismo.” (Docente 2, 2021, Entrevista 02).

Já o ciclo profissional, “deverá conduzir o aluno à aquisição de conhecimentos, sistematização do objeto da investigação do Serviço Social, da sua prática; de seus elementos constitutivos e das estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados.” (BRASIL, 1982). Iamamoto (2014, p.614)

aponta que “no currículo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz do ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social”, ressaltando, assim, a dificuldade em dar sustentação a tais conteúdos, uma vez que a presente matriz curricular apresentava um enorme desafio teórico e de pesquisa no ensino, tendo em vista essa lógica tripartite.

Na esteira do debate sobre as limitações dessa lógica, Netto (1986, p.49) pontua ainda a seguinte caracterização dos conteúdos: “na história se trata do processo de institucionalização da profissão, como foram consagradas as práticas profissionais, como se deu a evolução dessa profissão.” Já o método, em princípio, seria abordado enquanto “estratégias de intervenção, dos modelos de intervenção e, em alguma medida, de fornecer alguns parâmetros para que o profissional consiga delimitar minimamente o campo de intervenção que lhe seria próprio.” (NETTO, 1986, p.49). Enquanto à teoria:

Se discutiria eventualmente as categorias epistemológicas, as relações do conhecimento com a prática, as aparentes antinomias do conhecimento: teoria-prática, sujeito-objeto. Ou seja: nós teríamos nesta proposta, que já viceja entre as escolas, já ganha hegemonia entre as escolas, um rearranjo dos conteúdos que eram dados anteriormente. (NETTO, 1986, p.49).

Para Netto (1986), faz-se necessário problematizar sobre a ausência de uma metodologia própria do Serviço Social. Para o autor, essa inexistência orienta o questionamento sobre quais são as estruturas científicas que conferem ou pretendem conferir o debate à teoria do Serviço Social, uma vez que a ciência supõe conhecimento sobre o objeto. Corre-se o risco, desse modo, da redução do fenômeno social, de realização de analogia do ser social como sendo algo natural, ou ainda, de neutralizar a diferenciação entre ciência social e ciência da natureza. Assim,

o método não é um componente aleatório, não é um objeto de eleição de escolha arbitrária. O método, na verdade, é uma relação necessária entre sujeito que investiga e objeto investigado. O método é como que a equação da razão constituinte entre sujeito e o objeto. (NETTO, 1986, p.52-53).

Netto (1986), nesse debate, enfatiza duas matrizes metodológicas, a positivista e a inspirada em Marx. O positivismo corresponde a “uma tendência necessária que a sociedade capitalista põe a sua apreciação” (NETTO, 1986, p.53), ou seja, “tomado no seu sentido mais exato consiste precisamente em o pensamento não se libertar dessa trava, em o pensamento não ultrapassar essa

aparência coisificada dos fenômenos sociais.” (NETTO, 1986, p.53). Já o método de Marx, para o autor, não foi devidamente apropriado pela profissão, sendo posto enquanto inspiração, isso porque a forma como são abordadas a teoria, o método e a história, remetem à concepção positivista (NETTO, 1986). Assim sendo, a teoria “não é a sistematização abstrata da prática, e nem qualquer arrolamento de determinações sobre um fenômeno qualquer.” (NETTO, 1986, p.55).

Pesquisa realizada por docentes da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, entre 1993 a 1996, denominada “A construção de conhecimento no mestrado em Serviço Social da PUCRS⁹”, analisou as dissertações de mestrado produzidas entre o período de 1981 a 1995, e apresentou os resultados, enquanto relatório resumido, na 48ª Reunião Anual da SBPC, PUC-SP, de 07 a 13 de julho de 1996. A pesquisa constatou, além dos dados quantitativos de 75 dissertações produzidas, a aproximação com tendência nacional de múltiplas correntes filosóficas abarcando as abordagens teórico-metodológicas, no percurso da formação.

O material pesquisado sinaliza que, mesmo com o direcionamento da profissão de orientação ao referencial crítico sustentado em Marx e em sua tradição, outros paradigmas estavam presentes, com maior incidência em determinados contextos históricos. Assim, na formação do Serviço Social brasileiro, a maioria dos teóricos “reconhecidos pela categoria, vinculam-se ao pensamento marxista. Isso não significa que a maioria da categoria profissional, que está imersa no cotidiano da práxis tenha optado por essa abordagem teórico-metodológica.” (ARAÚJO; BULLA; FERNANDES; KERN, 1996, p.718). Todavia, para abranger diferentes abordagens teórico-metodológica, faz-se necessário um corpo docente alinhado e/ou qualificado, com fontes teóricas ecléticas, uma vez que, “um dos elementos que se tem em comum e que perpassa todos os estudos realizados é justamente o elemento da livre opção do pesquisador profissional por referencial teórico, que corresponda as suas concepções e aos objetivos do estudo.” (ARAÚJO; BULLA; FERNANDES; KERN, 1996, p.725). Além disso, a pesquisa em questão revela que o conhecimento produzido, na produção do Curso de Mestrado em Serviço Social da PUC-RS, de 1981 até 1995, pode ser analisado, entre outras fontes, nas 75 dissertações produzidas e sistematizadas no quadro abaixo.

⁹ Bulia, Leonia C.; Araujo, Jairo. M.; Kern, Francisco A.; Fernandes, Idilia. (1996). A Construção do Conhecimento no Mestrado em Serviço Social da PUCRS. *Veritas (Porto Alegre)*, 41(164), 715-727.

QUADRO 7 – A produção do curso de mestrado em Serviço Social.

A produção do curso de mestrado em Serviço Social				
Dissertações/Período	1981 - 1985	1986 - 1990	1991 - 1995	Total
Demandas e Políticas Sociais	09	14	17	40
Metodologias em Serviço Social	-	03	14	17
Ensino em Serviço Social	05	05	04	14
Construção do Conhecimento	-	01	03	04
Total	14	23	38	75

Fonte: ARAÚJO; BULLA; FERNANDES; KERN. A Construção do Conhecimento no Mestrado em Serviço Social da PUCRS (1996, p.720).

Observa-se a predominância concentrada em “Demandas e Políticas Sociais” (40 de 75), as quais representam os espaços sócio-ocupacionais de intervenção da profissão, sendo esses respectivamente conforme o documento composto pelas subcategorias: exclusão social e assistência social; política da criança e adolescente; política do idoso; violência contra a mulher; família de baixa renda em vilas de sub habitação; as práticas de educação popular; deficiência física e mental; políticas de saúde e trabalho; o processo de municipalização da saúde; a prática institucional e administração institucional e novas práticas de gestão.

Na continuidade, aparece com maior evidência as “Metodologias de Serviço Social” (17 de 75), as quais dizem respeito às subcategorias: ação profissional com usuários em âmbito institucional; movimentos sociais comunitários; abordagem de Serviço Social alternativo; planejamento estratégico e democratização e abordagem interdisciplinar – esse segundo tema em evidência aparece com mais vigor entre 1991 e 1995, tendo sido iniciadas em 1986.

O terceiro tema de maior relevância é “Ensino em Serviço Social” (14 de 75), agregando as subcategorias: formação e qualificação profissional; ensino e avaliação do processo de aprendizagem; supervisão no processo de formação profissional e educação, consciência e transformação.

Já o quarto e último tema pesquisado corresponde à “Construção do Conhecimento” (4 de 75), o qual não aparece entre os anos de 1981 e 1985, apresentando quatro dissertações entre 1986 e 1995. Os temas que seguem em

subcategorias são: correntes de pensamento filosófico-epistemológicos presentes na formação e na prática do Serviço Social; concepções e conceitos do social no discurso do Serviço Social e proposição de novos paradigmas para o Serviço Social (ARAÚJO; BULLA; FERNANDES; KERN, 1996).

Portanto, ainda que se tenha afirmação da direção social da formação e da profissão assumidas, já na década de 1980, são postos dilemas e desafios na implementação do Currículo de 1982. Pensado para além dos muros da universidade, o Currículo busca, ao mesmo tempo, desenvolver e relacionar a ênfase do Serviço Social às suas concepções no campo do Estado e da sociedade civil, com a introdução da política social no debate da formação acadêmica.

Pontua-se, aqui, o acúmulo da categoria quanto à natureza da profissão e suas concepções, teóricas e políticas, de interpretação da “Questão Social”, brasileira e latino-americana, bem como da articulação com a categoria Trabalho na análise do significado social da profissão. Debates esses que estão em consonância com as lutas da categoria, com a renovação crítica da profissão, além de se colocar em pauta o projeto ético-político do Serviço Social, orientado pelo Currículo Mínimo da Abess em 1982, o Código de Ética de 1986, e, posteriormente, com sua reformulação em 1993 e as Diretrizes para a formação profissional em 1996. Assim, do movimento de crítica ao currículo vigente, acredita-se que “as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social são fruto de amplo e diversificado debate acadêmico em oficinas locais, regionais e nacionais. Eles permitiram dar forma à proposta do ‘currículo mínimo’ em 1996.” (IAMAMOTO, 2014, p.615). Pondera-se, ainda, os avanços dos pressupostos contidos nas discussões sobre teoria, metodologia e história, no currículo de 1982 em relação às perspectivas anteriores de caso, grupo e comunidade. Embora não se ignore que as novas vertentes teóricas e os conteúdos trabalhados possam ter reatualizado uma fragmentação já existente na formação, onde “houve uma incorporação mecânica do método crítico-dialético na apreensão da realidade social.” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.146). Todavia, o debate que se abriu e se constituiu promoveu uma profunda revisão do Projeto Profissional do Serviço Social. É nesses contornos e nas relações de vínculo de parte dos sujeitos com a vertente crítica que a profissão afirma sua maturidade intelectual, onde seu núcleo central encontra-se atrelado à ação e à formação acadêmico-profissional. Assim:

Ressalta-se que na década de 80 processa-se na profissão uma importante

revisão da formação profissional, com a adoção de novo currículo que opera uma inflexão no perfil de profissional tecnocrata, cuja intervenção se fazia através de métodos de caso individual, grupos e comunidade, com o que se desencadeia um processo de construção de uma cultura crítica, tendo na pesquisa, o seu fundamento, e na produção do conhecimento inovador e contribuição com outras áreas do conhecimento, a sua expressão. Como resultado de avanços internos e externos da profissão, consolida-se um amadurecimento teórico expresso na conformação de uma massa crítica. (GUERRA, 2011, p.133).

Retomando os capítulos anteriores, os avanços foram possíveis mediante todos os elementos que comportam os processos sócio-histórico conjunturais e também o do Serviço Social. Na década de 1960 em pleno regime repressivo da ditadura destacam-se também os segmentos de sujeitos simpatizantes ao marxismo no âmbito de suas diferentes interpretações. Apresenta continuidades e rupturas, em 1979, no movimento de luta do III CBAS, o qual se pauta nos processos de crítica de parte da categoria ao conservadorismo historicamente presente na profissão e realiza o enfrentamento às lutas do seu tempo histórico. Assim, o Currículo de 1982 foi orientado a partir da crítica rigorosa que foi se espraiando para diferentes espaços e fragmentos da categoria. O terreno que se coloca ao Currículo é favorecido pelo acúmulo da articulação latino-americana, pela expansão da pós-graduação, pela inserção e engajamento de alguns profissionais em espaços institucionais de luta, pelo reconhecimento da centralidade do trabalho e pelo reconhecimento das desigualdades de classes sociais em suas diferentes expressões. O patrimônio que se coloca no terreno da maturidade da interlocução do Serviço Social com o marxismo é fruto de suas bases sociopolíticas e ideoculturais.

No documentário de 70 anos da ABEPSS¹⁰, Maria Lúcia Martinelli convida a refletir sobre a história da categoria e pontua que “os anos 70 são os prenúncios dos anos 80, que nós poderíamos dizer que são os anos de grande vigor do Serviço Social, são os anos em que nós estamos gestando um novo Projeto político para a profissão.” (DOCUMENTÁRIO ABEPSS 70 ANOS, 2017). O novo Projeto político referido pela assistente social lança as bases para se construir a renovação da profissão, a partir de uma determinada percepção de fundamentos profissionais.

No bojo do plano institucional, a pauta do debate da categoria para a formação é a construção das diretrizes curriculares. Os profissionais, assistentes

¹⁰ Documentário Abepss 70 anos. Direção: Leile Teixeira, Marcos Limonti e Rodrigo Teixeira. Duração: 93min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j1f9a_9NLiw&t=72s. Acesso em: 10 nov. 2020.

sociais, engajados na construção de um novo projeto societário são os mesmos que ocupam as universidades e assumem o protagonismo da formação das novas gerações. Esses sujeitos, sob novas bases teórico-metodológicas e ético-políticas, considerando o contexto de redemocratização do país, contribuíram para a construção dos rumos da profissão, em diferentes espaços ocupacionais. Formam-se gerações de assistentes sociais a partir de novos preceitos que passaram a reger o trabalho profissional, considerando a renovação ética de 1986 e 1993, bem como da formação profissional, a partir do Currículo Mínimo de 1982 e dos debates de sua revisão que culminaram na construção das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996.

A relevância da educação e dos/das docentes são pertinentes para entender a luta travada dentro da categoria e de seus posicionamentos dentro e fora das esferas institucionais. Esse reencontro exigiu retomada crítica da formação sócio-histórica do Brasil e da própria trajetória profissional, em suas particularidades na divisão sociotécnica do trabalho. No mesmo documentário, Marilda Villela lamamoto reforça o engajamento de parte da categoria ao querer alinhar o processo de formação à luta dos trabalhadores e diz: “Eu acho que o currículo de 79 e de 82 foi a matriz da mais profunda revisão curricular que o Serviço Social brasileiro sofreu, 96 reitera, melhora, complementa, avança claro, não deixa de avançar, mas ele avança a partir de uma matriz.” (DOCUMENTÁRIO ABEPSS 70 ANOS, 2017).

O currículo de 1982 apresenta a direção social da profissão, de mesmo modo, realiza a “análise histórica do significado da profissão, no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, que se desvelaram as implicações sociais na prática profissional em suas contradições fundantes (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.147-148). Assim, a construção da renovação curricular foi acompanhada das exigências históricas da realidade social, da conjuntura brasileira, sobre a qual a profissão não passa imune, e é constituída por sujeitos partícipes desses processos. Portanto, o que se coloca para essa matriz é o engajamento de sujeitos da categoria com a luta da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2009, p.101). Maria Inês Souza Bravo (2017) complementa o discurso ao explicar que:

Claro que o novo currículo tem algumas fragilidades, mas enfim, era o possível naquele momento fase a correlação de forças, fase inclusive ao currículo tão tradicional que nós tínhamos. Então você já fazer uma ênfase na perspectiva de teoria, método e história já é um avanço muito grande

para quem estava no caso, grupo e comunidade. (DOCUMENTÁRIO ABEPSS 70 ANOS, 2017).

Nesse contexto, a proposta estabelecida no Currículo de 1982 questionava e propunha novas bases para a forma tradicional do Serviço Social de metodologia de Caso, Grupo e Comunidade. Para Quiroga (1991), as disciplinas de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade apresentavam perspectivas pragmáticas da profissão. Assim, suas estratégias centravam-se em:

Preocupação com as situações-problema, predomínio do trato com o real; ênfase no desenvolvimento e sistematização de práticas por vezes imediatistas, sem maior 'cuidado' com questões teóricas; domínio da discussão do 'como fazer', muitas vezes presa a visões de método instrumentalizadores e atadas a uma mera sequência de procedimentos. (QUIROGA, 1991, p. 9-10).

Todavia, a nova perspectiva, de renovação curricular teórica e criticamente progressista, com orientação de uma metodologia vinculada ao marxismo é acompanhada de uma invasão às ocultas do positivismo (IAMAMOTO, 1991). Tal invasão positivista, que percorre o movimento de renovação acadêmica da profissão, consolida-se a partir de duas manifestações. Isso significa,

de um lado a explicação do desenvolvimento da sociedade, tido como produto reflexo da infra-estrutura material sobre a superestrutura, através de uma análise mecânica que superestima a determinação econômica; de outro lado na redução do marxismo a mera "teoria do conhecimento", diluindo os componentes crítico-revolucionários da reflexão marxiana. (IAMAMOTO, 1991, p.7).

Nesse horizonte, lamamoto (1993, p.108), pondera a necessidade e a relevância de aproximações "mais rigorosa às fontes clássicas, de modo a se evitar uma aproximação de autores que esvazie a riqueza e complexidade de suas contribuições; destituindo a dimensão de universalidade que preside suas produções." No que Quiroga (1991) vai chamar a atenção, inclusive, do movimento contraditório contido nas proposições marxiana e o positivismo, referindo ambos como "polos opostos de uma mesma relação". (QUIROGA, 1991, p.124). Isso implica em estabelecer entendimentos das perspectivas postas.

A formulação marxiana contrapõe-se ao pensamento positivista. São correntes de pensamento de origens antagônicas e que informam concepções distintas do conhecimento. A existência de ambas, como opostos, situa-se numa relação de influência, que é conformada pela existência necessária de dois pólos geradores destas correntes de pensamento: um vinculado aos interesses do desenvolvimento do capital e o outro, à emancipação do trabalho. (QUIROGA, 1991, p.92).

Quiroga (1991) realizou uma pesquisa imprescindível no final da década de

1980, na qual entrevistou sete professores pertencentes a Unidades de Ensino de Serviço Social, de universidades estatais e particulares. A pesquisa buscava entender a visão dos/das docentes a partir de quatro eixos das questões formuladas. O primeiro consistia em: “origem e significado da disciplina Metodologia no Serviço Social no currículo do Curso de Serviço Social”. Já o segundo, buscava resgatar os “conteúdos repassados, temas trabalhados e priorizados na disciplina, bem como bibliografia escolhida”. O terceiro garantia visibilidade ao “contato dos docentes com o Marxismo e sua formação específica nesse assunto”. Por fim, buscava compreender a “penetração do Positivismo no Marxismo”. (QUIROGA,1991, p.22-23).

A pesquisa em questão revelou que apenas um dos docentes entrevistados relacionava o Serviço Social ao contexto de totalidade. Nesse debate, a pesquisadora evidenciava a intensidade do poder da ditadura e sobre os limites estabelecidos ao debate teórico-prático do Marxismo na formação em Serviço Social. Assim, no resgate das entrevistas, um dos docentes falou para Quiroga sobre:

o cancelamento do Marxismo, que era estudado muito residualmente. Era uma forma de resistência você discutir o Marxismo e a possibilidade, quase sempre num âmbito das escolas de Serviço Social, até pelas influências teóricas que rebatiam. (QUIROGA,1991, p. 85).

O docente entrevistado se refere a influência althusseriana no período. Além disso, a pesquisadora em questão também aponta a relevância do movimento estudantil, em que, dentro de uma perspectiva de orientação crítica, cobra o debate do Marxismo, e o processo de crítica trazido das ciências sociais e debatido no capítulo anterior desta dissertação (QUIROGA,1991). Nesse contexto, a pesquisadora apresenta a relevância de Paulo Freire na trajetória da profissão em seu debate de aproximação com o Marxismo. Nesse desdobramento, o movimento de questionamento do assistencialismo da década de 60 é apresentado pelos embates estabelecidos na Reconceituação. Desse modo,

por via de um marxismo positivista, suavizado nos moldes Althusser e Harnecker. Pode-se, portanto, concluir que a Reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada de uma ruptura teórica com a herança conservadora. (QUIROGA,1991, p.88).

Quiroga (1991) constata a exigência formal assumida, entre todos os/as docentes entrevistados/as, com a inserção da disciplina de Metodologia. Essa disciplina, por sua vez, será nomeada de distintas formas: Tendência

Histórico-Estrutural, Tendência Crítico-Estrutural, Materialismo Histórico-Dialético, o que, para a pesquisadora, revela distintos modos de conceber e desenvolver o conteúdo do programa correspondente. A introdução, portanto, da disciplina de Metodologia não adentrou às unidades de Ensino sem disputa, ao passo que desvenda a potência do significado da abordagem da perspectiva marxista (QUIROGA, 1991). Essas disputas configuraram uma visão eclética e uma perspectiva pluralista na formação, debate do qual adentrar-se-á no próximo subcapítulo. Vale ressaltar, contudo, que,

Nesse processo, as diferentes Unidades de Ensino se encontram em momentos bastante diferenciados. De um lado, estão as que ainda não incluíram esta disciplina, com este conteúdo, em seus currículos; em seguida, vêm as que já incorporaram, mas sem definir a discussão que se dá no interior do próprio Marxismo; e, por último, aquelas que, mesmo em minoria, já têm todo um espaço garantido e se propõem a clarear essa polêmica interna. (QUIROGA, 1991, p.92).

Construída por sujeitos, são demarcados momentos diferentes das Unidades de Ensino na incorporação e desenvolvimento da disciplina de Metodologia. Inclui-se a isso, como já referido anteriormente e com aprofundamento na continuidade, colocar em pauta o debate do Marxismo na perspectiva histórica do Serviço Social consiste em considerar as suas diferentes compreensões e incompreensões. Isso porque, convive simultaneamente uma diversidade de marxismos. A incorporação do marxismo deu-se por intermédio de intérpretes de Marx, nos quais destacam-se os autores internacionais como Gramsci, Karel Kosik e Bachelard. “Ao nível da produção nacional mais próxima do Serviço Social, encontram-se Marilda Vilela Iamamoto e Miriam Limoeiro Cardoso.” (QUIROGA, 1991, p.94).

Dessa forma, o Currículo Mínimo de 1982 vai expressar os avanços possíveis, na arena teórico-metodológica, do concreto pensado dos sujeitos reais que construíram a história do Serviço Social e sua “maioridade intelectual”. (NETTO, 2011, p.266). Os novos arranjos, construídos pelos protagonistas críticos, constituem o Currículo Mínimo do Serviço Social a partir do alicerce de três eixos – teoria, método e história –, numa lógica dissociada, apresentando equívocos na abordagem e no ensino dos Fundamentos do Serviço Social.

A profissão foi se constituindo e obtendo direção social por meio da vida material, das lutas de sujeitos concretos, a partir da inserção na divisão sociotécnica do trabalho, na relação que estabelece com projeto societários em disputa, dos

quais a destruição e a banalização da vida e da natureza colocam em questão valores éticos, para a formação e o exercício profissional. Vetor central dessa percepção é a compreensão da história enquanto um processo permanente de construção e reconstrução, constituída por sujeitos que a realizam materialmente, ou seja, expressa a direção na qual “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 2008, p.47). Dessa forma, foi no esforço coletivo e no acúmulo teórico, político e pedagógico que se encontraram as bases da proposta de formação profissional para a graduação, em articulação com o exercício profissional.

A ABESS teve um papel importante na condução do processo e no desenvolvimento da renovação curricular. Ela ainda impulsiona a pesquisa no ano de 1987, com a implementação de um órgão acadêmico denominado Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS), o qual esteve vigente até a revisão do estatuto da entidade, ano de 1998. O projeto expresso nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 apresenta uma determinada concepção de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para o Serviço Social. Sua construção de educação e formação apresenta processualidade histórica, a partir do reconhecimento das conquistas do Currículo de 1982 e de suas fragilidades, concomitante ao movimento que fortalece e sustenta suas inovações. A formulação da nova proposta se deu após longas avaliações, tendo em vista a perspectiva de direção social profissional e da “compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade.” (ABEPSS, 1996, p.2).

A necessidade da renovação curricular não parte de um marco zero, ao contrário, ela recupera o projeto de formação anterior e as mudanças ocorridas no Código de Ética profissional. É o acúmulo da produção coletiva também resgatado do documento “Projeto de investigação sobre a formação profissional no Brasil: determinantes históricos e perspectivas”, apresentado no I Encontro Nacional de Ensino em Serviço Social e que subsidiou a revisão curricular de 1982. O Código de Ética de 1986 “reafirma a dimensão política da prática profissional e avança eticamente no sentido de sua crítica aos valores universais tomados abstrata e a-historicamente nos códigos anteriores.” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.146).

Enquanto o de 1993 “reafirma o projeto profissional comprometido com as classes trabalhadoras e dá um outro tratamento à dimensão ético-política da profissão: o compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de um projeto de superação da ordem burguesa.” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.146). Esses princípios anteriormente citados definem as diretrizes curriculares da formação profissional que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Além disso, para o desenrolar desse processo, ocorreu um intenso movimento de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social através do trabalho realizado pela ABESS – atualmente ABEPSS – juntamente com o CEDEPSS, além das entidades representativas da categoria, CEFESS e ENESSO. Este movimento se efetivou, entre os anos de 1994 e 1996, em oficinas nacionais (02), regionais (25) e locais (em torno de 200) (ABEPSS, 1996). O conteúdo dessas discussões foi posto a partir de temas considerados centrais, ou seja, “a direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórico-metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira.”(ABESS/CEDEPSS, 1996, p.145).

Desse modo, a formulação do documento final foi a partir de elaborações anteriores. Na primeira etapa ocorreu a “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional”, contendo seus pressupostos, suas diretrizes, suas metas e seus núcleos de fundamentação. Essa proposta curricular é construída após a sistematização dos processo de avaliação da formação, que é aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, em dezembro de 1995. No ano seguinte, materializa-se o segundo documento denominado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate”, que teve por base as atividades realizadas nas oficinas e contou com o suporte de um grupo de consultores, os quais prestavam assessoria para a categoria.

Na última etapa da elaboração da revisão curricular, desdobram-se seis documentos, produzidos pelas propostas regionais das Unidades de Ensino. Quem realiza a sistematização desses pontos levantados é a Diretoria da ABESS, as representações da ENESSO e do CFESS, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica. O trabalho coletivo estruturado origina a “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social”, que passa por apreciação da categoria na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovação na Assembleia Geral da ABESS, no Rio de Janeiro, em novembro de

1996. Além disso, tem-se também a aprovação das “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” que ocorre mediante as Diretrizes e Bases da Educação Nacional da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Acredita-se que:

Esse conjunto de documentos e elaborações que compõem o projeto de formação profissional é resultado do debate que se estabeleceu na profissão sobre os fundamentos do Serviço Social. Como produto desse processo, constitui-se um novo projeto profissional, referendado nos principais espaços organizativos da categoria. Subsidiadas na perspectiva crítico-marxista, as diretrizes são a expressão de um movimento que permitiu a superação, apesar de não ter rompido totalmente, de uma hegemonia conservadora que controlava a cultura profissional desde a institucionalização do Serviço Social no Brasil. (ZACARIAS, 2017, p.122).

Nos desdobramentos desse processo, as Instituições de Ensino Superior apresentam uma base nacional comum para elaborar seu Currículo Pleno, para os cursos de graduação em Serviço Social. A concepção de formação profissional prevista na revisão curricular vai conter quatro pressupostos norteadores, a saber:

1. O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
2. A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
3. O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
4. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABEPSS, 1996, p.5-6).

Pelo exposto, evidencia-se a Questão Social enquanto eixo central articulado com o trabalho no âmbito das relações sociais. Assim, “sob a perspectiva da totalidade, a questão social, diferentemente das análises positivistas que a reduz a sua singularidade, assume a necessidade de ser entendida por suas determinações na sociedade capitalista.” (ZACARIAS, 2017, p.124). Isso significa, desenvolver a apreensão da Questão Social enquanto categoria teórica e histórica, em sua indissociabilidade com a formação e o trabalho profissional. A Questão Social, desse modo, sendo compreendida nas determinações de desigualdades e disparidades que configuram as expressões nas quais o Serviço Social realiza o seu trabalho e, assim, estabelece vínculos de mediações entre o exercício profissional e

suas intervenções na realidade posta, no contexto social no qual se insere. Portanto, “a Questão Social no projeto de formação é o ponto que unifica a construção do currículo mínimo, ou seja, é o conceito de referência para o desdobramento dos demais conteúdos que precisam ser abordados no currículo.” (ZACARIAS, 2017, p.123). Fruto dessa compreensão, são estabelecidos os princípios que fundamentam a formação profissional, considerando:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS, 1996, p.6-7).

A articulação da Questão Social, em sua estreita relação com a centralidade do trabalho na formação da profissão, demarca a direção e o significado social do Serviço Social. A constituição do ser social é recuperada na centralidade atribuída ao trabalho, em “sua dimensão ontológica -, incorporando elementos fundamentais do pensamento marxiano, tais como: práxis, a dimensão humano-genérico do indivíduo, a relação entre indivíduo e sociedade, a reificação, entre outros.” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.148). Portanto, o trabalho se constitui enquanto eixo da formação e “emerge, assim, como elemento central da realidade social e como componente constitutivo da prática profissional, que deixa de ser tratada como uma prática social abstrata, para configurar-se como trabalho profissional.” (ABESS/CEDEPSS, 1996,149). De mesmo modo, a escolha pela teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social põe em evidência as exigências para o processamento dessa profissão e a quem ela se dirige.

Além disso, as dimensões investigativas e interventivas do exercício profissional rompem com formas tradicionais de intervenção ao desvelar as relações contraditórias que permeiam as relações de trabalho no capitalismo. São os profissionais assistentes sociais trabalhadores assalariados que se constituem na formação e no exercício profissional com dimensão ética e política e, ao mesmo tempo, necessitam responder aos demandantes de sua força de trabalho, aos seus empregadores. Nesse contexto, apresenta-se, enquanto desafio permanente, a busca por compreender e intervir nas disputas no campo das lutas sociais de classes e das disparidades de gênero, etnia, raça. Portanto, as diretrizes curriculares da formação profissional são constituídas por núcleos de fundamentação indissociáveis, que pressupõem elementos transversais (trabalho, Questão Social, ética, pesquisa), em termos pedagógicos, e se desdobram em matérias básicas que norteiam a construção dos componentes curriculares. Destaca-se que tal constituição é orientada para o desenvolvimento de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que possibilitem:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p.7).

Tendo em vista que a processualidade dos sujeitos sociais na história se encontram em permanente movimento, salienta-se a necessidade de constante aproximação com a proposta estabelecida no projeto de formação, tendo em vista que,

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 2008, p.47).

Sua reafirmação pauta-se pelo contexto social no qual o projeto de formação é formulado, uma vez que se configuram retrocessos no campo da educação,

transformada em mercadoria. Além disso, “as mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas.” (ABEPSS, 1996, p.8). Motivo pelo qual se articula a formação aos seus núcleos de fundamentos, uma vez que:

As Diretrizes Curriculares consolidaram aspectos fundamentais no que dizem respeito aos fundamentos profissionais, tendo em vista a ressignificação da direção social da profissão; a centralidade da categoria trabalho para a formação do ser social; a ruptura com o endogenismo, avançando para uma leitura da totalidade social, para uma fundamentação teórica crítica, incorporando método, teoria e historicidade em um único eixo não mais como aspectos independentes, mas como elementos de um mesmo processo. (ZACARIAS, 2017, p.123).

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares são constituídas de três núcleos centrais igualmente de fundamentação, ou seja,

1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS, 1996, p.8).

A nova proposta busca romper com a dicotomia anterior de conteúdos básicos e específicos. Por meio dos seus fundamentos, é construída uma nova lógica curricular que, através de um conjunto de conteúdos articulados entre si, em uma unidade, compõe os pressupostos para a formação acadêmica e profissional do Serviço Social. Dessa forma, “o que se pode indicar é que, desde os debates iniciais da revisão curricular havia a preocupação em construir um conjunto de conhecimentos que foram denominados núcleos de fundamentação.” (TEIXEIRA, 2019, p.70).

O Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos, por sua vez, é responsável pelo “tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional.” (ABEPSS, 1996, p.10). Desse modo, objetiva-se nesse Núcleo, “compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico.” (ABEPSS, 1996, p.10). Tal finalidade também se vincula ao trabalho, que é

assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar

valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. (ABEPSS, 1996, p.10-11).

O núcleo de fundamentos se articula à necessidade de compreender teoricamente a realidade em suas diferentes abordagens no âmbito das teorias sociais. Além disso, traz à tona a divisão social do trabalho, seus processos de reprodução da vida social, suas formas de exploração na divisão de classes, em seus movimentos contraditórios e elementos de superação. Assim, reconhece a configuração da sociedade burguesa e as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais. Atrelado a ele, encontra-se o Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Nesse núcleo se realiza uma análise ampliada da realidade através do desvelamento da ordem econômica, social, política e cultural em seus movimentos na sociedade brasileira, pensando, assim, “na sua configuração dependente, urbano- industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional.” (ABEPSS, 1996, p.11). Além disso,

se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996, p.11).

Agrega-se aos outros dois núcleos, na mesma dimensão e orientação, o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional:

o conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho¹¹ que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. (ABEPSS, 1996, p.12).

Demarca-se, portanto, o significado do caráter contraditório dessa profissão por sua dimensão política e por seu compromisso com as classes subalternas, quando se afirma sua formação e ação profissional sobre a realidade da sociedade brasileira. Isso significa, ainda, buscar na análise e na intervenção crítica aos elementos da economia, dos processos sociais em disputa, na movimentação

¹¹ Conforme sinaliza Iamamoto (2012), existem processos de trabalhos no qual os assistentes sociais como trabalhadores e trabalhadoras se inserem e não um processo particular do profissional e menos ainda da profissão. Portanto, “o pressuposto, que orienta essa proposta, é o que não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado.” (IAMAMOTO, 2012, p.429).

política e seus projetos políticos de sociedade e nas formas de manifestação da cultura.

Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. (ABEPSS, 1996, p.12).

De mesmo modo, amplia-se o espectro de análise quando compreende os aspectos postos ao território local, regional, nacional e internacional, entrelaçadas às particularidades históricas. Dessa forma, “compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão.” (ABEPSS, 1996, p.12). A profundidade desse debate no Serviço Social denota sua dimensão política, seu compromisso com as classes subalternas ao reconhecer a sua postura investigativa, seu caráter interventivo e suas competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

O entrelaçamento dos três núcleos, portanto, busca superar a abordagem tripartite da história, da teoria e do método no Serviço Social, em sua dimensão formativa. Além disso, são propostas as seguintes matérias básicas: Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação sócio-histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social e Ética Profissional. Compreende-se com isso que “as matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.” (ABEPSS, 1996, p.15). Agrega-se a isso, o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso, os quais devem ser desenvolvidos no processo de estruturação curricular e a partir da construção do desenvolvimento das matérias e dos seus componentes curriculares (ABEPSS, 1996).

No entanto, e ao mesmo tempo, o currículo mínimo acaba sendo “substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil

do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas” (IAMAMOTO, 2014, p.616), deslegitimando, assim, a construção coletiva, em níveis locais, regionais e nacionais, da categoria. As Diretrizes Curriculares, então, são construídas pela categoria na contracorrente do ensino posto na Lei de Diretrizes de Bases da Educação do país, de mercantilização e da privatização do ensino superior. Dessa forma:

Com a intenção de construir uma proposta que se enquadrasse nas novas exigências da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996, Lei no 9394, uma Comissão de Especialistas foi constituída, no ano de 1999, para elaborar um documento que se enquadrasse às exigências legais, mas que não destoasse dos elementos norteadores dos fundamentos da profissão. Contudo, ao ser encaminhado ao MEC, supressões no texto original foram realizadas, principalmente no que tange ao perfil profissional e às matérias e ementas indicadas pelo documento original. (ZACARIAS, 2017, p.124-125).

Nesse horizonte, fragiliza-se a proposta inicial e se adota uma redução dos conteúdos. Outro desafio posto, concentra-se nas compreensões assumidas por segmentos da categoria, ou seja, as polêmicas em torno da centralidade do adensamento das políticas públicas em detrimento à Questão Social.

Por fim, ainda que sejam grandes e incansáveis os desafios, uma geração de assistentes sociais comprometidos compreenderam as experiências vividas pela classe trabalhadora e cabe, assim, a todas as geração, resgatar o passado, construir as estratégias do presente com direção às táticas do futuro, com laços de solidariedade coletiva para uma profissão e um mundo humanamente mais justo.

2.2 INTERLOCUÇÃO DO MARXISMO NOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Retomar a história da sociedade e da profissão é parte constitutiva das possibilidades de compreensão dos Fundamentos que ancoram o Serviço Social. Considera-se que existem diversas posições em torno do debate que envolvem os Fundamentos do Serviço Social e de divergências no que tange à apreensão da categoria na perspectiva da Teoria Social Crítica de Marx. Todavia, neste trabalho, há por direção o entendimento de que “os fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre Serviço

Social e a sociedade. Esses fundamentos são constituídos por múltiplas dimensões.” (YAZBEK, 2018, p.47). A posição posta admite que os Fundamentos do Serviço Social são movimentos do real, os quais são vinculados ao conhecimento da história na perspectiva da totalidade, pela apreensão da teoria social de orientação crítica. Nessa perspectiva, na materialidade da vida vivida, as desigualdades sociais e suas expressões ganham uma dimensão objetiva pela compreensão estrutural das classes sociais antagônicas, das forças sociais contraditórias, de mesmo modo que, na realidade concreta dos sujeitos, suas subjetividades sofrem os impactos dos diferentes acessos negados no cotidiano.

Dessa forma, pela necessidade de um projeto coletivo de sociedade, acredita-se que “é na história da sociedade, na prática social que se encontra a fonte de nossos problemas e a chave de suas soluções.” (IAMAMOTO, 1993, p.102). Parcos esforços são necessários para se adentrar à história da humanidade e perceber que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2014). Assim sendo, o Serviço Social não se constitui enquanto uma profissão anacrônica ao seu tempo histórico, tendo em vista que a influência do marxismo no tempo presente dos sujeitos que a construíram, direta e indiretamente, são reflexos de suas formas de apreensão da realidade. Essas, tomadas pela raiz, são alicerçadas na interpretação da sociedade capitalista, de suas tendências de desenvolvimento e das leis de mudança. Dessa forma, “a negação que anima a sua construção teórico-metodológica é comprometida com a emancipação humana que se constrói historicamente.” (IAMAMOTO, 2018, p.205).

Breve retrocesso histórico permite inferir, de modo geral, que a prática de assistentes sociais no período de sua institucionalização seguiu o curso da doutrina social da igreja, ainda que possam ser identificadas exceções. Esses, por volta dos anos 1930, aliados ao bloco dominante, buscavam atenuar as consequências do capitalismo para a classe trabalhadora assalariada. Em um contexto brasileiro, Netto (2011) sinaliza que era escassa a influência do marxismo até os anos 50, sua construção teórica, política e ideológica vincula-se aos intelectuais engajados ao PCB. No entanto:

É na passagem dos anos cinquenta aos sessenta que a inspiração marxista começa a rebater, expressiva e visivelmente, na elaboração intelectual de pensadores e investigadores sem vínculos partidários, operando com um fecundante elemento crítico em construções articuladas sobre matrizes teóricas diversas. (NETTO, 2011, p.108-109).

Acredita-se que, no mesmo período em que o marxismo adentrava à perspectiva de análise política, social e econômica dos sujeitos na sociedade brasileira, no curso da história, a ditadura implantada de 1964 até 1984 desacelerou as possibilidades objetivas de intervenção do proletariado nos rumos do país. Nesse contexto, é a partir dos anos 1960 que o marxismo adentra nas universidades brasileiras. Em variadas disciplinas de ciências sociais, Marx emerge enquanto autor clássico (PAULA, 2020). Todavia, como adverte Iamamoto (2018), Marx constitui-se enquanto pensador clássico, cuja vida e produção teórica e prática vão além do seu tempo. Isso porque,

Não é apenas um dentre outros clássicos: apresenta uma teoria que explica e nega a sociedade burguesa. Marx compreende cada forma no seu fluxo, no seu movimento contraditório, em sua dimensão histórica transitória, cuja interpretação é presidida por um radical humanismo que tem por centro atividade criadora do homem expressa no trabalho. (IAMAMOTO, 2018, p. 205).

A aproximação do Serviço Social com o marxismo se constituirá, portanto, de forma sistemática, a partir dos Movimento de Reconceituação Latino-americano. Iamamoto (2018) chama a atenção para dois momentos de aproximações do Serviço Social latino-americano ao marxismo. Esta primeira aproximação se constitui de 1960-19970, sendo “um marco na aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas.” (IAMAMOTO, 2018, p.212). O que expressa um profundo questionamento teórico-metodológico e ético-político da profissão. Portanto, “suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional, dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais que reclamam pesquisa.” (IAMAMOTO, 2018, p.213).

Buscava-se, então, denunciar a proposta do Serviço Social tradicional e colocar em pauta novas propostas a profissão, ou seja, colocava-se em debate a pretensa neutralidade político-ideológica, agregada à crítica do trabalho focalizado em micro espaços sociais e da fragilidade teórica colocada à profissão. Essas pautas de luta da categoria podem ser definidas no sentido de uma busca de singularidade, conforme afirma Iamamoto (2018):

assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos 'oprimidos' pela 'transformação social. (IAMAMOTO, 2018, p.212).

Inclui-se a isso, o desejo de parte da categoria das atividades profissionais serem calcadas em atributos de caráter científico. Todavia, os seminários da categoria foram compostos por base teórica e metodológica eclética, inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas (IAMAMOTO, 2018). Dessa forma, na continuidade:

Seus desdobramentos, especialmente a partir de 1971, condensam as primeiras aproximações do Serviço Social à rica e diversificada tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, e nas elaborações relativas a “teoria da dependência” (CARDOSO e FALETTO, 1970; MARINI, 1973; BAMBIRRA, 1974; DOS SANTOS, 2000, FRANK, 1973,1991, dentre outros), além de influências de menor porte. Registra-se, entretanto, a ausência de uma aproximação rigorosa aos textos de Marx. (QUIROGA, 1991; SILVA, 1991; IAMAMOTO,1998). (IAMAMOTO, 2018, p. 214).

Isso significou uma frágil aproximação do Serviço Social com o marxismo, a qual se deu “no máximo com a presença dos mais difundidos textos políticos de Marx e Engels, o que é ainda uma senda aberta à pesquisa.” (IAMAMOTO, 2018, p.215). Desse modo, o ‘Trabajo Social latino-americano’, que passa a marcar presença nesta primeira aproximação do Serviço Social latino-americano ao marxismo, desenvolveu-se a partir de três pressupostos internacionais e dois nacionais (IAMAMOTO, 2018). Os internacionais. dizem respeito a influência dos materiais difundidos pelo Partido Comunista da URSS; aos textos sobre a prática e teoria advindos dos influxos do contexto conduzido por Mao Tse Tung, na China, e as análises apresentadas por Louis Althusser a respeito da prática teórica e os aparelhos ideológicos de Estado. Na Escola de Serviço Social da PUCRS havia uma crítica que germinara ao longo dos anos e que, na década de 1970, intensificou-se com a influência do referencial teórico de Althusser. (Docente 2, 2021).

Iniciava-se uma discussão de Althusser nessa época. Já era uma crítica marxista, que se aproximava. O autor dava o fundamento para crítica das instituições. Havia muitas críticas dos alunos. Em seminários, se questionavam as instituições, se questionava a ditadura, mas penso que não se usava na época a denominação de crítica marxista. (Docente 2, 2021).

Já no cenário nacional, apresentam-se as propostas difundidas e capilarizadas de Paulo Freire sobre as propostas educativas de formação humanista, em contraponto à pedagogia tecnicista predominante. Além disso, a produção da Teologia da Libertação, já debatida no primeiro capítulo, e que será

recuperada no subcapítulo posterior. Em depoimento obtido na pesquisa, um dos docentes esclarece que a crítica presente na formação em Serviço Social da PUCRS constituía-se, também, pelo debate acessível trazido por Paulo Freire.

O pensamento de Paulo Freire estava presente. O autor fazia críticas à opressão. Opressão aos trabalhadores. Opressão na zona rural, dos grandes fazendeiros, das multinacionais que já se apresentavam na época. Então havia muito essa crítica e Paulo Freire se apresentava como uma leitura que era acessível e, através dessas leituras, aconteciam as críticas. Na época, já se debatia a Pedagogia do Oprimido, com certeza. (Docente 2, 2021).

Nesse horizonte, a segunda aproximação sinalizada por Iamamoto (2018) do Serviço Social latino-americano ao marxismo converge na superação do movimento de reconceitualização. Em vista disso, “o debate assume outras tonalidades e recebe distintas influências: especialmente do vetor modernizador e tecnológico, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos.” (IAMAMOTO, 2018, p.215). Estes princípios são estabelecidos nos Documentos de Araxá e de Teresópolis, em divulgação pela Conferência Brasileira de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS). Os Seminário de Araxá (1967), Seminário de Teresópolis (1970) e Seminário de Sumaré (1978), assim:

Desenvolve-se uma tendência modernizadora no Serviço Social, resgatando os vieses do desenvolvimento e enfatizando uma instrumentalização operativa embasada nas Ciências Sociais de lastro neopositivista (com apelo notável ao Planejamento e à Administração de Recursos); trata-se da vertente profissional que se afirma no Seminário de Araxá (1967) e se consolida no Seminário de Teresópolis (1970). (NETTO, 1995, p.87).

Num cenário como esse, na correlação de projetos sociais e profissionais, esses Seminários representaram um retrocesso aos avanços progressistas de alinhamento do Serviço Social de orientação crítica. Isso porque, os Documentos publicados pelo CBCISS apresentavam uma matriz conservadora, a qual disputava a orientação e a direção social e política da profissão na América Latina e no Caribe. As posições, todavia, sobre o CBCISS não são consenso na categoria. Uma docente da PUCRS sinaliza a existência de uma nova cultura na profissão, na qual germina o desejo de mudança. Neste sentido, compreende que os debates do CBCISS e dos Seminários da categorias serviram enquanto ponto de apoio para existência do debate no interior do Serviço Social.

Embora se possam discutir posicionamentos do CBCISS, pois existem algumas divergências, não se pode desconhecer que, na realidade, os seminários promovidos pela instituição haviam mexido muito no Serviço Social. Havia, sim, essa ideia de mudança. Talvez não fosse aquela mudança que o grupo mais de esquerda desejasse. As pessoas queriam

mudar. Aqueles Seminários foram muito importantes. O Seminário de Araxá, o Seminário de Teresópolis, esses seminários todos foram muito importantes porque eles mexeram com o grupo todo do Serviço Social, tanto os profissionais quanto os professores e alunos. Eles faziam muitas discussões. Eu penso que essa efervescência foi possibilitando as mudanças. Pensamos que a mudança se faz de repente, mas não é isso o que acontece. As mudanças vão sendo preparadas. Às vezes, por caminhos tortos, vai se chegando naquele caminho que se quer. Na realidade, foram concluídas várias mudanças. Desde 1965, quando houve o Seminário Latinoamericano, as pessoas queriam mudar. Mas não sabíamos onde se iria chegar. Desejava-se mudanças, mudar muitas coisas no Serviço Social. (Docente 2, 2021).

Neste horizonte, ainda que “as idéias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias” (MARX; ENGELS, 2009, p.67), forjam-se processos de resistência, e é justamente nesse contestar a ordem vigente que reside a potência da análise citada por Iamamoto.

Assim, a aproximação do serviço social com a vertente marxista expressou o produto da atividade dos sujeitos que a construíram coletivamente (SIMIONATTO, 2018). A formulação, entretanto, de intenção de ruptura com o conservadorismo, será processada posteriormente através das formulações do Método BH (1971). Os sujeitos do Método BH aglutinaram um polo de resistência à vertente modernizadora. Iamamoto (2018) aponta que estes sujeitos vinculados a ESS/UCMG estiveram integrados aos processos que dispunham os rumos do movimento de reconceituação latino-americano, assim como se expressou nos países de língua espanhola, demarcado pela interlocução com as proposições das experiências chilenas. Nos movimentos contraditórios, apresenta, também naquele momento, os seus limites teóricos-metodológicos e os desejos característicos de uma parcela da vanguarda profissional progressista. O que pode ser ilustrado como exemplo de objetivos profissionais, segundo a perspectiva de Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, que inspira “a transformação do homem e da sociedade”, mediados pelos processos de capacitação, conscientização e organização.” (IAMAMOTO, 2018, p.216). Conclui-se até aqui que,

A proposta em discussão exemplifica tipicamente o que Quiroga (1991) qualifica de “invasão às ocultas” do positivismo no marxismo. O traço eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o ‘Método Belo Horizonte’ explica aquela ‘invasão’: o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II internacional, haurido em manuais de ‘marxismo-leninismo’ na sua versão tida como ‘oficial’; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestado expresso na máxima: ‘a prática como fonte de teoria’. (IAMAMOTO, 2018, p.216).

Conforme Netto (2011), a formulação inicial – e, para o autor, a mais abrangente – de intenção de ruptura do Serviço Social tradicional emerge na primeira metade dos anos setenta, dentro do quadro da estrutura universitária brasileira, com os/as docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. A perspectiva do Método-BH não será hegemônica entre os/as docentes das instituições de ensino em Serviço Social, ao contrário, permanecerá com pouca visibilidade até o fim daquela década (NETTO, 2011).

Nesse processo, na virada do decênio, a perspectiva de intenção de ruptura se espraia para além dos muros da academia e começa a rebater nos profissionais que ocupam os foros e organismos da academia profissional. Em meados da década de oitenta, esse debate vai dar a impressão de predomínio na inscrição da graduação e da pós-graduação em Serviço Social. O que, aliás, por vir do seio acadêmico, o debate configura-se em alvo de reclamação por alguns profissionais, os quais criticam a desvinculação da prática à teoria. Assim, “boa parte das críticas de que foi objeto apontam precisamente para o fato de ser produto de professores (a qualificação é empregada aqui pejorativamente, denunciando o cariz do teorismo.” (NETTO, 2011, p.249). Ainda que possam existir algumas fragilidades, na perspectiva de intenção de ruptura, vale retomar o contexto sócio-político da época, o qual “quer na área estatal, quer na área privada, o terreno para inovações prático-profissionais na perspectiva de ruptura era demasiado estreito e seu custo extremamente alto.” (NETTO, 2011, p.250). Isso explica, em parte, o espaço universitário ser o local possível, devido, sobretudo,

a interação intelectual entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucionais-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis experiências-piloto (através da extensão, com campos de estágio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinados a verificar e a apurar os procedimentos interventivos propostos sob nova ótica. (NETTO, 2011, p.251).

É nesse contexto de escolhas reduzidas ocorreu o investimento pela via acadêmica e houveram “assistentes sociais empenhados numa renovação profissional que rompesse substancialmente com o tradicionalismo e seus corolários.” (NETTO, 2011, p.252). Deste empenho acadêmico profissional militante, vale ressaltar novamente a obra, publicada em 1982, *Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação teórico-metodológica*, de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho.

O livro *Relações Sociais e Serviço Social*, da Marilda e do Raul, é uma referência, é um livro maravilhoso. Havia posições distintas entre os docentes da PUCRS no que se refere aos debates e posições da Marilda. Se por um lado existiam os docentes que identificam a Marilda enquanto uma referência para o Serviço Social, por outro, tínhamos aqueles que discordavam de seus argumentos. Parte dos que discordavam, discordavam com qualidade, faziam outras leituras da realidade. Não se pressupunha, na época, que quando a Marilda escreveu *Relações Sociais e Serviço Social*, este pudesse ser um livro condutor da formação do Serviço Social na PUCRS. Este livro foi sendo introduzido e adensado aos poucos na formação. Porque é um marco essa pesquisa dela com o Raul de Carvalho, “*Relações Sociais*” é um marco para formação, para compreender a estrutura histórica da profissão e para romper com essa estrutura. (Docente 4, 2021).

A obra em questão foi introduzida de forma lenta na graduação da PUCRS, sendo citada em seis dos 55 TCC's presentes na amostra de pesquisa no Currículo de 1982 até 1996. Além do frágil adensamento da obra de Yamamoto e Carvalho, em entrevista obtida, um dos depoimentos refere a percepção a respeito dos conteúdos da formação. Para o/a docente: “Eu acredito que no início estávamos um pouco perdidos. Porque a profissão queria se agarrar em tudo para mudar e ao fazer isso se misturava. A gente sempre dizia, não, Marx é Marx. Havia quem pensasse que Marx era Assistente Social.” (Docente 3, 2021).

Ainda assim, existiram barreiras e ausência de traço marcadamente estratégico – intelectual, profissional e político – para dar o salto necessário para a renovação profissional crítica. Contudo, há de se reconhecer os avanços. Para além da vontade social e política de seus protagonistas, o processo de laicização e de diferenciação da profissão, a qual apresenta raízes profundas no conservadorismo, demarca novas bases. Essas bases “da perspectiva de intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas derrotadas em abril.” (NETTO, 2011, p.252). As tendências mais democráticas serão influenciadas pelo processo latino-americano, contudo, como afirma Netto (2011), os vetores determinantes são nacionais e estão vinculados às lutas da classe operária e de seus aliados, no movimento do real da sociedade brasileira. Logo, “o redimensionamento da sua configuração: transita-se para um tipo de produção intelectual que enfrenta a realidade em que se movem as classes e camadas sociais a que a intenção de ruptura se vincula.” (NETTO, 2011, p.258). Na segunda metade dos anos sessenta, nos contornos da politização, o movimento intelectual e estudantil adquire contornos de partidização (NETTO, 2011).

Vale chamar a atenção para esta tendência à partidização por duas razões. Porque, de algum modo, ela fazia incidir sobre a intenção de

ruptura um antigo viés da tradição profissional, o do *testemunho* (cristão), agora reposto sob a lente do *militantismo*. Reproduzia-se, com novo conteúdo, um procedimento eticista-voluntarista, que renovava no Serviço Social a idéia de vocação, só que recoloca a serviço de impulsões antiburguesas (donde a opção político-profissional comportando um cariz visivelmente *messiânico*). (NETTO, 2011, p.260).

Ressalta-se que tais elementos de partidarização com caráter messiânico na profissão compõem, também, a perspectiva de intenção de ruptura. Os desdobramentos do processo da perspectiva de intenção de ruptura, portanto, se constituirão em três momentos: “o de sua emersão, o da sua consolidação acadêmica e o do seu espraiamento sobre a categoria profissional.” (NETTO, 2011, p.261). A emersão do projeto de ruptura se constitui em dois momentos. O primeiro deles, pela conjuntura de Belo Horizonte no cenário nacional, de importantes movimentos sindicais e populares, pela forte tradição estudantil e pelo desejo de um grupo de jovens dispostos a colocar em pauta o projeto profissional de ruptura do Serviço Social, a qual tinha a direção intelectual de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga (NETTO, 2011).

Essa estratégia foi interrompida em 1975, nos desdobramentos do regime autocrático burguês, com a demissão dos seus principais formuladores e gestores. Diante dessas circunstâncias institucionais que impediam a sua continuidade, em “São Paulo, Rio de Janeiro e Campina Grande – vai ser gestada uma nova massa crítica cujo desdobramento repõe na ordem do dia a crítica substantiva ao tradicionalismo profissional.” (NETTO, 2011, p.264). As bases que sustentam essa proposta estão postas na interlocução com as disciplinas e teorias sociais, bem como “a ampliação da categoria, com sua laicização, com a consolidação do mercado nacional de trabalho e com a expansão das agências de formação. Por outra parte, também interage com as outras tendências operantes no Serviço Social.” (NETTO, 2011, p.264). Tanto em cenário nacional, como se revelam nas informações obtidas na pesquisa, os entraves na correlação das forças dos projetos profissionais em disputa são mais acentuados com a perspectiva modernizadora e com menor vigor, com a reatualização do conservadorismo.

Nesse contexto, dois patamares da relação da profissão com o marxismo são entendíveis por Netto (2011), o primeiro, durante o período aproximado da abertura dos anos oitenta e o segundo no primeiro terço da década de oitenta. O primeiro patamar consiste nas ideias estabelecidas pela professora Miriam Limoeiro Cardoso, segundo as quais, “opera uma análise textual de propostas profissionais,

com nítidos objetivos de clarificação epistemológica e desnudamento ideológico, o seu salto positivo principal [...] foi recolocar no centro do debate profissional o projeto da ruptura.” (NETTO, 2011, p.265). O segundo patamar, por sua vez, ancora-se na perspectiva de que o foco já não é mais pensar propostas de orientação crítica para o Serviço Social, e sim, “procura-se pensar criticamente a própria instituição Serviço Social à luz de suportes teóricos e heurísticos que são apropriados no curso de um exame que faz os assistentes sociais defrontarem-se com as fontes ‘clássicas’ da teoria social.” (NETTO, 2011, p.266).

Fruto de um processo em construção, a consolidação acadêmica reverbera “o salto elementar deste avanço que configurou, por assim dizer, a maioria intelectual e teórica da perspectiva da intenção de ruptura.” (NETTO, 2011, p.266). Foi no contexto da consolidação acadêmica que foram estabelecidas as bases que permitiram adentrar no terceiro momento de espraiamento sobre a categoria profissional (NETTO, 2011). Compreende-se até aqui que ainda que não tenha sido hegemônica a perspectiva de intenção de ruptura na categoria. Todavia,

Abrindo-se por volta dos anos 1982-1983, favorecido pela conjuntura da transição democrática, ele assinala a inserção e o protagonismo das posições vinculadas à perspectiva de que nos ocupamos em todas as instâncias da vida profissional. [...]. O fato é que a incidência do projeto de ruptura, a partir do segundo terço da década de oitenta, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebate na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas dos assistentes sociais. (NETTO, 2011, p.266).

Este processo configura uma renovação crítica do Serviço Social brasileiro. Assim, a **maturidade** da vertente de orientação crítica do Serviço Social e de suas aproximações com o marxismo aponta para a construção de um passado contraditório, expressando, com isso, um processo lento e gradual de sucessivas aproximações, tendo em vista a correlação de forças vigentes. E como referido antes, tradicionalmente alicerçado em matrizes conservadoras, o descompasso inicial entre a motivação de renovação profissional aliada às lutas sociais no início dos anos 80 germinaram o reencontro autocrítico. Conforme sinalizado no subcapítulo 1.3, no Brasil, as produções acadêmicas protagonizadas pelo CELATS e ALAETS propiciaram fecundas produções teórico-metodológicas para o Serviço Social na perspectiva da tradição marxista (IAMAMOTO, 2018). Entre avanços, retrocessos e permanências, os anos 1980 expressam a busca pela superação de análises dualistas.

A partir de uma leitura da totalidade da sociedade, compreendendo o caráter contraditório do Serviço Social, ocorre o reencontro “com sua história, estabelecendo alicerces mais sólidos para a elucidação de suas particularidades históricas na trama das relações entre Estado e a sociedade civil, especialmente no âmbito das políticas sociais.” (IAMAMOTO, 1993, p.110). Assim, a primeira metade dos anos oitenta expressa progressos inegáveis, para além dos muros universitários. Essa perspectiva ganha o tom de representantes e defensores nos congressos da categoria, desde 1979, e nos seus organismos corporativos. Todavia, “a incidência prático-operacional destes progressos é limitada, se comparada à de outras perspectivas.” (NETTO, 2011, p.254). Netto (2011) pontua o descompasso entre a produção teórico-metodológica e profissional das vanguardas profissionais do Serviço Social com a massa da categoria. Descompasso materializado na forma de comunicação, implicada de rigor teórico, e das fragilidades culturais. Na análise desse processo, portanto, a intenção de ruptura no seu espraiamento sobre a profissão será assinalada a partir do segundo terço da década de oitenta.

Nesta trajetória, a sua maturidade tem expressão no Currículo Mínimo de 1982 e na construção das diretrizes curriculares nacionais na década seguinte, ou seja, “a década de 1980 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil inspirado na teoria social de orientação crítica, que norteia um projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro” (IAMAMOTO, 2014, p.615). Tal projeto acadêmico-profissional foi guiado pela particularidade da perspectiva da totalidade assumida, a qual privilegia a história no movimento das classes, no modo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade mais ampla e busca compreender a profissão, no significado das suas ações e relações, enquanto produto histórico.

Certifica-se que o movimento que permeia a interlocução do marxismo na formação em Serviço Social brasileiro foi semelhante ao fluxo de sua penetração no RS, ainda que com particularidades específicas. A partir do levantamento de dados obtidos nas referências do 615 TCC's e das entrevistas realizadas, é possível afirmar que a interlocução com o marxismo na PUCRS afirma-se no currículo da formação de 1996. A partir dos depoimentos obtidos na pesquisa, identifica-se a existência do ecletismo no Currículo de 1982 da PUCRS, com alguns movimentos de orientação crítica, mas com predomínio da perspectiva fenomenológica.

Tínhamos uma forte disputa dentro do curso com a fenomenologia. Então fomos travando possibilidades dentro de algumas disciplinas. Eu trabalhei com Política Social depois, passei a trabalhar com os livros de Política Social. Fui tendo formação neste tema fora da PUCRS, nos encontros nacionais, com minha participação no CRAS e depois com o engajamento no CFESS. Este processo foi importante, porque foi através dele que tive acesso direto à Marilda, acesso ao debate da formação, acesso ao conteúdo proposto em Belo Horizonte, com a Rosângela. Estudávamos e começamos a ter nossas posições, nossos diagnósticos situacionais e a assumir o caminho a ser percorrido. E com alguns docentes tínhamos aproximação. Por exemplo: o Faleiros, ele fazia a discussão com referência no pensamento crítico, mas ele era acessível a todo mundo. Faleiros agradava a todos. Então era possível utilizar Faleiros. Não era possível utilizar as outras referências de orientação crítica, mas o Faleiros, era possível. Ele tinha uma circulação interessante, entre todos. Enfim, foi construindo alternativas para adensar o conteúdo desejado na formação. A consolidação da Marilda na formação ocorreu depois de 1996, o mesmo ocorreu com José Paulo Netto. (Docente 4, 2021).

Salienta-se, contudo, no resgate histórico da profissão, a necessidade de diferenciação entre ecletismo e pluralismo, pois o pluralismo “é muito diferente de ecletismo, que concilia vários estilos diferentes e até antagônicos para uma mesma explicação.” (YAZBEK, 2018, p.51). Além disso, de forma majoritária na academia, soma-se a esse universo teórico eclético, “rudimentos do estruturalismo marxista de Althusser, em especial suas análises dos ‘aparelhos ideológicos do Estado’ e seus debates sobre a ‘prática teórica’.” (IAMAMOTO, 2005, p.211). Atualmente, consta no Código de Ética do Serviço Social, no efeito da Lei 8.662/93, no princípio fundamental número VII: “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.” (BRASIL, 1996).

Coutinho (1995, p.5) apresenta a perspectiva do pluralismo enquanto fenômeno social e político, que “como questão teórica, esse é um fenômeno do mundo moderno. Eu até diria do mundo burguês, isto é, do mundo gerado pela ascensão da classe burguesa e pela construção do capitalismo.” Nessa perspectiva, Coutinho (1995) problematiza quatro valores pluralistas em sua relação com o pensamento liberal. O primeiro valor se relaciona à concepção de positividade do conflito no pensamento liberal, onde se admite a defesa da diferença e, eventualmente, a competição enquanto algo positivo. O segundo valor associado ao pluralismo vem do interior do liberalismo, da perspectiva da tolerância. Nessa afirmativa, a relação social da valorização das diferenças vem ao encontro da soma de interesses privados. O terceiro valor do pluralismo no liberalismo diz respeito ao despotismo, em detrimento à necessidade de divisão de poderes como condição de

evitar a formação de poderes absolutos. O quarto valor traz a perspectiva do direito das minorias ao pluralismo no liberalismo. Nessa direção, para que o pluralismo não se torne uma direção da aceitação do capitalismo, aspira-se um novo pluralismo do qual “a uma comunidade democrática que reconheça todo tipo de diferença, de gênero, cultura, sexualidade, que incentive e celebre essas diferenças, mas sem permitir que elas se tornem relações de dominação e opressão.” (WOOD, 2011, p.221).

O pluralismo deve ser tranquilamente aceito na profissão quando convergente com a compreensão de que “supõe o debate de ideias e implica um modo de convivência entre correntes de pensamento, pois reconhece, aceita a existência de diferentes posições, opiniões e pensamentos.” (YAZBEK, 2018, p.51). Isso porque, no terreno da ciência natural ou social, coexiste a prerrogativa da abertura para dimensões diferentes, pois, “não há ciência que esgote o real, pois a ciência é sempre aproximativa.” (COUTINHO, 1995, p.13). Portanto, pluralismo e ecletismo se distinguem, uma vez que “esse ecletismo, expressando-se como conciliação no plano das ideias, aliava-se a um tipo de chamamento à militância que diluía as bases propriamente profissionais, típicas do serviço social na divisão sociotécnica do trabalho.” (IAMAMOTO, 2005, p.212). Assim, pelo debate exposto, demarca-se a presença do ecletismo no que tange ao Currículo de 1982, na formação graduada e pós-graduada da PUCRS.

A formação era composta por antagonismos. O marxismo não prevalecia, consistia em uma parcela muito pequena do debate. Porque na PUCRS estudava-se funcionalismo, fenomenologia e marxismo. Com predominância de tempo e conteúdo na fenomenologia. Parecia que todos os professores tinham referência na fenomenologia. E o estudo do marxismo era apresentado por meio de Faleiros. Preponderava Faleiros, depois Martinelli. Era um marxismo frágil. (Docente 3, 2021).

Na categorização das referências dos TCC's do Currículo da Formação em Serviço Social de 1982 é notória a relevância das obras de Vicente de Paula Faleiros. Em depoimento, um/uma dos/das entrevistados/entrevistadas reitera a influência das obras do mesmo e relata que era frágil entre os docentes da PUCRS o conhecimento e o debate de fonte diretas de Marx e Engels.

Ao questionar os professores sobre as obras de Marx e Engels, muitos não tinham conhecimento, não desejavam conversar a respeito. Tinha o professor Seno Cornely, que fui conhecer mais adiante na formação, ele tinha conhecimento. Era apenas esse professor e outra docente que falavam em Marxismo. Mas ela naquela época não falava muito em Marx,

ela ainda estava com Faleiros, então, com ela não pude aprofundar. Foi mais com o outro professor. (Docente 3, 2021).

Em outro depoimento, também há menção a esse professor, referindo que o mesmo “apresentava uma leitura crítica, na perspectiva de um marxista.” (Docente 2, 2021). No entanto, outro/outra docente entrevistado/entrevistada destaca que “o Seno também não trabalhava Marx na graduação. Mesmo o Seno que era marxista trabalhava com Marx e Engels. Nenhum/nenhuma docente. A professora Lúcia que era filosofia, ela trazia [...] Mas ela não era marxista.” (Docente 3, 2021). Portanto as referências teóricas de orientação crítica da formação em Serviço Social do RS, no Currículo de 1982, percorrem um movimento de interlocução com Althusser, Freire e com o assistente social Faleiros e posteriormente com Gramsci.

Iamamoto (2005), contudo, assinala que o Serviço Social origina-se e se desenvolve nos marcos do pensamento conservador, o qual constitui um arranjo doutrinário que acompanha sua trajetória profissional. Nesse contexto, a autora enfatiza que esse conjunto de influências conservadoras movimentam uma crítica romântica à sociedade capitalista. Assim, apresenta limitações para desvendar o caráter histórico-progressivo da ordem estabelecida e construir análises contundentes e críticas de suas bases históricas. Em uma sociedade ampla e plural, onde impera o modo de produção capitalista, há que se considerar o conjunto de influências conservadoras.

Nesse contexto, o movimento de interlocução do Serviço Social com a obra marxiana permitiu a apreensão da Teoria Marxista e seu Método Dialético-Crítico, o qual mostra a existência de diferentes classes sociais e realiza a análise da conjuntura por meio do pensamento crítico, de forma preponderante, mas não homogênea. Para Kosik (1976, p.20), “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade.” De mesmo modo, “a dialética trata da ‘coisa em si’. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar em sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*.” (KOSIK, 1976, p.13). O movimento de ida e retorno ao passado são acompanhados das categorias, isso porque, “o que Marx alcança é um conjunto de categorias ontológicas nucleares que permitem a reprodução ideal do movimento real da sociabilidade.” (NETTO, 1997, p.77).

Pontua-se a necessidade de sucessivas aproximações à realidade posta,

para desvendar a pseudoconcreticidade, a qual “é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido.” (KOSIK, 1976, p.15). Isto é, pseudoconcreticidade apresenta perspectiva limitada às complexas esferas dos processos sociais na totalidade. Isso significa ainda que simultaneamente à manifestação do aspecto fenomênico da coisa, esconde-se esse aspecto fenomênico no mundo da pseudoconcreticidade. Assim:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. (KOSIK, 1976, p.15).

O discernimento da práxis alia-se ao desvendamento da pseudoconcreticidade, na medida em que apresenta condições e relações de orientação de compreensão de mundo e dos sujeitos que a constituem. A práxis propõe aproximações com determinantes histórico-sociais construídas por projetos e sujeitos reais. A práxis, portanto,

implode as análises de cunho economicistas, que superestimam o papel das condições exteriores sobre os sujeitos sociais e que reduzem em apreciações fatalistas sobre o processo histórico, minimizando o fato de que o social é construído por projetos que os homens coletivamente buscam implementar na vida social. A noção de práxis implode também as análises de cunho voluntaristas, que, ao realçarem a vontade e a consciência dos indivíduos isolados, desconectam-se dos determinantes históricos-sociais, que as ultrapassam, condicionando suas escolhas e os resultados das ações. (IAMAMOTO, 2005, p.229-230).

A práxis se configura como categoria basilar na arquitetura teórica de Marx, pois “é precisamente sobre a concepção do homem como ser prático e social que repousa na idéia capital do trabalho como forma modelar de práxis.” (NETTO, 1997, p.77). Para Ianni (2011), a proposta de Marx se pauta na constituição da práxis a partir da realidade dos sujeitos do conhecimento, ou seja, o sujeito “não é capaz de compreender a importância da atividade revolucionária, eu diria crítica, se não no possível prático-crítica, porque o conhecimento implica, combina, articula todo tempo o real no pensamento.” (IANNI, 2011, p.403). Isso porque, a teoria de Marx é prático-crítica, sendo imprescindível da práxis revolucionária (IAMAMOTO, 2018). Além disso, as formas fenomênicas da realidade e a práxis real “são diferentes e muitas vezes absolutamente contraditórias com a lei do fenômeno, com a estrutura da coisa, e portanto, com o seu núcleo interno essencial e o seu conceito correspondente.” (KOSIK, 1976, p.14).

O universo fenomênico apresenta a sua estrutura, a sua ordem e a sua

legalidade própria, todavia, “a estrutura deste mundo fenomênico ainda não captada a relação entre o mundo fenomênico e a essência.” (KOSIK, 1976, p.15). Essa, porém, pode ser revelada e descrita. A contradição entre o fenômeno e a essência incide na identificação de que um não é radicalmente diferente do outro, assim, “o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1976, p.15), também porque, “o fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário.” (KOSIK, 1976, p.15). A essência se manifesta no fenômeno e parcialmente na aparência, pois, “a essência não se dá imediatamente; é mediada ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é.” (KOSIK, 1976, p.15).

Compreende-se pelo exposto que, na formação sócio-histórica da profissão, na medida em que o processo de constituição do Serviço Social aos pressupostos marxistas – foi sendo desvendada do ecletismo inicial, pelo desvelamento de suas aproximações iniciais – tornou-se mais viável a construção de sua análise e também das possibilidades de suas intervenções profissionais (IAMAMOTO, 2005). Ganhou, desse modo, novos sentidos para as suas ações e intervenções no campo das relações sociais e das disputas no campo das políticas, das classes sociais e dessas com o Estado e com os diferentes empregadores. Portanto, aliado à classe trabalhadora e contrário ao sistema capitalista, por compreender as contradições postas nas relações de poder no campo econômico e do trabalho.

A profissão, assim, foi determinada por circunstâncias objetivas do contexto sócio-histórico e apresentou respostas possíveis à prática profissional e em suas intervenções nos processos sociais. Compreende-se pelo exposto até aqui que se demonstrava ter na profissão uma ética de esquerda, mas uma epistemologia de aproximação com a direita, a qual apresentava-se nas dificuldades de análise e elaboração de estratégias articuladas com a totalidade (IAMAMOTO, 2005). O que explica por que leituras equivocadas da profissão foram acompanhadas de diferentes orientações teóricas frequentemente ecléticas (SILVA, 2007). Nesse horizonte, “o debate teórico-metodológico fundado no pensamento marxista é transversal e constitutivo dos Fundamentos do Serviço Social.” (CLOSS, 2017, p.187). Isso porque, Marx constrói uma teoria social histórico-crítica cuja centralidade se processa na negação e na afirmação do trabalho. Em vista disso, consiste na centralidade ao trabalho, nela compreendida os trabalhadores produtivos e improdutivos, motivo pelo qual “a expressão

classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade e concretude.” (ANTUNES, 2009, p.101).

Ainda que seja válido demarcar que o trabalho dos/das assistentes sociais predominantemente engloba os trabalhadores improdutivos, cujas formas são dispostas enquanto serviço. Isso porque, eles não se constituem como elemento diretamente produtivo, seja inserido no setor de serviços ou para uso público ou para o capitalista, ou seja, não é utilizado “como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca.” (ANTUNES, 2009, p.102).

Iamamoto e Carvalho (2014) ressaltam a história do Serviço Social no Brasil afirmando a inserção da mão-de-obra profissional vinculada primeiramente ao setor público e posteriormente às empresas privadas. Além disso, Iamamoto e Carvalho (2014) caracterizam o Serviço Social como uma tecnologia social, cujo desenvolvimento do trabalho profissional é mediado pela prestação de serviços sociais em instituições públicas e privadas que implementam políticas sociais específicas, implicando na problematização sobre o significado desses serviços na sociedade. Tais serviços apresentam sua dimensão contraditória ao suprir as necessidades básicas da classe trabalhadora para a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, sua manutenção assegura os instrumentos políticos do poder, em contrapartida ao conjunto das necessidades da sociedade. Ou seja, mantém a força de trabalho sendo explorada produtivamente ao mesmo tempo que controla e previne os movimentos de resistência, a insubordinação da massa trabalhadora ao domínio do capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Mas, para compreender os fenômenos postos na sociedade capitalista é preciso levar em consideração que:

a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar será justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. (KOSIK, 1976, p.13-14).

Portanto, “a profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.86). Pode-se perceber que algumas

características descritas pelos autores em torno da posição da categoria na divisão sociotécnica do trabalho permanecem vigentes ainda hoje. Como exemplo, o Estado ser o maior empregador; a permanência da regulamentação profissional enquanto autônomo; categoria formada majoritariamente por mulheres. Em síntese,

o trabalho do Assistente Social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Aí se estabelece uma das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária, desencadeada por motivações puramente pessoais e idealistas, e a atividade profissional que se estabelece mediante uma relação contratual que regulamente as condições de obtenção dos meios de vida necessários à reprodução desse trabalho especializado. Passa esse agente a perceber um salário, preço de sua mercadoria força de trabalho em troca de serviços prestados, determinado como o preço de qualquer outra mercadoria, ingressando sua atividade no reino do Valor. Uma das pré-condições para tal ingresso é a transformação de sua força de trabalho em mercadoria e de seu trabalho em atividade subordinada à classe capitalista, para efetivar-se à medida que, ..., não se afirma historicamente como uma profissão liberal. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.92).

Na década de 1980, o movimento profissional impulsionado por uma dimensão social sustenta “ser o Serviço Social uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais, distinto da prioridade do mercado.” (IAMAMOTO, 2018, p.217). Isso significa, investigar e intervir nas expressão das forças sociais contraditórias que se apresentam à profissão. Assim, a dimensão política da profissão articula-se entre os elementos que compõem a estrutura, a conjuntura e o cotidiano. Para Martinelli (2013, p.148), “a estrutura é a representação formal e aparente da organização política, social e econômica de um povo, e a conjuntura é a sua expressão viva e dinâmica, variando de acordo com circunstâncias históricas, tempo e lugar.” A estrutura e a conjuntura são perpassadas pelos processos históricos. Nesse contexto, a estrutura se refere ao modo de produção e reprodução capitalista, enquanto a conjuntura vai responder aos movimentos nos quais os processos estruturais percorrem. A depender de equívocos de direcionamento no cotidiano, a ação profissional pode resultar em ações voltadas mais para o Estado e o distanciamento da população. Assim sendo, “o cotidiano é a expressão de um modo de vida, historicamente circunscrito, onde se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são, também, gestados os fundamentos de uma prática inovadora.” (IAMAMOTO, 2014, p.123). Além disso, para Ianni (2011), a elaboração dos fenômenos históricos vai se constituindo através da reflexão crítica dos elementos que configuram o real. A reflexão crítica, assim,

perpassa a compreensão dos elementos que configuram as múltiplas dimensões da mercadoria. A mercadoria que aparece enquanto valor de uso e valor de troca. Por conseguinte,

Ela começa a aparecer trabalho concreto privado, depois trabalho social abstrato. Depois ela contém mais valia. Então, várias dimensões da mercadoria resultantes dessa reflexão crítica, obstinada, vão se constituindo no percurso da pesquisa, da reflexão. E, em todos os momentos, está em questão esse andamento da reflexão dialética. Eu acrescentaria “presente passado”, “passado presente”. Porque toda a reflexão sobre a realidade social resgata o aqui, o agora e o antes, e o daqui a pouco. É o pretérito imediato num longínquo. E sempre naquela acepção de que o passado não o passado que está na cronologia. É o passado que é responsável pela constituição deste presente e este presente não é cronologia. Ele tem a ver com a cronologia. Mas a cronologia é só um gancho para se conhecer o presente. (IANNI, 2011, p.399-340).

As metamorfoses constitutivas da inserção do trabalho do assistente social no capitalismo relacionam-se diretamente à compra e venda de mercadorias e, portanto, devem ultrapassar a análise focalista. A trama das relações sociais capitalistas apontam para o entendimento da história do marxismo a partir de sua multiplicidade, motivo pelo qual utiliza-se no plural a interlocução do serviço social com o marxismo. Dessa maneira, a história do marxismo articula-se às “formas como se desenvolveu e se modificou à luz das transformações históricas, das novas descobertas, das modificações ocorridas no quadro intelectual e dos problemas teóricos e práticos que a realidade foi suscitando em seu permanente devir.” (SIMIONATTO, 2018, p.85). Entende-se com isso que, ao reportar-se para a história do marxismo, alguns cuidados são relevantes, tendo em vista as variadas correntes intelectuais e suas possíveis práticas interventivas.

No campo da teoria social marxista, a Questão Social “expressa a subversão do humano, própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas – do capital dinheiro e de seu fetiche.” (IAMAMOTO, 2012, p.125). Nessa perspectiva, não há consenso, existem e convivem diferentes posições e interpretações, as quais refletem distintas maneiras de perceber e intervir no real e caminham em linhas tênues entre ecletismos e pluralismos, no conteúdo e na forma, quando os sujeitos tratam da Questão Social. Dessa maneira,

A interlocução entre Serviço Social e a produção crítica sustentada em Marx e em sua tradição, não é apenas útil para a ampliação do capital cultural dos profissionais de Serviço Social e para a qualificação das

reflexões e das alternativas edificadas a partir do “concreto pensado”. Trata-se de uma relação crucial para criticar ao máximo as relações historicamente estabelecidas entre o pensamento conservador (nas suas diversas expressões) e o exercício profissional dos assistentes sociais, frequentemente marcado por ações tuteladoras e reiteradas da ordem, hoje hegemônicas, em escala planetária: a burguesa. (SILVA, 2007, p.295).

A produção de orientação crítica da profissão ganha sustentação ao realizar a interlocução com a matriz explicativa da realidade sustentada na Teoria do Método Dialético-Crítico. O movimento histórico da sociedade, assim, baliza as particularidades das expressões da Questão Social. A Questão Social, assim, permite estimar que suas dimensões se constituem de “compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas. Qualquer esforço de precisão, neste domínio, deve ser saudado – muito particularmente porque favorece o esclarecimento das referências maiores a partir das quais ela é utilizada.” (NETTO, 2001, p.41). Motivo pelo qual não se reduz a compreensão de construção “a partir de um equilíbrio frágil entre coesão e conflito” (CASTEL, 2005, p.13), ainda que “não pode ser vista como puro efeito mecânico, quer do ponto de vista da sua longa constituição, quer do ponto de vista de suas configurações contemporâneas.” (CASTEL, 2005, p.13).

Acredita-se que o conceito de Questão Social “começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político.” (NETTO, 2001, p.41). Netto (2001) problematiza a expressão Questão Social conjugando o crescimento do capitalismo às suas implicações para a crescente indicação da pobreza, a qual materializa-se no distanciamento de acesso aos bens e serviços dos sujeitos que as produzem, agregando-se a isso a privação das condições – fenômeno esse do pauperismo. Assim, os desdobramentos sócio-políticos do pauperismo consistiram na sua atribuição às expressões da Questão Social (NETTO, 2001). Desse modo, em relação ao Serviço Social,

para situá-lo no contexto de relações sociais mais amplas que o condicionam e lhe atribuem características particulares. Seu significado social, suas demandas, tarefas e atribuições devem ser identificados dentro da trama de relações que constituem as relações sociais capitalistas e, particularmente, nas respostas que a sociedade e o Estado constroem frente à questão social em suas múltiplas dimensões (materiais, espirituais, culturais, subjetivas, etc.). (YAZBEK, 2018, p.49).

A internacionalização do capital, então, “produz a concentração de riqueza, em um polo social (que é também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e

da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social.” (IAMAMOTO, 2012, p.111). A problemática da Questão Social incide, além disso, no “produto desse amplo processo e indissociável da responsabilidade pública dos governos de garantir trânsito livre para o capital especulativo, transferindo lucros e salários do âmbito da produção para a esfera da valorização financeira.” (RAICHELIS, 2006, p.19). Nesse contexto, a “conjunção ‘globalização’ mais ‘neoliberalismo’ veio para demonstrar aos ingênuos que o capitalismo não tem nenhum ‘compromisso social’.” (NETTO, 2001, p.47).

Para Ivo (2010), outra questão que se coloca é a necessidade do debate entre questão urbana e Questão Social, em que “essas questões dizem respeito à utopia do ‘viver juntos’ nas modernas sociedades urbano-industriais e às formas de solidariedade e proteção que se constituem na base do tratamento da questão social, sobre uma realidade social marcadamente desigual.” (IVO, 2010, p.17). A questão urbana expressa o cenário da Questão Social, do qual as sociedades industriais condensam as desigualdades e os movimentos de resistências, ou seja, “as refrações da questão social expressas no modo e condições de vida da classe trabalhadora, apresentando a agudização de suas expressões.” (IVO, 2010, p.17). Na baliza social pesquisada, para a autora, a marginalização de parcela da população pobre corresponde a fração excluída, enquanto isso,

[nas] década de oitenta e noventa, dois tipos de contribuições analíticas desenvolveram um esforço para definir novos sentidos da noção de exclusão. A primeira abordagem, de caráter mais analítico, procurou delimitar a população segundo campos simbólicos polares, demarcados a partir de quatro unidades de análise: a cidade (segmentação e fronteiras de convivência); a escola (a norma escolar); o emprego (o contrato do trabalho); e a proteção social (a seguridade ou a assistência). A segunda abordagem reconhece no desemprego o determinante central dessas questões, reforçando a responsabilidade do poder público no encaminhamento de alternativas para a nova questão social. (IVO, 2010, p.22-23).

Compreende-se aqui que o movimento de transição no Brasil afirma a Questão Social “mais do que as expressões da pobreza, miséria e ‘exclusão’. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam na era do capital fetiche.” (IAMAMOTO, 2012, p.125). Além disso, apontamentos preliminares permitem inferir que, embora a categoria de assistentes sociais tenha realizado avanços no campo da formalização e constituição social da profissão, também é válido compreender os seus desafios em que

para muitos de nós assistente sociais a questão social não está clara. Ela é no mais das vezes vista genericamente como a representação das crises, tensões, desafios, riscos, vulnerabilidades, desconstruções, discriminações, aporias, que definitivamente existem e castigam grande parte da humanidade. (PEREIRA, 2001, p.57).

A retomada do resgate histórico da constituição da profissão, ligado ao cenário mais amplo da conjuntura do país é fundamental para compreendermos os fundamentos da profissão e as razões pelas quais existe um direcionamento no Projeto Ético Político. Essa compreende a Questão Social ao colocar-se para essa matriz o engajamento da categoria com a luta da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2009, p.101), ao alinhar os seus interesses com a construção de uma nova ordem societária. Isso significa, também, que inexistem qualquer “nova questão social”. Todavia, “a ‘questão social’ é, portanto, a ‘matéria-prima’ e a justificativa da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e como área de construção de conhecimento.” (YAZBEK, 2018, p.50). Para além da permanência de manifestações “tradicionais” da ‘questão social’, a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital.” (NETTO, 2001, p.48).

Esta assertiva se aplica em tempos de ditadura civil-militar, no movimento de redemocratização do país, nos anos 1990 no Brasil, na confluência entre os objetivos do Estado e os da Sociedade Civil, “na busca do Estado garantir apoio ao Mercado através de políticas sociais com foco na sustentação do mercado” (RAICHELIS, 2006, p.23), ou em tempos de democracia blindada, da atualidade (DEMIER e DURIGUETTO, 2017). A relevância do marxismo para a profissão, portanto, se consolida no pressuposto de que “Marx analisa as desigualdades e antagonismos inerentes ao capital como relação social, desvelando-a em suas contradições, as quais impulsionam o movimento de ultrapassagem dessa forma histórica de organização da vida social.” (IAMAMOTO, 2018, p.206).

2.3 TENDÊNCIAS NO SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DO MARXISMO NA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA PUCRS

Neste último subcapítulo, pretende-se apresentar as tendências no Serviço Social a partir das expressões do marxismo na Escola de Serviço Social da PUCRS. Para isso, retoma-se a terceira análise dos TCC's da amostra da pesquisa no

acervo histórico, a qual é composta por 55 Trabalhos. O objetivo, assim, consiste em apresentar os campos sócio-ocupacionais em que as alunas realizaram seus estágios de graduação e, também, dar visibilidade às categorias de análise das obras mais utilizadas por elas em seus trabalhos finais da graduação.

Antes de adentrar aos debates, apresenta-se a composição de docentes da Faculdade de Serviço Social em 1982. A equipe de Administração era integrada por: Diretora, Prof.^a Norma Terezinha Zambrano Prates; Vice-Diretor, Prof. Jairo Mello Araujo; Secretário, Prof. Helio Frey; Auxiliares de Secretaria, Zoraida Ferreira Cardoso, Marta Reis da Silva e Margareth Djanira Guerra. O Conselho Departamental era composto de: Presidente do Conselho, Prof.^a Norma Terezinha Zambrano Prates; Departamento de Supervisão e Práticas de Serviço Social, Prof.^a Hildgard Krug Brito; Departamento de Métodos e Técnicas de Serviço Social, Prof. Jairo Mello Araujo; Departamento de Fundamentos para o Serviço Social, Prof.^a Maria de Lourdes F. de Medeiros e Departamento de Pós-graduação, Prof.^a Leonia Capaverde Bulla. Professores Orientadores de alunos e alunas em estágios e Supervisores: Hildgard Krug Brito, Heloisa Carvalho Barrilli, Leonor Ferreira Borges, Elsie Panitz Gress, Maria Josefina Becker e Vera Lúcia Brochado Schmitt.

Nesse período, a Faculdade do RS contava com cursos de graduação em Serviço Social (1945) e pós-graduação (1977). A pós-graduação, no contexto em questão, abrangia a Especialização em Supervisão em Serviço Social e mestrado em Metodologia do Serviço Social. E, também, com dois Projetos de extensão: Planejamento Social e Atualização Universitária em Serviço Social.

Por meio da sistematização das informações do (APÊNDICE E) de 1989 até 1996, contidas no caderno de registros de presença como visitante na Faculdade de Serviço Social, pôde-se compreender parte dos entrelaçamentos da Faculdade de Serviço Social da PUCRS com outras instituições de ensino e docentes de Serviço Social, no âmbito internacional e nacional. Na relação de intercâmbio internacional, destaca-se a parceria com instituições dos Estados Unidos (Chicago e Indiana), Canadá (Quebec), Alemanha (Kassel), Portugal (Porto) e Tailândia. A Argentina é o único país da América-Latina em que se constata relações com a PUCRS, por meio da instituição de Mar del Plata e com a vinda de Mário Testa e de Ander-Egg .

Como afirma um/uma dos/das docentes entrevistados/entrevistadas (Docente 1, 2021), a participação de Ander-Egg e de outros pensadores e articuladores da Geração 65 se fazia presente na Faculdade de Serviço Social da PUCRS, por

intermediação do docente Seno Cornely. Portanto, através dele também os alunos da graduação e da pós-graduação tinham acesso aos debates da Reconceituação: “o que o Seno fazia? Quando o Kruse vinha à Porto Alegre, o Kruse participava das aulas. Tivemos a oportunidade de ter aulas com o professor Kruse e com o professor Kissnermann. O Seno apresentava o Kruse e o Kissnermann para o contato com os alunos, mesmo que não estivesse ocorrendo os Seminários, que fossem reuniões preparatórias.” (Docente 1, 2021). Além disso, Seno materializou a comunicação entre os assistentes sociais da América Latina e empenhou-se duramente para concretizar os Seminário de aproximação com o marxismo no Serviço Social.

O Seno esteve sozinho na Faculdade de Serviço Social para articular o Movimento de Reconceituação. Ele envolvia e fazia com que a PUCRS se movimentasse dentro da proposta dos Seminários. Tanto é verdade que conseguiu realizar todos os seminários dentro da PUCRS. Trazendo todos os revolucionários da América Latina. Era incrível. É muito incrível. A realidade é contraditória sempre. A contradição é inerente. (Docente 4, 2021).

O papel político de Seno não se restringiu às instituições formadoras em Serviço Social, nas quais teve um papel fundamental. Conforme depoimento, “o Seno tinha muita clareza do papel que ele ocupava [...] ele era um articulador político da maior qualidade.” (Docente 4, 2021). O envolvimento militante de Seno ultrapassou os muros da academia uma vez que,

O Seno é uma pessoa que todos os grandes intelectuais do Serviço Social têm um grande respeito. Ele ajudou muitas pessoas na ditadura militar, muitas. Ele ajudou mantendo, inclusive financeiramente. E ele fazia isso de uma forma que não comprava briga. Ele falava que a instituição era uma empresa, a PUCRS era uma empresa capitalista. E ele ia introduzindo conhecimento, principalmente a discussão da América Latina, porque ele tinha clareza deste debate e de sua relevância. E ele era fascinante, ficávamos olhando para ele, querendo que ele continuasse a falar. (Docente 4, 2021).

Retornando ao mapeamento, na realização de cursos, especializações e palestras, não aparece nenhuma atividade voltada para o debate do currículo da formação, tendo sido realizada Especialização em Serviço Social e Segurança do Trabalho, Aperfeiçoamento em Segurança do Trabalho, e outras como Gerontologia Social. Realizou-se um Curso de Gerontologia Social. Palestras sobre Sistema de Bem-Estar Social, Concepção de justiça no pensamento contemporâneo, Prática Profissional, A dimensão social da ecologia e Mediação familiar. No entanto, quando se analisam as aulas ministradas no mestrado, a atenção se volta para os debates

mais latentes da profissão e com a presença de assistentes sociais na direção social de orientação crítica da profissão.

Em 1991, o curso de Mestrado em Serviço Social da PUCRS passa por processo de avaliação, contando com a Comissão para credenciamento – contexto esse, todavia, em que não se localizou material documental a fim de se apontar os processos e desdobramentos. No que diz respeito à formação e a disciplina de metodologia do Serviço Social, entretanto, a pauta mostra-se com maior presença a partir da década de 1990, ainda que já seja possível identificar a vinculação com o trabalho de Anna Augusta de Almeida, com participação desde 1978, e de Maria Lúcia Martinelli, ministrando aulas em 1989 e posteriormente em 1995. A disciplina de Metodologia do Serviço Social também se fez presente nos trabalhos de José P. Netto (1990), Nobuco Kameyama (1992) e Marilda V. Yamamoto (1993 e 1994).

Sobre os diálogos com as entidades representativas da categoria profissional, por sua vez, aparecem registros em apenas dois encontros. O primeiro, em 26 de setembro de 1989, com a vinda da Assistente Social Maria de Fátima Azevedo Ferreira, Presidenta do CFAS, em visita à Faculdade de SS da PUCRS na companhia da Prof.^a Lia B. Lazzaroni. E o segundo, em 09 de setembro de 1992, com a presença da Assistente Social Lidia M. da Silva, Presidente da ABESS, para o Encontro Estadual de Cursos de Serviço Social e para a realização de palestra sobre “Aproximação do Serviço Social à tradição Marxista”.

Outras informações foram obtidas, conforme documentos localizados no Acervo histórico da PUCRS, no decorrer da pesquisa. Em 1982, a Faculdade de Serviço Social mantinha firmado Protocolo de Intenções com a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESC), a fim de realizar Curso de Especialização em Administração e Planejamento de Bem Estar Social, tendo na Coordenação do curso a Prof.^a Lia Brum Lazzaroni. Sobre isso, o documento afirma a realização do Curso e sua renovação para alunos bolsistas. Isso significa que os/as docentes da PUCRS realizaram curso de Assessoria na FESC. Desse modo,

A Faculdade assessorou os Cursos de Especialização em Serviço Social Psiquiátrico e Serviço Social mantido pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, sediada em Florianópolis. O Curso de Serviço Social Psiquiátrico foi assessorado pelo Prof. Jairo Mello Araujo. Ministraram aulas no curso os professores Maria Josefina Becker, Celia Maria Romeu Faria, Ana Augusta de Almeida e Ely Souto dos Santos. (PUCRS/Documento 01, 1982, p.2).

Além desse convênio com a FESC, o documento infere atividades junto ao Campus Aproximado da PUCRS. Nesse Campus, alunos/alunas realizavam estágio, com a Supervisão das professoras Lia Brum Lazzaroni e Elsie Panitz Gress, as quais integravam o Departamento de Supervisão e Prática de Serviço Social. O documento destaca que as professoras, de mesmo modo, exerciam a coordenação das atividades em Serviço Social junto ao Projeto Jurity. A finalidade da participação consistia na Análise e Planejamento das atividades, e também dos treinamentos específicos de pesquisadores e monitores, enquanto isso “o Projeto Jurity é uma iniciativa que conjuga esforços da PUCRGS e do Projeto Rondon para o desenvolvimento de ação comunitária na Vila Nossa Senhora de Fátima em Porto Alegre.” (PUCRS/Documento 01, 1982, p.3).

A Faculdade de Serviço Social realizou, em 1982, cursos de extensão para supervisores. Três cursos foram organizados e disponibilizados pelo Departamento de Supervisão e Práticas de Serviço Social, “a fim de manter atualizado o Corpo Docente de Supervisores de alunos estagiários – atualmente com 79 supervisores.” (PUC-RS/Documento 01, 1982, p.3). O primeiro curso, denominado Política Social e as Correntes Filosóficas que Influenciam o Serviço Social, foi ministrado pelas professoras Lúcia G. Castillo e Maria de L. F. Medeiros, e compreendia 16 horas/aula. O segundo curso, intitulado Curso de Metodologia do Serviço Social, foi apresentado pelas professoras Eunice C. Portillo e Lia Brun Lazzaroni, e abarcava 40 horas/aula. Já o terceiro curso, nomeado de V Treinamento Introdutório para Supervisores, esteve sob a coordenação da professora Elsie Panitz Gress e contou com docentes do Departamento da Faculdade de Serviço Social da PUCRS e com os professores convidados Lucia G. Castillo e Juarez Cruz, a atividade foi constituída de 40 horas/aula (PUCRS/Documento 01, 1982).

Na continuidade, em leitura realizada na Introdução dos 55 Trabalhos, buscou-se investigar o nome de docentes e assistentes sociais responsáveis por realizar a supervisão das alunas durante o percurso do Estágio de graduação em Serviço Social. Sobre isso, abaixo, registram-se os nomes das Assistentes Sociais referidas na etapa da pesquisa. Salienta-se que duas Assistentes Sociais não foram incluídas no quadro por constarem apenas seus primeiros nomes na elaboração dos trabalhos – sendo elas, a Supervisora de Campo Marlene e a Orientadora Lia.

QUADRO 8 - Assistentes Sociais referidas nos Trabalhos da terceira etapa da pesquisa.

Assistentes Sociais referidas nos Trabalhos da terceira etapa da pesquisa		
Dedicatória e agradecimentos	Maria Lúcia Scavoni	2
	Berenice Rojas Couto	1
	Esalba Silveira	1
	Leda Pereira	1
	Letícia Maurano	1
	Maria Beatriz Marazita da Silva	1
	Márcia Barrili	1
Supervisora pedagógica	Léa Maria Ferraro Biasi	2
	Maria Isabel Barros Bellini	1
	Maria Lúcia Scavoni	1
Orientadora	Berenice Rojas Couto	4
	Maria Beatriz Marazita da Silva	2
	Maria Lúcia Scavoni	2
	Gleny Guimarães	1
Não consta	Ausência desta informação no TCC	33

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da análise dos 55 Trabalhos de Conclusão de Curso de 1982 até 1996 selecionados no Acervo Histórico da PUCRS (2021).

O nome da docente e assistente social Berenice Rojas Couto aparece tanto no item das dedicatórias e agradecimentos quanto na orientação dos trabalhos. A pesquisa no acervo histórico da PUCRS constata a relevância da docente na formação de assistentes sociais do RS, tendo em vista os seus posicionamentos sociais e políticos de alinhamentos com as tendências teóricas de orientação crítica. Além disso, destaca-se que o primeiro trabalho com referência direta à obra de Marx pertence a Lígia Maria Sica da Rocha, com o TCC de 1984, intitulado: “Relato de uma experiência prática em que os conflitos são postos à tona”, com orientação da docente e assistente social Prof.^a Dra.^a Berenice Rojas Couto.

Este contexto, todavia, é explicado em um dos depoimentos como permeado por barreiras no início de sua docência na PUCRS. Sobre isso, diz: “Quando eu

cheguei na PUC, o primeiro argumento que escutei foi: ‘a tua concepção de Serviço Social não prevalece nesta faculdade.’ (Docente 4, 2021). A concepção de profissão referida e que não poderia prevalecer apresentava relação com o pensamento de Gramsci.

Quando iniciei a carreira docente da PUCRS eu já tinha conhecimento de Gramsci. Na faculdade de Pelotas tínhamos uma formação gramsciana da história, das instituições, e eu trabalhava em uma instituição, eu tinha que ter uma fundamentação teórica que ajudasse a pensar o lugar, o espaço em que eu estava trabalhando e, neste sentido, Gramsci contribuiu. Fiz especialização em razão da intervenção institucional. (Docente 4, 2021).

Isso significa que no Currículo de 1982 Gramsci era trabalhado nas disciplinas da formação em Serviço Social, o que se registra em outro depoimento obtido: "com ela estudávamos Gramsci. Em suas aulas estudávamos o intelectual orgânico. Estudávamos bastante! Eu também criticava um pouco essa organicidade, eu não tinha acordo com todo esse poder atribuído para a profissão." (Docente 3, 2021).

Esses docentes, referidos no quadro acima, são responsáveis pela formação nos primeiros passos em Serviço Social das alunas da terceira análise dos TCC's. Os Campos de estágio sócio-ocupacional, sob supervisão de assistentes sociais credenciados pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS, eram compostos pelas seguintes instituições: Aços Finos Piratini S/A, Aldeia Infantil SOS; Ambulatório de Saúde Mental 3 da Secretaria de Saúde; Brigada Militar; Cáritas Brasileira; Casa da Criança Nossa Senhora Auxiliadora; Clínica psicopedagógica; Companhia Riograndense de Telefones; Companhia Cervejaria Brahma; Departamento Municipal de Habitação; Grupo Hospitalar Conceição; Escola Especial Recanto da Alegria; Expresso Mercúrio; FEBEM; Ferramentas Gerais; Frigorífico Porto Alegre; Fundação Sulriograndense de Assistência; Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Hospital Nossa Senhora da Conceição; Hospital Espírita de Porto Alegre; Hospital Lazzarotto; Hospital Presidente Vargas; Hospital do Presídio; Hospital Sanatório Partenon; Hospital São Lucas da PUCRS; Hospital Psiquiátrico São Pedro; Hospital Santa Rita; Indústria de Plásticos Porto Alegre; INOCOOP; Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso; Instituto Nazareth; Juizado de Menores; Laboratório Noli S/A; Legião Brasileira de Assistência; Pequena Casa da Criança; Pirelli S/A - de Gravataí e Sapucaia -; Presídio Central; Quacker Produtos Alimentícios Ltda; SAMRIG; Santa Casa de Misericórdia; Serviço Social da Indústria; SERPRO; Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social e a Rede

Ferrovária Federal S/A (PUCRS/Documento 01, 1982). As alunas da amostra da pesquisa ocuparam os espaços sócio-ocupacionais relacionados no quadro abaixo:

QUADRO 9 - Espaço sócio-ocupacional dos Trabalhos da terceira etapa da pesquisa.

Espaço sócio-ocupacional																
ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL	19 82	19 83	19 84	19 85	19 86	19 87	19 88	19 89	19 90	19 91	19 92	19 93	19 94	19 95	19 96	Total
Empresa	1	1					3		1		1	1	2		3	13
LBA				2	1	2	1	3	1							10
Saúde	2						1			2	1				1	7
Infância e Juventude	1		2		1	1						1				6
Creche			2		1					1						4
Serviço Social da Indústria – SESI		1								2						3
Brigada Militar		1												1		2
Fundação													1	1		2
Fundação de Educação Social e Comunitária – FESC														1	1	2
Serviço Social do Comércio - SESC									1							1
Polícia Civil													1			1
Educação			1													1
Comissão de moradores			1													1
Instituição Filantrópica				1												1
Formação profissional do Serviço Social									1							1
Aldeia S.O.S de PoA										1						1
Assistência Judiciária											1					1
Escola de teatro											1					1
TOTAL																58

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da análise do campo sócio-ocupacional da análise dos 55 Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados no Acervo Histórico da PUCRS de 1982 até 1996 (2021).

Conforme se observa no quadro acima, o total de campos sócio-ocupacionais - dos Trabalhos da terceira etapa da pesquisa - é maior do que o número de trabalhos da amostra. Isso ocorre porque duas alunas inseriram-se em mais de um campo de estágio, realizando a reflexão e a descrição de mais de um campo

sócio-ocupacional. A saber, a aluna do TCC de n.º 391, de 1990, contextualiza em seu trabalho a vivência de três campos sócio-ocupacionais. Já a aluna do TCC de n.º 328, de 1988, realiza o estágio em duas empresas. Por essas razões, apresenta-se no quadro o total de 58 campos sócio-ocupacionais e não 55, número total de trabalhos selecionados nesta etapa da pesquisa.

Nesta etapa da pesquisa, constata-se no quadro acima que os campos sócio-ocupacionais de maior expressão são conferidos à Empresa, 13 dos 58, e à LBA, dez dos 58 TCC's – ambos espaços com convênios com a instituição de ensino da PUCRS. Chama a atenção que Empresa é o campo com possibilidade de incidência de orientação crítica, por consolidar as dinâmicas das relações do trabalho coletivo assalariado, sendo, portanto, espaço das contradições entre capital e trabalho. No período estudado já se tinha consolidado o cenário das empresas, em âmbito nacional e regional.

A realização de estágios junto a LBA (Fundação Legião Brasileira de Assistência), por sua vez, trazia a perspectiva do trabalho nas comunidades, contexto no qual aglutinavam-se as movimentações das associações de moradores pelas lutas por necessidades materiais dos territórios das periferias da cidade. Desdobramentos posteriores que culminam com a Lei Orgânica de Assistência Social e de exponencial campo de atuação dos/das Assistentes Sociais.

Ainda sobre o campo sócio-ocupacional da empresa, 13 alunas vivenciaram seus estágios em diferentes instituições. Dos 13 campos sócio-ocupacionais de Empresa, cinco deles estão vinculados à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), configurando-se como uma empresa pública prestadora de serviços postais. Uma aluna informa ter feito estágio em dois campos sócio-ocupacionais de Empresa, todavia, não informa em quais empresas. Em um, de 13 trabalhos, a estudante informa a inserção em empresa da Construção Civil, porém, não evidenciando de mesmo modo o nome da instituição. Além desses trabalhos, em um deles, o campo da aluna é o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERTPTO/10ª URO), sendo uma empresa brasileira pública prestadora de serviços em tecnologia. Outros dois trabalhos vinculam-se às empresas prestadoras de serviços de bens de consumo de primeira necessidade, Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). Por fim, em dois, de 13 trabalhos, as alunas se inserem em empresas privadas, uma na Expresso Mercúrio S. A., e outra na Companhia Cervejaria

Brahma, nas filiais Continental e Maltaria Floresta.

A Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) aparece em segundo lugar, com menção de 10, de 58 alunas, tendo vivenciado este campo sócio-ocupacional. Em três, de dez trabalhos, as alunas fazem referência ao Centro Pró-Mulher, da LBA. Enquanto isso, em outros dois trabalhos, as alunas pontuam aproximação ao Centro Social n.º1, que inclui os territórios da Vila do Respeito e o da Vila Nova Santa Rosa. Já em um trabalho, a aluna informa o campo sócio-ocupacional da LBA do Centro Social n.º4. Enquanto o trabalho de uma aluna se constitui na aproximação do Centro Social n.º16, na Creche de atendimento da LBA, com a Intervenção do Serviço Social no Projeto Casulo. Em outros três trabalhos, as alunas se referem apenas ao campo sócio-ocupacional da LBA, sem evidenciar o local específico.

Por sua vez, o campo sócio-ocupacional de Saúde aparece na sequência com sete, dos 58 trabalhos, com predominância aos espaços de saúde hospitalar. Registram-se que em dois, de sete TCC's, as alunas experimentaram os cuidados em saúde junto ao Hospital Sanatório Partenon. Em um deles, a relação se constituiu no Hospital Porto Alegre. Para outra aluna, o campo sócio-ocupacional abarca a Saúde, na UTI Pediátrica de algum hospital não especificado. Outra aluna faz menção à Unidade Sanitária Mapa, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social. Enquanto outra aluna coloca-se na Unidade Sanitária Murialdo. E, por fim, a última aluna pontua a passagem pelo Campus Aproximado da PUCRS, a partir do atendimento a um paciente soropositivo.

O campo sócio-ocupacional de Infância e Juventude abarca seis, dos 58 TCC's, com predomínio para a inserção na Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (FEBEM) – atualmente, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (Fase). Em quatro TCC's, constatou-se a concentração junto ao Projeto Lares Vicinais da referida instituição. Seguido de um TCC junto ao Núcleo de Atendimento à Família e ao Menor em Triagem (NAFMET) pertencente à FEBEM e outro na Unidade de Triagem Juvenil Masculina – UTJ - Masculina, da mesma instituição. Por fim, os demais campos sócio-ocupacionais estão descritos no quadro acima. Retoma-se que esses são os campos sócio-ocupacionais nos quais as alunas, da terceira amostra da pesquisa, composta por 55 TCC's, realizaram seus estágios em Serviço Social.

Nos desdobramentos deste processo, no contexto de registro e

sistematização das informações dos 55 TCC's, da terceira etapa de análise dos trabalhos, a mestrandia realizou leitura da introdução de todos, a fim de identificar qual referencial teórico ou a qual metodologia a aluna visava construir a sua narrativa. Nesse sentido, evidenciou-se que poucos trabalhos demarcam tal informação, sendo possível obter a direção teórico-metodológica de apenas 15 deles, demarcados ora pelo ecletismo, ora pelo pluralismo. Em um dos 15 trabalhos, a aluna informa fundamentar-se na Psicopatologia do Trabalho, ou seja, para ela “foi necessário fundamentarmos com a Psicopatologia do Trabalho. As repercussões do trabalho na saúde mental dos trabalhadores. Seu caráter patogênico ou estruturador como função da organização do trabalho.” (TCC 562, 1994, p. 2). Por sua vez, no TCC de n.º 329 de 1988, a aluna pontua a Metodologia de Grupo: “uma análise sobre o trabalho com grupos no C.P.M. ilustrada com exemplos práticos e referenciais de Serviço Social de Grupo.” (TCC 329, 1988, p. 9). Para essa aluna, o Serviço Social de Grupo caminhava na direção do processo de consciência, das pessoas do campo sócio-ocupacional e do seu próprio processo de aprendizagem. Dessa forma, o Serviço Social de Grupo visava “o processo de conscientização do grupo de mulheres com o qual trabalhamos [...] logo após, discorrer sobre o nosso processo de tomada de consciência durante esses quatro anos de Faculdade.” (TCC 329, 1988, p.9).

Já no campo dos TCC's de orientação crítica, chama a atenção que, em nenhum dos trabalhos, consta algum tipo de fundamentação teórico-metodológica ancorada diretamente nas obras de Marx e Engels. Em apenas um TCC, o de n.º 303, a aluna, ao referenciar o autor Vicente de Paula Faleiros, demarca que ele está apoiado no pensamento marxista, ou seja, “utilizaremos o autor Vicente de Paula Faleiros, que propõe uma metodologia dialética embasada no pensamento marxista.” (TCC 303, 1987, p.9). Além disso, em dez, de 15 TCC's, determina-se o alicerce do trabalho fundamentado em: categorias do método; Dialética; e no Método Dialético – sendo posto ora enquanto teoria, ora enquanto metodologia. Nesse contexto, no TCC n.º 208, a aluna pontua que, para a realização de seu debate, de entendimento da Totalidade, será necessário trabalhar com algumas categorias: “estas categorias estão presentes em todo trabalho. São elas: relações de poder; totalidade; totalização; postura profissional; formação; status.” (TCC 208, 1988, p.8).

Em outros TCC's, a categoria Cotidiano é constatada em quatro trabalhos, os

de n.º 334, 443, 349 e 188. No TCC de n.º 334, a aluna informa trabalhar com a metodologia didática através da filósofa húngara Ágnes Heller, em seu debate acerca do cotidiano e da história. Esta mesma aluna refere, também, fazer uso da metodologia da pesquisa-ação, por contribuir com a prática na comunidade e por introduzir questões teóricas acerca do cotidiano. (TCC 334, 1989). O debate do cotidiano relacionado à visão de homem e de mundo aparece em dois trabalhos, os de n.º 443 e 349, assim, uma aluna relata que

optamos por fazer uma avaliação desse período, revendo os determinantes da prática que nos levaram a consolidar a identidade profissional. Estes determinantes são: o cotidiano, o confronto entre objetivos profissionais e institucionais e a visão de homem e de mundo. (TCC 443, 1992, p.9).

Enquanto outra estudante informa, “contextualizamos a realidade brasileira atual, a partir da minha visão de homem e de mundo.” (TCC 349, 1989 ,p.7). No TCC de n.º 188, a aluna estabelece o diálogo do cotidiano na relação do movimento dialético e com a metodologia de ação-reflexão. Nesse sentido, ela diz que “foi a partir deste cotidiano, permeado por elementos contraditórios, e onde prevalece o entendimento da assistência como favor ou benefício, que fundamentei a intervenção, através do diálogo e do movimento dialético de ação-reflexão.” (TCC 188, 1985, p.7).

Nos TCC's de n.º182 e 189, as alunas referem-se à fundamentação baseada no Materialismo Dialético, a partir da teoria defendida por Pedro Malheiros. No TCC de n.º 189, de 1985, a aluna justifica o aporte de acordo com o Assistente Social Pedro Malheiros, pela proposta de seu roteiro “Roteiro Antifuncional”. Já a aluna do TCC 182 relaciona Pedro Malheiros ao debate da Práxis. Portanto,

Fizemos uma breve exposição sobre Idealismo e Materialismo, a fim de clarear o binômio que envolve o problema central da Filosofia. Analisamos mais profundamente a Dialética Hegeliana e o Materialismo Dialético buscando apresentar uma proposta de práxis para o Serviço Social defendida pelo Assistente Social Pedro Malheiros. (TCC 182, 1985, p.8).

Nesse horizonte, no TCC de n.º 462, outros aportes teóricos são utilizados na interação com a Dialética enquanto Método, em que a aluna diz ter realizado

um encontro na prática com a metodologia que ainda nos bancos acadêmicos nos identificamos: a Metodologia Dialética. Para absorvermos melhor compreensão deste modo de abordar a realidade foi em autores como Martim Buber, Anésia de Souza; e Paulo Freire, que tivemos o nosso elo vertebrador da teoria com a prática. (TCC 462, 1992, p.9).

Por sua vez, a aluna do TCC 230, de 1986, refere-se ao uso da Dialética enquanto método de intervenção. Para ela, “neste experimento, nossa tentativa foi

no sentido de utilizarmos a Dialética como método de intervenção, sendo que, para tanto, foi necessário buscarmos constantemente uma maior compreensão de tal método.” (TCC 230, 1986, p.6). Enquanto isso, para a aluna do TCC de n.º 243, a Dialética constitui-se enquanto teoria que explica e dá sentido às relações entre Estado, na sociedade capitalista, e o movimento das lutas de classes. Portanto,

Houve a necessidade de aprofundarmos a concepção de Estado, apresentando suas principais fases e, principalmente, o nosso atual estágio de sociedade capitalista, onde este mantém uma relação dialética com a luta de classes...Apresentamos também a implantação e desenvolvimento de políticas sociais, relacionado-as à natureza das intervenções políticas do Estado. (TCC 243, 1986, p.8).

A Práxis, em um dos trabalhos, relaciona-se à dialética das relações, ao mesmo tempo que a aluna defende a Práxis enquanto meio que designa um diagnóstico da realidade. Isso significa, para ela, que,

Momento da práxis que denominamos "diagnóstico", mas que compreende a racionalização dos conceitos expostos anteriormente e a elaboração e aperfeiçoamento dos planos de ação, com vistas a uma coerência com as necessidades da realidade e interesse da população envolvida no processo, bem como com a dialética das relações. (TCC 228, 1986, p.7).

E, por fim, no último trabalho, a aluna do TCC de n.º 305 informa que almeja fazer o debate sobre a origem e a evolução da dialética, insinuando uma possível dissociação com o método materialista dialético. Portanto,

A fim de possibilitar uma maior compreensão discorremos acerca da origem e evolução da dialética, bem como sobre o método materialista dialético. Tendo em vista que nossa prática se deu vinculada a uma empresa estatal falamos sobre ideologia e Estado. Finalizamos esta parte discorrendo sobre o SS e suas perspectivas de intervenção: funcionalista e dialética processual. (TCC 305, 1988, p.7).

Dessa forma, no quadro abaixo, busca-se dar visibilidade ao debate acerca das categorias apreendidas a partir da sistematização das referências e das obras desses trabalhos. Isso significa, conforme já referido, que foram planilhadas 1.389 referências, dos 55 TCC's, e, posteriormente, com as 691 obras mapeadas, foi possível fazer a categorização de todas elas. As categorias de análise para as 691 obras correspondem a: Serviço Social; Política Social; Educação e Filosofia; Marx e Engels; Marxismo Clássico; Intérpretes do Marxismo; Temáticas do Marxismo e Outros.

QUADRO 10 - Sistematização das Categorias de Referência.

Sistematização das Categorias de Referência		
Categoria	N.º de Obras	N.º de Referências
Outros	340	671
Serviço Social	187	381
Política Social	66	112
Educação e Filosofia	32	84
Temática do Marxismo	27	49
Intérpretes do Marxismo	17	56
Marxismo Clássico	14	24
Marx e Engels	08	12
Total	691	1.389

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização da análise dos 55 Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados no Acervo Histórico da PUCRS de 1982 até 1996 (2021).

O quadro acima informa que a categoria Outros apresenta 340 obras e 671 referências, sendo a categoria mais expressiva da amostra desta etapa da pesquisa. Na categoria Outros agrupam-se as referências de: dicionários; documentos religiosos; literatura; leis; portarias; regimentos; cartilhas; documentos; notas de diferentes veículos de comunicação; diário de campo (envolvendo as temáticas específicas dos espaços sócio-ocupacionais, por exemplo: criança, adolescente; mulheres; idosos; educação; empresa; sexualidade, etc.) e as referências de metodologia de pesquisa e temáticas de pesquisa.

Na continuidade, em segundo lugar, apresenta-se a categoria Serviço Social, com 187 obras, das 691, e 381 referências, de 1.389.

QUADRO 11 - Categoria: Serviço Social.

Categoria: Serviço Social		
N.º	Autor/Autora	Nome do Livro
26	FALEIROS, Vicente de Paula	Metodologia e ideologia do trabalho social
17	LIMA, Sandra Amêndola Barbosa	A participação social no cotidiano
16	FALEIROS, Vicente de Paula	Saber profissional e poder institucional
12	KISNERMAN, Natálio	Serviço Social de grupo: uma resposta ao nosso tempo
11	RODRIGUES, Maria Lucia	O trabalho com grupo e o Serviço Social
11	CARVALHO, Alba Maria Pinto de	A questão da transformação e o trabalho social: Uma análise gramsciana
10	KISNERMAN, Natálio	Sete estudos para o Serviço Social
10	FALCÃO, Maria do Carmo Brant de Carvalho	Serviço Social uma Visão Teórica
9	MARTINELLI, Maria Lúcia	Serviço Social: Identidade e Alienação
9	SERRA, Rose Mary Souza	A prática institucionalizada do Serviço Social
9	SOUZA, Maria Luiza de	Serviço Social e Instituição - a questão da participação
7	CORRIGAN, Paulo; LEONARD, Peter	Prática do Serviço Social no Capitalismo: uma abordagem marxista
7	SOUZA, Maria Luiza de	Desenvolvimento da Comunidade e Participação
7	KONOPKA, Gisela	Serviço Social de grupo: Um processo de ajuda

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização da análise dos 55 Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados no Acervo Histórico da PUCRS de 1982 até 1996 (2021).

O Assistente Social Vicente de Paula Faleiros é o autor mais citado nos trabalhos, no contexto do Currículo de 1982 da formação em Serviço Social da PUCRS. Além disso, suas obras são constatadas em diferentes categorias nesta pesquisa, o que afirma sua notabilidade na formação profissional em Serviço Social e seu respaldo junto aos/às docentes da instituição de ensino. A obra mais frequente, entre os trabalhos da amostra da pesquisa, refere-se à *Metodologia e*

ideologia do trabalho social (26 ocasiões), construída no período brasileiro da ditadura civil-militar. Destacam-se, dos dados obtidos, inclusive, as problematizações em torno das concepções de *ideologia, identidade e consciência*, debates esses que aparecem sob a perspectiva de diferentes obras e autores/autoras. Em um dos depoimentos, é destacada a relevância de Faleiros para o Serviço Social brasileiro, reafirmando suas produções entre os docentes da Escola de Serviço Social da PUCRS.

O Faleiros teve um período muito interessante. Ele tem uma participação muito importante no Serviço Social brasileiro, em um determinado contexto ele nos iluminou com muitos debates relevantes, com muitas dúvidas. Eu fui trabalhar Metodologia do Serviço Social, em vários momentos questioneei, o que eu vou trabalhar em Metodologia? Qual referência trazer em sala de aula ou qual livro que faça a crítica, para começar a reflexão? Tudo parecia ser próprio do Serviço Social, tudo era da categoria, era um conhecimento endógeno. Necessitávamos de referências que nos ajudassem a compreender alguns fenômenos. Então usávamos, sim, bastante os livros do Faleiros, porque tínhamos pouca produção. (Docente 4, 2021).

Em depoimento, também é contextualizado o significado das obras de Faleiros, no seu conteúdo crítico e de vinculação com as Políticas Sociais, apresentando como referência nas disciplinas da formação em Serviço Social, da Universidade Católica de Pelotas e da PUCRS.

O Faleiros era uma pessoa muito presente na faculdade. Porque ele tinha escrito o livro *Política Social* que foi referência para os/as Assistentes Sociais por muito tempo. Minha formação e docência na PUCRS foi acompanhada deste livro do Faleiros. Faleiros deu uma guinada depois, mas nesse período ele era identificado, ele tinha estado no Chile, ele tinha discutido a realidade brasileira, então ele era uma identidade para a categoria. Ele fazia uma crítica ao capitalismo, era a primeira grande crítica ao capitalismo. E a presença do debate das Políticas Sociais, então ele era referência, sem sombra de dúvida. (Docente 4, 2021).

Um dos depoimentos destaca a obra *Metodologia e ideologia do trabalho social*, referindo ser um livro trabalhado na íntegra em uma das disciplinas da formação. Ao reportar-se para sua experiência diz: “Marx não estudávamos! [...] recorde de uma disciplina que ficamos todas as aulas estudando Metodologia e ideologia do trabalho social, o livro do Faleiros.” (Docente 3, 2021).

No debate dessa categoria, contextualiza-se que obra a de Faleiros foi publicada inicialmente em Buenos Aires e embasa a contribuição para a renovação do pensamento latino-americano sobre a profissão, a partir da experiência chilena e da reflexão coletiva construída com os sujeitos da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Valparaíso. Faleiros (1997) inicia e finaliza a

argumentação da obra problematizando o Serviço Social latino-americano. O pesquisador começa trazendo a contribuição da análise crítica do Serviço Social latino-americano, refletida nas estruturas socioeconômicas com enfoque global de análise e também pela perspectiva crítica do Serviço Social, no contexto de seus processos históricos, além das concepções atribuídas à identidade e à diversidade da profissão. Sobre o desenvolvimento do Serviço Social na América Latina, pontua que “se ‘fundamenta’ na negação dos antagonismos do modo de produção capitalista. Ele atua, na prática, na ‘camuflagem’ ou na diminuição desses antagonismos. Deriva daí sua própria contradição.” (FALEIROS, 1997, p.14). Assim, “a prática do Serviço Social tem sido totalmente empírica, repetindo-se sempre em função de um resultado imediato e pragmático, sem se criticar.” (FALEIROS, 1997, p.25). O desafio da reconceituação, portanto, consiste em “uma práxis que não pode ser isolada da própria transformação do sistema capitalista e da ideologia correspondente, com o compromisso histórico de uma nova sociedade em vista da superação real dos antagonismos existentes.” (FALEIROS, 1997, p.25).

Nesse sentido, Faleiros (1997) vai sinalizar para a escassez de estudos em torno da ideologia do Serviço Social, tendo enquanto referência e demarcando a ausência de aprofundamento da obra de Herman Kruse, *El Servicio Social en América Latina*. As posições ideológicas aprofundadas por Faleiros são constituídas a partir da análise de investigação empírica dos documentos do Congresso Panamericano de Serviço Social de Valparaíso (Chile). Em síntese, as posições distintas de ideologia são manifestadas a partir da seguinte sistematização: ideologia liberal, ideologia desenvolvimentista e ideologia revolucionária. Além disso, Faleiros (1997) reporta-se às contribuições de Gramsci, Althusser e Poulantzas, referindo que eles “permitiram a reativação de uma problemática que estava estagnada na consideração mecânica de que a superestrutura é puro reflexo da estrutura, ou apenas um entrave, um bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas.” (FALEIROS, 1997, p.27). A inserção do Serviço Social nos aparelhos de hegemonia consiste na conclusão de Faleiros sobre o debate da ideologia da profissão. Necessitando, portanto, de se explicitar teoricamente as contradições postas nestes aparelhos e no âmbito do Serviço Social.

Na sequência, às reflexões em torno da ideologia são complementadas com o trato do sujeito e objeto do Serviço Social, a partir de sua busca teórica, da análise das diferentes referências e da tentativa de relacionar sujeito-objeto na ação social.

Para isso, Faleiros adentra o debate da perspectiva assistencialista, enquanto aquela que busca resultados imediatos e consiste nos seguintes aspectos: “paliativa, como auxílio; curativa, para reabilitação; preventiva; para diminuição de flagelos, problemas e enfermidades do sistema; promocional, para integração do homem na sociedade.” (FALEIROS, 1997, p.47). O autor concentra-se na perspectiva sociológica, cujos objetos profissionais conferem à sociedade a organização da caridade pelo papel de ajustamento, ao “funcionamento social, a integração do indivíduo no meio, a mudança do meio limitado ao âmbito do indivíduo.” (FALEIROS, 1997, p.48). Ele rebate a perspectiva tecnocrática, na qual o Estado está acima da sociedade, e apresenta a “consideração de que a técnica seja um instrumento neutro a serviço de qualquer referencial teórico e de qualquer sistema se baseia numa ‘ideologia da técnica’.” (FALEIROS, 1997, p.50). Por sua vez, a preponderância do sujeito desconsidera as relações estruturais e a perspectiva de orientação social, configurando abstrações da totalidade. Por fim, a relação sujeito-objeto, considerada por Faleiros (1997), segundo a perspectiva na qual situa-se o novo trabalho social, ou seja, “fazendo-se participante da transformação social junto com os protagonistas dessa transformação: as classes subalternas.” (FALEIROS, 1997, p.54).

Trata-se, na continuidade, do positivismo e da dialética no trabalho social. Faleiros (1997) defende a relação da ciência sob a perspectiva inseparável da ideologia. Seus argumentos são construídos a partir do desenvolvimento histórico do conceito de ciência, adensados com o debate da lógica da dominação e problematizados na relação do positivismo no Serviço Social e desenvolvidos, por fim, no contexto da lógica da libertação. Dessa forma, “a lógica da dominação é uma lógica de manipulação. Do ponto de vista da libertação trata-se de questionar, de criticar o próprio processo de dominação e de acumular forças para mudar essas relações.” (FALEIROS, 1997, p.69).

Faleiros (1997), na sistematização do trabalho social, aborda a ruptura, no método e como ideologia, com o empirismo e o funcionalismo, a fim de inserir a proposta de uma concepção de ruptura “estática e focalista dos fenômenos, com a ilusão do saber imediato, com as mistificações da classe dominante exige a busca de alternativas frente aos desafios que apresentam os próprios conflitos em que as forças sociais estão envolvidas.” (FALEIROS, 1997, p.75). Dessa forma, as estratégias para ação são postas dentro dos marcos científicos, desdobramentos

entre ciência e técnica no trabalho profissional. Isso significa que a prática exige um marco teórico e a técnica, “isolada da ciência, da teoria, é apenas uma prática repetitiva, isolada, tecnocrática.” (FALEIROS, 1997, p.86). Ainda sobre esse aspecto, para Faleiros (1997), existe uma relação meio-fim no trabalho social, que, do ponto de vista dialético, a ação estrutura-se nos processos das lutas sociais e da correlação de forças presentes no movimento histórico estrutural. No alargamento do debate, Faleiros (1997) vai trazer que a problemática da conscientização se desenvolve no contexto da década de 1960, a partir do método de alfabetização de Paulo Freire. Sobre isso, Faleiros pontua que não almeja retomar o trabalho de Freire, mas estudar a problemática da conscientização em relação à dialética entre ação, comunicação e luta de classes (1997).

Por fim, Faleiros (1997) retoma a Reconceituação do Serviço Social sob a direção da ação política e da teoria dialética. Após retomar o contexto sócio-histórico da política internacional e os movimentos da profissão na América Latina, Faleiros (1997) define que “como movimento de reconceituação, o Serviço Social foi-se definindo então pela busca da contemporaneidade da profissão e da transformação social no interesse das classes subalternas.” (FALEIROS, 1997, p.86). Ainda sobre esse debate, ele defende a hipótese de polarização e pulverização de tendências no movimento de Reconceituação do Serviço Social, ao mesmo tempo, caracteriza que entre as relações de poder e as correlações de forças presentes, com aproximações e distanciamentos das lutas sociais, “a prática teórica da reconceituação foi cristalizando politizações entre trabalhadores ou assistentes sociais.” (FALEIROS, 1997, p.118).

Na sequência, após a categoria Serviço Social, na sistematização das informações, tem-se, conforme dados do quadro abaixo, a categoria Política Social, correspondendo a 66 obras de 691, e 112 referências do total de 1.389.

QUADRO 12 - Categoria: Política Social.

Categoria: Política Social		
N.º	Autor/Autora	Nome do Livro
10	SPOSATI, Aldaíza	A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise
7	FALEIROS, Vicente de Paula	A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social
6	FALEIROS, Vicente de Paula	O que é política social
5	AMMANN, Safira B	Participação Social
3	ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa <i>et alii</i>	Repensando o Trabalho Social: a relação entre Estado, Instituição e População
3	YASBEK, Maria Carmelita	Classes Subalternas e Assistência Social

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização da análise dos 55 Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados no Acervo Histórico da PUCRS de 1982 até 1996 (2021).

A sistematização acima, a respeito da categoria Política Social, foi significativa para se compreender os movimentos da profissão no processo de transição democrática e de conquistas políticas, que constitui a demarcação sócio-histórica de pesquisa, de abertura democrática do país e de ampliação no campo da emancipação política. Contexto, já aprofundado no primeiro capítulo desta dissertação, de alargamento dos processos democráticos e de inserção das pautas do campo dos direitos sociais, individuais e coletivos, e da responsabilidade estatal, no âmbito das garantias de cidadania materializadas na Seguridade Social e da Proteção Social Pública. Agrega-se a isso o campo das disputas políticas na direção social dos fundamentos da profissão, com os embates em torno da política social em contraponto às concepções de totalidade. Os desdobramentos dessas repercussões históricas são pautas ainda atuais aos que se dedicam a debruçar-se sobre o significado social da profissão a partir de sua condição de partícipe da divisão social do trabalho.

Na categoria Política Social a obra mais citada é *Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise* da Assistente Social Aldaíza Sposati (10). Esta conta com a colaboração do CNPq e apresenta consultores do

CELATS, da PUC-SP, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea e da Fundação do Desenvolvimento Administrativo. No prefácio da primeira edição, José Paulo Netto, da PUC-SP, considera a obra no seu mérito teórico abrangente com traço ensaístico.

Seu mérito maior consiste na tentativa de fazer confluir a perquirição teórica abrangente com o tratamento de situações históricas particulares. Seu traço mais pertinente, eu o localizaria na sua natureza ensaística, com um diferenciado espectro de chaves heurísticas a serviço da desmontagem dos nexos que articulam um sistema de dominação (o Estado autocrático-burguês) e sua legitimação (a ilusão da cidadania concedida), no parâmetro da crise, pela inconclusa mediação do vetor assistencial institucionalizado. (NETTO, 1986, p.3).

Já Pedro Luiz Barros Silva, da FUNDAP, compreende que o conteúdo da obra busca analisar a questão da “Assistência Social’ através de uma perspectiva histórica e abrangente, de análise da formação social brasileira e enquanto uma política governamental, este estudo abre uma trajetória fértil, ainda que complexa de investigação.” (SILVA, 1986, p.4).

Os representantes do CELATS apresentam perspectivas diversas da obra. Alejandrino Maguiña demarca a posição da definição do trabalho profissional vinculada à assistência. Sobre isso, “cabe postular que a assistência é o que define o trabalho social como profissão. Sem assistência, o trabalho social deixa de ser, ou, o que é mesmo, passa a ser outra profissão. A assistência, sem dúvida, tem caráter de classe.” (MAGUIÑA, 1986, p.5). Diego Palma, por sua vez, relaciona as contradições dos processos da abertura democrática, destacando que a obra “apresenta importância conjuntural: quando vários países da América Latina reabrem o caminho democrático e as políticas sociais recuperam sua importância, contraditória, tanto para dominação como para os movimentos de base.” (PALMA, 1986, p.5).

Como síntese, a obra em questão reporta-se inicialmente ao debate da assistência enquanto base e horizonte da questão. Para isso, contextualiza a política econômica conjuntural da década de 1980 em seus movimentos sócio-históricos. Toma destaque a concentração de renda e os dados materiais da desigualdade de classe. Neste contexto, o objeto de estudo é constituído a partir da crise econômica e da pauperização brasileira na relação com a crise internacional. Retoma-se para isso a modernização acelerada do governo Juscelino Kubitschek, nos anos 1950, a crise política do início da década de 1960 com a renúncia de Jânio Quadros e o golpe de 1964, contexto problematizado a partir do endividamento

externo brasileiro, de acordo com as informações da Cepal, do FMI e do Banco Mundial. A perspectiva, assim, da construção da análise da obra parte de 1978 do contexto de agudização da crise econômica e dos movimentos de resistência das forças sociais em disputa.

A agudização da pauperização é trazida nos marcos da definição do Serviço Social, dentro do enquadramento do trabalho profissional com as políticas sociais, ou seja, “via de regra a efetivação das políticas sociais é o espaço primordial da prática do assistente social, embora outros profissionais também o integrem.” (SPOSATI, 1986, p.23). A direção do trabalho nesta perspectiva “está diretamente vinculado à efetivação dessas políticas, entendidas enquanto mecanismos de enfrentamento da questão social, resultado do confronto capital-trabalho.” (SPOSATI, 1986, p.23). Portanto,

Na divisão sócio-técnica do trabalho, o assistente social tem sido demandado como um dos agentes ‘privilegiados’ pelas instituições geridas diretamente pelo Estado, ou por ele subvencionadas, para efetivar a assistência. O caráter histórico de sua atividade profissional em qualquer instituição está voltado prioritariamente à efetivação da assistência. (SPOSATI, 1986, p.23).

A hipótese levantada concebe “às práticas assistenciais governamentais, enquanto produtoras de bens e serviços, são um espaço para a constituição de uma nova forma de cidadania para as classes subalternizadas.” (SPOSATI, 1986, p.25). Neste contexto, pondera-se a reconstrução do significado da política social e o do assistencial, demarcadas no Brasil enquanto país subdesenvolvido e industrializado, marcado pela desigualdade e pelo pauperismo. Sobre isso, SPOSATI (1986) sinaliza que o enfrentamento da pauperização e espoliação dos trabalhadores e as estratégias mantidas pelo Estado se convergem no “uso de um regime autocrático e excludente; e a introdução de políticas sociais calcadas no modelo assistencial.” (p.29). Conclui-se, na concepção de Sposati, que as políticas sociais brasileiras “apesar do mecanismos assistencial, são fenômenos políticos enquanto expressão do confronto de interesses de classe.” (SPOSATI, 1986, p.36). O conceito de cidadania, para a autora, é ambíguo, “historicamente marcado pela perspectiva liberal, e utilizado em sentidos diversos [...] A condição de cidadão está vinculada à legislação do Estado, portanto, este tem o poder de definir os condicionantes do exercício da cidadania.” (SPOSATI, 1986, p.35).

No que tange ao Serviço Social, Sposati (1986) confere a triagem socioeconômica enquanto atribuição da profissão, complementando ser “o profissional legitimado para atribuir o grau de carência do ‘candidato’ a usuário e o Serviço Social é a tecnologia que dá conta da racionalidade desse processo (SPOSATI, 1986, p.30), conferindo a questão assistencial ao trabalho dos/das assistentes sociais. Sposati (1986) reporta-se à colocação histórica no debate do Serviço Social e o assistencial. Sobre isso, retoma o traço da filantropia e da presença de grupos religiosos no trato da assistência, perpassada pelas ações incorporadas como responsabilidades públicas. Posteriormente, contextualiza este cenário na constituição sócio-histórica do Serviço Social e do trabalho profissional. Ressalta a relevância do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979, e afirma que “os congressistas repudiam a Comissão de Honra do congresso, substituindo-a pelo trabalhador espoliado. A presença de lideranças sindicais no encerramento é o divisor de água com os poderes instituídos.” (SPOSATI, 1986, p.52). Sobre o III CBAS, ela afirma que, em nível de discurso, é posta uma corrente hegemônica na profissão, voltada para a transformação das condições opressivas de vida da população. Assim, para Sposati (1986) na agenda política da profissão há duas saídas: a racional-modernizadora e a político-transformadora, “mas ambas continuam a ter um ponto comum: a negação da assistência. Esta não se dá nem nas soluções tecnocráticas do planejamento social nem nas estratégias de transição social.” (p.53).

Nos desdobramentos, a autora apresenta elementos que visam superar a questão da assistência *versus* assistencialismo. Coloca que “a compreensão da relação assistência-assistencialismo se aclara quando colocada para além das ações da profissão, isto é, nas próprias políticas sociais.” (SPOSATI, 1986, p.68). Defende-se o argumento de que o assistencialismo não apresenta uma atribuição particular do Serviço Social. Quando sob os marcos críticos, sua função legitimadora se constitui na orientação político-ideológica (SPOSATI, 1986). A prática assistencial apresenta-se enquanto “instância de mediação fundamental ao avanço da consciência e apropriação de bens e serviços pelas classes subalternizadas. A assistência é uma instância de mediação que atua na trama das relações de confronto e de conquista.” (SPOSATI, 1986, p.72). Portanto, na perspectiva da autora, a assistência é para o Estado um mecanismo que confronta

as políticas sociais. Por fim, traz o formato burocrático da assistência social e o panorama da assistência como despesa pública.

A obra citada acima é importante por salientar as políticas de assistência social. Este consiste no segundo campo sócio-ocupacional dos trabalhos, com dez alunas tendo vivenciado o campo da LBA. A obra da Assistente Social Aldaíza Sposati, intitulada *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*, aparece em dez trabalhos. A política de Assistência Social, bem como as políticas sociais públicas, passam por grandes metamorfoses no recorte temporal estudado. Isso se traduz na desvinculação da LBA, da relação assistencialista, em contraponto ao movimento de consolidação da política de assistência social, na formulação e execução da política pública na perspectiva do direito, ainda que reduzida a uma lógica localizada.

Na continuidade, o Assistente Social Vicente de Paula Faleiros emerge enquanto principal referência da categoria Serviço Social, mas também da categoria Política Social, com as seguintes obras e seu número de referenciamento nos trabalhos: *A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social* (7 recorrências) e *O que é política social* (6 recorrências). Nessa primeira obra de Faleiros (2009), destaca-se que o autor conceitua as políticas sociais enquanto:

As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado das relações e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais. Elas são resultado das lutas de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais. (FALEIROS, 2009, p.46).

Posteriormente, discorre-se, no quadro abaixo, acerca da categoria Educação e Filosofia, correspondendo a 32 obras de 691, e 84 do total de 1.389 referências.

QUADRO 13 - Categoria: Educação e Filosofia.

Categoria: Educação e Filosofia		
N.º	Autor/Autora	Nome do Livro
9	FREIRE, Paulo	O papel do assistente social no processo de mudança
9	FREIRE, Paulo	Pedagogia do Oprimido
9	CHAUÍ, Marilena	O que é ideologia
7	FREIRE, Paulo	Educação como prática da liberdade
7	FREIRE, Paulo	Conscientização: Teoria e Prática da Libertação, uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire
6	BRANDÃO, Carlos Rodrigues	Pesquisa participante
6	FREIRE, Paulo	Educação e Mudança
5	BEAUVOIR, Simone de	O Segundo sexo: fatos e mitos

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização da análise dos 55 Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados no Acervo Histórico da PUCRS de 1982 até 1996 (2021).

O quadro acima demonstra que Paulo Freire é o autor mais citado na categoria Educação e Filosofia, também com predomínio de obras nesta categoria. Destaca-se, no levantamento de dados nos TCC's, a multiplicidade de obras de Freire trabalhadas na formação em Serviço Social no currículo de 1982 a 1996. As obras de Freire, com respectivos números de vezes citados, mais referenciadas são: *O papel do assistente social no processo de mudança* (9) e *Pedagogia do Oprimido* (9), seguida de *Educação como prática da liberdade* (7) e *Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (7). Incluem-se ainda: *Educação e Mudança* (6); *Extensão ou Comunicação* (3); *Ação cultural para a liberdade* (2); *Como trabalhar com o povo* (2); *A prática de pensar é a melhor maneira de aprender a pensar certo* (1); *Bate-papo com Paulo Freire* (1); *CEDAL-CEDETIM* (1); *Multinacionais e trabalhadores no Brasil* (1); *O Processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon Riviére* (1); *Que fazer?* (1). Essas obras materializam em alguma medida os enlaces das propostas de Paulo Freire com o Serviço Social. Ainda sobre a categoria Educação e Filosofia, tem-se visibilidade para a intelectual e filósofa brasileira Marilena de Souza Chauí, com a obra *O que é*

ideologia. Essa obra é citada na mesma quantidade de vezes que as obras mais recorrentes de Freire, nove vezes. Na continuidade, o autor com maior incidência é Carlos Rodrigues Brandão, com *Pesquisa participante* (6) e, posteriormente, Simone de Beauvoir, com *O Segundo sexo: fatos e mitos* (5).

O conteúdo teórico, composto no debate de Freire (1969), constitui-se em uma síntese sobre *O papel do assistente social no processo de mudança*. Freire, nesse texto, chama a atenção para a necessidade da direção crítica, ocultada por vezes na ingenuidade da realidade. Sinaliza, desse modo, a relação entre o trabalho social e o desvendamento das estruturas sociais, na perspectiva das resistências culturais. Desse modo, a totalidade histórico-cultural é produto da práxis humana, logo o trabalhador social deve atuar sobre as reais dificuldades da sociedade (Freire, 1969).

Sobre Paulo Freire, Scheffer (2013) explica o legado e o respaldo pedagógico, que serviu e ainda serve de referência e inspiração em diferentes saberes e profissões, tendo prestado contribuição valiosa e influenciado, tanto no Brasil quanto em outros territórios mundo afora, na construção das estratégias em defesa dos processos democráticos. Já na relação com o Serviço Social, Scheffer (2013), retoma a trajetória de Freire na relação com a vanguarda de docentes e profissionais engajados do Método BH, os quais apresentavam relação política com o movimento da Juventude Universitária Católica e da Ação Popular, agregando-se a isso a relação de Freire com as vivências no Movimento de Educação Básica (MEB), nas estratégias de sindicalização rural, nos vínculos nos Centros Populares de Cultura (CPC) e nos Círculos de Cultura.

Para Scheffer (2013), o pensamento de Paulo Freire e os enlaces com a profissão podem conferir a perspectiva de dois tempos, ou seja, “o primeiro é período desenvolvimentista-nacionalista. O segundo é pós 1964, quando Freire é preso e exilado no Chile.” (SCHEFFER, 2013, p.294). Sobre a vivência de exilado no Chile, Freire relata que:

foi vivendo a intensidade da experiência da sociedade chilena, da minha experiência naquela experiência, que me fazia repensar sempre a experiência brasileira, cuja memória viva trouxe comigo para o exílio, que escrevi a *Pedagogia do Oprimido*, entre 1967 e 1968. (FREIRE, 1992, p.53).

O vigor político-cultural do Chile se apresenta em uma conjuntura que elege democraticamente Salvador Allende como presidente do país, de 1970 a 1973. Ele se mantém no poder até o contexto do golpe de Estado. Freire teve engajamento

orgânico no Chile e aborda a sua participação nos “círculos de cultura” do país. Sobre esse trabalho faz referência ao filósofo francês Jean-Paul Sartre, acerca de ‘a consciência e o mundo’. Segundo Sartre, a consciência e o mundo “se dão ao mesmo tempo: exterior por essência à consciência, o mundo é, por essência, relativo a ela.” (SARTRE, 1965, p.25-26 apud FREIRE, 2005, p.81). *Pedagogia do Oprimido* é uma obra que responde em alguma medida aos anseios de seu tempo, das lutas pela democracia na América Latina, de posições contrárias à guerra do Vietnã, além de demarcar posição sobre as formas de autoritarismo. Portanto, “foi inscrita num período de efervescência do movimento estudantil, do movimento feminista, do movimento hippie, de questionamentos dos valores e de toda ordem instituída.” (SCHNORR, 2001, p.70).

A influência de Paulo Freire na Formação em Serviço Social, na Escola de Serviço Social de Porto Alegre, mostra-se anterior ao Currículo da formação de 1982, como menciona um dos depoimentos.

A Lúcia Castilhos, entre outras docentes, faziam um trabalho de Educação de Base, em Porto Alegre, contexto permeado de referência de Paulo Freire. Freire contribuiu muito com o Serviço Social, com sua leitura do humanismo, com a leitura da realidade. Estes debates se mostraram importantes, sendo significativos para adensar outras reflexões. A Zilah Totta naquele período era docente da educação. Sempre tivemos a faculdade do lado da educação, então eram freirianas, eram pessoas que discutiam a sociedade a partir de uma outra perspectiva. Não de uma perspectiva de apaziguamento das pessoas, ao contrário. Alguns docentes estudavam muito, muito. Mas a bibliografia demorou muito para ser introduzida.. A bibliografia crítica demorou bastante para ser adensada. A própria faculdade para entrar neste debate, demorou. E vamos dizer que ela agora tem um corpo de professores que trabalha mais com o conhecimento crítico. Demorou muito para este corpo docente ser maioria, sempre fomos uma boa minoria. (Docente 4, 2021).

A relação de Freire com a Escola de Serviço Social da PUCRS era antiga, consolidada pelas docentes Lúcia Castilhos, Ziláh Totta, e também, pela amizade com Ernani Fiori, vínculo esse intermediado inicialmente pelo professor Mário Reis nos anos 1950 (ANDREOLA; GHIGGI; PAULY, 2011). Em depoimento, um/uma dos/das entrevistados/entrevistadas retoma as vivências entre docentes e discentes na casa da Professora Notburga Reckziegel e compartilha que estes momentos eram acompanhados de leituras do prefácio da obra *Pedagogia do Oprimido*.

A *Pedagogia do Oprimido* foi lançada depois, quando eu já estava terminando o curso de graduação. Recordo das seguintes cenas: tínhamos um grupo de Assistentes Sociais ou de estudantes de Serviço Social, não lembro qual era a minha condição, o que é

relevante é que nos reunimos na casa da Notburga, para estudar a Pedagogia do Oprimido - a Pedagogia com o prefácio do Fiori - que alguém trouxe no meio de roupa suja da Argentina, clandestinamente. Este grupo estudava e fazia leituras conjuntas deste livro. Nunca passamos do prefácio, mas nossas reuniões ocorriam todas as semanas. (Docente 1, 2021).

Em suas trajetórias, o cruzamento entre Paulo Freire e Ernani Fiori se alicerçou no campo teórico e político-social. O prefácio da obra *Pedagogia do Oprimido* foi escrito por Ernani Maria Fiori, problematizando, em alguns trechos, a educação na sociedade de consumo e colocando a construção de Freire na relação com o comprometimento à vida, pela libertação do oprimido. Dessa forma, diz que:

Paulo Freire é um pensador comprometido com a vida: não pensa idéias, pensa a existência. É também educador: existência seu pensamento numa pedagogia em que o esforço totalizador da práxis humana busca, na interioridade desta, retotalizar-se como 'prática da liberdade'. Em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, 'a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes'. (FIORI, 2005, p.7).

Paulo Freire, por sua vez, ao mencionar a sua alegria com o prefácio escrito por Ernani Fiori, comenta: “É uma das melhores coisas que eu conheço sobre que diabo é essa pedagogia do oprimido. O prefácio é, no fundo, melhor do que o livro. É uma síntese extraordinária da compreensão do que eu dizia.” (FREIRE, 1992, p.285 apud ANDREOLA; GHIGGI; PAULY, 2011, p.4). Entre as primeiras aproximações de Freire com Fiori e a construção dessa obra, tem-se o contexto político de participação de Fiori no Movimento de Cultura Popular do RS. Durante o governo de Ildo Meneghetti (PSD) no estado, a professora Zilah Totta assumiu inicialmente a Secretaria de Educação e convidou diferentes pessoas para compor o campo da Cultura e Educação Popular, a fim de trabalhar em projetos de alfabetização de adultos, segundo o Método Paulo Freire (Andreola; Ghiggi; Pauly, 2011).

Sobre a perspectiva ontológica de Freire, Scheffer (2013) pontua que consiste na subjetividade forjada na opressão-libertação. Isso significa colocar em pauta as discussões da humanização em contraponto à desumanização, assim, a “desumanização é negação da vocação ontológica de ser mais. Cabe ressaltar que a visão de desumanização é histórica e não destino dado, podendo ser mudada, pois é produto de uma ordem injusta criada por meio da violência dos opressores.” (SCHEFFER, 2013, p.302). A relação oprimido e opressor permeia o compromisso de Freire com a libertação popular, em que “a superação desta condição exige um

compromisso autêntico com o povo que é representado na ação dialógica entre educador-liderança e educador-povo.” (SCHNORR, 2001, p.80).

Nesse horizonte, o Serviço Social acolheu a ontologia freiriana construída na conciliação entre humanismo cristão e o humanismo marxista. Desse modo, essa relação “proporcionou por uma lado uma compreensão do caráter humanista do pensamento marxista; entretanto, por outro lado subordinou seus princípios à metafísica da filosofia cristã.” (SCHEFFER, 2013, p.302). As contribuições de Freire ao Serviço Social, entretanto, são agregadas no contexto sócio-histórico apresentado, que permita igualmente o processo de crítica das ciências sociais, enquanto pura, autônoma e neutra (QUIROGA, 1991).

No bojo de toda essa discussão, Paulo Freire e seus Educação como Prática de Liberdade e a Pedagogia do Oprimido trouxeram para o Serviço Social inquietações no que se refere ao homem como sujeito de sua história, à discussão da prática pedagógica do assistente social, colocando para a profissão algumas indagações políticas que se desdobram em uma aproximação ao marxismo. (QUIROGA, 1991, p.86).

Scheffer (2013) afirma como a questão da opressão, na perspectiva de oprimido e opressor, constrói-se na direção da concepção das classes dominantes. Ao mesmo tempo, conforme a visão do autor, existe uma ênfase “na reprodução das estruturas externas (sociedade) na interiorização do sujeito (subjetividade), ou seja, o oprimido absorve a visão do opressor e espelha no seu cotidiano.” (SCHEFFER, 2013, p.303). A pesquisadora retoma, também, o contexto de inserção desse debate, o qual se gesta no movimento de reconceituação do Serviço Social, no processo de crítica aos valores e teorias estrangeiras que não dialogavam com a realidade latino-americana. Além disso, no período, consistia as críticas ao Serviço Social tradicional na contradição das particularidades da realidade da formação social e cultural latino-americano. Dessa forma, colocava-se em pauta a concepção abstrata e idealista de sujeito, a qual advinha do conceito de dignidade humana (SCHEFFER, 2013).

Dando seguimento ao mapeamento e à sistematização das obras e referências mais citadas na terceira etapa da pesquisa, a categoria Marxismo Clássico corresponde a 14 das 691 obras referenciadas e 24 referências de um total de 1.389.

QUADRO 14 - Categoria: Marxismo Clássico.

Categoria: Marxismo Clássico		
N.º	Autor/Autora	Nome do Livro
4	ALTHUSSER, Louis	Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado
3	VAZQUEZ, Adolfo Sanchez	Filosofia da práxis
2	ALTHUSSER, Louis e BADIOU, Alain	Materialismo histórico e materialismo dialético
2	FROMM, Erich	Conceito marxista do homem
2	FROMM, Erich	Psicanálise da sociedade contemporânea
2	LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov	Que fazer?
2	LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov	O que é marxismo?
1	LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulianov	As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo
1	GRAMSCI, Antônio	A formação dos intelectuais
1	GRAMSCI, Antônio	Concepção dialética da história
1	GRAMSCI, Antônio	Os Intelectuais e a Organização de Cultura
1	HELLER, Agnes	O cotidiano e a história
1	KOSIK, Karel	Dialética do Concreto
1	POULANTZAS, Nicos	O Estado em crise

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização da análise dos 55 Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados no Acervo Histórico da PUCRS de 1982 até 1996 (2021).

No quadro acima, registram-se as obras com maior incidência em Marxismo Clássico, dos trabalhos localizados no acervo histórico da PUCRS, conforme a amostragem da pesquisa. O filósofo marxista estruturalista francês Louis Althusser, com a produção de *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* consiste no aporte teórico mais recorrente nos Trabalhos (04), além da obra *Materialismo histórico e materialismo dialético*, fruto da parceria de Louis Althusser com Alain Badiou (02). Os dados da pesquisa revelam a parca expressão do Marxismo Clássico nos trabalhos do Currículo da formação de 1982 até 1996. Ainda que Althusser seja o

autor mais citado nos anos 1980, em contrapartida, aparecem outros autores, sinalizando o pluralismo no que tange ao debate acerca da formação no estado.

Quiroga (1991, p.101) contextualiza que Louis Althusser “teve uma posição significativa no movimento comunista internacional, colocando uma série de questões que tiveram algum sentido no contexto do movimento social do operariado europeu em determinado momento histórico.” Althusser ocupou uma posição de militante orgânico do Partido Comunista Francês por fazer parte dos quadros do partido ganhando reconhecimento internacional (COUTINHO, 2010). Além disso, Quiroga (1991) afirma que Louis Althusser consiste no autor que mais influenciou a formação dos docentes em Serviço Social no Brasil dos anos 1960.

Entre os desdobramentos da leitura de Marx, feita por Althusser, aponto, apenas uma repercussão desta que, reduzindo a proposição marxiana, rebateu no Serviço Social. Trata-se da separação feita por ele com relação à obra de Marx - os primeiros escritos, considerados filosóficos, contemplando a condição humana como geradora do seu próprio destino e os escritos que ele considerava na maturidade de Marx expressando sua proposição científica, baseada num entendimento mais estrutural da sociedade e sobrevalorizando a determinação econômica. (QUIROGA, 1991, p.101).

Konder (1985) pondera a importância da cautela quando se dá a adesão aos princípios teóricos do marxismo, e adverte sobre o risco de se cair em concepções estreitas, unilaterais e preconceituosas quando construídas de forma isolada. Isso significa, retomar a relevância coletiva da análise social a fim de fazer a história de modo consciente e ativo. Dessa forma, para Konder, “Althusser preocupou-se sinceramente, ao longo de muitos anos, com essas questões; mas sua concepção da história, que é a uma concepção antidialética, não o ajudou a encaminhar nenhuma solução para elas.” (KONDER, 1985, p.78).

Dentre as polêmicas travadas entre marxistas de diferentes tendências, no marxismo contemporâneo, as posições de Althusser vem sendo rejeitadas, destacando-se suas abordagens estruturalistas que recusam o historicismo e, logo, obscurecem a centralidade da práxis e do humanismo como concepção de mundo (COUTINHO, 2010). A base dos fundamentos Marxianos pela via Althusseriana, nessa perspectiva, voltam-se a uma concepção burocrática e conservadora do socialismo. Assim, “na versão de Althusser, o marxismo tende a converter-se numa técnica de dominação (econômica, política, etc.), com o inteiro abandono dos seus aspectos humanistas (democratização, construção do homem novo, etc.)” (COUTINHO, 2010, p.184-185). Portanto, corre o esvaziamento da dimensão

ontológica (a análise do ser) em detrimento à redução epistemológica (a análise do conhecimento) do materialismo histórico dialético, em Althusser. Assim:

Partindo da justa concepção de que o marxismo não é uma simples antropologia historicista, pretende enfrentar também questões do materialismo dialético; mas, por outro lado, reduz tais questões ao plano puramente epistemológico (com desprezo do ontológico), e por, outro substitui a autêntica epistemologia materialista por uma versão *up to date* da epistemologia formalista do neopositivismo. (COUTINHO, 2010, p.184).

Coutinho (2010), todavia, parte da hipótese de que Althusser estaria verdadeiramente convencido de suas análises, logo, suas interpretações resultam de uma intenção inconsciente, ao mesmo tempo, não ignora que a “miséria da razão” experimentada corresponde a um apoio ideológico ao pragmatismo. Enquanto sujeito de seu tempo histórico, as concepções neopositivistas de Althusser são sustentadas na análise de que a filosofia consiste apenas em prática, sendo, nesse sentido, desagregada de objetivo, do real ao alicerçar-se no esvaziamento da racionalidade dialética e materialista de Marx (COUTINHO, 2010). Dessa forma,

O conceito que, segundo Althusser, seria a chave de *O Capital* e da teoria marxista da história é aquela da ‘eficácia da estrutura sobre seus efeitos’. Em sua opinião, esse conceito - propriamente ‘científico’ - superaria as noções ‘ideológicas’ (ou ‘empíricas’) de totalidade concreta, do real como síntese de múltiplas determinações etc. Estabeleceria, ao contrário, que o real é constituído por um conjunto de ‘dados’ ou ‘elementos’ combinados por uma estrutura invisível, que só se manifesta em seus efeitos. (COUTINHO, 2010, p.200).

A teoria marxista constitui sínteses das múltiplas dimensões são constituídas a partir do concreto, do universal enquanto elemento constitutivo da própria realidade, ou seja, “unidade na diversidade: um processo dialético e histórico de crescente apropriação do real pelo pensamento e pela práxis dos homens” (COUTINHO, 2010, p.204) sendo o trabalho sua categoria basilar, o núcleo central da ontologia marxista.

Para o debate da profissão, particularmente o da formação em Serviço Social na década de 1980, a obra de Louis Althusser, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, apresenta, ainda que com os limites pontuados, contribuições valiosas à perspectiva da suposta neutralidade do trabalho, e das concepções em sua relação ao debate de Estado. Isso porque, Althusser, em suas formulações estruturalistas, concebe distinções entre poder de Estado e aparelho de Estado. Nesse contexto, os aparelhos representativos do Estado são concebidos nas suas formas de Governo, administração, exército, polícia, tribunais, etc. Já os aparelhos ideológicos do

Estado são constituídos pelos fenômenos expressos pela igreja, escola, família, sistema jurídico, sistema político, sindicatos, informação e cultura. Para Althusser, os aparelhos ideológicos do Estado são influenciados, ainda que secundariamente, pelos aparelhos repressivos do Estado, compostos pela forma de organização e execução do exército e da polícia (ALTHUSSER, 1970).

Dando continuidade, percebe-se que o debate em torno da dialética demarca em alguma medida as perspectivas das discussões dos trabalhos, pois aparece a partir de diferentes autores no levantamento de dados realizado, tanto na Categoria Marxismo Clássico quanto no principal eixo da categoria Intérpretes do Marxismo.

A categoria Intérpretes do Marxismo é composta de 17 de 691 obras e de 56 referências de um total de 1.389.

QUADRO 15 - Categoria: Intérpretes do Marxismo.

Categoria: Intérpretes do Marxismo		
N.º	Autor/Autora	Nome do Livro
24	KONDER, Leandro	O que é dialética?
6	CATANI, Afrânio Mendes	O que é capitalismo
3	SODRÉ, Nelson Werneck	A Farsa do Neoliberalismo
2	CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio	Homem e Sociedade
2	NETTO, José Paulo	O que é marxismo
2	SADER, Emir	Pós- Neoliberalismo
1	BRAVERMANM, Harry	Trabalho e Capital Monopolista
1	FREDERICO, Celso	Consciência Operária no Brasil
1	GRUPPI, Luciano	Tudo começou com Maquiavel: as concepções de estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci
1	IANNI, Octavio	Karl Marx: Coleção grandes cientistas sociais
1	IUCHNO, Adriana e NUNES, Denise Rolim	Teoria da crise: circunstâncias familiares acidentais
1	MALAGQDI, Edgar	O que é materialismo dialético
1	PAULA, João Antônio	A produção de conhecimento em Marx
1	SAIBRO, Maria Luiza F. e CHAUÍ, Marilena	Na democracia, os conflitos podem existir sem violência
1	SETUBAL, Aglair Alencar	Hegel e Marx: duas concepções para entendimento da práxis
1	WAITZKIN, Howard	Uma visão marxista sobre atendimento médico

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização da análise dos 55 Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados no Acervo Histórico da PUCRS de 1982 até 1996 (2021).

No mapeamento realizado, é possível identificar na categoria *Intérpretes do Marxismo* o filósofo Leandro Konder, com o livro *O que é dialética*, enquanto a obra mais citada. Isso significa que 24 alunas se reportaram a essa obra na construção de seus TCC's. Quando questionados sobre essa obra, *O que é dialética*, um/uma

dos/das entrevistados/entrevistadas diz: “trabalhei muito com o livro do Leandro Konder nas disciplinas que ministrava, mas outros docentes também se utilizavam desta referência. Vários professores também trabalhavam”. (Docente 4, 2021). Já em outra entrevista, também um/uma dos/das docentes apresenta lembranças do uso desta obra enquanto discente e, posteriormente, enquanto docente.

O que é dialética? do Konder. Tivemos a orientação de fazer a leitura deste livro na graduação, e nós lemos, apenas não recordo em qual disciplina. Eu fui ler este livro depois de já ter feito algumas leituras de Marx. Posso dizer que este livro ajudou muito, amei o conteúdo do livro! Depois, enquanto docente, trabalhei com este livro em sala de aula com os/as alunos/alunas. Eu gosto muito do Konder, ele tem muitos livros maravilhosos! O Lefebvre também. (Docente 3, 2021)

Em síntese, a obra compõe a série da “Coleção Primeiros Passos” da editora Abril Cultural: Brasiliense. O tema e o objetivo central do livro consistem em contextualizar a história da dialética de caráter dialético. A estrutura da produção textual é composta por dez capítulos, narrados de forma didática e acessível. Nessa obra, Leandro Konder traz as categorias centrais do método dialético crítico Marxiano. E na epígrafe deste livro, Konder reporta-se à Sartre para dar a direção de sua perspectiva de dialética, com referência à *Crítica da Razão Dialética*. Assim, repõe a seguinte citação:

A dialética, como lógica viva da ação, não pode aparecer a uma razão contemplativa. (...) No curso da ação, o indivíduo descobre a dialética como transparência racional enquanto ele a faz, e como necessidade absoluta enquanto lhe escapa, quer dizer, simplesmente, enquanto os outros a fazem. (SARTRE apud KONDER, 1985, p.6).

A relação de Leandro Konder e de sua obra *O que é dialética* junto à formação em Serviço Social na PUCRS, no currículo de 1982 a 1996, conforme as entrevistas realizadas, espalhou-se por diferentes docentes. Para Quiroga (1991, p.98), “Leandro Konder faz uma interessante reflexão sobre esse começo do marxismo no País, revelando, a influência positiva que envolveu tal introdução.” Isso porque, especificamente sobre o capítulo de origem da dialética, Konder realiza uma retrospectiva histórica da elaboração e das formas de interpretação pontuadas para a dialética, da Grécia antiga até o século XX. Esse contexto é permeado pela busca das concepções sobre a dialética e de seus interlocutórios em cada processo histórico.

Konder (1985) aponta que Aristóteles considerava Zênon de Eléa o fundador da dialética, tendo sua origem aproximadamente em 490-430 a. C. Além disso, o autor afirma que na Grécia antiga a dialética era considerada a arte do diálogo,

passando aos poucos a ser constituída enquanto “a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão.” (KONDER, 1985, p.7). Nesse contexto, a concepção de dialética no decorrer dos processos históricos e culturais passa por novos significados, sendo considerada na acepção moderna como “o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.” (KONDER, 1985, p.8). Isso significa, então, apreender os processos históricos e o modo de pensar a realidade no movimento contraditório. Dessa forma, a percepção moderna trazida por Heráclito de Éfeso, por volta de 540-480 a.C, evidencia-se na aceitação da dinâmica dos fenômenos, onde se pode “ler que tudo existe em constante mudança, que o conflito é o pai e o rei de todas as coisas.” (KONDER, 1985, p.8). Todavia, tal percepção não era consenso e na disputa de concepções a atribuição dada à metafísica prevaleceu. Portanto, tendo em vista a dialética com influência limitada, a metafísica de Parmênides ganha espaço amparada na concepção de que a essência profunda do ser era imutável. Com isso, o movimento (a mudança) era considerado fenômeno de superfície.

Konder (1985) informa que Aristóteles, antecessor de Heráclito, considerava que se estava atribuindo o nome de movimento a processos distintos; assim, estabelecia que “para explicar cada movimento, a gente precisa verificar qual é a natureza dele.” (KONDER, 1985, p.10). Embora se tenha avançado no estudo dinâmico e mutável do real, todavia, a dialética sofre novos ataques, enfraquecendo-se sobremaneira na Idade Média. Com o Renascimento e a invasão da América são postos novos pressupostos, os quais “mostraram que o ser humano era potencialmente muito mais livre do que eles imaginavam.” (KONDER, 1985, p.13).

O filósofo explica que pensadores como Montaigne e outros do Século XVII tinham suas percepções com distanciamento em relação à dinâmica social, do contexto político em que viviam, assim, “a visão que tinham da história – isto é, do processo transformador da condição humana e das estruturas sociais – ou era gratuitamente otimista, superficial, ou então assumia um tom melancólico, com conteúdo conservador negativista.” (KONDER, 1985, p.15). Para ele, o salto se deu com a Revolução Francesa, com os filósofos iluministas. Desse contexto, destacam-se as percepções de Diderot, o qual compreendeu a influência da sociedade no condicionamento do indivíduo. Ainda sobre Diderot, Konder (1985)

salienta a posição de importância que Hegel e Marx conferem a obra *O Sobrinho de Rameau*.

Na continuidade da obra, o autor explica que na segunda metade do Século XVII tem-se as contribuições de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), e há o debate em torno de suas concepções sobre as relações de classes sociais estabelecidas historicamente e da necessidade de democratização da vida social.

Observando a estrutura da sociedade do seu tempo e suas contradições, Rousseau concluiu que os conflitos de interesses entre os indivíduos tinham se tornado exagerados, que a propriedade estava muito mal distribuída, o poder estava concentrado em poucas mãos, as pessoas estavam escravizadas ao egoísmo delas. Rousseau considerava necessária uma democratização da vida social; para ele as comunidades efetivamente democráticas não poderiam basear-se em critérios formais, puramente quantitativos (a vontade de todos): precisariam apoiar-se numa vontade geral criada por um movimento de convergência que levaria os indivíduos a superarem a estreiteza do egoísmo deles, que os levaria a se reconhecer concretamente uns nos outros e a adotarem uma perspectiva universal (verdadeiramente livre) no encaminhamento de soluções para seus problemas. (KONDER, 1985, p.18-19).

Konder finaliza o capítulo enfatizando a importância de Diderot e Rousseau. Assim, no percurso da obra posta ao leitor, inicia-se com o debate sobre a *Origens da Dialética*; caminha pelas reflexões em torno de o que é *O Trabalho*; *A Alienação*; *A Totalidade*; *A Contradição e a Mediação*; *A “Fluidificação” dos Conceitos*; *As Leis da Dialética*; *O Sujeito e a História*; *O Indivíduo e a Sociedade*, e finaliza com *Semente de Dragão*, trazendo a relevância do espírito crítico e autocrítico enquanto característica essencial da dialética, tecendo a crítica aos comodistas, aos de ultraesquerda e aos tecnocratas.

Quiroga (1991) aponta o contraponto dessa obra, em seu momento histórico, as influências do Positivismo de Augusto Comte, e explica que “o positivismo secundariza as questões filosóficas mais amplas, considerando-as metafísicas, pois eram vistas como não científicas, rebaixando, assim, ainda mais, a precária trajetória de reflexões sistemática então dominante.” (QUIROGA, 1991, p.99). Além disso, Quiroga (1991) pontua sobre o processo sócio-histórico, o qual decorria com o desprezo pelas elaborações teóricas, e inclui-se a isso as precárias condições de acesso às obras de Marx e de sua pouca relevância entre os sujeitos das Universidades – atrofia maior deste adensamento percorre as imposições postas pelo Golpe de 1964.

Enquanto isso, a Categoria Temática do Marxismo corresponde a 27 de 691 obras e 49 referências, do total de 1.389.

QUADRO 16 - Categoria: Temática do Marxismo.

Categoria: Temática do Marxismo		
N.º	Autor/Autora	Nome do Livro
9	CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo	Cotidiano: conhecimento e crítica
6	BRANDÃO, Carlos Rodrigues	Pesquisa participante
4	DIAS, Maria Esther B.	A dialética do cotidiano
4	KOWARICK, Lúcio	Capitalismo e marginalidade na América Latina
2	BASBAUM, Leôncio	Alienação e humanismo
2	BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas	A construção social da realidade

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização da análise dos 55 Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados no Acervo Histórico da PUCRS de 1982 até 1996 (2021).

O registro do quadro acima expõe a fragilidade de obras e autores na categoria Temática do Marxismo. Sobre isso, pode-se inferir que são incipientes as críticas ao sistema capitalista do ponto de vista da totalidade e as estratégias de resistência, com vistas à emancipação humana, nos trabalhos do Currículo da formação de 1982 até 1996 da PUCRS. Demonstra-se, também, que o caminho escolhido e percorrido nos trabalhos se vincula ao debate do cotidiano, na perspectiva do trabalho profissional. Assim, enquanto parte constitutiva do tempo sócio-histórico vivenciado, as reflexões em torno da inserção do trabalho profissional nas instituições e a participação como processo de inserção nas comunidades são debates que permeiam as reflexões e as intervenções a partir da perspectiva do debate do cotidiano.

A obra de Maria do Carmo Brant de Carvalho e José Paulo Netto, *Cotidiano: conhecimento e crítica* é a mais citada nos trabalhos, sendo referenciada nove vezes. Essa obra, ainda que realize o diálogo com a categoria de Assistentes Sociais, foi considerada categoria Temática do Marxismo pela relevância para outras áreas das ciências sociais, ao passo que os autores informam estar cientes de estar

“atendendo a uma demanda clara entre os assistentes sociais (mas que também existia em outras áreas das ciências sociais): a discussão sobre o *cotidiano* ganhava espaço e havia pouco material brasileiro incidente sobre a polêmica.” (CARVALHO; NETTO, 2000, p.7). Complementa-se a isso o fato de a obra apresentar o debate do cotidiano na perspectiva de orientação crítica, ao passo que ambos os autores “utilizam o enfoque metodológico e se referem à mesma corrente de pensamento: a tendência dialética/revolucionária dentro do marxismo, inaugurada por Lukács e continuada por Henri Lefebvre, Lucien Goldmann, Karel Kosik e Agnes Heller.” (LOWY, 2000, p.10). Incluem-se na obra em questão dois debates centrais, o primeiro escrito por Carvalho com as reflexões sobre o “conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social”, e o segundo com o debate de Netto, adensado “para a crítica da vida cotidiana”.

As reflexões de Carvalho abrangem quatro pontos de análise. Na primeira parte, problematiza-se o cotidiano como fonte permanente de investigação e estudo. Sobre isso, pontua-se que “a vida cotidiana, faz algum tempo, é sobretudo o centro de atenção do Estado e da produção capitalista de bens de consumo.” (CARVALHO; NETTO, 2000, p.17). Nesse cenário, sob a abordagem de Lefebvre, considera-se a apreensão da vida cotidiana a partir da busca do real e da realidade, da totalidade no sentido histórico, do processo de estruturação e desestruturação e o respeito às possibilidades da vida cotidiana enquanto propulsora de resistência, para as transformações globais. Na segunda parte, traz reflexões em torno das características e dos conteúdos que envolvem a vida cotidiana, com aporte em Agnes Heller. Sobre isso, contextualiza-se a vida enquanto heterogênea e hierárquica e o cotidiano enquanto esfera precisa dos sujeitos concretos. Assim, a vida cotidiana permeia as relações sociais e as estratégias de sobrevivência, sendo, ao mesmo tempo, sujeito singular e genérico.

A vida cotidiana, nesse contexto, “se insere na história, se modifica e modifica as relações sociais. Mas a direção destas modificações depende estritamente da consciência que os homens portam de sua “essência” e dos valores presentes ou não ao seu desenvolvimento.” (CARVALHO; NETTO, 2000, p.29). Na terceira parte, por sua vez, dispõe-se sobre a relação entre o mundo cotidiano e os aspectos centrais da totalidade, na perspectiva do mundo mais amplo da modernidade. Sobre isso, alicerça-se inicialmente o contexto da revolução passiva do pós-guerra, a qual se constituiu no pacto estabelecido com a sociedade

capitalista. Essa revolução passiva apoia-se na despolarização dos processos que envolvem as relações entre capital/trabalho e Estado/classe dominante, e, também, no fortalecimento das relações classe trabalhadora/Estado, implicadas no pacto do Estado-Providência, arcabouço que abrange a substituição do sujeito cidadão para usuários de serviços e benefícios. Orquestrada pela burguesia capitalista, a revolução passiva constitui-se a partir da modernização, do progresso e das novas bases tecnológicas e repercutiu nos processos de individualização e de reificação do indivíduo.

Esse indivíduo que se relaciona com a alienação da vida cotidiana no sentido objetivo e subjetivo, pela abrangência dos moldes colocados pelas classes dominantes. São elementos que se colocam no vazio e na desesperança dos sujeitos ao se perceberem enquanto sujeitos coletivos. Assim, estabelece-se a relação espaço e tempo, nas múltiplas dimensões que o tempo atravessa o cotidiano. A passo que as questões relativas à queda do pacto de complementaridade entre os sujeitos, traz o isolamento e a solidão enquanto marcas da vida cotidiana moderna. Adensa-se a isso os impactos da modernidade e a sociedade pós-industrial, no hiato estabelecido entre as relações micro e macro, entre o institucional e o cotidiano, e, também, entre o sagrado e o espiritual no cotidiano.

Na quarta e última parte, apresenta-se o debate do cotidiano e a prática social a partir da particularidade da profissão. Essa se coloca no contexto das categorias do método, de explicação do espaço da práxis, do trabalho profissional na sua relação com a mediação, da mediação com dimensões das contradições, e a necessidade de pautar a direção social da prática pela via da construção coletiva. A reflexão aparece na relação das classes de oprimido e opressor, pela necessidade de rede de confiança social. Para isso, mostra-se indispensável ter, enquanto estratégia, a formação de uma diversa e extensa rede de relações sociais. Pela compreensão de que toda prática social é determinada de intenção, dinamismo, movimento e fluxo de relações, deve ser constante o repensar da prática.

Já o debate apresentado por Netto retoma o ecletismo teórico presente na profissão, chamando a atenção para o risco da cotidianidade na relação com o Serviço Social se reatualizar pelo racionalismo (vertente positivista) ou na derivação irracionalista (vertente fenomenológica). Além disso, Netto vai trazer as vertentes fundamentais da cotidianidade, a partir da vertente teórica de Lukács, as quais são

compostas pela heterogeneidade, imediaticidade e pela superficialidade extensiva. No campo da postura teórico-metodológica ampara-se em Kosik, pela reflexão da pseudoconcreticidade, em Lukács, na perspectiva da totalidade, e em Hegel, na dialética e no rigor do sujeito como ser prático e social. Posto que as categorias centrais neste debate são constituídas no movimento de apreensão das contradições estabelecidas na totalidade e na mediação. Diante disso, a crítica da vida cotidiana coloca-se na implicação da análise crítico-dialética.

Por último, a Categoria Marx e Engels corresponde a oito, de 691 obras, e 12 referências, do total de 1.389.

QUADRO 17 - Categoria: Marx e Engels.

Categoria: Marx e Engels		
N.º	Autor	Nome do Livro
2	MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels	Manifesto do Partido Comunista
2	MARX, Karl	O Capital: Crítica da Economia Política
1	MARX, Karl	O 18 Brumário e cartas a Kugelmann
1	MARX, Karl	Miséria da Filosofia
1	MARX, Karl	Contribuição à crítica da economia política
1	MARX, Karl	Manuscritos Econômicos Filosóficos e outros textos escolhidos
1	FRIEDRICH, Engels	A origem da família, da propriedade privada e do Estado

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da categorização da análise dos 55 Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados no Acervo Histórico da PUCRS de 1982 até 1996 (2021).

Deparam-se com os elementos do quadro nº16, da categoria Marx e Engels, com poucas referências, porém de variadas obras dos autores. Sobre isso, Simionatto (2018) convida a pensar que “o marxismo, portanto, é um processo, em permanente construção, conservação e superação, de formulação de novas sínteses, a partir das contradições e do movimento da própria história.” (SIMIONATTO, 2018, p.86). Nesse contexto, a dimensão política da profissão, no encontro do Serviço Social com a tradição marxista, não foi norteadada pelas fontes clássicas e contemporâneas, respaldada pelo cuidado teórico-crítico, mas “deu-se

por manuais de divulgação do ‘marxismo oficial’, aliado a contribuição de autores como Lênin, Trotsky, Mao, Guevara.” (IAMAMOTO, 2005, p.211).

Closs (2017) complementa ao inferir que tal aproximação superficial com o marxismo no percurso do Serviço Social se expressou no engajamento dos profissionais “ao compromisso político, a um ponto de vista de classe no papel da profissão, mas o mesmo não foi devidamente acompanhado por uma consciência teórica, que sustentasse a análise do processo social em sua totalidade.” (CLOSS, 2017, p.189-190). Nesse contexto, se reafirma a teoria marxista, a política explicativa da totalidade concreta, fundamentada no pressuposto de sua capacidade de explicação da realidade, dos elementos constitutivos da luta de classes. Assim, “o arsenal marxiano nos permite refinar o olhar sobre as contradições brasileiras e nos indicar que, na luta de classes, precisamos assumir nossa posição.” (PRATES; ANDRADE; ANDRADE, 2021, p.32).

Retomando a categoria Marx e Engel, as obras *Manifesto do Partido Comunista (2)* e *O Capital (2)* são as mais citadas. A obra marxiana deve ser estudada no contexto social, econômico, político e filosófico em que foram escritos. Neste sentido, as duas obras mais citadas na categoria Marx e Engels pertencem a dois momentos distintos da vida e da produção teórica e política de seus autores. Afirma-se nesta pesquisa a inseparável possibilidade de desvincular Marx e Engels, tendo em vista a relação de companheirismo que foram acompanhadas de parceria teórica, filosófica, política e militante entre ambos. A aproximação de Marx e Engels ocorreu por volta de 1844 atrelada às trocas de percepção teóricas e de cunho político-social. A paixão militante de Marx e Engels transborda em camaradagem, onde “Engels achava gratificante sacrificar a própria criatividade, contando que fornecesse a Marx recursos financeiros que o sustentassem e à família e lhe permitissem dedicar o máximo de tempo às investigações econômicas.” (GORENDER, 2013, p.19). A construção coletiva percorre a contribuição crítica de Engels e materializa-se, entre outras obras, no livro *A Sagrada Família* (1845); *A Ideologia Alemã*, escrita anteriormente mas com publicação em 1932;

A Ideologia Alemã encerra a primeira formulação da concepção histórico-sociológica que receberia a denominação de materialismo histórico. Trata-se, pois, da obra que marca o ponto de virada ou, na expressão de Althusser, o corte epistemológico na evolução do pensamento dos fundadores do marxismo. (GORENDER, 2013, p.19).

Em 1848 a partir da participação política da organização de emigrados alemães chamada Liga dos Comunista. Ali (2017) coloca que o Manifesto demarca o último documento do Iluminismo europeu e regista o materialismo histórico como um sistema de pensamento completamente novo. Foi, assim, “o produto de duas jovens mentes alemãs, dois intelectuais na casa dos vinte anos, ambos instruídos na tradição filosófica hegeliana que dominava Berlim e outras universidades da Alemanha durante a primeira metade do século XIX.” (ALI, 2017, p.11).

Embora a repercussão de sua primeira edição ficasse abafada por acontecimentos de tão grande envergadura, o *Manifesto* alcançaria ampla difusão e sobrevivência duradoura, torna-se um das obras políticas mais conhecidas em numerosas línguas. Num estilo que até hoje brilha pelo vigor e concisão, o *Manifesto* condensou o labor teórico dos autores em termos de estratégia e tática políticas, de tal maneira que o texto se tornou um marco na história do movimento operário mundial. (GORENDER, 2013, p.22).

O debate da obra *Manifesto do Partido Comunista* apresenta conteúdo e método teórico-político. Em síntese, refere-se a um programa político construído a partir das necessidades objetivas dos militantes orgânicos da Liga dos Comunistas. A Liga caracterizava-se enquanto um partido político da época. O Manifesto, assim, não parece inicialmente com o nome de seus escritores, uma vez que é fruto de reflexão e da realidade vivenciada coletivamente, ou seja, contém a plataforma de luta dos sujeitos envolvidos. Por isso, deve ser situada historicamente, nos marcos do movimentos da classe operária e do comprometimento com a ação revolucionária dos sujeitos de seu tempo sócio- histórico.

O documento teórico programático do Manifesto demarca a posição política de seus militantes e contextualiza a análise histórica da sociedade burguesa, na perspectiva de que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes.” (MARX; ENGELS, 2017, p.22). Com isso, munidos de argumentos, retomam os processos históricos que desencadearam a divisão da sociedade em duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado. Logo, “a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiam no passado.” (MARX; ENGELS, 2017, p.22). Assim, na trama do período, a engrenagem do capital se desenvolve a partir da exploração do trabalho da classe dos operários modernos que vivem do trabalho e isso aumenta o capital da classe burguesa. Este contexto é intensificado com a indústria moderna, o emprego de

máquinas e a divisão do trabalho. Portanto, “a condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado.” (MARX; ENGELS, 2017, p.32). Nesta perspectiva, toda luta de classes é uma luta política.

Para Marx e Engels, os interesses dos comunistas são os interesses do proletariado em geral, os sujeitos políticos da direção da revolução são os proletários. Contudo, “o objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.” (MARX; ENGELS, 2017, p.33). No Manifesto, a luta coletiva do proletariado em classe e dos comunistas constitui-se, entre outros elementos, da abolição da propriedade, uma vez que o capitalista é quem detém a propriedade e os meios de produção. E o trabalhador, quando muito, recebe somente o salário necessário para mera conservação e reprodução de sua existência. Assim, as concepções do partido, que fundamentam o Programa do Manifesto, são pontuados em 10 pautas programáticas, a saber:

1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra para despesas do Estado.
2. Imposto fortemente progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo.
6. Centralização de todos os meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado.
7. Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral.
8. Unificação do trabalho obrigatório para todos, organização de exército industriais, particularmente para a agricultura.
9. Unificação dos trabalhos agrícolas e industrial; abolição gradual da distinção entre cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país.
10. Educação pública e gratuita para todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Associação da educação com a produção material etc. (MARX; ENGELS, 2017, p.40).

A luta coletiva se constitui, também, pelo caráter internacional. Isso significa que “à medida que for suprimida a exploração do homem pelo homem, será suprimida a exploração de uma nação por outra.” (MARX; ENGELS, 2017, p.33). A afirmação do trabalho e os antagonismos de classes desencadeados pela revolução burguesa são contextualizados no marco das tendências da época, logo: do Socialismo Reacionário compreendido pelo socialismo feudal, pelo socialismo pequeno-burguês e pelo socialismo alemão ou o “verdadeiro socialismo”;

Socialismo Conservador ou Burguês e do Socialismo e o Comunismo crítico-utópicos. Por fim, o Manifesto expõe a relação do partido com os outros agrupamentos políticos, demarcando neste momento o comprometimento militante e o caráter dirigente-político de Marx e Engels. Faz-se um chamado para a luta, sem perder o horizonte da necessidade da organização política, para um futuro em aberto que depende da força do movimento revolucionário, no qual “os proletário nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 2017, p.51).

Por sua vez, “O Capital, a obra maior de Marx, está voltada ao estudo das leis de desenvolvimento da sociedade burguesa e suas tendências de mudança, que envolvem contratendências.” (IAMAMOTO, 2018, p.207). A primeira parte da obra intitulada *O Capital* é lançada na Alemanha em 1867 com Marx já próximo dos seus cinquenta anos e com acúmulo teórico de intelectual e militante orgânico. Isso significa que, “àquela altura, sua produção intelectual abrangia trabalhos de filosofia, teoria social, historiografia e também economia política.” (GORENDER, 2013, p. 14). Na esteira deste processo,

Rosdolsky rastreou na documentação marxiana, entre 1857 e 1868, nada menos de catorze esboços e notas de planos dessa obra. De acordo com o plano inicial, deveria constar de seis livros dedicados aos seguintes temas: 1) o capital; 2) a propriedade territorial; 3) o trabalho assalariado; 4) o Estado; 5) o comércio internacional; 6) o mercado mundial e as crises. À parte, um livro especial faria a história das doutrinas econômicas, dando ao estudo da realidade empírica o acompanhamento de sua expressões teóricas. (GORENDER, 2013, p.24).

Resultado de estudos e vivência político-militante constituída ao longo da trajetória de vida de Marx, *O Capital* materializa-se enquanto uma obra de economia política que abarca conteúdo denso, de unificação interdisciplinar das ciências humanas (GIANNOTTI, 2013). Além disso, a apropriação da dialética materialista percorre o trajeto de investigação e exposição da obra, tendo por objetivo criticar e explicar um modo de produção da riqueza essencialmente ancorado no mercado, ou seja, a troca de produtos sob a forma mercantil. Isso se conecta a centralidade do debate a qual consistia em “mostrar que esse excedente provém da diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que o trabalhador cria ao pô-la em movimento.” (GIANNOTTI, 2013, p.53). Desta forma,

No Livro I, trata-se do capital em sua relação direta de exploração da força de trabalho assalariada. Por isso mesmo, o *locus* preferencial é a fábrica e o tema principal é o processo de criação e acumulação da mais-valia. A

modalidade exponencial do capital é o capital industrial, pois somente ele atua no processo de criação da mais-valia. No Livro II, trata-se da circulação e da reprodução do capital social total. O Capital é sempre plural, múltiplo, mas circula e se reproduz como se fosse um só capital social de acordo com exigências que se impõem em meio a inúmeras flutuações e que dão ao movimento geral do capital uma forma cíclica. (GORENDER, 2013, p.33).

Com rigor acadêmico, Gorender (2013) analisa a perspectiva de uma linha divisória demarcada na obra *O Capital*, onde estão os Livros I e II, de um lado, e o Livro III, de outro. Para este, na obra não há separação entre questões microeconômicas e macroeconômicas, todavia, nesta linha divisória “os dois primeiros livros são dedicados ao ‘capital em geral’, ao capital em sua identidade uniforme. O Livro III aborda a concorrência entre os capitalistas concretos, diferenciados pela função específica e pela modalidade de apropriação da mais-valia.” (GORENDER, 2013, p.33).

No Livro III, os capitais se diferenciam, se individualizam, e o movimento global é focado sob o aspecto da concorrência entre os capitais individuais. Por isso mesmo, é a essa altura que se aborda o tema da formação da taxa média ou geral do lucro e da transformação do valor em preço de produção. De acordo com as funções específicas que desempenham no círculo total da economia capitalista - na produção, na circulação e no crédito -, os capitalistas individuais apropriam-se de formas distintas de mais-valia: lucro industrial, lucro comercial, juros, cabendo à propriedade territorial a renda da terra, também ela uma forma particular de mais-valia. A lei dinâmica direcionadora desse embate concorrencial entre os capitalistas individuais pela apropriação da mais-valia é a lei da queda tendencial da taxa média de lucro. (GORENDER, 2013, p.33).

Para Netto (2009) a estruturação da teoria marxiana se constitui a partir da filosofia alemã, da economia política inglesa e do socialismo francês, o que de imediato demarca o adensamento teórico-metodológico e sua relevância. O marxismo apresenta sua relevância na constituição sócio-histórica das ciências sociais ao trazer à tona as engrenagens do capitalismo e a necessidade de luta coletiva para sua superação. Sobre história e marxismo, Hobsbawm (1998) sintetiza o impacto da obra de Marx em quatro pontos de análise: no primeiro ponto, remonta a influência de Marx nos países não socialistas e, também, de sua importância enquanto principal influência na “modernização” da historiografia.

Já no segundo ponto, constitui a história marxista tomando Marx na forma escrita e discutida na predominância dos países, não como ponto de chegada e sim como ponto de partida. Dessa forma, para o autor, a história marxista utiliza mais seus métodos em lugar de comentar seus textos, buscando fazer algo do qual o próprio Marx não tinha ainda feito.

Enquanto isso, o terceiro ponto, contextualiza que “a história marxista hoje é pluralista. Uma única interpretação ‘correta’ da história não é o legado que Marx nos deixou: tornou-se parte da herança do marxismo, particularmente a partir de 1930 ou por volta dessa época...” (HOBSBAWM, 1998, p.184-185). Para o autor, o pluralismo na história marxista não só é um fato inelutável como, de mesmo modo, tem suas vantagens, uma vez que “a ciência é um diálogo entre diferentes opiniões baseadas em um método comum. Apenas deixa de ser ciência quando não há método para decidir qual das opiniões em contenta está errada ou é menos frutífera.” (HOBSBAWM, 1998, p.183-184).

No quarto e último ponto, Hobsbawm problematiza a relevância da relação entre história marxista e pesquisa histórica, ou seja, “a história marxista hoje não é, nem pode ser, isolada do restante do pensamento e da pesquisa histórica. Esta é uma proposição bilateral.” (HOBSBAWM, 1998, p.184). Isso porque:

O marxismo transformou tanto a viga-mestra da história que hoje é quase impossível dizer se uma determinada obra foi escrita por um marxista ou por um não-marxista...Gostaria de prenciar um tempo em que ninguém pergunte se os autores são marxistas ou não, porque os marxistas poderiam então estar satisfeitos com a transformação da história obtida com as ideias de Marx. Mas estamos longe de tal condição utópica: as lutas de classe e de libertação, ideológicas e políticas, do século xx são tais que isso é até inconcebível. Quando o futuro previsível, teremos que defender Marx e o marxismo dentro e fora da história, contra aqueles que os atacam no terreno político e ideológico. Ao fazer isso, também estaremos defendendo a história e a capacidade do homem de compreender como o mundo veio a ser o que é hoje, e como a humanidade pode avançar para um futuro melhor. (HOBSBAWM, 1998, p.184).

O debate teórico a partir dos espaços formais de ensino são trazidos na elaboração intelectual de pensadores e investigadores.

Por fim, pelo debate apresentado até aqui é possível inferir que o adensamento da teoria de orientação crítica da formação do Serviço Social vai ser constituída lentamente a partir da renovação do quadro docente; com a interlocução das Diretrizes de 1996 na Graduação e na Pós-graduação; com o engajamento dos docentes nas entidades representativas da categoria, e com a participação ativa do Movimento Estudantil.

O corpo docente foi modificando. Até que tivemos uma reunião que foi importante onde o Jairo, diretor na época, disse: ‘As diretrizes curriculares são estas. São elas que orientam a formação do Serviço Social e nós vamos ter que nos adaptar’. É uma vitória, foi uma vitória enorme. (Docente 4, 2021).

Anteriormente, no percurso da ditadura civil-militar e da reabertura democrática, alguns docentes se vinculavam a uma perspectiva de orientação

crítica da sociedade e das instituições. Estas, todavia, não apresentavam incorporação da teoria social crítica de Marx e Engels, nas disciplinas da formação em Serviço Social.

Havia muitas críticas, mas não eram ainda críticas marxistas. Pode-se considerar um embrião. Os alunos eram muito críticos, mas não era uma crítica marxista. Era uma crítica à sociedade, era um marxismo mas sem muito de dizer 'eu sou isso'. As pessoas criticavam a sociedade. Questionava-se o capital, questionava-se a opressão pelo capitalismo, questionavam-se as instituições. Havia um questionamento marxista sem dar a denominação de marxista. Parece que estava se formando essa identificação. Não havia, ainda, a fundamentação teórica para a crítica. (Docente 2, 2021).

Na década de 1990, as formulações teóricas produzidas a partir do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social e da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social começam a reverberar entre os docentes de Serviço Social da PUCRS do RS.

A partir dos anos de 1990 vai se tornando cada vez mais forte a ABESS e o CEDEPSS. Os alunos começam a participar das reuniões dessas entidades da categoria. Os alunos da graduação, mestrado e doutorado passam a estudar mais a teoria marxista. Os profissionais começam a estudar mais o marxismo e eu penso que a fenomenologia vai perdendo força. (Docente 2, 2021).

Agrega-se a isso a participação de Berenice Rojas Couto no CFESS e desta com o docente Sérgio no CRESS. O movimento e engajamento da categoria à luz do debate da totalidade reflete na produção teórica. Assim, os dados obtidos na pesquisa permitem deduzir que o caminho teórico de interlocução com o marxismo da formação graduada da PUCRS foi construído pelos marxistas clássicos Althusser e, posteriormente, Gramsci, o que reafirma-se no relato de entrevista do/da docente (2021), quando indagado/indagada sobre a presença de Freire, Althusser e Gramsci nas disciplinas do currículo da formação.

O marxismo foi surgindo. No início havia essa crítica marxista e depois vieram os autores. Os autores trazem para nós essa crítica. A teoria e a prática da tomada de consciência foram surgindo. Paulo Freire falava muito na tomada de consciência da realidade. A realidade era opressora e tinha que se tomar consciência dessa realidade. Falava-se muito na tomada de consciência. Althusser veio e disse 'as instituições são opressoras'. Os alunos, muitas vezes, eram radicais, 'como é que nós vamos trabalhar em uma instituição que é opressora?' E começa o questionamento das instituições. Gramsci apresenta outra forma de ver a situação: é possível trabalhar-se nessas instituições e tentar mudar essas instituições. Há possibilidade de mudança. A teoria marxista vai surgindo, aos poucos. (Docente 2, 2021).

A renovação do quadro docente do Serviço Social da PUCRS percorre o caminho das alterações teóricas às quais os docentes se filiam. Para uma

assistente social que iniciou a docência na PUCRS no currículo da formação em Serviço Social de 1996, o debate trazido por Paulo Freire apresenta sua relevância, ao mesmo tempo seus limites por apresentar aproximações com a fenomenologia.

Havia Paulo Freire, eu gostava do Paulo Freire! Mas tinha uma coisa que me incomodava às vezes. Eu gostava e me incomodava ao mesmo tempo com ele. Porque claro, tem a aproximação com a fenomenologia. Eu lembro que na época de aluna já apresentava algumas críticas. Eu gostava, mas quando ele falava da autonomia, sempre, muita ênfase na autonomia, eu ficava pensando: 'Mas ele não está relacionando tanto essa autonomia com a não-autonomia'. Claro que há outros autores, tu podes pegar Mészáros na atualidade. Eu fui estudar Lukács também que tem um pouco destas discussões. E tantos outros autores. Realmente fica frágil o debate. Mas o Paulo Freire é maravilhoso! Ele é muito otimista com as palavras, ele trabalha muito bem o texto, ele é muito bom nas palavras, ele toca no coração das pessoas. (Docente 3, 2021).

A tendência da fenomenologia vai gradativamente perdendo espaço, deixando de ser a corrente hegemônica. Na transição o marxismo vai ocupando a posição política de parte dos/das docentes, entre estes/estas de um/uma dos/das entrevistados/entrevistadas que diz: "Eu comecei a docência em 1996. Trabalhava diretamente com as Diretrizes Curriculares e com os textos de Marx, construindo uma metodologia." (Docente 3, 2021). Além disso, pela força política do conteúdo das Diretrizes Curriculares de 1996, a coordenação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS deliberou pelo adensamento do Marxismo.

Jairo, o diretor da faculdade de Serviço Social naquele momento, disse: 'Ah, eu preciso de algo novo, diferente.' Ele já estava na transição, a fenomenologia não estava mais respondendo às inquietações. Acredito que o Jairo estava com certa pressão para implementação das Diretrizes. Então ele queria inovar. A faculdade, em 1996, abriu um caminho para a entrada no marxismo. Aí começou a compor outros/outras docentes nessa mesma perspectiva. (Docente 3, 2021)

Portanto, é possível demarcar o predomínio de tendências não marxistas na formação graduada no Currículo de 1982. O que se coloca enquanto um legado para novas pesquisas e estudos em torno das expressões e tendências hegemônicas da formação. Isso significa, retomar a pesquisa buscando novos diálogos com os docentes; aprofundamento da análise bibliográfica e da análise documental na tentativa de compreender os debates, as referências e as obras dos 410 dos de 615 TCC's, ou seja, dos 66,66% do total TCC's que não atenderam aos critérios de inclusão por não apresentarem orientação crítica.

Quanto à pós-graduação na PUCRS, por meio de Ana Augusta Almeida e Creusa Capalbo, a tendência da fenomenologia alicerçou o mestrado em Serviço

Social. A interlocução da fenomenologia de Ana Augusta Almeida construiu-se, principalmente, através da docente Lúcia Castilho. Além disso, pesquisa realizada por docentes da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, entre 1993 a 1996, denominada “A construção de conhecimento em Serviço Social”, analisou as dissertações de mestrado produzidas entre o período de 1981 a 1995, e apresentou os resultados, enquanto relatório resumido, na 48ª Reunião Anual da SBPC, PUC-SP, de 07 a 13 de julho de 1996. A pesquisa constatou, além dos dados quantitativos de 75 dissertações produzidas, a aproximação com tendência nacional de múltiplas correntes filosóficas abarcando as abordagens teórico-metodológicas, no percurso da formação, ou seja, demarcando o caráter eclético da formação. Por meio análise documental, obteve-se a informação de que em 1991 o curso de Mestrado em Serviço Social da PUCRS passa por processo de avaliação, contando com a Comissão para credenciamento – contexto esse, todavia, em que não se localizou material documental a fim de se apontar os processos e desdobramentos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada dos estudos históricos da profissão se estruturou no pressuposto de que o currículo de 1982 é um marco na tentativa de rompimento com o Serviço Social conservador, de metodologia de Caso, Grupo e Comunidade. Neste sentido, partindo de escassas produções que abordam as especificidades do tema no RS, e de que existia uma metodologia hegemônica na profissão na época, buscou-se analisar a influência do marxismo na história da Escola de Serviço Social de Porto Alegre na formação da graduação da PUCRS, no período entre 1982 e 1996, a fim de dar visibilidade à história da profissão e problematizar os seus fundamentos. Assim, para desvendar como se deu a influência do marxismo na história da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, no período pesquisado, retomou-se as determinações históricas, os modos de expressão do marxismo e a compreensão dos docentes sobre o contexto analisado. A intenção do estudo foi retomar e compreender a história da sociedade e da profissão projetando o futuro com o aporte da Teoria Social Crítica de Marx. Orientado pelo movimento dialético, antecipa-se que as análises não se esgotam nesta dissertação e colocam-se enquanto síntese inacabada que exige sucessivas interpretações, aproximações e afastamentos para novos retornos ao tema.

A análise da pesquisa documental ocorreu no acervo histórico da Escola de Porto Alegre, com ênfase para os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's). O parâmetro quantitativo partiu da tese da Prof.^a Dr.^a Leonia Capaverde Bulla. A autora (1992) informa que o total de formandos entre 1948 até o primeiro semestre de 1991 corresponde a 1.186, respectivamente 51 homens e 1.135 mulheres, o que aponta para um predomínio feminino de assistentes sociais na Faculdade desde a sua origem.

Neste horizonte, a partir de Roteiro de Análise dos Trabalhos e de levantamento de dados foi possível verificar que o acervo é constituído de 615 volumes de Trabalhos de Conclusão de Curso do Serviço Social, datados do período estudado. Dos 615 Trabalhos, atenderam em suas etapas aos critérios de inclusão da amostra progressivamente 205, 86, 55 e 8 TCC's, não correspondendo aos critérios da pesquisa 410 TCC's. O quantitativo dos TCC's que atenderam aos

critérios de inclusão por apresentarem orientação crítica são inferiores ao quantitativo de TCC's excluídos da análise da pesquisa. É possível demarcar o predomínio de tendências não marxistas na formação no Currículo de 1982. O que se coloca enquanto um legado para novas pesquisas e estudos em torno das expressões e tendências hegemônicas da formação.

Os dados obtidos na pesquisa documental se conectam à revisão bibliográfica. Isso porque o processo metodológico contou com consulta na base de dados da Revista científica Serviço Social e Sociedade, publicada entre 1982 a 1996. O levantamento de dados realizado nos sumários da Revista Serviço Social e Sociedade permite evidenciar que entre os anos de 1982 até 1996, dos volumes 8º até 52º, a revista publicou o equivalente a 475 publicações, dos quais 36 artigos fazem referência à temática da formação e do ensino em Serviço Social. É possível concluir que a produção sobre a formação e o ensino em Serviço Social é escassa, representando menos de 7,57% do total da produção publicada na Revista.

Mas ainda era necessário ouvir os sujeitos que vivenciaram o processo histórico do novo currículo da formação. As entrevistas foram desenvolvidas a partir de Roteiros de Entrevista e foi adotado também o procedimento metodológico da construção de rede de história oral, com um total de sete entrevistas realizadas na pesquisa, totalizando quatro docentes: um que vivenciou o período enquanto aluno anterior ao currículo de 1982 e posteriormente enquanto docente; um que vivenciou o período anterior e posterior currículo de 1982 e que realizou sua tese de em torno do debate do currículo em questão; um que vivenciou enquanto docente o currículo de 1982 e também participou do CRESS e do CFESS na implementação das diretrizes curriculares de 1996 do Serviço Social; e um que era discente no currículo de 1982 e seu TCC encontra-se na última etapa dos critérios de inclusão da amostra da pesquisa, inicia sua carreira docente da PUCRS na implementação das diretrizes curriculares de 1996 do Serviço Social.

Neste contexto, se reconhece os limites do debate ao não adentrar em processos que envolvem a conjuntura internacional, seja na exposição da pesquisadora, seja nos dados obtidos na pesquisa. A Guerra Fria, a Revolução Cubana, as ditaduras na América Latina - na Argentina, Chile e Uruguai - Maio de 1968, a luta contra ditadura de Salazar em Portugal, a longa ditadura de Francisco Franco na Espanha, são processos históricos conectados à história do Brasil.

No que tange aos resultados da pesquisa, salienta-se que as determinações históricas que influenciaram na interlocução do marxismo com a Escola de Serviço Social de Porto Alegre devem ser contextualizadas no movimento sócio-histórico Brasileiro. Isso significa compreender os processos em torno das barreiras às liberdades civis, políticas e sociais alicerçadas na ditadura civil-militar de 1964 à 1985, em um cenário internacional de regimes autoritários, orquestrado no país pela Doutrina de Segurança Nacional. Neste contexto, a sistematização das informações da quarta análise da pesquisa, composta de 8 TCC's com citações diretas às obras de Marx e Engels, permite concluir que a concepção de história e a forma de apreensão e debate dos contextos sócio-históricos se diferenciam em cada TCC.

Ainda sobre a abordagem histórica, é possível analisar que mesmo os trabalhos os quais ampliam a reflexão sobre o contexto social, ainda assim são frágeis no debate sobre as relações entre as instâncias macro e microssocial, ou seja, entre o relato da experiência de estágio e o debate histórico realizado. Por vezes, a contextualização da história é descritiva, sem relação com os determinantes culturais, políticos, econômicos e sociais que os envolvem, demonstrando uma apropriação incipiente do marxismo. Sobre a história do Brasil, pontua-se que o contexto histórico da ditadura é o que mais aparece, em cinco de oito dos TCC's, com forte caracterização quanto ao governo autoritário que restringe as liberdades civis e políticas.

No que diz respeito ao movimento sócio-histórico do Serviço Social, constatam-se que dos oito TCC's analisados, em quatro deles as alunas não contextualizam a historicidade do Serviço Social. Em relação às atribuições privativas do trabalho dos profissionais em Serviço Social, em nenhum dos oito TCC's esse debate é demarcado. A problematização em torno das reflexões que envolvem a concepção de Serviço Social aparece em quatro TCC's. Todavia, o recorte estudado abarca, em sua predominância, o período anterior à Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662, de 7/6/93) e ao Código de Ética de 1993. A partir da análise foi possível identificar que a palavra trabalho se encontra relacionada ao trabalho na sociedade capitalista e, até mesmo, ao trabalho desenvolvido pelas pessoas nos seus campos sócio-ocupacionais. No entanto, o Trabalho das alunas, por vezes, vincula-se à concepção de ação profissional. Outro conceito que se desvela nos trabalhos diz respeito à concepção dos sujeitos atendidos, na relação atribuída enquanto cliente, presente em quatro de oito TCC's.

Sobre o trabalho profissional, identifica-se que em sete Trabalhos demarca-se o comprometimento das alunas com a população atendida. O compromisso social da profissão aliada à perspectiva do engajamento político junto aos movimentos sociais e comunitários, às instâncias parlamentares e aos espaços de organização da categoria, são demarcadas em três TCC's.

Sobre o contexto regional, ao reportar-se à análise em torno de sua história, apenas um, de oito trabalhos, apresenta este debate. Já a realidade das comunidades, as associações de moradores e as pautas de reivindicações comunitárias são apresentadas em apenas dois de oito TCC's. Os argumentos em torno do mundo do trabalho, das denúncias às formas de exploração do trabalho no capitalismo e da divisão social do trabalho, mostram-se presentes em cinco TCC's.

Faz-se necessário pontuar os movimentos de resistência, demarcados anteriormente pela Campanha da Legalidade, dos esforços coletivos em torno da luta pela Anistia, as determinações que envolvem as alternativas de protestos nas ruas e na institucionalidade com a formação político partidária, com o fim do bipartidarismo. A partir das rupturas e as permanências da realidade nacional e regional, apresentou-se os desdobramentos da nova Constituinte, conjuntamente ao debate da instauração dos novos partidos políticos e recuperou-se os primeiros passos sociais da democracia representativa, o percurso colocado na legalidade da nova constituição cidadã ao direito à Seguridade Social e à Proteção Social pública.

A efervescência do movimento contestatório no RS destaca-se em 1979, com a paralisação dos bancários, o início da greve do magistério público, o Movimento estudantil onde estudantes do RS participam do Congresso da UNE. A comunidade artística também manifestou protesto nesse período. Além dos movimentos de categoria, destaca-se a experiência da cooperativa de jornalistas Coojornal. Nesse processo de luta, entre avanços e recuos reivindicatórios, destaca-se o protagonismo e o surgimento de novas lideranças nacionais e regionais. Essas novas lideranças problematizam o direcionamento do movimento sindical e em 1983, em nível nacional é fundada a CUT e no ano seguinte a CUT-RS. Nos desdobramentos históricos, em 1984, vai ganhando forma o MST e no ano seguinte é realizado o 1º Congresso Nacional do MST. No RS, o Acampamento Encruzilhada Natalino foi o primeiro a instaurar famílias, com barracas de lona, na margem da estrada.

O Serviço Social é uma profissão construída por mulheres e homens com concepções de mundo. Seus referenciais ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos alicerçam a trajetória sócio-histórica dessa profissão. Logo, os fios condutores desta, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, são circunscritos a partir das contradições históricas nacionais da época, desvendando as tendências às quais os/as assistentes sociais se filiam na sociedade e no interior do Serviço Social. As tendências modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura (NETTO,2011) dizem respeito as filiações dos/das assistentes sociais brasileiros no período estudado, considerando enquanto particularidade do Rio Grande do Sul a vertente do Reformismo Reconceituador (CLOSS & MACHADO & ZACARIAS,2018).

No âmbito da temática pesquisada, das vertentes de orientação crítica ao Serviço Social, reverbera o debate já trazido por Netto (2011), de aproximação no Movimento de Reconceituação (1965), de intenção de ruptura com o “Método BH” (1971) e de sua maturidade nos marcos do III Congresso da Virada (1979), bem como a publicação da obra de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho intitulada: *Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação teórico-metodológica* (1982). Na processualidade das disputas pela direção social e política da profissão, a perspectiva de orientação crítica adentra as organizações institucionais da categoria através do CELATS, ALAETS e ABESS. Soma-se a isso os acúmulos do I ENESS (1978) e do III Encontro Nacional de Entidades Sindicais (1979). Parte deste contexto, de articulações da categoria a proposta de formulação do Currículo Mínimo de 1982 a partir da ABESS e também na sua revisão, originando a construção coletiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

O aprofundamento dos propósitos das vertentes de orientação crítica foram contextualizadas no marco das ditaduras latino-americanas pelo Movimento de Reconceituação da profissão. Percebe-se que alguns docentes, profissionais e estudantes participaram direta e indiretamente dos Seminários. Assim, os sujeitos contaram com o apoio direto da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, do Diretório Acadêmico, do Sindicato dos Assistentes Sociais e com o respaldo da Secretaria do Trabalho e Habitação, sendo menos atuante neste período o CRESS-RS. Os encontros Latinoamericanos são compreendidos por uma docentes enquanto fundamentais para construção da identidade profissional e para a formação dos currículos do Serviço Social. Evidencia a participação de docentes e

discentes de Porto Alegre e de Pelotas nestes Seminários. Além disso, o Movimento de Reconceituação da profissão é abordado, todavia, por apenas duas alunas dos oito TCC's; em um TCC a aluna apresenta crítica ao encontro de Araxá de 1967, pontuando que este se fez dentro de uma perspectiva liberal.

A construção crítica da análise da sociedade e da profissão adentra as organizações institucionais da categoria através do CELATS, da ALAETS e da ABEPSS. Para uma aluna, em seu TCC de 1990, a relação intrínseca se estabelece entre as movimentações históricas do Serviço Social e os desdobramentos constitutivos da ABESS. Já para uma docente, a relação das coordenações da instituição da PUCRS com a ABESS demonstrava ser protocolar. Isso porque existia o cumprimento das obrigações financeiras sem o adensamento da linha política, sem participação orgânica do corpo docente.

A categoria apresenta acúmulos e começa a disputar a linha de frente no III CBAS, no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais e no I ENESS. Sobre o movimento estudantil, foi possível identificar que três dos quatro docentes entrevistados participaram do diretório acadêmico do Serviço Social, em seus tempos de discentes.

Na universidade, o protagonismo se constrói no percurso dos sujeitos da Escola de Serviço Social da UCMG, com o movimento do "Método BH". A experiência dos sujeitos assistentes sociais docentes esteve vinculada ao Movimento de Educação de Base, orientada pela pedagogia de Paulo Freire e pela metodologia do Desenvolvimento de Comunidade. Em depoimento o/a docente (2021) relata que existiam algumas aproximações entre a experiência do Método de BH e as posições dos países do Sul da América Latina. Além disso, o movimento estudantil esteve presente nos Seminário de Atualização de Metodologia de Serviço Social realizado em Florianópolis, em 1971. Este encontro teve como uma das conferencistas a Professora Consuelo Quiroga e sua monitora Marilda Iamamoto, então estudante de Serviço Social. Na época os estudantes queriam participar dos encontros da categoria, mas foi negado tanto pela direção da faculdade como pela direção da ABESS.

A partir dos relatos das pessoas entrevistadas, se demarca a escassez da produção teórica dos profissionais do Serviço Social, a qual vai sendo gradativamente modificada na década de 1980, com adensamento consistente na produção na década de 90. Quanto às referências editoriais do período, na PUCRS,

um/uma docente (2021) relata que se utilizavam bibliografias traduzidas do inglês, os livros do CBCISS, a linha da América Latina, principalmente da Humanitas, e se tinha acesso a materiais do México e livros da Acción Crítica, a qual publica as Obras escolhidas de Marx. Quanto à publicação dos/das docentes na Revista Serviço Social e Sociedade, um/uma docente (2021) informa que existia divergência da linha teórica da PUCRS com a linha editorial da revista. A mesma pessoa informa que alguns docentes não sentiam necessidade de publicarem suas análises e pesquisas. Sobre a obra mais relevante do período estudado, intitulada *Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação teórico-metodológica*, ela foi citada em seis dos 55 TCC's, conforme a terceira etapa de análise da pesquisa.

A partir da compreensão das determinações históricas, tinha-se ainda enquanto desafio da pesquisa compreender de que modo se expressou o marxismo na formação da graduação e a compreensão dos docentes sobre a influência do marxismo na formação, considerando as tendências curriculares do período. Portanto, tentou-se analisar o currículo mínimo de 1982 e a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996, considerando suas continuidades e rupturas, seus avanços e seus desafios. Sobre o contexto da formação, vale lembrar que a educação no Brasil passou por diversas mudanças, sendo gradual a expansão e a institucionalização do ensino superior. O Estado militar da ditadura instaurada orquestrou a reordenação da educação nacional a partir de pactuações entre os sujeitos do MEC-USAID. Neste horizonte, durante a década de 1970, por um lado a conjuntura sócio-política levou a riscar o debate teórico-prático do Marxismo. Por outro, nem sempre vinculados às leituras e discussões marxistas, tem-se o movimento de crítica das ciências sociais, estabelecendo novos paradigmas às ciências humano-sociais. Dessa conjuntura, advém igualmente a privatização do ensino superior brasileiro na década de 1980, quando 70% das vagas de nível superior estão associadas às escolas particulares.

No currículo de 1982, em relação aos campos sócio-ocupacionais de maior expressão são conferidos à Empresa, seguido da LBA, depois da saúde e posteriormente o campo sócio-ocupacional de Infância e Juventude. Salienta-se que o debate da formação graduada em Serviço Social tem pouca expressão no discurso apresentado nos TCC's analisados. O processo de aprendizagem é o tema de um trabalho, logo, consiste em maior implicação no que tange a esse item de análise. O debate em torno da instituição de ensino e do corpo docente encontra-se

presente em dois TCC's. A supervisão docente é retratada enquanto algo importante no processo de formação. Já para outra aluna, existem fragilidades no processo de ensino e aprendizagem. A dimensão ético-política do trabalho profissional foi abstraída de três trabalhos. Os Projetos de estágio discente caminharam em diferentes direções.

Ainda sobre a análise dos TCC's, o movimento de alteração de uma consciência ingênua para uma consciência crítica aparece nos trabalhos relacionados à formação em Serviço Social. A Questão Social enquanto conceito não aparece em nenhum TCC da amostra, embora apareça o termo, com abordagem no plural, o que revela uma dificuldade de apreensão do mesmo. O que é agravado pelos resumidos apontamentos a respeito das conquistas da população, com frágeis problematizações em torno dos movimentos de resistência e das formas de enfrentamento das expressões da Questão Social.

Sobre o currículo mínimo de 1982, evidenciou-se a partir das entrevistas que foram poucos os professores que participaram das oficinas para a elaboração do currículo de 1982. O debate em torno do currículo da formação em Serviço Social não se mostra presente em seis de oito TCC's. Em um trabalho, a aluna chama a atenção para a relevância teórica da formação, resgatando a vinculação histórica da profissão com os princípios da caridade. Outra aluna, por sua vez, aponta o descompasso entre a formação proposta pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS na relação com a realidade posta. É comum para as duas alunas as fragilidades do currículo na relação entre os conteúdos teóricos e a prática vivenciada. Já uma docente comenta que a disciplina de Sociologia da PUCRS conferia um caráter eclético no currículo mínimo do Serviço Social, onde se discutia Filosofia, Marxismo, Positivismo - predominantemente Marxismo e Positivismo. Neste sentido, o contexto regional acompanhou o movimento nacional de renovação curricular teórica e criticamente progressista, com orientação de uma metodologia vinculada ao marxismo acompanhada de uma invasão às ocultas do positivismo (IAMAMOTO, 1991).

A partir da análise documental dos registros de atas da PUCRS no que diz respeito à formação e a disciplina de metodologia do Serviço Social, mostra-se maior presença deste debate na década de 1990, ainda que já seja possível identificar a vinculação com o trabalho de Anna Augusta de Almeida, com participação desde 1978, e de Maria Lúcia Martinelli, ministrando aulas em 1989 e

em 1995. A disciplina de Metodologia do Serviço Social também se fez presente nos trabalhos de José Paulo Netto (1990), Nobuco Kameyama (1992) e Marilda Villela Iamamoto (1993 e 1994). Sobre os diálogos com as entidades representativas da categoria profissional, por sua vez, aparecem registros em apenas dois encontros. O primeiro, em 1989, com a vinda da Assistente Social Maria de Fátima Azevedo Ferreira, Presidenta do CFAS, em visita à Faculdade de SS da PUCRS na companhia da Prof.^a Lia B. Lazzaroni. E o segundo, em 1992, com a presença da Assistente Social Lidia M. da Silva, Presidente da ABESS, para o Encontro Estadual de Cursos de Serviço Social e para a realização de palestra sobre “Aproximação do Serviço Social à tradição Marxista”.

Nos desdobramentos deste processo, no contexto de registro e sistematização das informações dos 55 TCC's, da terceira etapa de análise dos trabalhos, a mestranda realizou leitura da introdução de todos, a fim de identificar qual referencial teórico ou a qual metodologia a aluna visava construir a sua narrativa. Nesse sentido, evidenciou-se que poucos trabalhos demarcam tal informação, sendo possível obter a direção teórico-metodológica de apenas 15 deles, demarcados ora pelo ecletismo, ora pelo pluralismo.

No campo dos TCC's de orientação crítica, chama a atenção que em nenhum dos trabalhos consta algum tipo de fundamentação teórico-metodológica ancorada diretamente nas obras de Marx e Engels. Em apenas um TCC a aluna ao referenciar o autor Vicente de Paula Faleiros, demarca que ele está apoiado no pensamento marxista. Além disso, em dez de 15 TCC's, determina-se o alicerce do trabalho fundamentado em categorias da Dialética e no Método Dialético – sendo posto ora enquanto teoria, ora enquanto metodologia.

Quanto à pós-graduação na PUCRS, por meio de Ana Augusta Almeida e Creusa Capalbo, a tendência da fenomenologia alicerçou o mestrado em Serviço Social. A interlocução da fenomenologia de Ana Augusta Almeida construiu-se, principalmente, através da docente Lúcia Castilho. Além disso, pesquisa realizada por docentes da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, entre 1993 a 1996, denominada “A construção de conhecimento em Serviço Social”, analisou as dissertações de mestrado produzidas entre o período de 1981 a 1995, e apresentou os resultados, enquanto relatório resumido, na 48^a Reunião Anual da SBPC, PUC-SP, de 07 a 13 de julho de 1996. A pesquisa constatou, além dos dados quantitativos de 75 dissertações produzidas, a aproximação com tendência nacional

de múltiplas correntes filosóficas abarcando as abordagens teórico-metodológicas, no percurso da formação, ou seja, demarcando o caráter eclético da formação. Por meio análise documental, obteve-se a informação de que em 1991 o curso de Mestrado em Serviço Social da PUCRS passa por processo de avaliação, contando com a Comissão para credenciamento – contexto esse, todavia, em que não se localizou material documental a fim de se apontar os processos e desdobramentos.

Um breve recuo histórico permite inferir, de modo geral, que a partir dos anos 1960 o marxismo adentra nas universidades brasileiras. Em variadas disciplinas de ciências sociais, Marx emerge enquanto autor clássico (PAULA, 2020). Para lamamoto (2018), Marx constitui-se enquanto pensador clássico, cuja vida e produção teórica e prática vão além do seu tempo. Assim, entre avanços, retrocessos e permanências, os anos 1980 expressam a busca pela superação de análises dualistas. Certifica-se que o movimento que permeia a interlocução do marxismo na formação em Serviço Social brasileiro foi semelhante ao fluxo de sua penetração no RS, ainda que com particularidades específicas. A partir do levantamento de dados obtidos nas referências do 615 TCC's e das entrevistas realizadas, é possível afirmar que a interlocução com o marxismo na PUCRS afirma-se no currículo da formação de 1996. Em diálogo com o/a docente (2021), aponta-se possibilidades de existência do ecletismo no Currículo de 1982 da PUCRS, com alguns movimentos de orientação crítica, mas com predomínio da perspectiva fenomenológica.

As referências teóricas de orientação crítica da formação em Serviço Social do RS, no Currículo de 1982, percorrem um movimento de interlocução com Althusser, Freire, com o assistente social Faleiros e posteriormente com Gramsci. Na categorização das referências dos TCC's do Currículo da Formação em Serviço Social de 1982, é notória a relevância das obras de Vicente de Paula Faleiros.

Sobre as referências teóricas, deu-se visibilidade ao debate acerca das categorias apreendidas a partir da sistematização das 1.389 referências, presentes 55 TCC's, e, posteriormente, com as 691 obras mapeadas, foi possível fazer a categorização de todas elas. Depois da categoria Outros, em segundo lugar, apresenta-se a categoria Serviço Social, com 187 obras das 691, e 381 referências de 1.389. O Assistente Social Vicente de Paula Faleiros é o autor mais citado nos trabalhos. Além disso, suas obras são constatadas em diferentes categorias nesta pesquisa, o que afirma sua notabilidade na formação profissional em Serviço Social

e seu respaldo junto aos/às docentes da instituição de ensino. A obra mais frequente, entre os trabalhos da amostra da pesquisa, refere-se à *Metodologia e ideologia do trabalho social* (26 ocasiões). Em diálogo com um/uma docente (2021) é contextualizado o significado das obras de Faleiros, no seu conteúdo crítico e de vinculação com as Políticas Sociais, apresentando referência nas disciplinas da formação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pelotas e da PUCRS.

Posteriormente, a categoria Educação e Filosofia, correspondendo a 32 obras de 691, e 84 do total de 1.389 referências. Paulo Freire é o autor mais citado na categoria Educação e Filosofia, também com predomínio de obras nesta categoria. As duas obras de Freire mais citadas são: *O papel do assistente social no processo de mudança* (9) e *Pedagogia do Oprimido* (9). A relação de Freire com a Escola de Serviço Social da PUCRS é antiga, consolidada pelas docentes Lúcia Castilhos, Ziláh Totta, e também, pela amizade com Ernani Fiore. Em depoimento, o/a docente (2021) retoma as vivências entre docentes e discentes na casa da Professora Notburga e compartilha que estes momentos eram acompanhados de leituras do prefácio da obra *Pedagogia do Oprimido*.

Chama a atenção que tanto na categoria Serviço Social, com Vicente de Paula Faleiros, quanto na categoria Educação e Filosofia, com Paulo Freire, as obras mais citadas são escritas no contexto de exílio de ambos no Chile. Vale ressaltar que este país passava pela efervescência político-cultural e se apresentava em uma conjuntura que elegeu democraticamente Salvador Allende como presidente do país. O que demarca, também, a continuidade da aproximação e relação entre os/as docentes do Serviço Social gaúcho com os debates da América Latina.

Na sequência, a categoria Política Social, correspondendo a 66 obras de 691, e 112 referências do total de 1.389. Nessa, a obra mais citada é *Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise da Assistente Social Aldaíza Sposati* (10). A política de Assistência Social, bem como as políticas sociais públicas, passam por grandes metamorfoses no recorte temporal estudado. Neste horizonte, o debate do Estado encontra-se presente nos oito TCC's da quarta análise da amostra e a Política Social é debatida em seis TCC's. Além disso, esta obra é relevante quando concentra-se nas compreensões assumidas por segmentos da categoria, ou seja, as polêmicas em torno da centralidade do adensamento das políticas públicas em detrimento à Questão Social.

Dando seguimento ao mapeamento e à sistematização das obras e referências mais citadas na terceira etapa da pesquisa, a categoria Marxismo Clássico corresponde a 14 das 691 obras referenciadas e 24 referências de um total de 1.389. O filósofo marxista estruturalista francês Louis Althusser, com a produção de *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* consiste no aporte teórico mais recorrente nos Trabalhos (04), além da obra *Materialismo histórico e materialismo dialético*, fruto da parceria de Louis Althusser com Alain Badiou (02).

A categoria Intérpretes do Marxismo é composta de 17 de 691 obras e de 56 referências de um total de 1.389. O filósofo Leandro Konder, com o livro *O que é dialética*, aparece com a obra mais citada. Isso significa que 24 alunas se reportaram a essa obra na construção de seus TCC's. Em entrevista, o/a docente (2021) informa ser esta uma obra utilizada por muitos docentes da PUCRS.

Enquanto isso, a Categoria Temática do Marxismo corresponde a 27 de 691 obras e 49 referências, do total de 1.389. Sobre isso, pode-se inferir que são incipientes as críticas ao sistema capitalista do ponto de vista da totalidade e as estratégias de resistência, com vistas à emancipação humana, nos trabalhos analisados. A obra de Maria do C. B. Carvalho e José P. Netto, *Cotidiano: conhecimento e crítica* é a mais citada nos trabalhos, sendo referenciada nove vezes.

Por último, e não menos importante, a Categoria Marx e Engels corresponde a oito de 691 obras, e 12 referências do total de 1.389. A categoria Marx e Engels, possui poucas referências, porém de variadas obras dos autores. As obras *Manifesto do Partido Comunista* (2) e *O Capital* (2) são as mais citadas, as quais pertencem a dois momentos distintos da vida e da produção teórica e política de seus autores.

A profissão foi se constituindo e obtendo direção social por meio da vida material, das lutas de sujeitos concretos, a partir da inserção na divisão sociotécnica do trabalho, na relação que estabelece com projeto societários em disputa, dos quais a destruição e a banalização da vida e da natureza colocam em questão valores éticos, para a formação e o exercício profissional. Assim, o projeto expresso nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 apresenta uma determinada concepção de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para o Serviço Social. Sua construção de educação e formação apresenta processualidade histórica, a partir do reconhecimento das conquistas do Currículo de 1982 e de suas

fragilidades, concomitante ao movimento que fortalece e sustenta suas inovações

Evidencia-se a Questão Social enquanto eixo central articulado com o trabalho no âmbito das relações sociais. Isso significa desenvolver a apreensão da Questão Social enquanto categoria teórica e histórica, em sua indissociabilidade com a formação e o trabalho profissional. A Questão Social, desse modo, é compreendida nas determinações de desigualdades e disparidades que configuram as expressões nas quais o Serviço Social realiza o seu trabalho e, assim, estabelece vínculos de mediações entre o exercício profissional e suas intervenções na realidade posta, no contexto social no qual se insere.

Desta forma, retomar a história da sociedade e da profissão é parte constitutiva das possibilidades de compreensão dos Fundamentos que ancoram o Serviço Social. Considera-se que existem diversas posições em torno do debate que envolvem os seus Fundamentos e de divergências no que tange à apreensão da categoria na perspectiva da Teoria Social Crítica de Marx. Por meio dos seus fundamentos, é construída uma nova lógica curricular que, através de um conjunto de conteúdos articulados entre si, compõem os pressupostos para a formação acadêmica e profissional. O contato dos três núcleos, portanto, busca superar a abordagem tripartite da história, da teoria e do método no Serviço Social, em sua dimensão formativa.

O percurso apresentado até aqui permite concluir que o adensamento da teoria de orientação crítica da formação do Serviço Social vai ser constituída lentamente a partir da renovação do quadro docente; com a interlocução das Diretrizes de 1996 na Graduação e na Pós-graduação; com o engajamento dos docentes nas entidades representativas da categoria; e com a participação ativa do Movimento Estudantil. Assim, se questiona e se supera teórica e criticamente o Currículo de 1982 na PUCRS e a tendência da fenomenologia vai gradativamente perdendo espaço, deixando de ser a corrente hegemônica.

Portanto, é possível demarcar o predomínio de tendências não marxistas na formação no Currículo de 1982. O que se coloca enquanto um legado para novas pesquisas e estudos em torno das expressões e tendências hegemônicas da formação. Isso significa, retomar a pesquisa buscando novos diálogos com os docentes; aprofundar a análise bibliográfica e a análise documental na tentativa de compreender os debates, as referências e as obras dos 410 dos de 615 TCC's, ou

seja, dos 66,66% do total TCC's que não atenderam aos critérios de inclusão por não apresentarem orientação crítica.

4. REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de Nov. 1996). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional (documento ABESS/CEDEPSS Nov, 1995). **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, O serviço social no século XXI – Ano XVII. São Paulo: Cortez,p.143-171,1996.

ALI, Tariq. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970. Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideolc3b3gicos-do-estado.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

ANDRADE, Maria A. R. O Metodologismo e o Desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro (1947 a 1961). **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca,v.17,n.1,p.268-299,2008.

ANDREOLA, Balduino Antonio; GHIGGI, Gomercindo; PAULY, Evaldo Luis. Paulo Freire no Rio Grande do Sul - Diálogos, Aprendizagens e Reivindicações. **Revista E-Curriculum**.São Paulo,n.3,v.7,p.1-20,dez.,2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/7600/5550>. Acesso em: 7 ago. 2021.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair B. Para onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**,Salvador,v.28,n.75,p.511-528, 2015.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Jairo M.; BULLA, Leonia C.; FERNANDES, Idília; KERN, Francisco. A construção do conhecimento no mestrado em Serviço Social da PUCRS. **Revista Veritas**, Porto Alegre,v.41,n.164,p.715-727,dez.,1996.

BAPTISTA, Myrian V.; RODRIGUES, Maria L.A produção do conhecimento e o Serviço Social. In: A formação pós-graduada - Strictu Senso - em Serviço Social: papel do pós-graduação na formação profissional e desenvolvimento do Serviço Social. **Cadernos Abess n.5**, A produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

BARBOSA, Vânia M.; FERNANDES, Ananda S. F.; LOPES, Vanessa A.; PADRÓS, Enrique S. Prefácio.In: PADRÓS, Enrique S...**A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória. Volume 4: o fim da ditadura e o processo de redemocratização. Porto Alegre: Corag, 2009.

BATISTONI, Maria R. O movimento de reconceituação no Brasil: o projeto profissional da Escola de Serviço Social de Minas Gerais (1964-1980). **Revista Em Pauta**,Rio de Janeiro,v.15,n.40,p.136-150,2017.

BAUER, Caroline S. **Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar**: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BONI, Marcela. História oral temática: particularidades metodológicas. **Fala Escrita**, 2013. Disponível em: <https://falaescrita.wordpress.com/2013/01/29/historia-oral-tematica-particularidades-metodologicas/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira, **Psicologia & Sociedade**, v.1, n.15, p. 57-96, jan./jun.2003.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio de 2016. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD> >. Acesso em: 29 ago. 2021.

BRAVO, Maria I. S. **Política de Saúde no Brasil**. In: Capacitação para Conselheiros de Saúde - textos de apoio. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.

_____. O Significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, p. 679-708, out./dez., 2009.

BULLA, Leonia C. **Serviço Social, Educação e Práxis**: tendências teóricas e metodológicas. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

_____. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.2, n.1, dez., 2003.

_____. Serviço Social, Educação e Práxis: tendências teóricas e metodológicas. **Revista Veritas**, Porto Alegre, n.156, v.39, p.561-752, dez, 1994.

CARLOS, Sérgio Antônio. **Memorial Descritivo**: progressão para professor titular. Departamento de Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

CARVALHO, Maria do C. B; Netto, José P. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo, Cortez, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CLOSS, Thaisa; MACHADO, Graziela S.; ZACARIAS, Inez R. Reconceitualização latino-americana e a ditadura no Brasil: a renovação do serviço social gaúcho. **Revista**

Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.135, p.327-345, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.181>. Acesso em: 30 ago. 2021.

_____. Reconceituação latino-americana e a ditadura no Brasil: a renovação do serviço social gaúcho. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.135, p.327-345, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.181>. Acesso em: 30 ago. 2021.

_____. CLOSS, Thaisa; MACHADO, Graziela S.; ZACARIAS, Inez R. Antecedentes da Reconceituação Latino-Americana na Escola de Porto Alegre-RS. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.67-80, jan./jul. 2018.

_____. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. Curitiba, PR: CVR, 2017.

CLOSS, Thaisa; CARLOS, Sérgio A. **Fundamentos e memória histórica do Serviço Social**: particularidades da profissão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS – PPGPSSS, 2018.

COELHO, João G.L. Depoimento sobre o tortuoso processo de abertura política. In: PADRÒS, Enrique S... (et al). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória. Volume 4: o fim da ditadura e o processo de redemocratização. Porto Alegre: Corag, 2009.

CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DO RS 10º REGIÃO (CRESS 10ª REGIÃO). Histórico. Porto Alegre: CRESS10º Região. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/conselho/cress-10-regiao>. Acesso em: 2 ago. 2021.

CORNELY, Seno A. Crônicas de uma História Recente: alguns avanços que deram maior visibilidade ao serviço social gaúcho, especialmente à Faculdade de Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.15-26, jan./dez, 2002.

COUTINHO, Carlos N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos Abess n.4**, Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1995.

COUTO, Berenice R; YAZBEK, Maria C.; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: Couto, Berenice R; YAZBEK, Maria C.; SILVA, Maria O. da S.; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DEMIER, Felipe; DURIGUETTO, Maria L. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argum**, Vitória, v.9, n.2, p.8-19, maio./ago. 2017.

DOCUMENTÁRIO ABEPESS 70 ANOS. Ano: 2017. Direção: Leile Teixeira, Marcos Limonti e Rodrigo Teixeira. Duração: 93min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j1f9a_9NLIw&t=72s. Acesso em: 10 nov. 2020.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. ENESSO. Documentos

Básicos, História da ENESSO. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/enesso/historia/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1997.

FERNANDES, Amanda S. A coordenação repressiva entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). In: PADRÓS, Enrique S. **CONE SUL em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente**. Porto Alegre: Evangraf / UFRGS, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FIORI, Ernani M. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FLORES, Paulo. A tribo da resistência. In: PADRÓS, Enrique S....(et al). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Volume 4: o fim da ditadura e o processo de redemocratização. Porto Alegre: Corag, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. O papel do assistente social no processo de mudança. **Revista Hoy Del Trabajo Social**, Argentina, 1969.

FREIRE, Paulo. **Paulo Freire e a Teologia da Libertação. Vídeo**. Disponibilizado em: <https://www.youtube.com/watch?v=OsLHMA3EU0k>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GIANNOTTI, José A. Considerações sobre o método. In: MARX, KARL. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

GOHN, Maria da G. **Movimentos Sociais e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba**. Porto Alegre: PUCRS, 2016.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, KARL. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

GUERRA, Yolanda ... (et al). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**, Campinas: Papel Social, 2018.

GUERRA, Yolanda. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, Marilda V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019.

_____. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.18,n.2,p.204-226, ago./dez.,2018.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.120, p.609-639, out./dez., 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo, Editora Cortez, 2012.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. A produção científica e formação profissional. In: Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. **Cadernos Abess n.6**, Produção científica e formação profissional,Cortez: São Paulo, 1993.

_____. Apresentação. In: QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo**: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

IANNI, Octavio. Globalização e nova ordem internacional. In: FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel A.R; ZENHA, Celeste (org.). **O Século XX o tempo das dúvidas**: do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2002.

_____. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR**; on-line;Campinas,v.11,n.41,p.397-416, abr.,2011.

IVO, Anete B. L. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. **Caderno CRH**, Salvador,v.23,n.58,p.17-33,jan./abr.,2010.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Telma C.S; MIOTO, Regina C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**,Florianópolis,v.10,n.esp., p.37-45,2007.

LOWY, Michael. Prefácio. In: CARVALHO, Maria do C. B; Netto, José P. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo, Cortez, 2000.

MACHADO, Loiva M. de O. **Controle Social da Política de Assistência Social**: caminhos e descaminhos. Porto Alegre: Edipucrs,2012.

MAGUÑA, Alejandrino. Prefácio. In: SPOSATI, Aldaíza de O...[et al]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1986.

MAIO, Isabella de S.; REIS, Thaís P. A pesquisa histórica do Serviço Social no CELATS: registro da renovação profissional em história do Serviço Social na América Latina e relações sociais e serviço social no Brasil. **XVI ENPESS**. Espírito Santo: UFES, dez. (2-7),2018.

MARTINELLI, Maria L. (org.). A pergunta pela identidade profissional do serviço social: uma matriz de análise. **Revista Serviço Social e Saúde**, Campinas, v.12, n.2(16), p.145-146, jul./dez.2013.

_____. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **A ideologia Alemã**. Expressão Popular: São Paulo, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

MEIHY, J. C. S.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2017.

MINAYO, Maria C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conselho Federal de Educação. **Parecer n.º 412, de 05 de agosto de 1992**. Anteprojeto de reforma curricular. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MONTAÑO, Carlos. O Serviço Social na América Latina e o Debate no Brasil. Dossiê Serviço Social na América Latina. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n.22, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/57/56>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Disponível em: <https://www.mdb.org.br/conheca/historia/>. Acesso em: 2 ago. 2021

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A luta do acampamento Encruzilhada Natalino**. Nossa História (1970-1982). Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

MUCINHATO, Rafael M. D. **Um passo adiante, dois passos para trás: o PMDB de 1979 a 1982**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MURARO, Rose M. **Memórias de uma Mulher Impossível**. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 2000.

NETTO, José Paulo. **KARL MARX: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no pós-64**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n.3, ano II, p.51-62, jan./jun., 2001.

_____. Relendo a teoria marxista da história. In: Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Unicamp, FE, **HISTEDBR**, 1997. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/mesa06.rtf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

_____. Notas sobre o marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do ensino. **Cadernos Abess n.4**, Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O Processo de formação do Assistente Social. In: Teoria, método e história na formação profissional. **Cadernos Abess n.1**, O processo de formação profissional do Assistente Social, São Paulo: Cortez, 1986.

_____. Prefácio. In: SPOSATI, Aldaíza de O...[et al]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1986.

OLIVEIRA, Augusto N. C. de. Os sistemas partidários no Rio Grande do Sul: do Império à Nova República. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.25, p.87-132, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/svGXZCHzkkPsFBnJyqjwn3t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2021.

OLIVEIRA, Valéria C. A. de. **A influência do pensamento de Paulo Freire para o Serviço Social do nordeste brasileiro (1950-1963)**. VIII Colóquio Internacional Paulo Freire - Educação como prática da liberdade: saberes, vivências e (re) leituras em Paulo Freire. Recife: UFPE, 2013.

PADRÓS, Enrique S.; GASPAROTTO, Alessandra. Gente de menos - nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985). In: PADRÓS, Enrique S....(et al). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Volume 4: o fim da ditadura e o processo de redemocratização. Porto Alegre: Corag, 2009.

PALMA, Diego. Prefácio. In: SPOSATI, Aldaíza de O...[et al]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1986.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Disponível em: <https://pcdob.org.br/apresentacao-do-partido/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/o-pdt/historia/>. Acesso em: 2 ago. 2021

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Disponível em: <https://pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Disponível em: <https://ptb.org.br/PTB/programa-e-estatuto-do-ptb/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. **Programa Estatutário do PTB**. Brasília (DF), nov., 2020. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/assets.ptb.org.br/wp-content/uploads/2021/02/08140156/Estatuto-2021-Ebook.pdf>Acesso em: 2 ago. 2021.

PASCHOAL, Amália M. **A questão do método no ensino do Serviço Social**: um estudo na perspectiva marxiana. Tese (doutorado em Serviço Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PAULA, João A. de. Apresentação. In: NETTO, José Paulo. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

PEREIRA, Iuri B. **1978**: um ano, muitos tempos: O “novo” sindicalismo na coleção imprensa alternativa e sindical do Centro de Documentação Social (CDS-NPH): exposição e instrumento de pesquisa. Bacharelado (Trabalho de Conclusão de Curso) — Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n.3, ano II, p.51-62, jan./jun., 2001.

_____. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2011.

PERES, Lígia. Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul. In: **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória. Porto Alegre: Corag, 2009.

PRATES, Jane C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.11, n.1, p.116-128, jan./jul, 2012.

_____; PRATES, Flávio C. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v.2, n.15, p.111-125, jun./dez., 2009.

_____. O Método e o Potencial Interventivo e Político da Pesquisa Social. **Revista Temporalis**, Recife, v.5, n.9, jan./jun, 2005.

QUINALHA, Renan H. **Justiça de Transição**: contornos do Conceito. São Paulo: Outras expressões; Dobra, 2013.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo**: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a Questão Social na grande cidade. **Revista Lua Nova**. São Paulo. n.69, p.13-48, 2006.

RODEGHERO, Carla S. Para uma história da luta pela anistia: o caso do Rio Grande do Sul (1974–1979). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.1, n.1, p.99-122, 2009.

SANTOS, Leila L. Entrevista em memória. Serviço Social na América Latina (1970-1980). **Revista em Pauta**, n.º20. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

SARTRE, Jean-Paul C. A. El Hombre y las Cosas. Buenos Aires: Losada S.A., p.25-6, 1965. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SARTRE, Jean-Paul C. A. Crítica da Razão Dialética. In: KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

SCHEFFER, Graziela. Pedacos do Tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.292-311, jan./jun.2013.

SCHNORR, Giselle M. Pedagogia do Oprimido. In: SOUZA, Ana I. **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO SINDICAL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Pela Unidade da Classe Trabalhadora: autônoma, livre e classista**. 01/11/2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/869>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SILVA, José F. S. da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.6, n.2, p.282-297, jul./dez., 2007.

SILVA, Juremir M. da. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Maria O. S. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Formação Profissional do Assistente Social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão**. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, Pedro L. B. Prefácio. In: SPOSATI, Aldaíza de O...[et al]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1986.

SIMIONATTO, Ivete. As Abordagens Marxistas no Estudo dos Fundamentos no Serviço Social. In: SPOSATI, Aldaíza de O...(et al). **Serviço Social e Seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

SODRÉ, Nelson W. **História militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Ana I. Educação e atualidade brasileira: a emersão do povo na história. In: ALBUQUERQUE, Targélia de S.; BERTOLINI, Marilene A. A.; SCHNORR, Giselle M.; SCHWENDLER, Sônia F.; SOUZA, Ana I.; ZANETTI, Maria A (org.). **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SPOSATI, Aldaíza de O...(et al). **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1986.

TEIXEIRA, Rodrigo J. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir dos Núcleos de Fundamentos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Tese (doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VECHIA, Renato da S. D. **O ressurgimento do Movimento Estudantil Universitário Gaúcho no processo de redemocratização: tendências estudantis e seu papel (1977-1985)**. Tese (doutorado em ciência política) — Programa de Pós-Graduados em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VILLAVERDE, Adão. Resgate histórico e afirmação do movimento estudantil. In: PADRÒS, Enrique S....(et al). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):** história e memória. Volume 4: o fim da ditadura e o processo de redemocratização. Porto Alegre: Corag, 2009.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

YAZBEK, Maria C.; MARTINELLI, Maria L.; RAICHELIS, Raquel. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda....(et al). **Serviço Social e Seus Fundamentos:** conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, Maria C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. **Direitos Sociais e Competências Profissionais,** Brasília: CFESS, 2009.

ZACARIAS, Inez R. **A mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em Serviço Social.** Tese (doutorado em Serviço Social) — Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

5. APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ANÁLISE DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO EM SERVIÇO SOCIAL (1982 - 1996)

Roteiro de Análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social (1982 - 1996)

1. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Número do TCC analisado:

Ano do TCC analisado:

Título:

Autor/Autora:

Orientador/Orientadora:

Nota/grau:

Espaço sócio-ocupacional:

Temática:

Número de Referências do documento:

Categoria Marx e Engels:

2. ANÁLISE DA REALIDADE SOCIAL

2.1 Análise de totalidade (local, regional, país e internacional) , percepção ampla da realidade (histórica, cultural, política, econômica)

2.2 Mundo do Trabalho

2.3 Concepção de Estado e Política Social

2.4 Questão Social, desigualdades, população e resistências

3. ANÁLISE DA PROFISSÃO

3.1 Concepção de profissão e história da profissão

3.2 Trabalho, ação profissional, experiência realizada

3.3 Formação, Estágio e Currículo da Formação

4. MARX E ENGELS

5. REFERÊNCIAS

6. ANÁLISE GERAL DO TCC

7. OUTRAS OBSERVAÇÕES

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista

Nome completo e data de nascimento do (a) entrevistado (a):

Entrevistadores (as):

Data e Local da entrevista:

Breve Biografia:

1. Como foi o seu “encontro” com a docência e que memórias você possui deste período?
2. Como era a realidade social da época de docente, quais eram os principais desafios e inquietações da profissão e da formação na época?
3. Recorda os nomes de seus colegas docentes, da graduação e da pós-graduação, e qual era a configuração/ características do corpo discente?
4. Conte sobre suas lembranças e/ou contatos com a formulação das Diretrizes Curriculares de 1982?
5. Conte sobre suas lembranças e/ou contatos sobre a implementação e significado das Diretrizes Curriculares de 1982 para a formação em Serviço Social ?
6. Quais disciplinas você ministrava e quais referências de autores/as e livros utilizava?
7. Quais eram as principais tendências teóricas, políticas, valores e princípios profissionais que estavam presente no seu trabalho e na formação neste período?
8. Como o Marxismo e/ou Marx tomou contato na sua prática docente?
9. Como você acha que se identifica a tendência teórica do Marxismo no Serviço Social nos currículos, planos das disciplinas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses? Quais livros de Marx ou marxistas eram utilizados e os do Serviço Social quais livros adotados na formação possuíam embasamento no marxismo?
10. Recorda quais eram os docentes auto-identificados enquanto marxistas e quais as suas formas pedagógicas e conteúdos trabalhados sobre o Marxismo? Quais livros de Marx ou marxistas eram utilizados e os do Serviço Social quais livros adotados na formação possuíam embasamento no marxismo?
11. Conte sobre os espaços de integração e articulação dos assistentes sociais marxistas e como ocorria a sua influência na formação em Serviço Social?
12. Como você compreende a inserção do marxismo na formação da graduação e da pós-graduação, considerando sua trajetória profissional?
13. Considerando sua trajetória como assistente social que mensagem você gostaria de deixar para as novas gerações da profissão, em especial para docentes e estudantes de Serviço Social?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O presente termo de consentimento refere-se à participação na pesquisa intitulada "*Marxismo e Serviço Social: tendências da formação graduada na PUC-RS (1982 -1996)*". O estudo está sendo realizado pela assistente social pesquisadora Luciana do Nascimento da Silva, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Thaisa Teixeira Closs, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. O estudo tem como objetivo geral analisar a influência do marxismo na história da Escola de Serviço Social de Porto Alegre na formação da graduação da PUC-RS, no período entre 1982 e 1996, a fim de dar visibilidade à história da profissão e problematizar os seus fundamentos. A coleta de dados ocorrerá junto a assistentes sociais que vivenciaram diferentes momentos da trajetória histórica da profissão no Rio Grande do Sul.

Desta forma, solicitamos a sua colaboração em conceder uma entrevista sobre a temática da pesquisa, com duração aproximada de 90 minutos. A participação nesta pesquisa oferece risco mínimo, tal como o desconforto relacionado ao tempo de realização da entrevista e com conteúdo e respostas às perguntas do roteiro de questões da mesma. Destaca-se que é possível interromper a qualquer momento a entrevista e a pesquisadora se responsabilizará em atender a situação de desconforto e, até mesmo, encaminhar para os serviços de saúde pública, caso necessário. O local de realização da entrevista será sugerido por você, considerando a prerrogativa de garantia de seu bem-estar e o sigilo no desenvolvimento da mesma. Se assim você desejar, a entrevista poderá ser desenvolvida no local de trabalho da orientadora, no Instituto de Psicologia da UFRGS. O conteúdo das respostas da entrevista será gravado em áudio e vídeo, tendo em vista a disponibilização de seu depoimento para fins de material de ensino, de acervo histórico e/ou publicações sobre o Serviço Social, ou ainda para a realização de documentários sobre o Serviço Social no RS. Os materiais coletados ficarão armazenados sob a responsabilidade da pesquisadora responsável da pesquisa - no Instituto de Psicologia na sala 318 do Anexo-Saúde/UFRGS (Rua Ramiro Barcelos 2777, Santana, Porto Alegre – RS), no período de cinco anos.

A participação no estudo não acarretará custos para o participante, bem como este não será ressarcido pela sua participação. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar da pesquisa, você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento sobre os Fundamentos e História do Serviço Social. Ressalta-se que está assegurada a possibilidade de interromper sua participação na entrevista. Destaca-se também a garantia de sua liberdade de retirar-se deste estudo, caso queira. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Luciana do Nascimento da Silva e/ou com a orientadora da pesquisa Profa. Thaisa Closs pelo telefone 51- 3308.5700 e pelo e-mail thaisa.closs@ufrgs.br, ou contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos 2600, Santana – Porto Alegre/RS - telefone 51- 33085698).

Eu, _____ (nome do participante), pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido declaro que fui informado sobre os objetivos deste estudo de maneira clara e detalhada e concordo em participar do mesmo. Fui igualmente informado e esclarecido da garantia de poder retirar meu consentimento em

participar da pesquisa, de solicitar informações sobre este estudo pelos contatos acima indicados. Concordo que a entrevista seja gravada e filmada, consentindo com a utilização tanto dos dados orais como do uso de imagens, sendo concedido direito autoral do depoimento para a pesquisadora responsável. Concordo com a utilização de meu depoimento como material de ensino em Serviço Social, bem como para a elaboração de publicações, acervo histórico e documentários sobre a história do Serviço Social. Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Nome do participante da pesquisa: _____

Assinatura: _____ Data: _____

Pesquisador(a): _____

Assinatura: _____ Data: _____

**APÊNDICE D - REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE DE 1982 ATÉ 1996:
BASE DE DADOS FORMAÇÃO E ENSINO**

Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 até 1996: Base de dados formação e ensino		
Ano	Artigo	Tema
1982	1	<ul style="list-style-type: none"> Reflexão sobre a coerência do discurso e prática na formação do profissional de Serviço Social.
1983	0	-
1984	12	<ul style="list-style-type: none"> A propósito da disciplina de metodologia. Proposta curricular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Projeto de revisão curricular da faculdade de Serviço Social – PUC-SP. Projeto de investigação: a formação profissional do Assistente Social. Tema: Prática do Ensino. A filosofia no currículo de Serviço Social. Fundamentos filosóficos para nova proposta curricular do Serviço Social. Proposta metodológica para supervisão em Serviço Social de comunidade. Reflexões sobre o ensino e sua repercussão no Serviço Social. Considerações sobre a supervisão em Serviço Social. A formação profissional e as exigências do Serviço Social no cotidiano de sua prática. Considerações sobre a “proposta de normatização do exercício da supervisão e credenciamento de instituições – Campos de Estágio”.
1985	1	<ul style="list-style-type: none"> Análise dos cursos de graduação: relatório da área de Serviço Social.
1986	1	<ul style="list-style-type: none"> A política social e a formação do profissional de Serviço Social.
1987	1	<ul style="list-style-type: none"> A questão dos estágios e o mercado de trabalho.
1988	0	-
1989	3	<ul style="list-style-type: none"> O estágio na formação profissional. A formação profissional em Serviço Social na América Latina e Caribe: Processo histórico e perspectivas atuais. Metodologia no Serviço Social: Proposta pedagógica.
1990	3	<ul style="list-style-type: none"> Formação profissional e currículo de Serviço Social: referências para debate. Formación y ejercicio profesional del trabajador social desde la perspectiva gremial. Pesquisa para graduados em Serviço Social: gerar conhecimento ou intervir?
1991	1	<ul style="list-style-type: none"> I Seminário Nacional sobre a Docência em Serviço Social.
1992	0	-
1993	0	-
1994	4	<ul style="list-style-type: none"> O ensino teórico-prático do Serviço Social: demandas e alternativas.

		<ul style="list-style-type: none"> ● Atitude investigativa e formação profissional: a falsa dicotomia. ● O estágio na formação profissional. Elementos para análise. ● Uma experiência de metodologia alternativa para o ensino da disciplina História do Serviço Social.
1995	3	<ul style="list-style-type: none"> ● Desafios atuais à formação universitária. ● A reforma curricular de 1988 no ensino de graduação de Serviço Social da UnB. ● A “invenção de tradições”: a proteção social e os cursos de graduação em Serviço Social.
1996	6	<p>Proposta básica para o projeto de formação profissional.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Documento ABESS/CEDEPSS (nov. 1995). ● Conselho Federal de Serviço Social. ● Trocando em miúdos. ● Seguridade Social. ● Canal aberto. ● Para a universidade brasileira transpor o século.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da Revista Serviço Social e Sociedade de 1982 até 1996 - Base de dados formação e ensino (2021).

APÊNDICE E - SÍNTESE DE REGISTROS DE VISITAS NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA PUCRS DE 1989 ATÉ 1996.

1. Síntese de Registros de Visitas na Faculdade de Serviço Social da PUCRS de 1989 até 1996.			
Diálogo Internacional com Faculdades de Serviço Social			
Data	Participante	Cargo / Atribuição	Propósito do encontro
20 e 21 de jun de 1989	Dra. Irene Queiro Tajalli	Diretora do Curso de bacharelado e professora de Serviço Social na Universidade de Indiana - EUA	Intercâmbio e palestra sobre a realidade da terceira idade nos Estados Unidos
25 a 30 de set. de 1989	Maria D. Azevedo	Assistente Social representante da Universidade do Porto de Portugal e da União das Misericórdias Portuguesas.	Intercâmbio
13 de nov. de 1989	Khunying Amblhorn Meesook	Presidente do Curso de Bem-Estar Social e educadora da Tailândia.	Visita à FSS guiada pelo Prof. Dr. Seno A. Cornely
10 de abril de 1990	James Lipusch	Dr. em Serviço Social Clínico pelo Instituto de Chicago - EUA	Visita e troca de experiências em saúde mental.
24 de jan. de 1991	Harriet Me Guire	Consulado americano	Reunião com professores da FSS, com o objetivo de trocar informações sobre o Projeto de Pesquisa da Reitoria da PUC-RS e Consulado Americano
14, 16, 17 e 21 de out. de 1991	Christoph Sachbe	Prof. Dr. especialista em História do Serviço Social e Política Social de Kassel - Alemanha	Ciclo de palestras sobre o Sistema de Bem-Estar Social.
23 de ago. de 1991	Margaret Kay Davis Mintum	Vice- presidente do Non Traditional Services of. visiting Nurce Service de Indiana, Indianópolis - EUA.	Intercâmbio através dos "Companheiros das Américas".
30 de abril de 1993	Jacques Tousignant	Diretor do Serviço de Planificação dos setores acadêmicos da Universidade de Québec.	Intercâmbio
14 a 26 de abril de 1994	Dieter Goeschel	Dr. em Serviço Social e membro do convênio de Kassel - Alemanha.	Intercâmbio com o objetivo de conhecimento mútuo sobre: currículo, corpo docente, pesquisas e políticas sociais.
03 de nov. de 1994	Stella	Professora da Universidade de Mar del Plata - Argentina.	Intercâmbio e debate sobre Família e Comunidade.
21 de mar. a	Reinhard Schmitz	Dr. em psicologia e participante do convênio de Kassel - Alemanha.	Intercâmbio e debate sobre Gerontologia social.

07 de abril de 1995	Scherzer		
---------------------	----------	--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da síntese de registros de visitas na Faculdade de Serviço Social da PUCRS de 1989 até 1996. Diálogo Internacional com Faculdades de Serviço Social (2021).

2. Síntese de Registros de Visitas na Faculdade de Serviço Social da PUC-RS de 1989 até 1996.

Especializações, Cursos e Palestras

Data	Local	Participante	Atividade desenvolvida	
10 a 17 de jul de 1989	PUC-SP	Ursula Margarida Simonn Karsch	Ministrando a disciplina de Condições sociais, ambientais e familiares do acidente de trabalho.	Especialização em Serviço Social e Segurança do Trabalho e Aperfeiçoamento em Segurança do Trabalho.
17 a 21 de jul de 1989	RJ	Jorgete Leite Lemos	Ministrando a disciplina de Aspectos psicossociais da segurança do trabalho.	
28 de jul de 1989	UF do Rio de Janeiro	Lúcia Maria de Barros Freire	Ministrando a disciplina de Serviço Social Organizacional em empresas.	
28 de set de 1989	UF Fluminense	Suely Gomes Costa	Encaminhamentos para encaminhamentos posteriores voltados à pesquisa que a assistente social está desenvolvendo na área do trabalho.	
25 de mar. de 1991	PUC-RS	Fernando Gay da Fonseca	Palestra na festa de páscoa sobre "A redescoberta da paz", destinada para professores e alunos da PUC-RS.	
28 e 29 jun. e 12 e 13 de jul. de 1991	UFSM	José Francisco S. Dias	Ministrou aula	Especialização em Gerontologia
15 e 18 de jul. de 1991	PUC-SP	Antônio Jordão Netto	Ministrando a disciplina de Aspectos Sociológicos do envelhecimento.	
22 a 24 de jul de 1991	FSS - Indiana	Irene Queiro Tarjalli	Ministrou aula.	
09 a 16 de ago. de 1991	FSSC	Maria José de Carvalho Rocha Barroso	Ministrando a disciplina de tópicos sociais - A terceira idade e a Mulher de meia idade	
14, 16, 17 e 21 de out. de	Kassel - Alemanha.	Christoph Sachbe	Ciclo de palestras sobre o Sistema de Bem-Estar Social. Com Prof. Dr. especialista em História do Serviço Social e Política Social de Kassel - Alemanha.	

1991				
25 a 27 de nov. de 1991	Argentina	Ezequiel Ander-Egg	Professor convidado. Curso de extensão Universitária sobre "Prática da Animação Cultural".	
06 a 08 de jan. de 1992	-	Marcelo Antônio Salgado	Ministrar 12h de aula.	Curso de Gerontologia Social
27 a 29 de jan. de 1992	UECampinas	Anita Liberalesso Neri	Ministrar a disciplina de Psicologia Social	
30 de jan. e 10 de fev. de 1992	-	Roberto Kaplan	Ministrar a disciplina de Psicologia do Envelhecimento	
13 de abril de 1992	-	Vilmar Adelino	Palestra sobre "A concepção de justiça no pensamento contemporâneo".	
18 de maio de 1993	UFRJ	Marilda Villela lamamoto	Ministro aulas para o corpo docentes e para os discentes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social com a debate sobre "Prática Profissional"	
09 de jul. de 1992	UFF	Carlos Valter Porto Gonçalves	Palestra sobre "A dimensão social da ecologia".	
29 de nov. 1996	Universidade Laval, Quebec - Canadá	Ruben Michea	Palestra ao corpo docente e discente sobre "Mediação familiar".	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da síntese de registros de visitas na Faculdade de Serviço Social da PUCRS de 1989 até 1996. Especializações, Cursos e Palestras (2021).

3. Síntese de Registros de Visitas na Faculdade de Serviço Social da PUC-RS de 1989 até 1996.

Assistentes Sociais Participantes no Mestrado

25 a 28 de out. de 1989	PUC-S P	Maria Lúcia Martinelli	Ministrou aula na Disciplina de Metodologia do Serviço Social.
29 a 30 de nov. e 01 de dez de 1989	PUC-RJ	Anna Augusta de Almeida	Professora visitante. Ministrando aulas no Mestrado desde 1978.
04 a 07 de jul de 1990	UFSC	Ilse Scherer Warren	Professora visitante. Ministrando aulas nas disciplinas de Movimentos Sociais.
19 a 21 de set. de 1990	UFRJ	Jose Paulo Netto	Professor convidado. Ministrando aulas nas disciplinas de Metodologia do Serviço Social II.
16 de nov. de 1990	UFC	Maria José de Carvalho Rocha Barroso	Professora visitante. Intercâmbio na área da terceira idade
11 de ja. de 1991	UFRS	Balduino Antonio Andreola	Docente colaborador do Mestrado e Presidente da banca examinadora da dissertação de Leda Coelho Ribeiro Pereira
25 de março de 1991	Univer sidade da Alema nhã	Hans Flickinger	Dr. em Filosofia ministrou curso no mestrado sobre direito, economia e política. Estando presentes no curso as Professoras do SS Lúcia castillo e Maria de Lurdes Medeiros
27 de maio de 1991	PUC-S P	Maria do Carmo B. Falcão	Participou da banca examinadora da dissertação de Marlova Jovchelovitch.
28 a 24 de jun de 1991	Scool of Social Work	Carmem Delia Lauche	Assessoria a pesquisa e ministrou aula sobre gerontologia social. Cátedra do curso de mestrado - Porto
09 e 10 de out. de 1991	UFRJ	Marilena Jamure e Maria Aparecida Barbosa Marques	Avaliação do curso. Membro representante da Comissão para credenciamento do Curso de Mestrado em Serviço Social.
13 de abril de 1992	-	Vilmar Adelino	Participou da banca examinadora da dissertação de Krystyria M. Costa
27 de abril de 1992	UNB	Elizeu Francisco Calsine	Convidado pelo professor Seno Cornely para ministrar aula sobre "indicadores sociais", na disciplina de Planejamento Social.
21 e 22 de maio de 1992	Faculd ade de Medici na de	Mário Testa	Convidado pelo professor Seno Cornely para ministrar aula sobre "planejamento social", na disciplina de Planejamento Social.

	Buenos Aires - Argentina		
09 de jul. de 1992	UFF	Carlos Valter Porto Gonçalves	Participou da banca examinadora da dissertação de Cintia Bonder.
13 e 14 de nov. de 1992	UFRJ	Nobuco Kameyama	Ministrou 12h aula na disciplina de Metodologia do Serviço Social
18 de maio de 1993	UFRJ	Marilda Villela lamamoto	Ministro aula com a debate sobre “A questão da metodologia do Serviço Social”
20 e 21 de maio de 1993	PUC-S P	Elizabrth de Mello Rico	Ministro deu aula na disciplina de Metodologia do SS com a debate sobre as “Tendências do Serviço Social na dimensão do gerenciamento e gestão social”.
17 de jun. de 1993	PUC-S P	Carmelita Yasbeck	Ministrou palestra para os docentes e discentes sobre “Lei Orgânica da Assistência Social”
17 e 18 de out. de 1994	UFRJ	Marilda Villela lamamoto	Ministro 15h aula com a debate sobre “o debate contemporâneo da profissão e o Novo Código de Ética”.
19 a 21 de set. de 1995	PUC-S P	Maria Lúcia Martinelli	Ministrou aula
20 e 22 de nov. de 1996	Paris - França	Joan Pionno Faguer	Ministrou aula sobre “Novas tecnologias, trabalho e relações sociais”

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da síntese de registros de visitas na Faculdade de Serviço Social da PUCRS de 1989 até 1996. Assistentes Sociais Participantes no Mestrado (2021).

4. Síntese de Registros de Visitas na Faculdade de Serviço Social da PUC-RS de 1989 até 1996.

Outras Atividades Desenvolvidas

11 de ja. de 1991	PUC-RS	Zilláh Mattos Totta	Visita e homenagem por sua contribuição na FSS
01 de jul. de 1993	PUC-RS	Lúcia Gavello Castillo	Atividade em Comemoração aos 40 anos de atividades docentes. Pessoas convidadas: Irmão Faustino João, Aida Lemos, Alda, Ana Maria Jardim, Andreia Medina, Clarinda, Hildgard Krug Brito, Iara Nascimento, Ilse Pizzani, Lola Oliveira, Maria Isabel Nunes, Maria José Solange, Mercedes Wolf, Olga Navarro, Rosinha Laitano, Ruth Cabral, Ruth Totta, Sérgio Antônio Carlos, Sônia Mercedes Bredmeier, Therezinha Cornely, Vera Lúcia Schmitt e Zilah Totta.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da síntese de registros de visitas na Faculdade de Serviço Social da PUCRS de 1989 até 1996. Outras Atividades Desenvolvidas (2021).